ALEXANDRE FERNANDES DE CARVALHO

***“Timing”* para uma perspectiva mais estratégica da prática de
Avaliação Ambiental Estratégica**

Tese apresentada à Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo como requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciências – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental.

Orientador:
Prof. Dr. Victor Eduardo Lima Ranieri

São Carlos
2014

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS
DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

C331" Carvalho, Alexandre Fernandes de
"Timing" para uma perspectiva mais estratégica da
prática de Avaliação Ambiental Estratégica / Alexandre
Fernandes de Carvalho; orientador Victor Eduardo Lima
Ranieri. São Carlos, 2014.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em
Ciências da Engenharia Ambiental e Área de Concentração
em Ciências da Engenharia Ambiental -- Escola de
Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo,
2014.

1. Avaliação Ambiental Estratégica. 2. Política
Ambiental. 3. ação estratégica. 4. tomada de decisão.
5. sustentabilidade. I. Título.

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidato: Licenciado **ALEXANDRE FERNANDES DE CARVALHO**.

Título da tese: "*Timing* para uma perspectiva mais estratégica da prática de avaliação ambiental estratégica".

Data da defesa: 26/09/2014

Comissão Julgadora:

Resultado:

Prof. Dr. **Victor Eduardo Lima Ranieri (Orientador)**
(Escola de Engenharia de São Carlos/EESC)

APROVADO

Prof. Titular **Marcelo Pereira de Souza**
(Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/FFCLRP-USP)

APROVADO

Prof. Dr. **Evandro Mateus Moretto**
(Escola de Artes, Ciências e Humanidades/EACH-USP)

APROVADO

Profa. Dra. **Amarílis Lucia Casteli Figueiredo Gallardo**
(Escola Politécnica/EP-USP)

Aprovado

Profa. Dra. **Clara Carvalho de Lemos**
(Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ)

APROVADO

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental:

Prof. Dr. **Frederico Fabio Mauad**

Presidente da Comissão de Pós-Graduação:
Prof. Associado **Paulo César Lima Segantine**

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Marcelo Pereira de Souza, pela orientação, confiança, apoio e dedicação para me passar seus mais puros e nobres valores sobre a vida e sobre a operacionalização desta de uma maneira estratégica, justa e honesta.

Ao Prof. Marcelo Montañó, pela orientação e pela dedicação em nossas conversas, sempre procurando ampliar meus pontos de vista, ideias e o alcance da minha capacidade como pesquisador e como profissional.

Ao Aurélio Fontes, pelos diversos momentos que proporcionaram conversas da mais pura qualidade sobre produtividade e prática no mundo do planejamento, da economia, da pós, da tese, da família, da vida e dos sonhos.

Ao Prof. Victor Ranieri pela amizade, confiança e apoio e pelos diversos momentos que sempre produziram conversas e conselhos de altíssimo nível.

Aos meus irmãos de república Marcio, Guto e Rodolfo pela amizade, apoio e momentos de convivência como uma família.

Aos grandes amigos Aline, Carina, Carol Jordão, Cíntia, Clara, Denise, Érico, Karina, Mari, Neto, Nielson e Tiagão, pela diversidade de momentos produtivos, felizes e prazerosos ao longo de todo este caminho vivido durante a pós.

Às diversas amizades feitas no PPG-SEA e na casa 39.

Ao Claudinei Cruz, que orientou e apoiou meus primeiros passos acadêmicos na área ambiental e a quem devo muito pela confiança, amizade e incentivo para buscar meus sonhos.

Aos funcionários do PPG-SEA, em especial ao Nelson e ao José Luiz pela pronta disposição em ajudar e ao Cidão e à Regina pelo maravilhoso cuidado de sempre.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) pelo apoio financeiro.

Aos meus pais por todo suporte, amor e confiança incondicionais, desde sempre, e pelos valores ensinados para que eu buscasse sempre com garra, persistência e perseverança, seja lá qual fosse o meu sonho.

Por fim, à minha companheira Nara, por todo apoio, amor, paciência e dedicação, essenciais durante toda a minha caminhada neste trabalho.

“If you know the enemy and know yourself, you need not fear the result of a hundred battles. If you know yourself but not the enemy, for every victory gained you will also suffer a defeat. If you know neither the enemy nor yourself, you will succumb in every battle.”

—Sun Tzu, *The Art of War*

RESUMO

CARVALHO, A. F. “*Timing*” para uma perspectiva mais estratégica da prática de Avaliação Ambiental Estratégica. 2014. 320 p. Tese (Doutorado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2014.

O fornecimento de informações relevantes em momentos que sejam oportunos para influenciar decisões estratégicas de desenvolvimento tem representado, há muito tempo, um grande e árduo desafio para a prática de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE). O entendimento apropriado das questões que respondem pelas causas reais de problemas decisórios sugere uma oportunidade para alcançar o papel estratégico potencial da AAE e influenciar as decisões tomadas para a formação de uma ação estratégica. Este trabalho procura entender e discutir como se operacionaliza uma perspectiva mais estratégica de AAE, questionando o papel de procedimentos e mecanismos que observam o *timing* dos problemas de decisões estratégicos. Para alcançar este objetivo foram analisados processos de AAE, considerando a influência do problema de decisão que motiva a formulação de ações estratégicas. Como estudo de caso foram selecionados nove relatórios de AAE realizados para ações associadas ao planejamento estratégico de transporte do Brasil e do Reino Unido. Entre os principais resultados foi observado que, ao contrário do Reino Unido, nenhum dos relatórios de AAE brasileiros definiu objetos de avaliação que fossem relevantes para o *timing* das decisões estratégicas de transporte analisadas. Os resultados encontrados sugerem a existência de três questões principais que influenciam diretamente a prática de AAE brasileira e estão associadas à necessidade de capacitação por parte dos praticantes deste contexto: a falta de entendimento sobre as diferenças que definem o que é uma ação estratégica e o que é um projeto; a falta de entendimento sobre qual é o objeto de uma AAE; e a falta de entendimento sobre quais são as questões que auxiliam a definir o objeto de uma AAE relevante para as tomadas de decisões estratégicas de desenvolvimento.

Palavras chave: Avaliação Ambiental Estratégica; Política Ambiental; tomada de decisão estratégica; transporte; e sustentabilidade.

ABSTRACT

CARVALHO, A. F. Timing for a more strategic perspective of Strategic Environmental Assessment practice. 2014. 320 p. Thesis (Doctorate) – São Carlos School of Engineering, University of São Paulo, São Carlos, 2014.

Relevant options at opportune timing to influence the strategic decision making have been a great and arduous challenge to the Strategic Environmental Assessment (SEA) practice. The proper understanding of issues that account for the real causes of decision problems suggests an opportunity to reach all the strategic role potential of SEA and influence decisions made for formation of a strategic action. This work seeks to understand and discuss how to operationalize a more strategic perspective of SEA, examining the role of procedures and mechanisms that comply with the timing of strategic decisions problems. To achieve this goal were analyzed AAE development processes, considering the influence of the decision problem that motivates strategic actions formulation. As case studies were selected nine SEA reports prepared for actions associated with transport strategic planning in Brazil and the United Kingdom. Among the key findings was observed that, unlike the UK, none of the Brazilian SEA reports has defined objects of assessment that were relevant to the timing of transport strategic decisions analyzed. Among the key findings was observed that, unlike the UK, none of the Brazilian SEA reports has defined relevant objects of assessment to the timing of transport strategic decisions analyzed. The results suggest three main issues that directly influence Brazilian SEA practice and are linked with the need for building capacity of practitioners: the lack of understanding of the differences that defines what is a strategic action and what a project; the lack of understanding of what is the object of an SEA; and the lack of understanding of what are issues that help define the relevant object of an SEA to development strategic decision-making.

Keywords: Strategic Environmental Assessment; Environmental Policy; strategic decision making; transport; and sustainability.

SUMÁRIO

1.	Introdução	10
2.	Objetivos	16
2.1.	Geral	16
2.2.	Específicos	16
3.	Procedimentos para a prática de AAE	17
3.1.	Definindo o contexto para a realização do processo de AAE.....	17
3.2.	O problema de decisão e a definição do objeto de AAE	20
3.3.	Identificação do contexto e do escopo da AAE (scoping)	21
3.3.1.	DESCREVENDO O CONTEXTO	23
3.3.2.	DESCREVENDO A BASELINE AMBIENTAL OU DE SUSTENTABILIDADE	26
3.3.3.	IDENTIFICANDO PROBLEMAS AMBIENTAIS OU DE SUSTENTABILIDADE	28
3.3.4.	ESTABELECENDO UMA ESTRUTURA DE AAE (PARA AAES FOCADAS EM OBJETIVOS)	28
3.3.5.	QUANDO PARAR DE COLETAR INFORMAÇÕES.....	29
3.3.6.	QUESTÕES PARA REVISÃO.....	29
3.4.	Identificando alternativas.....	30
3.4.1.	QUESTÕES PARA REVISÃO.....	35
3.5.	Previsão de Impactos.....	36
3.5.1.	QUESTÕES PARA REVISÃO.....	39
3.6.	Avaliação.....	40
3.7.	Mitigação	44
3.8.	Informando decisões	46
3.8.1.	QUESTÕES PARA REVISÃO.....	49
3.9.	Documentação	49
3.9.1.	O RELATÓRIO DE AAE	51
3.9.2.	CONSULTA SOBRE O RELATÓRIO DE AAE.....	55
3.9.3.	A DECLARAÇÃO DE AAE.....	57
3.10.	Monitoramento e acompanhamento.....	57
3.10.1.	QUESTÕES PARA REVISÃO.....	59
4.	A prática de “ontem” sem resultados para o “amanhã” ...	61
4.1.	Por uma AAE mais estratégica!.....	61
5.	Material e métodos.....	75

5.1.	Seleção dos relatórios de AAE	76
5.2.	Identificação dos problemas de decisões que motivam a formulação da ação estratégica e definição da amplitude do foco da AAE	80
5.3.	Estrutura para a revisão da qualidade de relatórios ambientais	81
5.4.	Sistema de graduação	88
5.5.	Procedimentos para a revisão e a atribuição das notas	90
6.	AAE na União Europeia e a tradição do Reino Unido	92
6.1.	Introdução	92
6.2.	Desenvolvimento	92
7.	Resultados de análise dos relatórios de AAE do Reino Unido	102
7.1.	Caso 1 – AAE do Buckinghamshire Local Transport Plan 2	102
7.1.1.	CONTEXTUALIZAÇÃO E ANÁLISE DO PROBLEMA DE DECISÃO	102
7.1.2.	ANÁLISE DO RELATÓRIO DE AAE	105
7.2.	Caso 2 – AAE da Aberdeenshire Local Transport Strategy	114
7.2.1.	CONTEXTUALIZAÇÃO E ANÁLISE DO PROBLEMA DE DECISÃO	114
7.2.2.	ANÁLISE DO RELATÓRIO DE AAE	117
7.3.	Caso 3 – AAE da Wales Transport Strategy	126
7.3.1.	CONTEXTUALIZAÇÃO E ANÁLISE DO PROBLEMA DE DECISÃO	126
7.3.2.	ANÁLISE DO RELATÓRIO DE AAE	129
7.4.	Caso 4 – AAE da Aberdeen City Local Transport Strategy	139
7.4.1.	CONTEXTUALIZAÇÃO E ANÁLISE DO PROBLEMA DE DECISÃO	139
7.4.2.	ANÁLISE DO RELATÓRIO DE AAE	142
7.5.	Caso 5 – AAE do Nottinghamshire Local Transport Plan 3	151
7.5.1.	CONTEXTUALIZAÇÃO E ANÁLISE DO PROBLEMA DE DECISÃO	151
7.5.2.	ANÁLISE DO RELATÓRIO DE AAE	154
7.6.	Caso 6 – AAE do County Durham Local Transport Plan 3	164
7.6.1.	CONTEXTUALIZAÇÃO E ANÁLISE DO PROBLEMA DE DECISÃO	164
7.6.2.	ANÁLISE DO RELATÓRIO DE AAE	167
8.	Avaliação Ambiental Estratégica no Brasil	175
8.1.	Introdução	175
8.2.	Desenvolvimento	175
9.	Resultados de análise dos relatórios de AAE do Brasil	181
9.1.	Caso 7 – AAE do Programa Rodoanel Mário Covas	181

9.1.1.	CONTEXTUALIZAÇÃO E ANÁLISE DO PROBLEMA DE DECISÃO.....	181
9.1.2.	ANÁLISE DO RELATÓRIO DE AAE	185
9.2.	Caso 8 – AAE Dimensão Portuária, Industrial, Naval e Offshore do Litoral Paulista.....	195
9.2.1.	CONTEXTUALIZAÇÃO E ANÁLISE DO PROBLEMA DE DECISÃO.....	195
9.2.2.	ANÁLISE DO RELATÓRIO DE AAE	198
9.3.	Caso 9 – AAE do Programa Intermodal e Logístico Porto Sul	208
9.3.1.	CONTEXTUALIZAÇÃO E ANÁLISE DO PROBLEMA DE DECISÃO.....	208
9.3.2.	ANÁLISE DO RELATÓRIO DE AAE	212
10.	Revisão da qualidade de AAE.....	222
10.1.	SEÇÃO 1: Descrição da ação estratégica, da "baseline" e da integração do processo de AAE à ação estratégica.....	222
10.1.1.	QUESTÃO 1.....	222
10.1.1.1.	CRITÉRIO SOBRE A DESCRIÇÃO DO CONTEXTO DA AÇÃO ESTRATÉGICA	223
10.1.1.2.	CRITÉRIO SOBRE A DESCRIÇÃO DO CONTEÚDO E DOS PRINCIPAIS OBJETIVOS DA AÇÃO ESTRATÉGICA	225
10.1.2.	QUESTÃO 2.....	231
10.1.3.	QUESTÃO 3.....	234
10.1.4.	QUESTÃO 4.....	236
10.1.5.	QUESTÃO 5.....	238
10.1.6.	QUESTÃO 6.....	241
10.1.7.	QUESTÃO 7.....	242
10.2.	SEÇÃO 2: Identificação e avaliação das principais questões e opções...	244
10.2.1.	QUESTÃO 8.....	244
10.2.2.	QUESTÃO 9.....	247
10.2.3.	QUESTÃO 10.....	248
10.2.4.	QUESTÃO 11.....	250
10.2.5.	QUESTÃO 12.....	252
10.2.6.	QUESTÃO 13.....	254
10.2.7.	QUESTÃO 14.....	255
10.2.7.1.	PREVISÃO	255
10.2.7.2.	AVALIAÇÃO	257
10.3.	SEÇÃO 3: Determinação de significância do impacto.....	259
10.3.1.	QUESTÃO 15.....	259
10.3.2.	QUESTÃO 16.....	260
10.3.3.	QUESTÃO 17.....	260
10.3.4.	QUESTÃO 18.....	261
10.3.5.	QUESTÃO 19.....	261
10.3.6.	QUESTÃO 20.....	262
10.3.7.	QUESTÃO 21.....	262
10.3.8.	QUESTÃO 22.....	263
10.4.	SEÇÃO 4: Processo de consulta.....	263
10.4.1.	QUESTÃO 23.....	263

10.4.2. QUESTÃO 24	267
10.4.3. QUESTÃO 25	268
10.5. SEÇÃO 5: Apresentação das informações e dos resultados:.....	269
10.5.1. QUESTÃO 26	269
10.5.2. QUESTÃO 27	269
10.5.3. QUESTÃO 28	271
10.6. SEÇÃO 6: Recomendações sobre o monitoramento.....	272
10.6.1. QUESTÃO 29	272
10.6.2. QUESTÃO 30	274
10.6.3. QUESTÃO 31	275
10.6.4. QUESTÃO 32	276
10.7. Avaliação geral das seções e do relatório como um todo.....	276
10.7.1. PRINCIPAIS DESAFIOS PARA A SEÇÃO 1	284
10.7.2. PRINCIPAIS DESAFIOS PARA A SEÇÃO 2.....	286
10.7.3. PRINCIPAIS DESAFIOS PARA A SEÇÃO 3.....	289
10.7.4. PRINCIPAIS DESAFIOS PARA A SEÇÃO 4.....	291
10.7.5. PRINCIPAIS DESAFIOS PARA A SEÇÃO 5.....	292
10.7.6. PRINCIPAIS DESAFIOS PARA A SEÇÃO 6.....	293
10.7.7. PRINCIPAIS DESAFIOS PARA O RELATÓRIO COMO UM TODO.....	295
11. Implicações associadas ao timing do problema de decisão	296
12. Conclusões – Implicações para uma abordagem mais estratégica de AAE	306
13. Referência Bibliográfica	313

1. Introdução

Os primeiros requerimentos de Avaliação Ambiental para tomadas de decisões públicas foram implementados nos Estados Unidos no início da década de 1970, a partir da *National Environmental Policy Act* (NEPA, 1969). Diversos países estabeleceram seus requerimentos para Avaliação Ambiental com base nesta publicação (DALAL-CLAYTON e SADLER 2005) e atualmente, mais de 40 anos depois, a Avaliação de Impacto se tornou praticada em quase todas as nações do mundo (POPE et al., 2013).

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) surgiu, principalmente, como resposta ao crescente reconhecimento de importantes aspectos que não podiam ser satisfatoriamente abordados pela Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) de projetos e que precisavam ser abordados em estágios mais prévios do processo de planejamento (LEE e WALSH 1992), para que o *timing* de análise não restringisse a sua capacidade de lidar com problemas ambientais de maneira proativa (PARTIDÁRIO, 1996).

A influência do tempo sobre a ligação entre os processos de formulação da ação estratégica e da AAE foi imprescindível para reconhecer que a realização da AAE em um *timing* adequado, de maneira prévia ao processo de tomada de decisão, é imprescindível para garantir com que os resultados da AAE sejam relevantes e considerados nos momentos em que estas informações são necessárias para as tomadas de decisões estratégicas (HILDÉN; FURMAN; KALJONEN, 2004) e para melhorar a formulação e a implementação desta ação estratégica ao fornecer oportunidade de alteração dos objetivos, dos meios para alcançar estes objetivos e das diferentes formas de implementação da ação estratégica (Therivel, 2010).

Outras questões importantes que motivaram a realização da AAE foram a necessidade de garantias para que todas as alternativas e os impactos relevantes fossem adequadamente considerados (LEE e WALSH, 1992) e a capacidade de promover políticas, planos e programas (PPPs) mais embasados, integrados e ambientalmente sensíveis, que contribuíssem de maneira mais efetiva para o alcance dos objetivos da agenda de política ambiental internacional de “desenvolvimento sustentável” (LEE e WALSH, 1992; SADLER, 1998).

Visando englobar propostas que abrangessem todos estes motivos, a partir da criação da AAE foram estabelecidos diferentes papéis e objetivos para a sua aplicação prática como, por exemplo:

- Influenciar a natureza ambiental e de sustentabilidade de decisões estratégicas e fornecer estruturas mais embasadas, integradas e sustentáveis de política e planejamento, servindo para apoiar processos de desenvolvimento de projetos (Partidário, 2000);
- Fornecer informações oportunas e relevantes aos tomadores de decisões e aos *stakeholders* afetados sobre os impactos ambientais de Políticas, Planos e Programas (PPPs), de modo que as PPPs sejam modificadas e se tornem mais embasadas ambientalmente (JONES et al., 2005a);
- Garantir com que os princípios de sustentabilidade e de avaliação de impacto sejam completamente integrados em tomadas de decisões acima do nível de projeto (PARTIDÁRIO, 2000);
- Integrar considerações ambientais e de sustentabilidade nas tomadas de decisões estratégicas (FISCHER, 2007; THERIVEL, 2010);
- Auxiliar a proteger o meio ambiente e promover sustentabilidade (THERIVEL, 2010);
- Promover mudanças por meio da indução da racionalidade ecológica dentro dos sistemas de governança (BINA, 2007);
- Alcançar a sustentabilidade (PARTIDÁRIO, 2011).

Esta multiplicidade de definições criadas para que a AAE respondesse a um processo de evolução conceitual constante, desde a sua institucionalização (SILVA et al., 2014a), também serve para indicar a existência de desafios quanto a definição do conceito e da metodologia de AAE (GUNN E NOBLE, 2011; POPE et al., 2013) e para evidenciar fragilidades relacionadas a diversos desafios fundamentais para a efetividade no alcance dos seus objetivos até os dias de hoje (POPE et al., 2013).

O debate sobre a definição da AAE carrega consequências significantes sobre a sua aplicação prática (JILIBERTO, 2011). Ao refletir sobre os avanços da teoria e da prática, Therivel (2010) afirma que apenas a prática de AAE não tem levado ao alcance de decisões mais embasadas ambientalmente. Entre os principais pontos fracos identificados podem ser destacadas a sua frequentemente limitada

capacidade de exercer influência sobre tomadas de decisões estratégicas (FUNDINGSLAND TETLOW e HANUSCH, 2012) e a baixa qualidade de procedimentos práticos, identificados em muitos países (FISCHER, 2007; POPE ET AL, 2013).

Uma evidência de alguns destes problemas pode estar relacionada ao fato da prática de AAE ainda ser realizada, até os dias de hoje, a partir de duas abordagens distintas. A primeira estende os procedimentos da AIA de projetos e a segunda adota a lógica utilizada para a formulação política e de planejamento (PARTIDÁRIO, 1996). No entanto, Partidário (2000) afirma que muitas abordagens rotuladas como “AAE” podem ser questionadas quanto ao seu real componente estratégico e quanto a necessidade da aplicação de uma AAE ao invés de uma Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) de projetos.

Segundo Partidário (2012), o objeto de avaliação que se enquadraria para a aplicação de uma AAE deveria, usualmente, se referir aos objetivos e às principais opções estratégicas consideradas em um processo de decisão. A autora detalha que o objeto a ser avaliado por uma AAE deve ser fortemente relacionado ao “problema de decisão”, definido tanto pelas razões que justificam a necessidade por uma decisão quanto pela questão que os tomadores de decisões precisam resolver para tomar esta decisão.

Ainda que boa parte da literatura de AAE atual destaque a existência de limitações ao realizar AAEs racionalistas cujos resultados serão levados em conta por um mundo, não racionalista, dirigido pela política (THERIVEL, 2010), o conceito de AAE permanece fortemente ligado ao seu papel de AIA de projetos, característico de sua primeira fase de evolução conceitual, até os dias de hoje (SILVA et al., 2014a).

A utilização de uma abordagem de AAE baseada na AIA de projetos apresenta consequências graves sobre a natureza estratégica do processo de AAE, já que a escala temporal que é relevante para a realização de decisões estratégicas difere do *timing* de fornecimento de informações de um processo de avaliação ambiental baseado na AIA (PARTIDÁRIO, 2007) e a adequação ao *timing* de ações estratégicas é um pré-requisito fundamental para que a AAE tenha qualquer influencia sobre decisões relevantes (HILDÉN; FURMAN; KALJONEN, 2004).

Segundo Wallington et al. (2007), o modelo de AAE apoiado sobre a contribuição de informações técnicas e científicas para a tomada de decisão objetivamente “racional” (baseado em AIA) não pode resolver os desafios fundamentalmente diferentes que são impostos pelas iniciativas estratégicas. Partidário (2000) acrescenta que este modelo pode resultar no questionamento da efetividade potencial de resposta da AAE para níveis de decisões com escopo tão amplo.

Outro ponto importante diz respeito ao reconhecimento de que a suposição de uma tomada de decisão estratégica racional e sequencial, que raramente é confirmada na realidade (THERIVEL, 2010), contribui para o estabelecimento de um grande desafio para a prática da AAE em relação à identificação de como uma PPP realmente é configurada ou emerge e, conseqüentemente, de como a AAE deve ser aplicada (CHERP et al, 2007; BINA et al. 2011).

Bina et al. (2011) discutem intensivamente sobre as bases científicas da AAE e as suas ideias centrais de reflexão revolvem: a necessidade para um uso estratégico da AAE; e o esclarecimento sobre a função principal da AAE, se deve focar sobre a melhoria de uma ação estratégica particular ou se deve focar sobre a melhoria dos sistemas e organizações que determinam o contexto de desenvolvimento.

Partidário e Wilson (2011) também destacam a necessidade de tornar a AAE mais estratégica (garantindo com que seja focada na decisão e orientada para os resultados, ao invés de ser orientada para o processo) e de melhorar o seu papel estratégico e impacto na tomada de decisão, de uma maneira que a AAE se adapte a tomada de decisão e, possivelmente, possa alterá-la.

Wallington et al. (2007) observam um espectro de procedimentos para a operacionalização da AAE que variam de “estratégias procedimentais”, focadas sobre uma decisão específica, até “estratégias transformacionais”, focadas sobre a melhoria dos sistemas e organizações que determinam o contexto de desenvolvimento, reconhecendo que a prática de AAE funciona por meio de uma combinação destas duas “estratégias” para a aplicação de AAE e que as causas que explicam essa combinação são complexas.

Bina et al. (2011) destacam como desafios para a AAE a necessidade de uma orientação sobre como adaptar a escolha da estratégia (abordagem de aplicação) e dos métodos operacionais para as necessidades do contexto ou da

situação específica. A necessidade de uma maior atenção e adaptação dos procedimentos de AAE para o contexto é uma condição crítica para a promoção da integração das preocupações ambientais e de sustentabilidade dentro da corrente dominante do planejamento (HILDING-RYDEVIK e BJARNADÓTTIR, 2007).

Bina et al. (2011) afirmam que estudos de casos comparativos, informados pelos desenvolvimentos recentes da teoria de AAE, seriam uma contribuição empírica valiosa para o esclarecimento de diferenças entre contextos. Pope et al. (2013) destacam a necessidade de pesquisas associadas a efetividade de Avaliação de Impacto em diferentes contextos de decisão pelos mesmos motivos.

A necessidade de que a AAE seja adequada para a proposta se tornou um requerimento obrigatório para a sua efetividade, mas talvez sem o foco suficiente sobre como isso pode ser alcançado na prática (FUNDINGSLAND TETLOW e HANUSCH 2012). Lobos e Partidário (2014) confirmam a existência de uma lacuna entre o desenvolvimento teórico da AAE e a sua prática e destacam que a prática de AAE não tem acompanhado o ritmo de evolução de uma visão mais estratégica de AAE desde a década de 90.

Na busca pela efetividade na consideração da dimensão ambiental em tomadas de decisões, muitos países têm implementado requerimentos para a prática de AAE (FISCHER, 2007). Atualmente, a regulamentação de AAE possivelmente mais conhecida e difundida é a Diretiva Europeia 2001/42/EC sobre a avaliação dos efeitos de certos planos e programas sobre o meio ambiente (FISCHER, 2007). Segundo Fischer (2007), a Diretiva Europeia de AAE defende a aplicação de um processo sistemático participativo e baseado na AIA de maneira proativa.

A Associação Internacional de Avaliação de Impacto (IAIA) também apresenta um guia de princípios para a realização de processos efetivos de AAE (IAIA, 2002). No entanto, apesar dos princípios da IAIA terem sido estabelecidos em 2002 e suplementados por uma série de guias, ainda existe uma falta de clareza em relação à operacionalização do processo de AAE (POPE et al, 2013).

Assim, levando em conta que o entendimento da prática de AAE é essencial para melhorar e avançar a sua base teórico-conceitual (FISCHER, 2003), o presente trabalho avalia AAES nacionais e internacionais, aplicadas ao planejamento de transporte, com foco de análise sobre os procedimentos utilizados para a operacionalização da abordagem prática de AAE atual, questionando o papel de procedimentos relacionados à definição do objeto de avaliação e do contexto a partir

de uma perspectiva mais estratégica, que considera o *timing* dos problemas de decisões sujeitos à Avaliação Ambiental Estratégica.

2. Objetivos

2.1. Geral

O objetivo geral desta pesquisa é entender e discutir como se operacionaliza uma perspectiva mais estratégica de AAE, questionando o papel de procedimentos e mecanismos que observam o *timing* de problemas de decisões estratégicos.

2.2. Específicos

- Estabelecer critérios para a análise da prática de Avaliações Ambientais Estratégicas e de procedimentos necessários a sua elaboração;
- Determinar Avaliações Ambientais Estratégicas, elaboradas a partir da cultura de planejamento brasileira e da cultura de planejamento recomendada como uma boa prática internacional;
- Avaliar a qualidade dos procedimentos e mecanismos necessários a elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica considerando os problemas de decisões que motivaram a formulação das ações estratégicas;
- Discutir a prática nacional e apontar os procedimentos que poderão ser utilizados para melhorar a qualidade de processos de Avaliação Ambiental Estratégica a partir do oferecimento de uma perspectiva mais estratégica.

3. Procedimentos para a prática de AAE

Neste capítulo é apresentada uma revisão bibliográfica sobre os mecanismos e procedimentos recomendados pela literatura científica para a realização de processos de AAE, visando o estabelecimento de critérios para a ponderação da análise de revisão de qualidade proposta como objetivo deste trabalho.

3.1. Definindo o contexto para a realização do processo de AAE

Um processo de AAE, antes de definir o contexto que orientará a aplicação da AAE sobre uma ação estratégica, deve averiguar a sua necessidade (THERIVEL, 2010). A decisão sobre a necessidade de realização do processo de AAE para uma ação estratégica apenas deve ser tomada se for identificado que a implementação desta:

- Possa causar efeitos ambientais significantes (EC, 2001; JONES et al. 2005; THERIVEL 2010) positivos ou negativos (CIDA, 2004);
- Estructure o desenvolvimento de projetos futuros que podem afetar o meio ambiente de maneira significativa (EC, 2001);
- Determine o uso de pequenas áreas em nível local ou a realização de pequenas modificações sobre outras ações estratégicas, que afetem o meio ambiente significativamente (EC, 2001);
- Influencie outras ações, em níveis inferiores, que requeiram a realização de AAE e AIA de projetos (THERIVEL, 2010).

Também poderá ser justificada a realização de AAE quando houver ações estratégicas que auxiliem no alcance de objetivos de desenvolvimento sustentável e/ou houver uma grande preocupação pública sobre as consequências ambientais potenciais de uma ação estratégica (CIDA, 2004).

A decisão sobre quais ações estratégicas podem resultar efeitos ambientais significantes deve ser determinada por meio de:

- Consulta às autoridades competentes (EC, 2001; CIDA, 2004) e às partes interessadas (CIDA, 2004);
- Avaliação caso a caso, ou da especificação do tipo de ação estratégica ou da combinação destas duas abordagens (EC, 2001);
- Embasamento na leitura das principais fontes bibliográficas da área (CIDA, 2004).

A avaliação da significância dos possíveis efeitos ambientais de uma ação estratégica deve ser realizada por meio de uma abordagem sistemática que examine as metas e os objetivos da ação estratégica e de sua proposta global (JONES et al, 2005), utilizando os seguintes critérios (EC, 2001):

- As características da ação estratégica considerando, particularmente, quanto:
 - A influência desta ação estratégica sobre a definição de estruturas para projetos e outras atividades, em relação à localização, natureza, tamanho e condições de operação ou pela alocação de recursos;
 - A influência desta ação estratégica sobre outras ações estratégicas, incluindo as que são hierarquizadas;
 - A relevância desta ação estratégica para a integração de considerações ambientais que objetivem, particularmente, a promoção do desenvolvimento sustentável;
 - Aos problemas ambientais relevantes a esta ação estratégica;
 - A relevância desta ação estratégica para a implementação da legislação superveniente sobre o meio ambiente.
- As características dos efeitos e da área provável de ser afetada considerando, particularmente, quanto:
 - A probabilidade, duração, frequência e reversibilidade dos efeitos;
 - A natureza cumulativa dos efeitos;
 - A natureza transfronteiriça dos efeitos;
 - Aos riscos para a saúde humana ou ao meio ambiente;
 - A magnitude e a extensão espacial dos efeitos (área geográfica e tamanho da população com possibilidade de ser afetada);

- Ao valor e a vulnerabilidade da área com possibilidade de ser afetada em relação a características naturais especiais ou herança cultural, aos padrões de qualidade ambientais ou valores de limites, e ao uso do solo intensivo;
- Aos efeitos sobre as áreas ou paisagens que possuem status de proteção reconhecido.

Ainda assim, mesmo quando for indicado que a implementação da ação estratégica não resultará em efeitos ambientais significantes, os resultados apresentados nesta etapa (justificando a ausência de efeitos ambientais significantes) devem ser incluídos nas conclusões do relatório resultante (EC, 2001; CIDA, 2004), acompanhar a proposta de ação estratégica até a aprovação pela agência ambiental (CIDA, 2004) e ser disponibilizados ao público (EC, 2001).

Se, após a compreensão da proposta de ação estratégica e seus efeitos, a AAE for considerada necessária deve ser definido o contexto que orientará o tipo de AAE a ser conduzida (FISCHER, 2007) por meio da explicação às seguintes questões (THERIVEL, 2010):

- Quais etapas do processo de AAE serão aplicadas em quais etapas do processo de tomada de decisão;
- Quem, quando e em qual intensidade deve ser envolvido na AAE;
- Se existem outros processos de avaliação que se aplicam a ação estratégica, e se sim, qual é a melhor forma de lidar com qualquer possível sobreposição entre os sistemas de avaliação;
- Se a AAE deve focar sobre questões ambientais ou ampliar sua cobertura para questões de sustentabilidade;
- Se a AAE deve ser conduzida por uma “*baseline*” ou por objetivos; e
- Se o relatório deve ser estruturado em temas ou em etapas.

A realização de uma AAE de maneira adequada também exige, durante a definição do contexto, a compreensão dos seguintes aspectos básicos da ação estratégica (THERIVEL, 2010):

- Qual é a autoridade responsável pelo desenvolvimento da ação estratégica? Pois esta autoridade também será, normalmente, responsável pela AAE;

- Qual é a escala espacial e o nível de detalhes da ação estratégica? Existem desdobramentos, ou o fornecimento de diretrizes para a proposição, de novos tipos de desenvolvimentos, em locais específicos, a partir da ação estratégica? Pois o nível de detalhe da AAE deve ser amplamente proporcional ao da ação estratégica;
- Qual é o tipo de ação estratégica, se espacial ou setorial? Pois os tipos de impactos são diferentes e pode ser que alguns não necessitem da realização de uma AAE;
- Qual é a escala temporal e a natureza cíclica ou única da ação estratégica? Pois esta escala resultará nas definições da amplitude da projeção temporal da “*baseline*” e do prazo de ocorrência (curto e longo) dos impactos da estratégia.

3.2. O problema de decisão e a definição do objeto de AAE

Para iniciar uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), a sua proposta deve auxiliar a entender o contexto de desenvolvimento da ação estratégica que está sendo avaliada para (PARTIDÁRIO, 2012):

- Identificar e abordar apropriadamente os problemas e potencialidades;
- Abordar as principais tendências de desenvolvimento;
- Auxiliar a encontrar as opções viáveis para o alcance de objetivos estratégicos.

Tendo em vista a importância do contexto sobre a prática de AAE, a melhor estratégia para uma aplicação efetiva de AAE deve promover “sistemas adaptativos de AAE” com o objetivo de ser equipada com ferramentas para entender os processos de formação das ações estratégicas e para selecionar a abordagem mais efetiva de AAE em cada uma das situações específicas de ações estratégicas, ao mesmo tempo em que considera o contexto no qual está inserida (CHERP et al, 2007).

Desta maneira, para que o objeto de avaliação de uma AAE seja identificado é uma condição vital descobrir qual é o problema de decisão que motiva a formulação da ação estratégica, pois somente a partir do entendimento e da

identificação deste problema de decisão é possível que a AAE seja adaptada ao contexto “mais amplo” do objeto de avaliação, que normalmente é relacionado aos objetivos e as principais opções estratégicas consideradas pelo processo de decisão de formulação de uma ação estratégica (PARTIDÁRIO, 2012).

O problema de decisão, que motiva a formulação de uma ação estratégica, é definido como o problema que os tomadores de decisões precisam resolver para que uma decisão seja tomada e é representado pelas justificativas e razões que motivam a necessidade de uma decisão (PARTIDÁRIO, 2012). A identificação de um problema de decisão implica na identificação do que está em jogo, considerando o nível de incerteza, e deve ser realizada por meio da observação das raízes das causas do problema de decisão que motivam a formulação da ação estratégica.

Assim, para que uma AAE seja realizada com base em uma abordagem mais estratégica devem ser abordadas as raízes das causas dos problemas de decisão relacionadas às escolhas e as prioridades políticas e não ao que é tangível e observável, os efeitos físicos e territoriais que são os sintomas dos comumente chamados problemas ambientais (Partidário, 2012). Neste sentido, o entendimento do problema de decisão e do contexto serve para auxiliar com que a AAE foque apenas sobre a raiz da causa do problema que, conseqüentemente, motivou a formulação da ação estratégica, e não diz respeito aos sintomas observados (PARTIDÁRIO, 2012).

3.3. Identificação do contexto e do escopo da AAE (scoping)

Considerando os objetivos e o âmbito geográfico da ação estratégica em elaboração (EC, 2001), nesta etapa, devem ser definidos os objetivos da AAE (OECD, 2006) de modo consistente com metas e objetivos de sustentabilidade (FISCHER, 2007), as principais questões (espaciais, temporais, organizacionais) (JONES et al, 2005) e tópicos que serão cobertos pela AAE (“*scoped in*”), o nível de detalhe necessário à análise destes tópicos (THERIVEL, 2010; UNECE, 2011), a metodologia de análise que será utilizada para a avaliação, as possíveis alternativas que serão consideradas, a forma como as partes interessadas serão envolvidas

(FISCHER, 2007; THERIVEL, 2010) e as informações que serão incluídas no relatório ambiental (FISCHER, 2007; UNECE 2011).

De uma maneira mais pragmática, estas definições devem resultar na identificação e documentação das seguintes informações:

- Circunstâncias contextuais que envolvem a decisão abordada em uma AAE (BINA et al, 2011);
- “Baseline” ambiental ou de sustentabilidade atual (FISCHER, 2007; THERIVEL, 2010);
- Provável “baseline” futura sem a ação estratégica, a partir do qual será definida a base para as etapas subsequentes de previsão, avaliação e monitoramento da AAE (THERIVEL, 2010);
- Fontes e lacunas de informações (FISCHER, 2007);
- Problemas ambientais ou de sustentabilidade existentes, para que a ação estratégica em proposição não piore os problemas já existentes e possa auxiliar na resolução destes (FISCHER, 2007; THERIVEL, 2010);
- Outras ações estratégicas que podem ser de importância a AAE (FISCHER, 2007);
- Escopo da AAE considerando os principais impactos possíveis da ação estratégica, os aspectos que não necessitam de análise (que foram retirados da seleção para análise) (THERIVEL, 2010), os potenciais atores e partes interessadas que devem ser consultados, a maneira como este público deve ser consultado e as possíveis alternativas de desenvolvimento razoáveis para a ação estratégica (FISCHER, 2007; THERIVEL, 2010).

Embora qualquer informação possível e existente possa parecer atraente, apenas as informações suficientes sobre o que é relevante são importantes e necessárias, de forma que o relatório não seja desordenado com informações irrelevantes (UNECE, 2011). A seleção de informações deve ser concentrada sobre as mais importantes para a tomada de decisão no contexto da ação estratégica e deve apresentar claramente o motivo pelo qual é necessária (JONES et al, 2005).

Como o processo de AAE deve ser personalizado às características do processo de tomada de decisão (IAIA, 2002), o rigor de detalhe apresentado em seu

conteúdo deve ser consistente com a natureza da proposta de ação estratégica em questão (CIDA, 2004) e estar relacionado aos (EC, 2001):

- Conhecimentos e métodos de avaliação disponíveis;
- Conteúdo e nível de detalhes da ação estratégica;
- Estágio em que se encontra o processo de tomada de decisão; e
- Extensão no qual certas questões são avaliadas de maneira mais adequada nos diferentes níveis deste processo, de modo a evitar a duplicidade de avaliação.

O processo de envolvimento realizado para a definição sobre o escopo e o nível de detalhe das informações deve ocorrer o mais cedo possível no processo de AAE, e de formulação da ação estratégica, e incluir ativamente as autoridades ambientais, de sustentabilidade (JONES et al, 2005; THERIVEL, 2010) e de saúde (UNECE, 2011); as principais partes interessadas (incluindo os que são mais expostos aos efeitos significantes) (OECD, 2006); e, possivelmente, o público quando apropriado (THERIVEL, 2010; UNECE, 2011).

Ao final da etapa de “*scoping*” deve ter sido produzido um relatório contendo todas as informações relevantes ao processo de AAE (EC, 2001; OECD, 2006), fornecida oportunidade para influenciar as decisões e identificados os melhores meios para garantir que todos os grupos envolvidos, inclusive os marginalizados política e socialmente e seus pontos de vista, recebam a consideração adequada (OECD, 2006).

3.3.1. Descrevendo o contexto

O conhecimento sobre questões contextuais internas e externas ao processo de formulação de ações estratégicas (incluindo a análise do contexto institucional) (CHERP et al, 2007):

- É fundamental para a realização de uma abordagem efetiva de AAE;
- Apresenta um papel central na maioria das escolas sobre formação de estratégias;
- É extremamente necessário ao lidar com a natureza incontrolável e imprevisível de ações estratégicas.

O contexto “*imediato*” relevante para a teoria de AAE serve para tomar conhecimento das restrições impostas pela, e sobre, a ação estratégica a partir do

processo de AAE, que deve estar encadeado às tomadas de decisões e às políticas de setores e regiões relevantes (inclusive às AIAs de projetos, quando apropriado) (IAIA, 2002) e considerar os objetivos e medidas de proteções ambientais definidos pelos instrumentos internacionais, nacionais ou regionais (OECD, 2006).

Neste passo deve ser descrito o contexto que afeta a ação estratégica e analisadas as ligações existentes com planos, políticas e objetivos ambientais ou de sustentabilidade, considerando as seguintes informações (THERIVEL, 2010):

- Planos e políticas de esferas de decisões superiores que influenciam a ação estratégica, como os requerimentos para que seja fornecido certo número de casas ou para que uma estratégia de gestão de resíduos cumpra padrões internacionais, podendo incluir os planos e políticas que ainda não foram finalizados e estão em fase de formulação;
- Planos e projetos de esferas de decisões inferiores que são influenciados pela ação estratégica, em particular os projetos que podem surgir como resultado da implementação da ação estratégica;
- Objetivos ambientais ou de sustentabilidade que afetam a ação estratégica, a partir dos quais a AAE deve identificar todos os padrões legais, metas e objetivos aspiracionais que são relevantes.

A avaliação da importância de outras ações estratégicas sobre a AAE pode ser realizada por meio de critérios como, por exemplo, se estas ações estratégicas são requerimentos legais, se existem ligações geográficas com a ação estratégica em proposição e preocupação dos atores afetados sobre as questões cobertas por esta ação estratégica, e quanto atual é esta ação estratégica (THERIVEL, 2010).

Quando houver ações estratégicas insustentáveis que influenciem e conflitem com a ação estratégica em proposição, a AAE deve apresentá-las como os possíveis cenários da ação estratégica em proposição a fim de torná-las mais visíveis e urgentes (THERIVEL, 2010). Os problemas com ações estratégicas conflitantes também podem ser resolvidos por meio do encorajamento de convergência das ações estratégicas em objetivos sustentáveis comuns (THERIVEL, 2010).

De maneira interdependente ao contexto “imediato”, o contexto “mais amplo” afeta processos decisórios (e assim a AAE) de diversas maneiras, apresentando como formas mais notáveis a influência sobre a agenda de decisão e sobre a implementação do resultado de decisão (BINA et al, 2011). A identificação do

contexto “mais amplo”, que reflete o entendimento e a identificação do problema de decisão motivador da ação estratégica (PARTIDÁRIO, 2012) e expressa a localização organizacional e institucional (escalas geográfica e de decisão) deste processo decisório, é essencial para a adaptação da AAE a esta decisão estratégica (BINA et al, 2011).

Em uma abordagem mais estratégica de AAE em que a proposta é auxiliar a entender o contexto de desenvolvimento para identificar e abordar apropriadamente os problemas e auxiliar a encontrar as opções viáveis para o alcance de objetivos estratégicos, a identificação de tendências de desenvolvimento inerentes ao contexto “mais amplo” é imprescindível a partir da determinação das forças indutoras de alteração (“drivers of change”) que definem prioridades de alteração ou de desenvolvimento em um processo de desenvolvimento estratégico e, consequentemente, alterações em uma tomada de decisão estratégica (PARTIDÁRIO, 2012).

Além de serem importantes para o entendimento de tendências profundas relacionadas ao problema de decisão ou a questão em foco pela decisão, as forças indutoras de alteração também (PARTIDÁRIO, 2012):

- Auxiliam a ganhar uma perspectiva estratégica sobre as raízes dos problemas de decisão, relacionadas as escolhas e prioridades políticas, e não ao que é tangível e observável como os efeitos físicos e territoriais que são os sintomas dos comumente chamados problemas ambientais;
- São as principais forças internas (como o conhecimento e a competência) e externas (como a economia, a população e a tecnologia) que moldam o futuro de uma sociedade, de um território e do desenvolvimento;
- Podem ser distinguidas como promotoras e inibidoras de desenvolvimento, pois são forças que impulsionam (induzem) ou restringem o desenvolvimento;
- São utilizadas para identificar problemas e prioridades de desenvolvimento.

Desta forma, levando em consideração que a decisão estratégica de um processo de desenvolvimento deve observar o contexto “mais amplo” (tempo e espaço) e adotar uma perspectiva de longo prazo (LLOYAZA et al. 2008 apud

PARTIDÁRIO, 2012), a agenda de boa prática da AAE deve ser moldada pelo contexto para que sejam determinados especificamente (PARTIDÁRIO, 2011):

- A proposta da AAE (por exemplo, em relação a outras ferramentas de avaliação política ou práticas de planejamento disponíveis);
- A natureza e as características de sistemas nacionais de AAE (dependendo, por exemplo, da organização de estruturas institucionais, da constelação de atores e do poder compartilhado em relação aos problemas ambientais);
- Os setores participantes e a forma como serão envolvidos nas AAEs (dependendo, por exemplo, dos níveis existentes de integração ambiental e também da apropriação da AAE pelos setores em relação ao papel exercido pelas autoridades ambientais);
- Os profissionais apropriados para a implementação de abordagens adequadas para a AAE (por exemplo, profissionais com especialidade em ciência política, planejamento do uso do solo, engenharia e tecnologia, que utilizam diferentes abordagens e ferramentas).

3.3.2. *Descrevendo a baseline ambiental ou de sustentabilidade*

Neste passo deve ser descrita uma “*baseline*” ambiental ou de sustentabilidade que auxilie a descrever os aspectos relevantes do estado do meio ambiente, a discutir as características ambientais das possíveis áreas afetadas significativamente, a identificar os problemas existentes que a ação estratégica tenta resolver, refinar os temas/objetivos e indicadores da AAE, a definir o contexto para a etapa de previsão e avaliação de impactos e a fornecer uma base contra o qual os impactos da ação estratégica podem ser posteriormente monitorados (THERIVEL, 2010).

Os produtos da “*baseline*” ambiental ou de sustentabilidade devem representar, de modo realista, os problemas identificados na etapa de “*scoping*”, as características ambientais das possíveis áreas afetadas significativamente (OECD, 2006; UNECE, 2011) e o estado atual do ambiente ou da sustentabilidade (FISCHER, 2007), somado ao seu provável estado futuro na falta da ação estratégica (OECD, 2006; THERIVEL, 2010; UNECE, 2011).

Como o processo de AAE deve ser embasado na compreensão total dos sistemas sociais e ambientais potencialmente afetados (OECD, 2006; FISCHER, 2007) a elaboração da “*baseline*” deve compreender os sistemas potencialmente afetados por meio do direcionamento do enfoque aos importantes serviços e sistemas ecológicos, à resiliência, à vulnerabilidade e à significância para o bem estar humano (OECD, 2006).

A sua composição deve utilizar temas ou objetivos articulados, que representem amplos blocos de dados ambientais, e indicadores mais detalhados que atuem como exemplos representativos destes blocos de dados com o objetivo de monitoramento, refletindo ao mínimo os requerimentos legais e não sendo duplicados ou sobrepostos a outros indicadores (THERIVEL, 2010). Os dados que comporão a “*baseline*” devem utilizar os temas/objetivos e indicadores definidos como estrutura (THERIVEL, 2010).

A construção da “*baseline*” futura sem a ação estratégica deve prever a possível situação ambiental ou de sustentabilidade, tipicamente, durante todo o tempo em que a ação estratégica permanecerá operacional, considerando (THERIVEL, 2010):

- A significância das possíveis alterações futuras à situação ambiental ou de sustentabilidade;
- A possibilidade das causas de tendências ambientais negativas e positivas continuarem no futuro (adaptando a projeção destas tendências de acordo com seus objetivos);
- Como as atuais e futuras tecnologias, ações estratégicas e projetos afetarão a situação ambiental ou de sustentabilidade.

O resultado desta previsão deve formar o cenário “*business as usual*” (ou “da mesma maneira como vem sendo feito sem a ação estratégica”) como produto e fornecer uma base para a avaliação dos impactos cumulativos da ação estratégica (THERIVEL, 2010).

Os produtos apresentados pela “*baseline*” devem estar sempre atualizados e em escala apropriada, podendo tomar diferentes formas como textos, mapas e matrizes ou tabelas (THERIVEL, 2010). Vale ressaltar também que a “*baseline*” de AAE não deve ser descrita em tantos detalhes quanto a de AIA de projetos e que qualquer inconsistência durante o processo, suposições quanto a dados em escalas

incorretas ou lacunas devem ser claramente declarada e documentada pela AAE (THERIVEL, 2010).

3.3.3. Identificando problemas ambientais ou de sustentabilidade

O processo de AAE deve ser concentrado sobre os principais problemas do desenvolvimento sustentável (IAIA, 2002). Para garantir este enfoque devem ser identificadas as questões que devem ser melhoradas, mantidas ou reforçadas nos recursos ambientais existentes, nas instituições, no nível de conscientização pública sobre a questão, nas legislações, nas políticas, nos planos, nos programas e nos acordos ambientais multilaterais (CIDA, 2004).

Para Partidário (2012), a AAE deve abordar as questões que são responsáveis pelas causas dos problemas, relacionadas as escolhas e prioridades políticas, e não aquilo que é tangível e observável como os efeitos físicos e territoriais que são os sintomas dos comumente chamados problemas ambientais. Segundo a autora, as causas de problemas dizem respeito ao que influencia as decisões como, por exemplo, valores sociais, contextos culturais, mentalidades, valores de sustentabilidade e etc.

A identificação dos problemas ambientais ou de sustentabilidade deve identificar os impactos cumulativos causados pelas atividades passadas e presentes e fornecer oportunidade para que os planejadores garantam com que a ação estratégica não torne os problemas já existentes piores, auxiliando na resolução destes problemas (THERIVEL, 2010) e reduzindo ou eliminando as consequências ambientais adversas da proposta de ação estratégica (CIDA, 2004).

3.3.4. Estabelecendo uma estrutura de AAE (para AAEs focadas em objetivos)

Quando a AAE for baseada em objetivos, esta etapa deve ser realizada por meio do desenvolvimento de uma estrutura de objetivos de AAE (declarações do direcionamento das alterações desejadas) e das possíveis metas e indicadores associados (THERIVEL, 2010). Esta estrutura deve descrever um estado ambiental ou de sustentabilidade que atue como um objetivo que a sociedade busca alcançar (THERIVEL, 2010).

3.3.5. Quando parar de coletar informações

Os dados selecionados pela etapa de “*scoping*” apenas serão suficientes quando (THERIVEL, 2010):

- Permitirem que os problemas ambientais sejam adequadamente identificados e abordados;
- Fornecerem uma base contra qual o monitoramento futuro possa ser realizado; e
- Fornecerem uma base que sirva para a previsão de impactos.

Quando houver restrições locacionais específicas que podem afetar a aceitação de um projeto, os dados que informam a respeito destas restrições serão necessários. Por outro lado, quando a localização não for claramente uma restrição, estes dados não serão necessários (THERIVEL, 2010). Todas as razões e justificativas que fundamentam a decisão de não considerar questões específicas, ou ações estratégicas específicas, pela “*baseline*” devem ser documentadas (THERIVEL, 2010).

3.3.6. Questões para revisão

Algumas questões para a revisão da qualidade durante a definição de contexto são (THERIVEL, 2010):

- A informação de definição de contexto está sendo fornecida previamente durante o processo de formulação do plano, de modo que seja suficiente para informar o desenvolvimento da ação estratégica?
- A descrição do que a ação estratégica pode e não pode fazer, dos objetivos e da estrutura da ação estratégica está clara?
- O contexto político (as ligações entre a ação estratégica em questão e as ações estratégicas relacionadas, de esferas inferiores e superiores) está sendo considerado? Quando as ações estratégicas conflitam, os motivos de conflito estão sendo claramente documentados e as recomendações sobre como conciliar as ações estratégicas, de maneira a promover sustentabilidade, estão sendo feitas?
- A “*baseline*” da situação atual está descrita? Esta descrição está apresentada por uma escala apropriada, incluindo um maior

detalhamento das áreas prováveis a serem significativamente afetadas pela ação estratégica? Está atualizada? A informação é apropriada para a ação estratégica em questão (os indicadores apresentam o que significam)? Quando apropriado, a “*baseline*” descreve a situação econômica e social tão bem quanto a ambiental? Os métodos utilizados para investigar a “*baseline*” afetada são apropriados ao tamanho e à complexidade da necessidade para a avaliação?

- A “*baseline*” da provável situação futura sem a ação estratégica (“*business as usual*”) está descrita?
- Os problemas ambientais e de sustentabilidade existentes estão explicados? As causas destes problemas estão discutidas? Estes problemas estão relacionados aos possíveis direcionamentos futuros para a ação estratégica, se apropriado?
- A estrutura de objetivos de AAE (e possíveis indicadores e metas), para AAEs realizadas por objetivos, foi desenvolvida? Esta estrutura cobre uma variedade apropriada de questões? Existe algum conflito entre os objetivos de AAE que foram identificados, descritos e eventualmente resolvidos? As razões da eliminação de questões para uma análise mais aprofundada foram documentadas?
- As lacunas quanto aos dados estão claramente documentadas? Existem medidas em vigor para lidar com estas lacunas no futuro caso seja necessário?
- Foi realizado um processo formal de “*scoping*”? A AAE aborda questões chaves e exclui questões insignificantes?
- Houve o envolvimento das autoridades ambientais ou de sustentabilidade, do público e de outros atores relevantes quando apropriado?

3.4. *Identificando alternativas*

A etapa de desenvolvimento de alternativas deve:

- Ser intrinsecamente ligada e realizada em sincronia com o processo de formulação da ação estratégica e da tomada de decisão (THERIVEL, 2010);
- Identificar e descrever alternativas razoáveis que considerem os objetivos e o escopo geográfico da ação estratégica em proposição (EC, 2001);
- Consultar as autoridades, os especialistas e o público o mais cedo possível no processo de tomada de decisão para que as negociações, discussões e escolhas sobre a alternativa preferida ainda não tenham ocorrido (THERIVEL, 2010);
- Apresentar informações sobre os objetivos de proteção ambiental que são relevantes e sobre a forma como estes objetivos e qualquer consideração ambiental foram levados em conta durante a elaboração da alternativa (EC, 2001; UNECE, 2011).

Durante o desenvolvimento de alternativas, o processo de AAE deve:

- Auxiliar na identificação das melhores alternativas (IAIA, 2002) existentes possíveis, mais sustentáveis e de longo prazo (THERIVEL, 2010);
- Oferecer oportunidade de proposição de alternativas tanto pelas autoridades ambientais ou de sustentabilidade, como por outras instituições especializadas ou pelo público (THERIVEL, 2010).
- Descrever como as alternativas foram desenvolvidas (THERIVEL, 2010);
- Apresentar uma avaliação comparativa das alternativas “mais razoáveis” (JONES et al, 2005);
- Documentar como as alternativas preferidas foram escolhidas (THERIVEL, 2010); e
- Apresentar um resumo das razões para a seleção das alternativas consideradas, incluindo qualquer dificuldade encontrada na compilação da informação requerida (EC, 2001);

O desenvolvimento de alternativas deve obedecer a uma lógica de realização hierarquizada, dependendo da escala de planejamento e de decisão, por meio dos seguintes passos (THERIVEL, 2010):

- Primeiro deve ser avaliada a necessidade de um novo desenvolvimento e a possibilidade de evitar ou prevenir essa demanda;
- Uma vez que as alternativas para a redução de demanda foram exploradas, e as demandas futuras atualizadas e concordadas, devem ser identificadas diferentes formas de atendimento dessas necessidades;
- Após ter sido acordada a forma (ou o tipo) e a dimensão aproximada de desenvolvimento, que atenda as necessidades, devem ser decididos o tamanho e a localização deste desenvolvimento;
- Finalmente, somente após a decisão sobre o local e o tamanho, no nível mais detalhado das alternativas deve ser decidido como este desenvolvimento será programado, projetado e gerido.

Outras considerações durante a realização incluem a definição de medidas para garantir que os efeitos positivos pretendidos pelas alternativas sejam maximizados e que seus efeitos adversos sejam minimizados (prevenidos, mitigados ou compensados) (UNECE, 2011), a identificação de vias de dependência entre ações estratégicas (de níveis inferiores e superiores) que reforcem uma abordagem insustentável e a consideração de alternativas que conflitem com estas ações (THERIVEL, 2010).

Segundo as dicas da *International Association for Impact Assessment* (IAIA, 2014), o desenvolvimento de alternativas de AAE deve ser realizado de uma maneira que as alternativas possam ser enquadradas em, ao menos, um dos seguintes temas:

- Estratégico (opções de alto nível estratégico para o alcance de um dado objetivo);
- Orientado para valores (abordagem de prioridades políticas, valores culturais ou problemas de segurança);
- Orientado para efeitos (abordagem das fontes de qualquer um dos impactos ambientais identificados durante o *Scoping*);
- Setorial (formulada para abordar a viabilidade e as necessidades setoriais ou para promover um setor contra outro);
- Espacial (opções de localização para a implementação de iniciativas políticas ou objetivos de planejamento);

- Modais (tecnologia/métodos para o alcance do mesmo objetivo);
- Temporais (*timing* de implementação das medidas ou iniciativas políticas da ação estratégica).

Como podem existir muitas opções alternativas disponíveis e ser necessária à escolha de uma quantidade mais limitada é recomendada a utilização de critérios para a hierarquização destas opções (THERIVEL, 2010). Para auxiliar a esclarecer os motivos pelo quais diferentes alternativas são desenvolvidas e hierarquizar as opções disponíveis é recomendado o atendimento dos seguintes critérios (DESMOND, 2007; 2009):

- Escopo geográfico da ação estratégica;
- Objetivos da ação estratégica;
- Aceitação social;
- Cumprimento de requerimentos legais;
- Razoável/realista;
- Tecnicamente factível;
- Economicamente factível;
- Sustentável;
- Esfera de tomada de decisão;
- Via de dependência;
- Hierarquia de opções;
- Objetivos ambientais ou da AAE;
- Problemas ambientais existentes;
- Problemas ambientais potenciais;
- Consulta das partes;
- Sincronismo.

A seleção ou identificação das opções mais importantes também pode ser realizada por meio do esclarecimento de acertos e conflitos utilizando a comparação e a apresentação dos seguintes cenários (THERIVEL, 2010):

- “*Business-as-usual*” (“fazer como tem sido feito”) se refere a uma continuação do status quo;
- “Não fazer nada” assume a situação de não realização de nova ação estratégica e de interrupção das ações estratégicas existentes,

auxiliando no questionamento do que poderia acontecer se nenhuma ação existente fosse continuada ou substituída;

- “Fazer o mínimo” auxilia na representação de uma situação de continuidade do mínimo da manutenção em curso dos bens ou recursos existentes;
- “Fazer o melhor ambientalmente” pode auxiliar a demonstrar o distanciamento entre a opção proposta e o estado ideal, e auxiliar a identificar formas de tornar a opção proposta mais sustentável ambientalmente.

Apesar da necessidade de desenvolvimento de alternativas que estejam aptas a lidar com os problemas existentes e com o cumprimento dos objetivos da ação estratégica, dependendo do contexto específico (DESMOND, 2007), todas as alternativas que estão fora do controle da autoridade de planejamento (seja por uma questão de competência legal, técnica ou administrativa), que são inviáveis tanto por questão econômica, temporal, tecnológica, ou que apresentem qualquer outro motivo que impossibilite a sua implementação de maneira completa devem ser eliminadas (THERIVEL, 2010).

As alternativas não relevantes ao processo de tomada de decisão e sem motivos para serem escolhidas incluem (THERIVEL, 2010):

- Alternativas apresentadas simplesmente para que outra alternativa pareça “melhor”;
- A maioria das alternativas que tratam a ação estratégica como uma totalidade, por exemplo, se a ação estratégica deve ser conduzida socialmente, economicamente ou ambientalmente;
- Alternativas de aspectos menores e sem importância para a ação estratégica.

Durante a eliminação de alternativas é necessária uma explicação breve das razões para a eliminação, não sendo necessário submete-las a uma avaliação detalhada (THERIVEL, 2010).

Como procedimento desta etapa deve ser documentado todo o processo de desenvolvimento e seleção de alternativas, contendo a seguinte estrutura (THERIVEL, 2010):

- Base para desenvolvimento de alternativas – Descrição da escala temporal e geográfica da ação estratégica, dos objetivos (proveniente da etapa de descrição do plano), das demandas e necessidades (proveniente do contexto político), dos problemas existentes (proveniente da declaração de problemas existentes) e dos eixos de pressão estratégica da ação estratégica;
- Primeiro crivo de razoabilidade – Descrição e explicação dos motivos para a eliminação das alternativas, como a incompatibilidade de competências legais, técnicas e administrativas, ou inconveniências políticas;
- Segundo crivo – Descrição das alternativas ou grupos de alternativas selecionadas. Descrição do processo participativo para o desenvolvimento e seleção de alternativas, do público participante e das alternativas apresentadas e propostas durante esta sessão. Demonstração das principais vantagens e desvantagens das alternativas por meio de tabelas. Explicação dos motivos que tornam as alternativas mais vantajosas ou desvantajosas. Descrição, e explicação dos motivos, de qualquer alteração, combinação ou aperfeiçoamento das alternativas;
- Crivos subsequentes – Descrição de novas alternativas selecionadas e explicação dos motivos para seleção ou eliminação. Descrição de novo processo participativo e das alternativas propostas pelas autoridades ambientais e pelo público. Descrição da maneira como as alternativas foram avaliadas. Explicação dos motivos para a seleção da alternativa preferida.

3.4.1. Questões para revisão

Para a revisão da qualidade da etapa de desenvolvimento e seleção de alternativas podem ser utilizadas as seguintes questões (THERIVEL, 2010):

- Foram consideradas alternativas que lidam com as questões e os problemas identificados como resultado de uma avaliação de “*baseline*” ou de objetivos para alcançar sustentabilidade?

- As alternativas incluem algumas das situações “*business as usual*”, não fazer nada, fazer o mínimo, e fazer o melhor ambientalmente, quando apropriado?
- As alternativas fazem parte das competências (legais, geográficas, objetivas, técnicas e administrativas) da autoridade de planejamento?
- As alternativas são viáveis (em termos de recursos disponíveis, tecnologia, ou capazes de serem implementadas)?
- As alternativas são relevantes ao processo de tomada de decisão (não “armadas”, desnecessárias ou em um nível incoerente)?
- As alternativas são inconvenientes, mas por outro lado razoáveis e, portanto, não eliminadas explicita ou implicitamente de consideração?
- Foram apresentados as razões ou os motivos para a eliminação de alternativas para a análise detalhada?
- Foi identificada a alternativa, ou as alternativas, preferida(s)?

3.5. *Previsão de Impactos*

Nesta etapa devem ser claramente identificadas e documentadas as várias dimensões dos prováveis impactos futuros da implementação da ação estratégica, incluindo todos os impactos irreversíveis, de longo prazo e de escala temporal equivalente ao tempo de vida da ação estratégica (THERIVEL, 2010). Além disso, esta etapa deve destacar questões e passos específicos que encorajem uma implementação mais sustentável da ação estratégica e sugerir formas de prevenção, mitigação e melhoria dos impactos da fase de implementação (THERIVEL, 2010).

A previsão de impactos deve ser equilibrada entre o nível de detalhe suficiente para permitir a identificação correta dos principais impactos ambientais da ação estratégica e o cuidado de um foco firme sobre os principais impactos e o nível estratégico de análise de informação, especialmente se os detalhes serão analisados mais profundamente em um sistema encadeado (de “*tiering*”) de AAE e EIA (THERIVEL, 2010).

Antes da previsão, o escopo das principais questões ambientais a serem consideradas na tomada de decisão e a forma como a ação estratégica poderá

parecer quando for implementada devem resultar dos seguintes passos (THERIVEL, 2010):

- Determinação, para cada tópico ou objetivo ambiental ou de sustentabilidade, do escopo da previsão (a área geográfica e a escala temporal sobre quais as previsões estão sendo feitas);
- Previsão de como será a ação estratégica ou suas alternativas, quando for implementada, por meio da resposta as seguintes questões:
 - Quais atividades possivelmente ocorreriam?
 - Aonde podem ocorrer estas atividades, se apropriadas?
 - Como estas atividades podem ser afetadas por outras partes da ação estratégica ou outras ações estratégicas?
- Previsão dos impactos prováveis da ação estratégica: a diferença entre a “*baseline*” (incluindo alterações futuras dentro de uma escala temporal de previsão de impactos) com e sem a ação estratégica, incluindo a determinação da escala, da duração e da probabilidade dos impactos. O passo de previsão de impactos envolve a elaboração de variadas suposições, as quais devem ser identificadas e documentadas.

Durante a determinação do escopo deve ser realizada uma discussão com autoridades ambientais, e possivelmente com o público, para a identificação dos requisitos quanto ao nível de detalhe necessário e aos componentes ambientais que a AAE deve focar sobre (THERIVEL, 2010).

Durante a previsão sobre como a ação se parecerá, a AAE deve considerar de que maneira a real implementação de uma ação estratégica pode ocorrer (ao invés de considerar apenas a intenção dos seus formuladores) e investigar quais tipos de projetos ou atividades podem ser desdobrados da ação estratégica e quais declarações políticas tem maior ou menor probabilidade de serem implementadas em caso de conflito (THERIVEL, 2010). Neste passo, a análise do cenário “*business as usual*” deve auxiliar na identificação de tendências futuras, incluindo os possíveis projetos e ações estratégicas futuras (THERIVEL, 2010).

Quando as ações estratégicas forem vagas e for necessária a realização de suposições para a previsão e a avaliação destas, as suposições devem ser apresentadas de maneira clara e todas as medidas que garantam com que as suposições positivas realmente aconteçam devem ser colocadas em prática

(THERIVEL, 2010). Já quando a ação estratégica tiver previsto a alteração de poucos aspectos ou quando houver dúvidas sobre as alterações do meio o enfoque da previsão deve ser direcionado sobre os aspectos do meio que podem alterar aplicando o princípio de precaução (THERIVEL, 2010).

Para definir qual suposição política tem maior probabilidade de ser implementada devem ser avaliados os seguintes fatores (THERIVEL, 2010):

- A magnitude provável do impacto vs. a magnitude da mitigação;
- A força da declaração política (“deverá” vs. “procurará”);
- Se essa questão é de competência clara da autoridade de formulação do plano;
- Se os mecanismos de financiamento atuam preferencialmente rumo ao interesse de uma ou outra suposição;
- Se a questão é monitorada e/ou destacada nos jornais;
- O estilo de vida das pessoas e outras tendências.

Para realizar a previsão de impactos devem ser utilizados os dados da “*baseline*” ambiental, quando disponíveis, e os objetivos e critérios da AAE como orientações (JONES et al, 2005). Nos casos de incerteza deve ser apoiada uma avaliação qualitativa por evidências, quando possível, e pelos detalhes de como essa evidência foi avaliada (THERIVEL, 2010). Durante este passo devem ser realizados o registro de todas as limitações de dados, a declaração de suposições e a documentação de incertezas (THERIVEL, 2010).

A previsão de impactos deve realizar avaliações objetivas e subjetivas (JONES et al, 2005) e utilizar uma variedade de ferramentas, incluindo Sistema de Informações Geográficas (SIG), modelagem, análise de rede, diagrama de fluxo causal e julgamento de especialistas (THERIVEL, 2010). Também deve realizar um esforço especial para considerar os impactos cumulativos, sinérgicos, indiretos, de longo prazo e desiguais, devido às limitações do EIA quanto à previsão e a avaliação de incertezas e impactos em longo prazo (JONES et al, 2005; THERIVEL, 2010).

Durante a previsão de impactos cumulativos deve ser direcionada atenção para o receptor de impactos (ao invés de direcioná-los para a fonte) e identificados os efeitos totais, sobre um recurso, resultantes de diferentes componentes de um plano somado a outras ações estratégicas, projetos e atividades humanas

(THERIVEL, 2010). Podendo ser útil a realização de uma lista das atividades existentes que afetam a área em questão e dos seus impactos prováveis (THERIVEL, 2010).

Quando uma ação estratégica for espacialmente específica, um mapa de sobreposição (“*overlay*”) que demonstre os locais de ocorrência de diferentes tipos de impactos auxiliará a identificar os impactos cumulativos (THERIVEL, 2010). Nas situações em que a ação estratégica não puder ser mapeada será de grande utilidade avaliar se comunidades ou áreas específicas serão desproporcionalmente e cumulativamente afetadas pela ação estratégica (THERIVEL, 2010).

Para identificar quais outras ações estratégicas, projetos e/ou atividades devem ser cobertos por uma avaliação de impactos cumulativos é necessário considerar ações passadas, tendências gerais e, bem como, os projetos e planos específicos que incluem todos os impactos sobre os receptores (THERIVEL, 2010). Uma vez que outras possíveis ações estratégicas, projetos e atividades forem identificados, devem ser descritos os seus impactos cumulativos com a ação estratégica proposta (THERIVEL, 2010).

3.5.1. Questões para revisão

- A área e o tempo, sobre o qual as previsões são feitas, são apropriadas?
- Os impactos transfronteiriços são considerados quando apropriados?
- As suposições sobre como a ação estratégica se parecerá quando implementada são claramente declaradas ou (se implícitas) fazem sentido?
- As previsões cobrem todos os principais impactos ambientais e de sustentabilidade possíveis, de curto e longo prazo? Se uma AAE de abordagem levada por objetivos é usada, a estrutura de AAE previamente acordada está sendo utilizada para estruturar o processo de previsão de impactos?
- As suposições sobre os possíveis impactos da implementação da ação estratégica estão claramente declaradas ou (se implícitas) fazem sentido?

- O nível de detalhe da previsão é apropriado e proporcional ao nível de detalhe da ação estratégica e dos dados da “baseline”? São adequados a proposta (não super detalhados)?
- As incertezas das previsões são identificadas e documentadas?
- Os impactos considerados incluem impactos indiretos, cumulativos/sinérgicos e de longo prazo? São incluídos os impactos sobre diferentes grupos de pessoas, particularmente aqueles que já são afetados negativamente por riscos e impactos ambientais?

3.6. Avaliação

O processo de AAE deve fornecer informações sobre os impactos da implementação das decisões estratégicas que sejam suficientes para julgar se esta decisão deve ser alterada (IAIA, 2002). Para fornecer informações que auxiliarão neste julgamento o processo de AAE deve realizar uma avaliação que:

- Reúna informações sobre as características e efeitos da ação estratégica e sobre os valores e as sensibilidades do ambiente receptor (THERIVEL, 2010);
- Avalie e descreva os possíveis efeitos ambientais associados ao alcance dos objetivos e metas da proposta de ação estratégica para cada opção alternativa (CIDA, 2004);
- Traduza os impactos previstos em declarações de importância ou de significância (JONES et al, 2005; THERIVEL, 2010); e
- Considere os possíveis efeitos transfronteiriços significantes (UNECE, 2011).

O processo de AAE também deve garantir que os resultados desta avaliação sejam disponibilizados em tempo hábil suficiente para serem utilizados na preparação da decisão estratégica (DALAL-CLAYTON e SADLER, 2005), influenciar o processo de tomada de decisão e inspirar o planejamento futuro (IAIA, 2002). Assim, uma avaliação ambiental apropriada deve ser realizada durante a preparação da ação estratégica e antes de sua aprovação ou submissão ao procedimento legislativo (EC, 2001).

Durante a realização de uma avaliação, e nos prazos apropriados que são definidos, deve ser realizada a consulta das autoridades ambientais competentes e do público, de modo a permitir tempo suficiente para consulta e expressão de opinião, a contribuir para uma tomada de decisão mais transparente e a garantir que a informação fornecida para a avaliação seja abrangente e confiável (EC, 2001).

A avaliação de uma ação estratégica não pode, em hipótese alguma, ocasionar prejuízo à legislação de AIA de projetos ou a qualquer outro requerimento legal (EC, 2001). Assim, se a avaliação for obrigada simultaneamente por mais de uma legislação devem ser realizados procedimentos coordenados e articulados que preencham os requerimentos das legislações pertinentes de modo a evitar a duplicidade de avaliação (EC, 2001). No entanto, quando houver mais de uma ação estratégica financiada em conjunto, a avaliação ambiental destas deve ser realizada em conformidade com os requerimentos específicos da legislação pertinente superveniente (EC, 2001).

Como não existe uma única melhor maneira para a avaliação de impactos, as abordagens utilizadas devem ser selecionadas conforme a sua adequação às questões que estão em jogo (OECD, 2006). Vale ressaltar que o nível de detalhe da avaliação deve ser proporcional ao nível de detalhe da ação estratégica e que o nível de detalhe dos dados da “*baseline*” também deve ser proporcional aos de avaliação e mitigação (THERIVEL, 2010).

Os procedimentos para a realização da avaliação de impactos devem ser suficientemente robustos e transparentes para convencer os atores e o público que os resultados são confiáveis e representam o estado da arte (FISCHER, 2007). A comparação da situação existente com as alterações que podem resultar da implementação de uma alternativa (CIDA, 2004) deve envolver a determinação da significância ou não do impacto previsto (THERIVEL, 2010) e pode ser realizada por meio dos seguintes critérios (CIDA, 2004):

- Conformidade com padrões (códigos aplicados internacionalmente, padrões domésticos, regulações e outras normas declaradas para conformidade);
- Capacidade do ambiente ou das instituições responderem aos efeitos resultantes direta ou indiretamente da iniciativa de ação estratégica;
- Probabilidade dos efeitos ambientais (positivos ou negativos) ocorrerem;

- Identificação dos potenciais efeitos cumulativos; e
- Grau de preocupação pública sobre a ação estratégica nos níveis local, nacional e internacional.

A determinação de informações sobre as características dos efeitos de ações estratégicas deve ser realizada por meio da análise da sua magnitude e extensão espacial (área geográfica e tamanho da população possivelmente afetada, incluindo impactos transfronteiriços); da sua probabilidade, duração, frequência e reversibilidade; e de todos os seus efeitos indiretos, cumulativos ou sinérgicos (THERIVEL, 2010).

Já para determinar as informações sobre o valor e a sensibilidade do ambiente deve ser analisada a “*baseline*” ambiental e outras ações estratégicas relevantes, que podem ser realizadas por meio das seguintes maneiras (THERIVEL, 2010):

- Designações (como de parques nacionais): Indicando áreas que são valoradas por questões de raridade ou importância particular para um ou mais aspectos ambientais, como paisagem ou biodiversidade. O nível de sua designação – internacional, nacional, local – fornece uma indicação de sua importância;
- Outras medidas de valor ou vulnerabilidade como, por exemplo, áreas que são densamente utilizadas pelas pessoas, ou áreas que são habitats para espécies raras locais, ou construções/pessoas particularmente sensíveis à perturbação (exemplo: hospitais, grupos de pessoas já sujeitas aos impactos cumulativos);
- Padrões e regulamentações (como padrões de qualidade do ar, padrões para insolação em habitações): Padrões que definem gargalos para componentes ambientais, como ar ou água;
- O público ou as partes interessadas, que podem ser questionados sobre quais aspectos ambientais ou de sustentabilidade consideram mais importantes. Garantindo que aquelas pessoas com a maior possibilidade de serem afetados por uma ação estratégica tenham chances de influenciá-la e de propor medidas de mitigação. Entretanto ainda seria necessária a complementação da visão de especialistas

para garantir análises bem embasadas. Caso contrário, os interesses locais podem extrapolar os interesses nacionais.

O processo de avaliação deve ser realizado por meio da comparação com bases que permitam a análise da relação entre o estado atual e as tendências futuras relativas aos limites e metas de um componente ambiental, auxiliando na determinação de como essa situação deve ser gerida e sugerindo medidas de mitigação (THERIVEL, 2010). As considerações socioeconômicas podem complementar o processo de maneira paralela ou integrada a avaliação (DALAL-CLAYTON e SADLER, 2005).

Quando a AAE for realizada por objetivos, a etapa de avaliação deve ser realizada por meio da análise dos possíveis impactos de cada opção ou componente da ação estratégica contra a estrutura de objetivos, metas e indicadores ambientais ou de sustentabilidade da AAE, tipicamente, por meio de uma matriz (THERIVEL, 2010).

De modo geral, uma avaliação de impactos transparentes deve seguir as seguintes regras (THERIVEL, 2010):

- Envolver as diversas partes interessadas relevantes, incluindo os autores do plano;
- Explicar o embasamento das suposições (da etapa de previsão de impactos), por exemplo, sobre os problemas evidenciados pela “*baseline*”, o embasamento das tendências, como a ação estratégica seria implementada, etc;
- Utilizar uma base consistente de avaliação e explicar por quais parâmetros é composta: Se os impactos da ação estratégica estão sendo analisados contra a situação atual, a situação futura sem a ação estratégica, padrões ambientais, objetivos ambientais/de sustentabilidade e/ou limites ambientais;
- Avaliar os impactos cumulativos por meio da consideração dos impactos totais da ação estratégica proposta somado a outras ações, e não apenas a proporção dos impactos totais oriundos da ação estratégica proposta. Ao terem sido identificados devem ser contrapostos a capacidade do ambiente acomodá-los;

- Quando houver desacordo sobre a significância dos efeitos de uma ação estratégica, documentar todos os diferentes pontos de vista;
- Ligar claramente os resultados da avaliação ao processo de tomada de decisão, podendo ser para a escolha de uma alternativa preferida, para o aperfeiçoamento da ação estratégica, e para as medidas de mitigação recomendadas.

3.7. Mitigação

As etapas de previsão, avaliação e mitigação devem ser realizadas como um conjunto harmonioso, onde um passo levará diretamente ao outro (THERIVEL, 2010). Sendo assim, após a avaliação e a identificação das melhores alternativas devem ser minimizados todos os impactos negativos, otimizados todos os positivos, melhorado sustentavelmente em outros caminhos se possível, e garantido que estas medidas de mitigação não ocasionem impactos negativos (CIDA, 2004; THERIVEL, 2010).

Como regra, todos os impactos negativos identificados devem seguir uma hierarquia de mitigação, na qual em um primeiro momento devem ser evitados, em um segundo momento devem ser reduzidos e, em um terceiro momento, devem ser compensados os impactos adversos usando medidas apropriadas (OECD, 2006). Nesta hierarquia, geralmente, a prevenção de impactos é preferível à redução, a qual em consequência é preferível à reparação e compensação (THERIVEL, 2010).

Durante a identificação de medidas para melhorar oportunidades e mitigar impactos adversos devem ser desenvolvidas situações de ganhos múltiplos entre as partes, de forma que sejam proporcionadas condições iguais a todas as partes e protegido e melhorado o meio ambiente (OECD, 2006). Quando o desenvolvimento destas situações for impossível, as trocas devem ser claramente documentadas para orientar os tomadores de decisões (OECD, 2006).

As regras para a escolha de medidas de mitigação em nível estratégico incluem (THERIVEL, 2010):

- Identificar medidas que acontecerão de qualquer maneira, por exemplo, como resultado de outras autoridades de planejamento ou

ações do governo nacional. Isto garante que medidas propostas adicionais sejam proporcionadas e complementares;

- Focar sobre medidas que estão dentro das competências da autoridade de formulação do plano, que sejam viáveis, e que possam ser implementadas em tempo. Quando apropriado, recomendar outras medidas a outras autoridades, mas tendo cuidado ao assumir que estas medidas serão completamente implementadas;
- Quando apropriado, requerer que as medidas de mitigação sejam colocadas em prática antes dos impactos negativos começarem;
- Adotar uma atitude proativa que não restrinja o comportamento das pessoas após já terem sido tomadas as decisões e enraizadas as concepções;
- Estabelecer um enfoque consistente que forneça certeza, condições equilibradas, e uma abordagem justa para que ninguém possa reclamar de ficar em desvantagem. Gargalos ou limites que acionem as medidas de mitigação auxiliam a simplificar a negociação entre múltiplas organizações. É muito mais difícil realizar acordos caso a caso, sobre medidas de gestão, para múltiplos projetos individuais do que ter uma regra que se aplique a todos projetos;
- Escolher medidas que sejam práticas e não sejam autodestrutivas (por exemplo, não encoraje o contra comportamento rebelde, como o despejo ilegal de lixo, ou a utilização de ruas laterais para evitar as tarifas de congestionamento sobre as principais ruas);
- Realizar o acompanhamento do monitoramento ligado à gestão do impacto para garantir que as medidas funcionem como planejado (THERIVEL e ROSS, 2007).

As medidas de mitigação típicas de AAE podem incluir (THERIVEL, 2010):

- Alterações a redação da ação estratégica (ou aos componentes/declarações destas);
- A remoção de componentes/declarações que não são embasados ambientalmente ou sustentáveis;
- A adição de novos componentes/declarações, incluindo declarações “protetoras” do meio ambiente;

- Requerimentos para substituir ou equilibrar (“*offset*”) certos tipos de impactos por meio de projetos que substituem os benefícios perdidos por outros projetos (como, por exemplo, um novo parque próximo a uma área de espaço aberto que está sendo desenvolvida);
- Requerimentos e termos de referencia para AIA de certos tipos de projetos, ou subcomponentes de AIA, como uma avaliação da paisagem ou do tráfego (isto pode aumentar a certeza para os desenvolvedores e a rapidez do escopo de AIA);
- Uma explicação sobre o motivo pelo qual uma AIA ou AAE em nível inferior podem não ser necessárias, ou pelo qual algumas preocupações ambientais ou de sustentabilidade não precisam ser abordadas pela AIA ou pela AAE em nível inferior; e
- Medidas de mitigação que devem ser realizadas pelos planos, programas e projetos subsequentes.

Ao final desta etapa, o resultado deve ser uma lista de medidas acordadas para alterar a ação estratégica em questão, alterar outras ações estratégicas quando relevante, e/ou definir um contexto para os projetos futuros (THERIVEL, 2010). É importante ressaltar que mesmo após a realização desta etapa as medidas de mitigação devem continuar a ser consideradas pelo processo de AAE, permitindo o refinamento contínuo da ação estratégica (JONES et al, 2005).

3.8. *Informando decisões*

Após a realização das etapas de previsão, avaliação e mitigação, a função da AAE é informar as decisões e não julgar se os benefícios da ação estratégica proposta justificam qualquer dano que a ação causará (THERIVEL, 2010). Assim, neste momento, o processo de AAE deve relatar claramente todos os impactos negativos e positivos significantes aos tomadores de decisões para que realizem e justifiquem a sua decisão (THERIVEL, 2010).

A AAE pode informar decisões por meio da comparação de alternativas, da identificação das alternativas mais embasadas ambientalmente ou sustentáveis,

sugerindo soluções de ganho mútuo, e fornecendo informações sobre os impactos de possíveis trocas (“*trade-offs*”) (THERIVEL, 2010).

As comparações de alternativas são frequentemente resumidas em formato de matriz, com alternativas dispostas ao longo de um eixo e os tópicos ou objetivos ao longo do outro eixo (THERIVEL, 2010). A comparação de alternativas deve seguir as seguintes regras (THERIVEL, 2010):

- Evitar impactos irreversíveis;
- Fornecer maior peso aos impactos de longo prazo;
- Evitar impactos que excederiam os limites ou gargalos ambientais;
- Evitar impactos sobre áreas particularmente sensíveis;
- Evitar impactos que afetem ecossistemas, recursos ou comunidades que já tenham sido afetadas cumulativamente; e
- Quando os impactos não puderem ser evitados, considerar a realização de trocas.

Durante o processo de comparação pode ocorrer até mesmo a identificação de uma nova alternativa, que inclua os componentes de diversas das alternativas originais ou novas medidas de mitigação, e será necessária a reavaliação e a comparação com outras alternativas (THERIVEL, 2010).

O fornecimento de informações sobre os impactos de possíveis trocas (“*trade-offs*”) deve ser apresentado para que a AAE garanta que as questões ambientais ou de sustentabilidade sejam completamente consideradas pelo processo de tomada de decisão (THERIVEL, 2010). Para evitar trocas (“*trade-offs*”) inapropriadas e demonstrar que um resultado sustentável será alcançado devem ser seguidas as seguintes regras (GIBSON, 2005):

- Máximo de ganhos líquidos – proporcionar progresso líquido rumo ao cumprimento dos requerimentos de sustentabilidade (por exemplo: buscar contribuições de reforço mútuo, cumulativas e duradouras para favorecer o resultado global mais positivo e factível, enquanto evita efeitos adversos significantes);
- Carregar de argumentos sobre o proponente da troca – a carga da justificativa (especialmente quando resultarão efeitos adversos em parâmetros de sustentabilidade) recai sobre o proponente da troca;

- Evitar efeitos adversos significantes – não pode ser justificada nenhuma troca que envolva efeitos adversos significantes sobre qualquer parâmetro de sustentabilidade, a menos que a alternativa seja a aprovação de um efeito adverso ainda mais significativo;
- Proteção do futuro – não pode ser justificada nenhuma substituição de efeitos adversos significantes do presente para o futuro, a menos que a alternativa seja a substituição de um efeito negativo significativo ainda maior do presente para o futuro;
- Justificativa explícita – todas as trocas devem ser abertamente identificadas por meio de justificativas explícitas a luz de critérios de decisões de sustentabilidade e regras gerais de trocas; e
- Processo aberto – Todos os compromissos e trocas propostos devem ser abordados e justificados através de um processo aberto com envolvimento efetivo de todas as partes interessadas.

Ao terem sido fornecidas todas as informações necessárias à orientação da decisão deve ser selecionada uma melhor opção, representada pela opção mais factível que (CIDA, 2004):

- Alcance de maneira mais efetiva os objetivos e metas da proposta de ação estratégica (em termos de custo, tempo, recursos humanos, desenvolvimento de objetivos, etc.);
- Apoie melhor as políticas ambientais ou de sustentabilidade nacionais ou as quais o país é signatário;
- Apresente o menor efeito ambiental negativo após já terem sido implementadas as medidas de mitigação;
- Possui o menor número de efeitos ambientais desconhecidos.

Ao final, todas as razões que levaram a escolha da alternativa preferida e das alterações sugeridas para a alternativa devem ser documentadas, inclusive, quando houver conflito entre a alternativa preferida e uma outra ação estratégica existente deve ser documentado e realimentado de volta para uma revisão prévia da ação estratégica conflitante (THERIVEL, 2010).

3.8.1. Questões para revisão

As questões para a revisão de qualidade das etapas de previsão, avaliação e mitigação são (THERIVEL, 2010):

- A avaliação de impacto foi realizada com parâmetros de uma base clara e razoável de: situação atual, situação futura, padrões ambientais, objetivos de AAE e/ou limites ambientais?
- Os impactos cumulativos da ação estratégica foram comparados com a capacidade do ambiente receptor acomodar estes impactos;
- Existem medidas de prevenção, mitigação e compensação propostas para todos os impactos adversos significantes da implementação da ação estratégica;
- A hierarquia de mitigação, na qual primeiro se evita, depois mitiga e só então compensa, está sendo seguida?
- Existem medidas de mitigação propostas dentro da competência ou controle da autoridade de planejamento? Estas medidas de mitigação tratam de uma parcela justa dos impactos causados pela ação estratégica? Essas medidas serão financiadas? Essas medidas serão implementadas de maneira sincronizada? Essas medidas são proativas? Essas medidas proporcionam condições equilibradas aos planos e projetos em níveis inferiores?
- Se a ocorrência de trocas foi necessária, elas evitaram impactos irreversíveis; deram maior peso aos impactos de longo prazo; orientaram claramente os impactos que excederiam gargalos ou limites ambientais; impediu impactos sobre áreas particularmente sensíveis; e evitou impactos que afetem ecossistemas, recursos ou comunidades que já foram afetados cumulativamente?

3.9. Documentação

Após o término da avaliação da ação estratégica devem ser relatados os resultados e razões que levaram a conclusão da AAE (OECD, 2006). Nesta etapa

devem ser decididos como apresentar os dados dos estágios prévios de AAE, quem consultar e como responder aos resultados da consulta, sendo necessária a realização das seguintes atividades (THERIVEL, 2010):

- Preparação do relatório de AAE;
- Estabelecimento de diretrizes para a implementação da ação estratégica;
- Consulta das partes interessadas;
- Registros de como os resultados da consulta foram considerados;
- Registros de como os efeitos significantes serão tratados; e
- Registros de como os impactos da ação estratégica serão monitorados.

Como regra, para a realização desta etapa o processo de AAE deve:

- Apresentar requisitos claros e de fácil entendimento (IAIA, 2002);
- Garantir acesso suficiente a toda informação relevante (IAIA, 2002);
- Informar e envolver o público afetado e interessado e as organizações governamentais por todo o processo de tomada de decisão (IAIA, 2002);
- Informar os planejadores, os tomadores de decisões e o público afetado sobre a sustentabilidade das decisões estratégicas (CIDA, 2004);
- Ser integrado e realimentado com informações provenientes de consultas realizadas sobre a ação estratégica com as partes interessadas (CIDA, 2004);
- Fornecer uma base de informações para as decisões futuras (IAIA, 2002);
- Identificar e documentar resultados inteligíveis a todas as partes afetadas pela decisão (Dalal-Clayton e Sadler, 2005);
- Documentar todas as considerações sobre os possíveis efeitos ambientais resultantes da proposta de ação estratégica (CIDA, 2004);
- Abordar explicitamente os pontos de vista e preocupações na documentação e na tomada de decisão (IAIA, 2002);
- Fornecer informação sobre os impactos reais da implementação da decisão estratégica que sejam suficientes para julgar se esta decisão deve ser alterada (IAIA, 2002); e

- Documentar e justificar como os problemas de sustentabilidades foram considerados pela tomada de decisão (IAIA, 2002).

3.9.1. O relatório de AAE

O relatório de AAE deve fornecer informações sobre os efeitos ambientais da ação estratégica ao público e às autoridades consultadas (UNECE, 2011); servir como base para consulta e participação pública; fornecer recomendações aos tomadores de decisões em termos das alternativas preferidas e das possíveis medidas para evitar, minimizar, mitigar e compensar qualquer impacto remanescente; ser levado em conta pela tomada de decisão (FISCHER, 2007) durante a preparação da ação estratégica e antes de sua aprovação ou submissão ao procedimento legislativo (EC, 2001); e documentar o processo de AAE, de forma que os leitores possam acompanhar como as considerações ambientais ou de sustentabilidade foram levadas em conta pelo processo de tomada de decisão (THERIVEL, 2010).

Quanto à documentação dos resultados, o relatório de AAE deve:

- Abordar e enfocar apenas as questões importantes, levantadas e apresentadas pela AAE (CIDA, 2004; THERIVEL, 2010);
- Estar alinhada ao escopo da AAE (UNECE, 2011);
- Considerar o conhecimento e os métodos de avaliação disponíveis (EC, 2001);
- Considerar o conteúdo e o nível de detalhe da ação estratégica (EC, 2001);
- Enfocar sobre alterações feitas à ação estratégica como resultado da AAE (THERIVEL, 2010);
- Declarar como os resultados da AAE influenciaram o produto final (CIDA, 2004);
- Considerar a sua posição no processo de tomada de decisões e o momento em que determinadas questões serão mais bem avaliadas nos diferentes níveis do processo de formulação da ação estratégica, de modo a evitar uma duplicidade da avaliação (EC, 2001);

- Declarar como os efeitos ambientais associados com a ação estratégica serão mensurados, monitorados e documentados (CIDA, 2004);
- Apresentar informações espaciais da AAE em mapas (THERIVEL, 2010);
- Ser apresentada em um formato compreensível e em linguagem apropriada (OECD, 2006);
- Não ser obrigada a incluir cada uma das incrivelmente longas tabelas de avaliações ou descrições do contexto político (THERIVEL, 2010).

Quanto ao conteúdo, o relatório de AAE deve apresentar as seguintes informações:

- Um resumo do conteúdo, principais objetivos da ação estratégica e relacionamento com outras ações estratégicas relevantes (EC, 2001);
- Os aspectos relevantes do estado atual e da provável evolução futura do meio ambiente sem a implementação da ação estratégica (EC, 2001);
- As características ambientais das áreas que podem ser afetadas de maneira significativa (EC, 2001);
- Todos os problemas ambientais relevantes à ação estratégica, incluindo aqueles relacionados às áreas de importância ambiental particular (EC, 2001);
- Os objetivos de proteção ambiental estabelecidos em nível internacional e nacional que sejam relevantes à ação estratégica e a forma como estes objetivos e todas as outras considerações ambientais foram consideradas durante a preparação do relatório (EC, 2001);
- As justificativas para as técnicas e os métodos de avaliação utilizados pela AAE (FISCHER, 2007);
- Todas as informações sobre a identificação, descrição e avaliação dos possíveis efeitos ambientais significantes da implementação da ação estratégica e de todas suas alternativas que considerem os mesmos objetivos e escopo geográfico (EC, 2001; FISCHER, 2007);

- Os possíveis efeitos significantes¹ sobre o meio ambiente, incluindo questões como biodiversidade, população, saúde humana, fauna, flora, solo, água, ar, fatores climáticos, bens materiais, patrimônio cultural incluindo o patrimônio arquitetônico e arqueológico, paisagem e a inter-relação entre todos estes fatores (EC, 2001);
- A descrição de como as alternativas foram desenvolvidas (UNECE, 2011);
- Um resumo das razões que justificam a seleção das alternativas escolhidas e uma descrição do modo como a avaliação foi realizada, de uma forma que inclua todas as dificuldades (como deficiências técnicas ou falta de conhecimento) encontradas na compilação das informações necessárias (EC, 2001; UNECE, 2011);
- A justificativa para qualquer aceitação de troca significativa (OECD, 2006);
- A razão que justifica porque a alternativa preferida foi escolhida (THERIVEL, 2010);
- Os benefícios que são antecipados e quaisquer questões pendentes que necessitam ser resolvidas (OECD, 2006);
- Uma descrição de como outros documentos e os resultados encontrados foram considerados pela AAE (FISCHER, 2007);
- As medidas destinadas a prevenir, reduzir e eliminar, ao máximo possível, todos os efeitos adversos significantes sobre o meio ambiente, resultantes da implementação da ação estratégica (EC, 2001; OECD, 2006);
- As medidas de melhorias propostas (OECD, 2006) e a razão para a consideração destas medidas (THERIVEL, 2010);
- Um plano proposto para a implementação da ação estratégica (OECD, 2006), incluindo a descrição das medidas destinadas ao monitoramento dos efeitos ambientais significantes (EC, 2001; UNECE, 2011), de modo que sejam apresentadas medidas para a identificação dos efeitos

¹ Incluindo os efeitos secundários, cumulativos, sinérgicos, positivos, negativos, temporários e permanentes de curto, médio e longo prazo.

adversos imprevistos em fases iniciais e para a realização das ações de remediação apropriadas (EC, 2001);

- Uma orientação para o enfoque ou simplificação dos processos de AIA ou de AAE subsequentes e para os compromissos mais específicos, como planos e programas locais e projetos particulares (OECD, 2006);
- Uma descrição de como os processos e os resultados das consultas internas e externas foram realizados e considerados pela AAE (CIDA, 2004; FISCHER, 2007);
- A explicação da metodologia de consulta e participação utilizada para a realização da AAE, incluindo a descrição de quem foi envolvido, quanto tempo demorou e etc (THERIVEL, 2010);
- As preocupações das partes interessadas, incluindo os pontos em acordo e desacordo, e recomendações para manter as partes interessadas informadas sobre a implementação das recomendações (OECD, 2006);
- Uma síntese não técnica das informações apresentadas nos tópicos anteriores (EC, 2001; JONES et al, 2005; UNECE, 2011), apropriada ao uso para a explicação dos resultados encontrados a sociedade civil (OECD, 2006).

Para a preparação do relatório, além das informações provenientes do processo de AAE, podem ser utilizadas as informações disponíveis sobre os efeitos da ação estratégica que foram obtidas em outros níveis de tomada de decisões ou por via de outras legislações (EC, 2001) e, até mesmo, as informações provenientes de pesquisas ou avaliações anteriores disponíveis que sejam relacionadas à proposta de ação estratégica (CIDA, 2004).

Durante a construção do resumo executivo não deve ser realizada uma descrição do processo de AAE, mas sim de seus resultados (THERIVEL, 2010). O resumo executivo deve apresentar informações preliminares que justifiquem a necessidade da AAE e o modo como a AAE foi realizada e estruturada (THERIVEL, 2010).

Para elaborar o plano de implementação da AAE devem ser reunidos os resultados de diferentes etapas do processo de AAE e, particularmente, das

medidas de mitigação propostas, incluindo as informações que detalhem (THERIVEL, 2010):

- Aonde outras ações estratégicas conflitam com a ação estratégica em questão e, portanto precisam ser alteradas, quem precisa ser contatado e o que pode ser feito;
- Qual infraestrutura é necessária para garantir que qualquer desenvolvimento proposto tenha impactos ambientais ou de sustentabilidade mínimos, quem fornecerá esta infraestrutura, e como isto será financiado;
- Quais outras ações precisam ser tomadas;
- Quais orientações adicionais precisam ser escritas; e
- O que precisa ser monitorado.

Ao final, o relatório deve ser avaliado por uma revisão independente (verificação do controle de qualidade), a qual deve verificar se a informação fornecida pela AAE e incluída no relatório é suficiente para a tomada de decisão (JONES et al, 2005; FISCHER, 2007; OECD, 2006). A revisão deve identificar todas as incertezas, contradições e possíveis vieses (FISCHER, 2007) e ser realizada por especialistas ambientais do ramo para ser anexado a ação estratégica preliminar e prosseguir pelo processo de aprovação (CIDA, 2004). Após a revisão, a documentação deve fornecer, às partes interessadas, uma base para o acompanhamento das considerações ambientais ou de sustentabilidade que foram levadas em conta (FISCHER, 2007).

3.9.2. Consulta sobre o relatório de AAE

Após o término do relatório devem ser disponibilizadas a proposta de ação estratégica preliminar e o relatório de AAE para consulta ao público e às autoridades competentes (EC, 2001; THERIVEL, 2010; UNECE, 2011), em tempo hábil suficiente para serem usadas efetivamente na preparação da decisão estratégica (DALAL-CLAYTON e SADLER, 2005). Para que a ação estratégica seja aprovada ou submetida aos procedimentos legislativos devem ser considerados o relatório de AAE, as opiniões expressas e os resultados de qualquer consulta realizada (EC, 2001). Portanto, a oportunidade de expressão de observações e opiniões ao público

e às autoridades competentes deve ser oferecida previamente a aprovação ou a submissão aos procedimentos legislativos (EC, 2001; UNECE, 2011).

O público a ser consultado deve representar as pessoas afetadas, as pessoas com possibilidade de serem afetadas por esta tomada de decisão ou as pessoas que possuem interesse sobre a situação, incluindo uma ou mais pessoas legais ou naturais e suas associações, grupos ou organizações não governamentais pertinentes como as que promovem a proteção ambiental e outras interessadas (EC, 2001). As autoridades competentes devem ser representadas pelas autoridades que possuem responsabilidades ambientais (EC, 2001) e de saúde específicas (UNECE, 2011) e ser possíveis interessadas pelos efeitos ambientais da implementação da ação estratégica (EC, 2001). Outras partes podem ser representadas por organizações responsáveis pelo controle de qualidade da ação estratégica, autoridades locais, acadêmicos, consultores e etc. (THERIVEL, 2010).

Quando for considerado que a implementação da ação estratégica pode causar efeitos significantes sobre o meio ambiente de outro país deve ser realizado o encaminhamento de uma cópia da ação estratégica preliminar e do relatório de AAE a este país, anteriormente a aprovação ou submissão desta ação estratégica preliminar ao procedimento legislativo (EC, 2001). A realização do encaminhamento a este país indica a sua oportunidade de realização de consulta antes da aprovação da ação estratégica ou da submissão ao procedimento legislativo (EC, 2001).

Se for confirmada a pretensão de consulta, os países interessados devem realizar consultas quanto aos eventuais efeitos ambientais transfronteiriços da implementação da ação estratégica e às medidas previstas para diminuir ou eliminar tais efeitos (EC, 2001). Sempre que essas consultas se realizarem, os países devem determinar, em comum acordo, as regras que assegurem que as autoridades competentes e o público do país que pode ser significativamente afetado sejam informados e tenham a possibilidade de apresentarem as suas observações, dentro de um prazo razoável (EC, 2001).

O processo de AAE deve disponibilizar o relatório ao público por um período tempo acordado para a sua revisão (OECD, 2006), garantindo que seja dado acesso suficiente à informação (FISCHER, 2007). As opiniões expressas pelas autoridades competentes e pelo público, bem como o resultado de qualquer consulta transfronteiriça, devem ser considerados durante a preparação da ação estratégica e antes da sua aprovação ou submissão ao procedimento legislativo (EC, 2001).

Uma vez que o público, autoridades ambientais e outras organizações comentaram sobre o relatório de AAE, seus pontos de vista devem ser explicitados no relatório (FISCHER, 2007) e completamente considerados pelos formuladores da ação estratégica no processo de tomada de decisão (THERIVEL, 2010). Quando as considerações provenientes das consultas resultarem em alterações à ação estratégica devem ser documentadas (THERIVEL, 2010). Quando as considerações da consulta não forem consideradas deve ser dada uma explicação (THERIVEL, 2010).

3.9.3. A declaração de AAE

Após a aprovação da ação estratégica o tomador de decisão deve produzir e disponibilizar publicamente, garantido que as autoridades competentes e o público sejam informados, as seguintes informações:

- A ação estratégica como aprovada (EC, 2001);
- Uma declaração resumindo a forma como as considerações ambientais foram incorporadas a ação estratégica e como o relatório ambiental, as opiniões e observações apresentadas e os resultados das consultas realizadas foram consideradas, bem como as justificativas para a escolha da ação estratégica aprovada em função das outras alternativas razoáveis abordadas (EC, 2001; DALAL-CLAYTON e SADLER, 2005; THERIVEL, 2010; UNECE, 2011); e
- As medidas decididas em relação ao monitoramento (EC, 2001).

Caso não seja tomada a decisão quanto a implementação da ação estratégica, devem estar claramente definidas nas recomendações da AAE as alternativas de desenvolvimento possíveis, os prováveis efeitos destas opções e as possíveis consequências da não implementação da ação estratégica (OECD, 2006).

3.10. Monitoramento e acompanhamento

Após a decisão sobre a adoção da ação estratégica, devem ser monitorados os efeitos ambientais significantes da implementação para identificar efeitos

adversos imprevistos e permitir que as medidas de correção apropriadas sejam tomadas (EC, 2001; UNECE, 2011). A realização da etapa de monitoramento e acompanhamento da ação estratégica compreende as seguintes atividades e atribuições (FISCHER, 2007; THERIVEL, 2010):

- O monitoramento de impacto deve reunir informações da “*baseline*” ambiental ou de sustentabilidade futuras, preencher qualquer lacuna de informações ou dados identificados como parte da coleção da “*baseline*” e reconhecer qualquer impacto imprevisto significativo da implementação da ação estratégica e geri-lo apropriadamente;
- A auditoria de impacto deve checar a conformidade das suposições sobre a implementação da AAE e das ligações entre a ação estratégica e seus impactos. Verificando se os impactos da ação estratégica atendem as metas ou padrões, se os impactos são os mesmos que foram previstos pela AAE e se as medidas de mitigação foram completamente implementadas;
- A gestão de impacto deve auxiliar a garantir que qualquer impacto imprevisto identificado através do monitoramento seja gerido apropriadamente, podendo incluir revisões para o próximo ciclo da ação estratégica, bem como medidas mais diretas e imediatas;
- A comunicação deve auxiliar a garantir que as lições da revisão da AAE sejam incorporadas nos ciclos subsequentes e em outros processos de AAE ao mostrar o processo de monitoramento.

Para auxiliar a determinar se algumas revisões ou medidas de gestão adicionais são necessárias à ação estratégica e selecionar o que deve ser monitorado, devem ser respondidas as seguintes questões (THERIVEL, 2010):

- A “*baseline*” é adequada e identifica todos impactos significantes?
- As suposições e previsões realizadas estão corretas?
- A ação estratégica foi implementada como planejado?
- A ação estratégica esta sendo efetiva?

Além destas questões, é importante responder o quanto estão sendo cumpridos os objetivos ambientais, as recomendações do relatório de AAE e as ações estratégicas (OECD, 2006). Se necessário, durante a realização do

monitoramento podem ser utilizados os sistemas de monitoramento já existentes para que seja evitada a duplicidade do monitoramento (EC, 2001).

Uma vez que tenham sido definidos o quê e o porquê monitorar devem ser especificados como e quando monitorar, quem será responsável, quais devem ser as respostas administrativas para os problemas identificados, e como a informação de monitoramento deve ser comunicada (HANUSCH e GLASSON, 2008). Uma estrutura de monitoramento deve, idealmente, apresentar um mecanismo de desencadeamento de ações a serem realizadas para cada indicador, caso os impactos reais superem as expectativas quanto à severidade prevista anteriormente, e informações sobre quais ações seriam tomadas nestes casos (THERIVEL, 2010).

Após a conclusão do processo de AAE e durante a avaliação dos resultados de monitoramento deve ser realizado o acompanhamento do processo por meio da revisão de qualidade ou renovação da ação estratégica (OECD, 2006; FISCHER, 2007). Os resultados encontrados devem ser disponibilizados às autoridades e ao público (UNECE, 2011), podendo ser apresentados na forma de relatórios de monitoramento anuais sobre as ações estratégicas ou relatórios do estado do meio ambiente sobre as condições ambientais mais genéricas (THERIVEL, 2010).

3.10.1. Questões para revisão

As questões para a revisão de qualidade das etapas de documentação e monitoramento são (THERIVEL, 2010):

- A AAE foi conduzida como parte integral do processo de tomada de decisão, iniciando quando os objetivos da ação estratégica foram desenvolvidos e continuando por todo o processo de tomada de decisão?
- O relatório de AAE:
 - Identifica o tomador de decisão e quem está realizando a AAE?
 - Descreve a metodologia utilizada pela AAE, incluindo quem foi consultado e de qual maneira?
 - Apresenta um claro e conciso layout e apresentação; É apresentado como um todo integrado; e utiliza mapas e apresentações quando apropriado?
 - Utiliza uma linguagem clara e simples, e evita jargões técnicos?

- Enfoca sobre os maiores problemas?
- Reconhece fontes externas de informação, incluindo o julgamento de especialistas e questões de opinião?
- Contém um resumo não técnico (resumo executivo), que inclui uma explicação da abordagem geral da AAE, os objetivos da ação estratégica, as principais alternativas consideradas, e como a ação estratégica foi alterada pela AAE?
- Evita viés e é apresentado de uma maneira aberta e imparcial?
- É apresentada alguma explicação ao relatório de AAE (e à declaração de AAE quando apropriado) sobre como as considerações ambientais ou de sustentabilidade foram consideradas na ação estratégica, quais alterações (se alguma) foram feitas à ação estratégica como resultado da AAE, e as razões para a escolha da ação estratégica adotada, à luz de outras alternativas razoáveis?
- Foi proposta uma estrutura de monitoramento?
- O monitoramento está ligado ao fornecimento de informação de “*baseline*” futura, ao preenchimento das lacunas de informações, à comprovação das suposições e previsões, e a checagem se a ação estratégica (incluindo as medidas de mitigação recomendadas) foi bem implementada?
- A ação estratégica preliminar e o relatório de AAE foram disponibilizados para a consulta do público, das autoridades competentes ambientais ou de sustentabilidade, e a outros países quando apropriado? Foi dada a estes atores uma oportunidade prévia e efetiva dentro de um prazo apropriado para que pudessem expressar suas opiniões sobre a ação estratégica preliminar e o relatório de AAE antes da adoção da ação estratégica?
- Os pontos de vista do público, das autoridades competentes e dos países (quando apropriado) foram resumidos e abordados?

4. A prática de “ontem” sem resultados para o “amanhã”...

Neste capítulo é apresentada uma revisão bibliográfica que contempla reflexões de diferentes autores frente à necessidade de uma perspectiva mais estratégica da prática de Avaliação Ambiental Estratégica, que estimule qualquer reflexão crítica sobre, ou desafie, o problema de decisão político pré-determinado, uma vez que os resultados da AAE são levados em conta por um mundo não racionalista, dirigido pela política.

4.1. Por uma AAE mais estratégica!

Segundo Partidário (2012), uma abordagem mais estratégica de AAE não é apropriada para ações de curto prazo ou imediatas como, por exemplo, uma alteração pontual em um plano diretor, com o objetivo de acomodar um novo hospital ou qualquer outra infraestrutura não planejada inicialmente em uma localização específica, ou um novo plano detalhado, elaborado para promover a coerência entre a implementação de um projeto que já foi decidido. Essas situações não necessariamente envolvem uma decisão estratégica e seriam avaliadas de maneira mais adequada por uma avaliação baseada na AIA de projetos.

Desde a concepção da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) tem sido promovida uma busca incessante por um “algo mais” que equacione tanto os desafios de uma prática efetiva, alinhada as ambições acompanhadas pela evolução da teoria, quanto a potencialidade de oportunidades e possibilidades carregadas pela complexidade e pelo peso, principalmente, do último termo utilizado para referenciar o sobrenome deste instrumento (PARTIDÁRIO, 2000; NILSSON e DALKMANN, 2001; OWENS et al, 2004; WALLINGTON et al, 2007; BINA et al, 2011; KORNOV e DALKMANN, 2011; PARTIDÁRIO, 2011; SILVA et al. 2014; PARTIDÁRIO e SHEATE, 2013; LOBOS e PARTIDÁRIO, 2014).

O termo “estratégia” é apontado (CHERP et al, 2007; ANDRADE, 2012) como tendo sido proveniente do campo militar e originado, de maneira mais proeminente, há cerca de 2.500 anos a partir de um filósofo chinês, chamado Sun

Tzu, que se transformou em general e escreveu o mais famoso dos antigos manuais estratégicos: *A arte da guerra*²

No contexto empresarial, foi a partir do início da década de 1960 que o estudo da estratégia passou a ser um objeto de interesse crescente por parte de muitos executivos, estudiosos e pesquisadores da área de administração, contribuindo significativamente para o aumento do volume de trabalhos e pesquisas que transformaram a estratégia em um núcleo da literatura especializada de gestão (ANDRADE, 2012).

Em função da importância deste tema, existe um corpo de conhecimento que, além de ser amplo, se caracteriza por uma variedade de perspectivas que dificultam as inúmeras tentativas de definição de um conceito universalmente aceito e que podem ser entendidas sobre distintos pontos de vista (ANDRADE, 2012). Mesmo assim, Andrade (2012) afirma que uma estratégia, em termos gerais, lida com:

- A definição das linhas de atuação de uma organização;
- A definição dos objetivos organizacionais;
- A determinação de como desenvolver ações tendo em vista o contexto interno e externo;
- A determinação de como articular as diversas áreas funcionais de uma organização para facilitar o êxito no alcance dos seus objetivos.

Uma estratégia para alcançar a situação futura desejada por uma organização deve ser desenvolvida por meio de três níveis diferentes, a saber: 1-definição de objetivos frente ao contexto, 2-definição de estratégias para alcance destes objetivos levando em conta o contexto e 3-operacionalização prática destas estratégias por meio das diferentes áreas funcionais de uma organização, que respondem às necessidades práticas para melhorar a gestão frente a um contexto cada vez mais complexo (ANDRADE, 2012).

Em AAE, o adjetivo “estratégico” tem sido amplamente utilizado com o significado de que o instrumento é destinado a influenciar apenas o objeto da AAE, as ações estratégicas de Políticas, Planos e Programas (PPPs) que constituem tomadas de decisões de níveis mais estratégicos (BINA, 2007; CHERP et al, 2007). No entanto, Cherp et al. (2007) acreditam que o adjetivo “estratégica” é um atributo

² TZU, Sun. **A arte da guerra**. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997 (escritos originais: século VI a.C.).

chave da AAE que define essencialmente sua promessa e atratividade como uma ferramenta política.

Barlett e Baber (1989 apud WALLINGTON et al, 2007) destacam que mais do que uma metodologia ou um enfoque consistente, o que determina o sucesso da Avaliação de Impacto é a adequação e a efetividade em circunstâncias particulares da estratégia política implícita. Esta declaração não apenas destaca a importância da adoção de uma *estratégia* para o alcance da proposta principal da AAE por si, mas também pontua a relação entre esta *estratégia* adotada e o contexto, ou as circunstâncias na qual a AAE será implementada (WALLINGTON et al, 2007).

Kornov e Dalkmann (2011) também complementam a potencialidade do papel estratégico da AAE e alertam que a AAE não pode ser definida como um instrumento técnico operando em um vácuo social e precisa levar em consideração os processos políticos, sociais e organizacionais que influenciam a forma da AAE e determinam se e como os resultados da AAE serão utilizados.

Cada vez mais tem sido reconhecido que para exercer toda esta influência esperada com a aplicação da AAE, os profissionais precisam focar sua atenção além do papel da AAE como fornecedora de informações para a tomada de decisão (BINA et al, 2011). Este reconhecimento é sugerido, desde o meio da década de 90 (LOBOS E PARTIDARIO, 2014), quando foi apontado que a AAE precisaria ser mais sensível às características reais da tomada de decisão (NILSSON e DALKMANN, 2001).

Desta maneira, os desafios relacionados à suposição de uma tomada de decisão estratégica racional, sequencial, que raramente é confirmada na realidade, tem dominado boa parte da literatura atual de AAE, que continua alertando para a existência de limitações ao serem realizadas AAEs racionalistas, cujos resultados serão levados em conta por um mundo não racionalista, dirigido pela política (THERIVEL, 2010).

Hilding-Rydevik e Bjarnadóttir (2007) criticam as suposições procedimentais e normativas “livres de contexto” que tem definido as “boas práticas” em AAE. Os autores destacam a necessidade de uma maior atenção e adaptação dos procedimentos de AAE para o contexto como uma condição crítica para a promoção da integração das preocupações ambientais e de sustentabilidade dentro da corrente dominante de planejamento.

Partidário (2011) também afirma que o principal ponto a ser considerado para a melhoria sobre a forma como a AAE pode ser útil, efetiva e eficiente é que a AAE seja específica ao contexto. Bina et al. (2011) acrescentam que a escolha da “melhor” *estratégia* para que a AAE alcance sua proposta principal também dependerá da natureza de circunstâncias contextuais que envolvem a decisão abordada em uma AAE.

Para Partidário (2011), o contexto deve moldar a agenda de boa prática da AAE determinando especificamente:

- A proposta da AAE (por exemplo, em relação a outras ferramentas de avaliação política ou práticas de planejamento disponíveis);
- A natureza e as características de sistemas nacionais de AAE (dependendo, por exemplo, da organização de estruturas institucionais, da constelação de atores e do poder compartilhado em relação aos problemas ambientais);
- Os setores participantes e a forma como serão envolvidos nas AAEs (dependendo, por exemplo, dos níveis existentes de integração ambiental e também da apropriação da AAE pelos setores em relação ao papel exercido pelas autoridades ambientais);
- Os profissionais apropriados para a implementação de abordagens adequadas para a AAE (por exemplo, profissionais com especialidade em ciência política, planejamento do uso do solo, engenharia e tecnologia, que utilizam diferentes abordagens e ferramentas).

Partidário (2011) destaca que a natureza característica da AAE, de ser específica ao contexto, pode conflitar com padronizações internacionais, mas ressalta que a consideração do contexto é o ponto chave do processo de melhoria dos padrões de AAE. Zhang et al. (2013) destacam que a influência exercida por fatores contextuais sobre todo o processo de implementação, e sobre a efetividade, da AAE sugere claramente que não existe um caminho único para colocar a AAE em prática.

Nooteboom e Teisman (2003 apud CHERP et al, 2007) atribuem a ocorrência deste desafio ao fato dos processos de tomada de decisão não serem nem lineares e nem apegados a formulação em etapas, dando origem a um dilema chamado pelos autores de “paradoxo do *timing*”, onde a Avaliação de Impacto quase sempre está “ou muito adiantada ou muito atrasada”.

“Está muito atrasada por conta dos [...] *stakeholders* já terem escolhido uma solução específica [no momento que a AAE está sendo conduzida], e está muito adiantada porque o problema [...] sempre é redefinido durante o processo de tomada de decisão, resultando em uma avaliação irrelevante.”

Ao questionar a efetividade potencial da AAE à luz de teorias que fundamentam a formação de ações estratégicas, os resultados de Cherp et al. (2007):

- Sugerem que a AAE frequentemente falha em sua tarefa de influenciar ações estratégicas porque é concebida para ser integrada com um processo formal³, quando na realidade o processo de formulação de ações estratégicas é um processo frequentemente informal;
- Indicam que as ações estratégicas podem ser emergentes, ao invés de deliberadas (como detalhadas pela corrente de discurso principal da AAE), e que o caráter assumido como deliberado indica supostamente que a AAE pode afetar toda uma variedade de atividades de níveis menos estratégicos ao influenciar decisões em níveis mais estratégicos. Segundo os autores, as decisões formais de autoridades competentes, no máximo, articulam as ações estratégicas já existentes ao invés de formular novas;
- Destacam que o conhecimento fornecido pela AAE nem sempre é relevante para as ações estratégicas porque a maioria das teorias ressalta a necessidade de conhecimentos sobre o “terreno” (contexto externo), sobre “si mesmo” (contexto interno) e sobre “o inimigo” (interesses dos vários atores institucionais) e estes conhecimentos, e sua comunicação de maneira apropriada aos atores estratégicos relevantes, ainda representa um desafio que a AAE aborda apenas parcialmente;
- Destacam que a natureza dos processos de formação de ações estratégicas podem diferir entre os tipos de organizações e os estágios de evolução organizacional e, desta maneira, a efetividade e a utilidade

³ Por “formal”, Cherp et al. (2007) referem-se a processos que seguem regras previamente estabelecidas. Em contraste, em processos “informais”, as regras não estão definidas ou podem mudar a qualquer momento.

da AAE também podem variar significativamente dependendo do contexto de sua aplicação.

Em relação ao desafio para que a AAE se torne relevante tanto para ações estratégicas emergentes quanto para ações estratégicas deliberadas, Cherp et al. (2007) recomendam que a AAE altere ao menos parte do seu foco sobre a formulação de ações estratégicas, direcionando para a maneira como ocorre a formação de ações estratégicas, e sobre a implementação de ações estratégicas, direcionando para a forma como ocorrem as tomadas de decisões de ações estratégicas.

Os autores ainda destacam que não existe uma teoria “correta” para a explicação perfeita do processo de formação de ações estratégicas e que a teoria de AAE não deve batalhar para abandonar conceitos “ditos como errados” para a formação de ações estratégicas (como, por exemplo, processos racionais) em favor de conceitos “ditos como certos” (como, por exemplo, processos de aprendizagem), mas deve aprender a lidar com aspectos apropriados do processo estratégico dependendo de cada contexto (CHERP et al, 2007).

Quanto ao desafio sobre a insuficiência da produção de conhecimentos relevantes para a efetividade da AAE, Cherp et al. (2007) destacam que a AAE deve aprender que as ações estratégicas estão frequentemente entrelaçadas na mente das pessoas, nas narrativas individuais e organizacionais, nas redes de atores e nas culturas. Assim, se a mensagem da AAE não estiver incorporada nesse meio, a realização de uma AAE efetiva pode seguramente estar perdida.

Especificamente em relação a este ponto, Cherp et al. (2007) recomendam o estímulo de aprendizagem, por meio da conexão do conhecimento sobre o que as pessoas já sabem, para uma abordagem de aplicação efetiva de AAE. Segundo os autores é importante que os praticantes de AAE aprendam a arte de contar histórias, pois o ato de contar histórias desde o início pode de fato induzir uma mudança estratégica através de aprendizagem e formação de redes.

Cherp et al. (2007) concluem que a melhor *estratégia* para uma aplicação efetiva de AAE deve promover “sistemas adaptativos de AAE”, com o objetivo de ser equipada com ferramentas para entender os processos de formação das ações estratégicas e para selecionar a abordagem mais efetiva de AAE em cada uma das situações específicas de ações estratégicas, ao mesmo tempo em que considera o contexto no qual está inserida.

Cherp et al. (2007) destacam que o conhecimento sobre fatores internos e externos (incluindo a análise do contexto institucional) são fundamentais para a realização de uma abordagem efetiva de AAE. Os autores enfatizam que apesar de existir pouca orientação disponível sobre como o conhecimento relacionado ao contexto que afeta iniciativas estratégicas pode ser obtido, processado ou utilizado, este conhecimento apresenta papel central na maioria das escolas sobre formação de estratégias e é extremamente necessário ao lidar com a natureza incontrolável e imprevisível de ações estratégicas.

Reconhecendo a importância do entendimento do contexto para aplicação de uma abordagem de AAE mais estratégica, Bina et al. (2011) apresentam uma distinção quanto ao contexto relevante para a teoria de AAE. Segundo os autores, a AAE é influenciada por um contexto “imediato” e por um contexto “mais amplo” (figura 1).

Figura 1 – Contextos relevantes para a teoria de AAE: “imediato” e “mais amplo”.
Fonte: Bina et al. (2011)

Inicialmente, a atenção sobre o contexto imediato (o conjunto de quadrados no centro da figura 1) era focada pelos praticantes de AAE para influenciar os processos de formulação política e de planejamento, em reconhecimento da necessidade de um melhor entendimento sobre “como funcionava a formulação política”, em busca da adaptação e do alinhamento da AAE aos processos políticos existentes (BINA et al, 2011).

Já a necessidade do entendimento sobre o contexto “mais amplo” surgiu do reconhecimento de que o processo de tomada de decisão que a AAE procura influenciar não opera em um vácuo e é completamente incorporado em contextos políticos (legislativos e regulatórios) e sociais (político e culturais), característicos de processos de decisões sociais (BINA et al, 2011).

Segundo Bina et al. (2011), o contexto “mais amplo” (como detalhado pela figura 1) inclui a localização organizacional e institucional do processo de tomada de decisão (dimensões institucionais e organizacionais), que são situadas em uma dada sociedade e seus valores sociais, culturais e políticos mais amplos (dimensões políticas e sociais/culturais), e influenciada por ela.

Bina et al. (2011) afirmam que os contextos “imediato” e “mais amplo” são interdependentes (assim como simbolizado pelas setas pretas da figura 1) e que se, por um lado, o contexto “mais amplo” afeta processos de decisão (e assim a AAE) de diversas maneiras (apresentando como formas mais notáveis a influência sobre a agenda de decisão e sobre a implementação do resultado de decisão); por outro lado, a introdução de AAE pode afetar elementos e processos de decisão dos contextos “mais amplo” e “imediato”.

Assim, considerando a importância do entendimento dos contextos “imediato” e “mais amplo” para que a AAE seja mais efetiva em influenciar decisões e mudar os hábitos e as mentalidades⁴ dos tomadores de decisões, Bina et al. (2011) apontam a necessidade de uma orientação sobre como adaptar a escolha de uma *estratégia* para a aplicação da AAE e dos seus métodos operacionais, que atenda as necessidades do contexto ou da situação específica.

Procurando organizar a estruturação dos desafios a serem superados pela prática de AAE, Bina et al. (2011) propõem a articulação das seguintes questões:

- A proposta substantiva⁵ associada com o principal objetivo pretendido com a aplicação de AAEs, que está relacionado com as principais implicações de processos de decisão social;
- A(s) “*estratégia(s)*” adotada(s) ou o(s) meio(s) utilizado(s) para que a proposta pretendida com a aplicação de uma AAE seja alcançada;

⁴ Traduzido de “*frames of mind*”.

⁵ Segundo Bina et al. (2011), a definição de “substantiva” pretende transmitir um significado de “real ao invés de aparente”; “expressando existência”. A definição de “proposta” pretende transmitir o significado de “algo configurado como um fim a ser alcançado”, sendo que o termo “proposta”, portanto, sugere uma determinação estabelecida e o termo “fim” reforça o efeito pretendido com uma ação (Bina et al, 2011).

- Os mecanismos específicos (procedimentos, técnicas, ferramentas) para a operacionalização da AAE.

Bina et al. (2011) explicam que a proposta substantiva de uma AAE é definida como uma referência ao motivo da existência do instrumento e que as *estratégias* para o alcance da proposta estão fortemente ligadas ao objeto⁶ de avaliação de uma AAE, referido como sendo a entidade (algo ou processo) sobre o qual as atividades da AAE são focadas e sobre o qual a AAE pretende influenciar direta e indiretamente.

As *estratégias* adotadas para a aplicação de uma AAE podem ser classificadas de acordo com diferentes suposições realizadas tanto sobre o objeto da AAE quanto sobre o contexto no qual a AAE opera, tornando evidente, basicamente, dois pontos de vista nesta discussão (BINA et al, 2011):

- *Estratégia “procedimental”* tradicional – As atividades de AAE se destinam a afetar diretamente o resultado de um processo de decisão ou de uma iniciativa política específica (como uma decisão ou recomendações para uma ação) e este resultado, após a implementação, afeta o estado (primeiramente físico) do mundo. Este é o foco tradicional de uma Avaliação Ambiental em geral e é principalmente associado com uma abordagem procedimental “racional”. O contexto político e institucional é assumido como determinado, fornecendo condições limitantes para a AAE;
- *Estratégia “transformacional”* – Em curto prazo, a AAE objetiva mudar a forma como as decisões são tomadas (ao invés de se adaptar a um dado contexto) introduzindo considerações ambientais dentro de arenas de decisões dominadas por diversos valores (entre estes o econômico). As atividades de AAE são também destinadas a contribuir para mudanças (de médio a longo prazo) na amplitude de valores, de pontos de vista, de comportamentos e de práticas de atores e instituições nos contextos “imediato” e, crucialmente, no “mais amplo”; por exemplo, ao aumentar a conscientização ambiental no nível político, contribuindo para aprendizagem organizacional, e assim por

⁶ Bina et al. (2011) destacam que os “objetos” da AAE têm sido tradicionalmente definidos como Políticas, Planos e Programas (PPPs). No entanto, este trabalho trata os “objetos” da AAE pelo termo “ações estratégicas”. Uma definição mais ampla que PPPs, apresentada por Therivel (2010).

diante. Esta mudança contextual mais “indireta”, conseqüentemente, afeta a definição de agendas políticas, os resultados dos processos políticos, a implementação dos seus resultados e, principalmente, a condição do mundo. Esta estratégia é frequentemente referida como uma estratégia de “aprendizagem”, já que seu objetivo é mudar permanentemente valores, pontos de vista e práticas, de maneira oposta ao que frequentemente acontece em contextos “imediatos” de decisão em que acordos arranjados são realizados e nada é mudado quanto aos valores e os pontos de vista dos participantes (o que, no entanto, não significa que nenhuma aprendizagem possa ocorrer em situações de decisões individuais).

Os autores destacam que a interpretação da *estratégia* transformacional para a aplicação de AAE teria como alvo o contexto “mais amplo” e a busca pela ampliação de cada avaliação individual a partir do estabelecimento de mecanismos e processos que objetivam fortalecer a governança ambiental além do tempo de duração de um processo de planejamento específico ou de sua implementação (BINA et al, 2011).

O desenvolvimento de uma *estratégia* transformacional de aplicação da AAE é baseado na convicção de que ao invés de simplesmente se adaptar as formas prevalentes de fazer as coisas, a AAE também deve, em longo prazo, contribuir para a transformação dos processos políticos e de planejamento, para a melhora dos elementos do contexto “mais amplo” e para forma como o desenvolvimento é pensado, em primeiro lugar (BINA et al, 2011).

Esta abordagem é recomendada em função de inúmeras implicações em relação a perseguição pela proposta real da AAE e em resposta aos alertas quanto a adaptação sem críticas aos processos prevalentes, os quais operam de acordo com os valores orientados para o desenvolvimento que já foi estabelecido e, conseqüentemente, perdem a oportunidade de desafiar os processos de decisões para que incluam as metas de sustentabilidade ambiental (BINA et al, 2011).

Desta forma, Wallington et al. (2007) alertam para que os profissionais de AAE reflitam conscientemente sobre as suposições, os valores, as ambições e crenças que são simultaneamente afirmadas quando uma *estratégia* particular é adotada para guiar a implementação da AAE, pois a influência de qualquer

mecanismo escolhido dependerá do compromisso prévio em relação a uma determinada *estratégia* para a aplicação da AAE.

Segundo Wallington et al. (2007), a operacionalização prática de mecanismos comunicativos e técnicos (ou apenas de mecanismos comunicativos) não significa necessariamente que a *estratégia* adotada para a aplicação da AAE consiga ir além de uma abordagem racional, já que os processos participatórios e comunicativos podem ser orientados para o simples fornecimento de informações relacionadas a proposta que está em mãos e podem não estimular qualquer reflexão crítica sobre, ou desafiar, a definição pré-determinada do problema de decisão política.

No entanto, se a AAE deve facilitar a defesa de valores ambientais, então o questionamento crítico e o reenquadramento do problema de decisão devem moldar as questões para uma avaliação formal sistemática (WALLINGTON et al, 2007). Cherp et al. (2007) apontam que para identificar o foco correto, os estágios de AAE utilizados para garantir o enfoque sobre o problema de decisão (*screening* e *scoping*) podem conter elementos de análise institucional que abordem questões como “qual é a estratégia em uma situação particular?” e “isso pode ser mudado pela AAE?”.

Vicente e Partidário (2006) destacam que a tarefa de afetar a percepção dos tomadores de decisões sobre os problemas ambientais deve estar na linha de frente das prioridades dos praticantes de AAE. Segundo os autores, a comunicação apresenta um papel importante para a AAE na medida em que é através do diálogo sobre diferentes interpretações do problema de decisão e do julgamento de valores que os significados comuns emergem e a tomada de decisão estratégica pode ser reajustada para melhores decisões.

Para Bina et al. (2011), o envolvimento prático de processos de definição do problema de decisão e de concepção de alternativas proporcionam formas mais proativas e, potencialmente, mais efetivas de influenciar o processo de decisão em questão. De qualquer maneira, quando condições de incerteza e conflitos de valores prevalecem e quando não há um consenso claro sobre a natureza do problema de decisão, uma AAE que questione criticamente os valores e ambições será requerida para (re)definir o problema de decisão antes que ocorra a solução deste problema (WALLINGTON et al, 2007).

Ainda assim, ao introduzir sistematicamente o uso de métodos que objetivam o estímulo de reflexão crítica sobre uma ação estratégica (como, por exemplo, discussões informais, oficinas de cenários, exercícios sobre a retrospectiva de históricos, relatórios sobre a qualidade ambiental e abordagens similares), e suas consequências para a sustentabilidade ambiental, as *estratégias* para a aplicação da AAE podem contribuir para o aumento da conscientização ambiental ao nível do setor ou de uma sociedade como um todo (BINA et al, 2011).

Além disso, esta integração das dimensões complementares de análise em AAE “racional-técnica” e “comunicativo-discursiva” demandará a criação de fóruns institucionalizados para a promoção do diálogo e do tipo de reflexão crítica necessária para facilitar oportunidades de aprendizagem nos contextos de tomada de decisão, organizacionais e sociais “mais amplos” (BINA et al, 2011).

No entanto, Partidário e Sheate (2013) advertem que o envolvimento de *stakeholders* em Avaliações de Impacto apenas apresentará possibilidades consideráveis para a melhoria deste processo se os *stakeholders* forem considerados como parte do processo e não forem usados apenas como mecanismos para a simples verificação dos resultados.

Segundo Partidário e Sheate (2013), as práticas de participação pública que apresentam natureza reativa (onde é conduzida principalmente para cumprir requerimentos legais, ao invés de gerar processos de aprendizagem e contribuições ativas para a formação de ações estratégicas) não funcionam para dimensões estratégicas e podem simplesmente aumentar a fadiga do problema de participação, limitar o processo de aprendizagem e reduzir as oportunidades de compartilhamento do poder.

O reconhecimento de que os instrumentos de Avaliação de Impacto têm possibilitado processos de aprendizagem através da troca de conhecimento técnico, particularmente, entre consultores ambientais, proponentes e administradores ambientais ocorre já há algum tempo (PARTIDÁRIO E SHEATE, 2013; ILLSLEY et al, 2014). Mas, segundo Partidário e Sheate (2013), esta troca de conhecimento ainda permanece insuficiente para:

- Envolver todos os *stakeholders* necessários em um processo de desenvolvimento e dar a eles a oportunidade de terem uma voz;
- Agir como uma forma de romper barreiras que impedem interação, comunicação saudável e colaboração;

- Facilitar aprendizagem, compartilhar conhecimento e criar novos conhecimentos – um processo nomeado pelos autores como “conhecimento em transição”;
- Criar oportunidades para compartilhar poder em processos de Avaliação de Impacto;
- Visar o estímulo de processos de aprendizagem mútua para auxiliar a construir capacidades de longo prazo entre *stakeholders* e melhorar os resultados.

Em resposta ao grande desafio de mediação entre o conhecimento de diferentes *stakeholders* (ILLSLEY et al, 2014), Partidário e Sheate (2013) indicam uma proposta diferente de envolvimento em Avaliação de Impacto, uma abordagem essencialmente pragmática em que vários tipos de conhecimento sejam envolvidos para contribuir para um processo de aprendizagem coletivo, fortemente baseado no conhecimento criado pelos aprendizes (por meio de comunidades de prática que compartilham o poder) e na responsabilidade de contribuir com soluções para problemas, enquanto reconhece que existe um processo de tomada de decisão que pode ainda ser administrativamente racional.

Em outras palavras, a Avaliação de Impacto deve adotar uma abordagem em que os *stakeholders* são vistos como parte da solução e em que os benefícios de longo prazo podem ser acumulados através da criação de conhecimento e da coprodução entre comunidades de prática (PARTIDARIO E SHEATE, 2013). Hansen et al. (2013) destacam que a observação dos atores como agentes engenhosos, somada a uma interpretação do poder como facilitador de decisões, pode levar a uma melhoria do entendimento da efetividade da AAE.

Illsley et al. (2014) indicam a abertura do processo de *scoping* para possibilitar a discussão de valores ambientais que embasam o processo de AAE, fornecendo voz não apenas às visões de sustentabilidade das autoridades competentes, mas também às visões de outros, e incluindo também aqueles que frequentemente não são incluídos.

Illsley et al. (2014) destacam que o encorajamento do envolvimento público em um momento mais prévio e de uma maneira mais ampla pode ajudar os grupos de comunidades e autoridades competentes a ganhar um entendimento da posição da cada um e produzir um senso de apropriação das ações estratégicas enquanto evoluem e aumentam os incentivos para uma participação continuada.

As perspectivas descritas no texto esclarecem que ao mesmo tempo em que a AAE foca sobre os processos específicos de formulação de ações estratégicas também objetiva influenciar os hábitos, as crenças e os valores dos atores e das instituições que fazem parte dos contextos “imediatos” e/ou “mais amplos”, de uma maneira que os torna mais favoráveis à sustentabilidade ambiental (BINA et al, 2011).

Bina et al. (2011) advertem que a implementação de AAE deve ser realizada por meio de uma abordagem pragmática, que defina estratégias de AAE de acordo com características específicas do país, dos setores e das organizações, em questão, e como resposta a natureza específica de “lacunas” entre as práticas atuais de formulação política e as práticas que mais conduzem para tomadas de decisões ambientalmente sustentáveis, assim como em resposta a fraquezas específicas em relação ao contexto “mais amplo”.

Assim, fica claro que os processos deliberativos e técnicos não podem ser realizados de maneira mutuamente exclusiva, porém o contexto no qual a avaliação ocorre deve ser um determinante crucial de qual abordagem ou combinação de abordagens deve ser adotada (OWENS et al, 2004).

5. Material e métodos

Segundo as definições apresentadas por Gil (2002), esta pesquisa pode ser enquadrada como sendo pertencente à tipologia descritiva. Esta classificação se justifica com base no objetivo principal da pesquisa de descrição das características da prática do processo de AAE para o estabelecimento de relações entre a qualidade prática destes processos e a utilização de mecanismos e procedimentos que consideram questões diretamente associadas ao *timing* dos problemas de decisões que foram sujeitos à realização de Avaliação Ambiental Estratégica.

Para tornar possível a consideração dos mais variados aspectos relacionados a esta pesquisa, o delineamento dos procedimentos utilizados foram planejados de maneira bastante flexível e envolveram:

- Levantamento e revisão Bibliográfica sobre mecanismos e procedimentos para a realização de processos de AAE, visando o estabelecimento de critérios para a ponderação das análises de revisão de qualidade;
- Pesquisa documental de exemplos (relatórios de AAE) que estimulassem a compreensão do processo estudado;
- Seleção dos relatórios apontados como “boas práticas de AAE” para o planejamento de transporte;
- Seleção dos relatórios de AAE brasileiros realizados para o planejamento de transporte;
- Identificação de questões diretamente associadas ao *timing* dos problemas de decisões que foram sujeitos à realização dos processos de AAE analisados;
- Revisão dos relatórios de AAE selecionados utilizando os critérios estabelecidos a partir da revisão bibliográfica e de uma estrutura para a revisão da qualidade de avaliações ambientais, que observa os requerimentos da Diretiva Europeia de AAE (2001/42/EC) e que toma como base os trabalhos de Fischer (2007, 2010 e 2012).

A seguir estão detalhados e apresentados os seguintes passos utilizados para a seleção e para a análise dos relatórios avaliados neste trabalho:

1. Seleção dos relatórios de AAE;
2. Identificação dos problemas de decisões que motivam a formulação da ação estratégica e definição da amplitude do foco da AAE;
3. Estrutura para a revisão da qualidade de relatórios ambientais;
4. Sistema de graduação;
5. Procedimentos para a revisão e a atribuição das notas.

5.1. Seleção dos relatórios de AAE

Para alcançar os objetivos deste trabalho foram selecionados 9 relatórios de AAE para análise. Deste total, 3 relatórios foram realizados para o planejamento de transporte brasileiro e 6 relatórios foram recomendados por consultores e/ou agentes relacionados à prática de AAE e realizados para o planejamento de transporte do Reino Unido.

Entre os relatórios brasileiros foram selecionados:

- AAE do Programa Rodoanel Mário Covas (Rodoanel);
- AAE das Perspectivas e intenções de investimentos para o desenvolvimento da dimensão Portuária, Industrial, Naval e Offshore do Litoral Paulista até 2025 (PINO);
- AAE do Programa Multimodal de Transporte e Desenvolvimento Minero-Industrial da Região Cacaueira (Complexo Porto Sul).

Importa ressaltar que a seleção destes relatórios representa 33,3% dos casos de AAEs realizadas para o setor de transporte brasileiro e 8,3% do universo de AAEs realizadas no Brasil até o ano de 2012 (Núcleo de Estudos de Política Ambiental, 2012⁷).

Os relatórios da AAE do Rodoanel e da AAE do PINO foram selecionados devido a importância destes empreendimentos no estado de São Paulo. O relatório da AAE do Complexo Porto Sul foi selecionado devido a sua representatividade em relação a metodologia adotada para a elaboração da AAE (descreve a utilização do

⁷ http://www.shs.eesc.usp.br/nepa/relatorios_aae.html

guia de AAE de Partidário, 2007), que observa os requerimentos da diretiva europeia de AAE (EC/42/2001).

Já os relatórios de AAE recomendados foram selecionados a partir de uma lista compilada, ano a ano, pela professora Riki Therivel (Oxford Brooks University) (disponível em <http://www.levett-therivel.co.uk/SEA.htm>) com recomendações de “boas práticas de AAE”, enviadas por consultores e/ou agentes relacionados à prática de AAE, que fazem parte da lista de contatos da professora. Segundo Therivel, os consultores são encorajados a recomendar os relatórios preparados pelas suas próprias consultorias e o nome das pessoas que recomendaram os relatórios é apresentado na última coluna destas listas⁸.

Para selecionar os relatórios de AAE a partir da lista da Professora Riki Therivel os critérios utilizados foram a disponibilidade na internet e os estudos terem sido encontrados em estágio de elaboração final. Todos os relatórios recomendados em estágio de elaboração final e disponíveis na internet pertenceram ao Reino Unido e estão apresentados em conjunto com os relatórios brasileiros no quadro 1 a seguir.

Um aspecto positivo geral que deve ser mencionado diz respeito ao fato de quase todas as autoridades do Reino Unido disponibilizarem seus relatórios de AAE na internet (mesmo que tenham sido passado vários anos). Fato que não foi observado em relação às autoridades brasileiras, onde apenas o relatório da AAE do Complexo Porto Sul foi encontrado no *site* do LIMA (consultoria responsável pela elaboração do estudo).

⁸ Therivel cita que não é realizada nenhuma tentativa prévia de especificar o que seria considerado como “boa prática” ou de vetar as recomendações enviadas. Segundo a autora, a inclusão dos relatórios nesta lista não significa necessariamente que tenham apresentado conformidade legal ou, até mesmo, que os elementos de boas práticas recomendados também estejam em conformidade legal, mas que foram apontados por usuários ou autores da comunidade de AAE mundial como boas práticas (<http://www.levett-therivel.co.uk/SEA.htm>).

	Relatórios de AAE (ações estratégicas)	Horizonte temporal	Ano do relatório	País	Região	População (habit.)	Densidade (hab/km²)	Proponente da ação	Proponente da AAE
1	Buckinghamshire's Second Local Transport Plan Provisional (LTP2)	2006-2011	ago/05	Inglaterra (Reino Unido)	Condado de Buckingham hire	505.300	270	Transport Policy and Strategy Team (Buckinghamshire County Council)	Consultoria C4S (Transport Research Laboratory) e Buckinghamshire County Council
2	Aberdeenshire Local Transport Strategy (LTS)	2006-2009	mai/06	Escócia (Reino Unido)	Condado de Aberdeenshir e	255.540	40	Aberdeenshire Council	Consultoria Faber Maunsell/AECOM
3	Wales Transport Strategy	2006-2030	nov/06	País de Gales (Reino Unido)	País de Gales	3.063.456	147	Welsh Assembly Government	Consultoria C4S (Transport Research Laboratory)
4	Local Transport Strategy of Aberdeen City	2008-2012	nov/07	Escócia (Reino Unido)	Cidade de Aberdeen	222.793	1.210	<i>Aberdeen City Council</i> (Liderança estratégica de planejamento e infraestrutura)	Aberdeen City Council
5	Nottinghamshire Local Transport Plan 3	2011-2026* ⁹	fev/11	Inglaterra (Reino Unido)	Condado de Nottinghamsh ire	786.700	377	Nottinghamshire County Council	Consultoria URS/Scott Wilson
6	County Durham Local Transport Plan 3	2011-2021	mar/11	Inglaterra (Reino Unido)	Condado de Durham	513.000	225	Strategic Transport Team (Durham County Council)	Durham County Council SEA team
7	Programa Rodoanel Mário Covas	2005- 2020* ¹⁰	out/05	Brasil	Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)	20.820.000	2.449	Secretaria dos Transportes/DERSA	Secretaria dos Transportes/DERSA (Governo do Estado de São Paulo)

⁹ O horizonte temporal da ação estratégica *Nottinghamshire Local Transport Plan 3* coincide com o cronograma da "Estratégia da Comunidade Sustentável de Nottinghamshire" e das "Estruturas de Desenvolvimento Local" realizadas para cada um dos setes distritos do condado.

¹⁰ O horizonte temporal do Programa Rodoanel Mário Covas é descrito como o horizonte de implantação e conclusão da obra do empreendimento apresentado como conteúdo desta ação.

8	Perspectivas e intenções de investimentos para o desenvolvimento da dimensão Portuária, Industrial, Naval e Offshore do Litoral Paulista até 2025	2010-2025	set/10	Brasil	Litoral Paulista (estado de São Paulo)	2.124.799	279	Governo do Estado de São Paulo	Consultoria ARCADIS Tetraplan
9	Programa Multimodal de Transporte e Desenvolvimento Mínero-Industrial da Região Cacaueira – Complexo Porto Sul	2011-2025	jul/11	Brasil	Região de Ilhéus (Bahia) compreenden do as cidades de Ilhéus, Itabuna, Uruçuca e Itacaré	432.985	130	Governo do Estado da Bahia	Consultoria LIMA (COPPE/UFRJ)

5.2. Identificação dos problemas de decisões que motivam a formulação da ação estratégica e definição da amplitude do foco da AAE

A fim de questionar o papel de procedimentos e mecanismos, quanto a uma perspectiva mais estratégica da prática de AAE foram identificadas as principais razões que motivaram a formulação das ações estratégicas analisadas. A adoção desta abordagem metodológica para a análise do objeto desta pesquisa é justificada a partir da definição proposta por Partidário (2012), de que as razões que justificam a necessidade por uma decisão ou que identificam a principal questão que os tomadores de decisões precisam resolver para tomar uma decisão definem o problema de decisão diretamente relacionado ao objeto de avaliação de uma AAE.

Seguindo as razões que motivaram a formulação das ações estratégicas analisadas foi determinada a amplitude do foco de cada uma das AAEs a partir da identificação das escalas de decisão e geográfica diretamente vinculadas ao problema de decisão estratégico, tomando por base as construções conceituais e as proposições práticas definidas por Bina et al. (2011) e Partidário (2012) utilizando-se os seguintes procedimentos:

1. Contextualização a respeito dos objetivos propostos pelas ações estratégicas analisadas;
2. Identificação das razões ou justificativas descritas como motivadoras para a formulação das ações estratégicas analisadas;
3. Determinação da escala de decisão do problema de decisão a partir da identificação da dimensão institucional responsável pela tomada de decisão estratégica;
4. Determinação da escala geográfica do problema de decisão a partir da identificação da área geográfica estreitamente vinculada às razões que motivaram a formulação das ações estratégicas e associada à competência da dimensão institucional responsável pela decisão estratégica.

5.3. *Estrutura para a revisão da qualidade de relatórios ambientais*

A análise dos processos de AAE selecionados foi conduzida por meio de uma estrutura de revisão da qualidade de relatórios ambientais, elaborada com base nos trabalhos de Fischer (2007; 2010; 2012). Esta estrutura de revisão derivou, principalmente, das primeiras abordagens desenvolvidas para a revisão de AIA (refletindo principalmente Lee e Colley, 1987 apud Fischer 2010 p 66), dos requerimentos estabelecidos pela Diretiva Europeia 2001/42/EC (FISCHER 2007; 2010) e dos requerimentos do regime inglês de *Sustainability Appraisal* (FISCHER 2010).

A composição desta estrutura é formada por 6 seções distintas, onde cada uma destas seções é formada por uma série de questões que constituem a base para a avaliação da qualidade de relatórios ambientais (FISCHER 2007). Neste trabalho as 6 seções apresentam, em conjunto, 32 questões (com base em Fischer 2007, 2010 e 2012), sendo a maioria destas questões padronizadas para serem utilizadas, por exemplo, em qualquer setor de aplicação (FISCHER, 2012).

Importa ressaltar que a partir da utilização desta estrutura de análise é possível (Fischer, 2007):

- Avaliar a informação fornecida em um relatório ambiental;
- Avaliar a qualidade e a plenitude das informações fornecidas em um relatório ambiental de uma maneira rápida e fácil de entender;
- Avaliar a aceitação do relatório ambiental como um documento para informar a decisão.

No quadro 2, a seguir, são apresentadas as seções, as questões e, quando necessária, as explicações detalhadas de cada um dos critérios utilizados para a análise realizada neste estudo.

Seções do relatório	Questões	
SEÇÃO 1: Descrição da ação estratégica, da baseline (ambiental/sustentabilidade) e da integração dos processos de AAE e de formulação da ação estratégica	1	<p>Descreve o contexto, o conteúdo e os principais objetivos da ação estratégica?</p> <p>Os critérios considerados foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A constatação da descrição sobre o oferecimento de perspectivas que auxiliassem com que o enquadramento do problema de decisão fosse sensível ao contexto a partir da identificação das escalas de decisão e geográfica do problema de decisão, da identificação dos problemas e potencialidades prioritários para as escalas de decisão e geográfica do problema de decisão e da identificação das forças indutoras de alteração que refletissem prioridades setoriais, ambientais e de sustentabilidade para as escalas de decisão e geográfica do problema de decisão; • A constatação da descrição de mais de uma ação, empreendimento, esquema ou projeto, independente e orientado para o alcance dos objetivos de uma ação estratégica; • A constatação de objetivos que almejassem o alcance de um estado futuro.
	2	<p>Descreve a relação com outras PPPs relevantes?</p> <p>Os critérios considerados foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A constatação da descrição dos principais objetivos e requerimentos de leis, guias de planejamento, estratégias e PPPs relevantes para a ação estratégica; • A constatação da descrição das implicações dos principais objetivos e requerimentos destes documentos para a ação estratégica.
	3	<p>Descreve como os processos de AAE e de formulação da ação estratégica foram integrados?</p> <p>O critério considerado foi a constatação da descrição da forma como os processos de AAE e de formulação da ação estratégica foram integrados nos momentos descritos para a integração dos dois processos.</p>
	4	<p>Procurando evitar a duplicação de avaliação, o relatório descreve quais questões são abordadas em outras avaliações? (<i>tiering</i>)</p> <p>O critério considerado foi a constatação da descrição de vínculos ou referências sobre questões abordadas em outras avaliações durante a descrição da ação estratégica ou da <i>baseline</i>.</p>
	5	<p>Fornece informações sobre: os aspectos relevantes do estado atual ambiental, econômico e social com probabilidade de serem significativamente afetados; a possível evolução destes aspectos sem considerar a implementação da ação estratégica; e indica lacunas quanto aos dados?</p> <p>Os critérios considerados foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A constatação da existência de informações sobre os aspectos relevantes do estado atual da área com probabilidade de ser significativamente afetada pela ação estratégica; • A constatação da existência de informações sobre a possível evolução futura dos aspectos relevantes sem considerar a implementação da ação estratégica; • A constatação da existência de informações sobre lacunas quanto aos dados.

	6	<p>Fornece informações sobre qualquer problema ou potencial problema ambiental ou de sustentabilidade relevante para a ação estratégica, incluindo em particular, aqueles relacionados às áreas de importância ambiental particular?</p> <p>Os critérios considerados foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A constatação da existência de informações sobre problemas ou potenciais problemas ambientais ou de sustentabilidade relevantes dentro das escalas de decisão e geográfica do problema de decisão; • A constatação da existência de informações sobre problemas ou potenciais problemas ambientais ou de sustentabilidade relacionados às áreas de importância ambiental particular e relevantes dentro das escalas de decisão e geográfica do problema de decisão.
	7	<p>Fornece informações sobre os objetivos de proteção ambiental ou de sustentabilidade, estabelecidos em nível internacional, continental e nacional, relevantes para a ação estratégica e sobre a forma como estes objetivos e qualquer consideração ambiental ou de sustentabilidade foram levados em conta durante a preparação da ação estratégica?</p> <p>Os critérios considerados foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A constatação da existência de informações sobre os objetivos de proteção ambiental ou de sustentabilidade, estabelecidos em nível internacional, continental e nacional, relevantes para a ação estratégica; • A constatação da existência de informações sobre a forma como estes objetivos e qualquer consideração ambiental ou de sustentabilidade foram levados em conta durante a preparação da ação estratégica.
	Avaliação da Seção 1	
SEÇÃO 2: Identificação e avaliação das principais questões e opções	8	<p>Descreve como as alternativas "razoáveis" foram desenvolvidas e identificadas, considerando os objetivos e o escopo geográfico da ação estratégica?</p> <p>Os critérios considerados foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A constatação da existência de informações que descrevem sobre a forma como foi desenvolvida e identificada mais que uma opção alternativa razoável (considerando, no mínimo, o alcance de todos os objetivos propostos e o escopo geográfico da ação estratégica), que componham opções distintas em, pelo menos, um dos seguintes temas: <ul style="list-style-type: none"> ○ Estratégico (opções de alto nível estratégico para o alcance de um dado objetivo); ○ Orientado para valores (abordagem de prioridades políticas, valores culturais ou problemas de segurança); ○ Orientado para efeitos (abordagem das fontes de qualquer um dos impactos ambientais identificados durante o <i>Scoping</i>); ○ Setorial (formulada para abordar a viabilidade e as necessidades setoriais ou para promover um setor contra outro); ○ Espacial (opções de localização para a implementação de iniciativas políticas ou objetivos de planejamento); ○ Modais (tecnologia/métodos para o alcance do mesmo objetivo); ○ Temporais (<i>timing</i> da implementação das medidas ou iniciativas políticas da ação estratégica).
	9	<p>Lista as questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação?</p> <p>Os critérios considerados foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A constatação da listagem dos problemas ambientais ou de sustentabilidade; • A constatação da listagem dos objetivos ou fatores críticos de decisão da AAE; • A constatação dos indicadores ou dos critérios considerados na avaliação.

10	<p>Descreve como as questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação foram identificadas? Os critérios considerados foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A constatação da existência de informações que descrevem sobre a forma como as questões consideradas na avaliação foram identificadas a partir da relação entre PPPs relevantes e a ação estratégica; • A constatação da existência de informações que descrevem sobre a forma como as questões consideradas na avaliação foram identificadas a partir dos objetivos de proteção ambiental e de sustentabilidade estabelecidos em nível nacional, regional e local, relevantes para a ação estratégica; • A constatação da existência de informações que descrevem sobre a forma como as questões consideradas na avaliação foram identificadas a partir dos problemas ambientais identificados; • A constatação da existência de informações que descrevem sobre a forma como as questões consideradas na avaliação foram identificadas a partir das tendências de evolução futura dos aspectos relevantes sem a implementação da ação estratégica; • A constatação da existência de informações que descrevem sobre a forma como as questões consideradas na avaliação foram identificadas a partir da discussão com autoridades competentes; • A constatação da existência de informações que descrevem sobre a forma como as questões consideradas na avaliação foram identificadas a partir da consulta ou do diálogo com <i>stakeholders</i> relevantes.
11	<p>Fornecer informações de possíveis efeitos significantes de diferentes opções sobre: a) biodiversidade; b) população; c) saúde humana; d) fauna; e) flora; f) solo; g) água; h) ar; i) fatores climáticos; j) bens materiais; k) patrimônio cultural, incluindo arquitetura e arqueologia; l) paisagem; m) a inter-relação entre todos os fatores anteriores.</p> <p>O critério considerado foi a constatação da existência das informações questionadas para, no mínimo, duas opções alternativas estratégicas que componham opções distintas em, pelo menos, um dos seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estratégico (opções de alto nível estratégico para o alcance de um dado objetivo); • Orientado para valores (abordagem de prioridades políticas, valores culturais ou problemas de segurança); • Orientado para efeitos (abordagem das fontes de qualquer um dos impactos ambientais identificados durante o <i>Scoping</i>); • Setorial (formulada para abordar a viabilidade e as necessidades setoriais ou para promover um setor contra outro); • Espacial (opções de localização para a implementação de iniciativas políticas ou objetivos de planejamento); • Modais (tecnologia/métodos para o alcance do mesmo objetivo); • Temporais (<i>timing</i> da implementação das medidas ou iniciativas políticas da ação estratégica).
12	<p>Apresenta um resumo das justificativas para a seleção das alternativas consideradas e uma descrição de como a avaliação que embasa estas justificativas foi realizada?</p>
13	<p>Estabelece questões relevantes para que sejam avaliadas de maneira mais adequada em outros níveis ou <i>layers</i> de tomada de decisão, procurando evitar a duplicação? (<i>tiering</i>)</p> <p>O critério considerado foi a constatação da descrição de vínculos ou referências, durante a identificação e a avaliação das principais opções, que determinassem questões relevantes para que fossem avaliadas em outros níveis ou <i>layers</i> de tomada de decisão.</p>
14	<p>Mostra como o conhecimento do estado da arte e os métodos de avaliação foram utilizados para a avaliação da ação estratégica?</p> <p>Os critérios considerados foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A constatação da existência de informações que descrevem sobre a forma como suposições foram utilizadas para a previsão dos efeitos da implementação da ação estratégica;

		<ul style="list-style-type: none"> • A constatação da existência de informações que descrevem sobre a forma como a análise da <i>baseline</i> atual e futura (ou de tendências) foi utilizada para a previsão dos efeitos do cenário “sem o plano” e da(s) opção(ões) de implementação da ação estratégica; • A constatação da existência de informações que descrevem sobre as escalas temporais e geográficas utilizadas para a previsão dos efeitos da implementação da ação estratégica; • A constatação da existência de informações que descrevem sobre a forma como a <i>baseline</i> ou os objetivos (ou os fatores críticos de decisão) da AAE foram utilizados para a avaliação dos objetivos da ação estratégica, das opções alternativas estratégicas e da ação estratégica preferida; • A constatação da existência de informações que descrevem sobre a forma como a análise de efeitos significantes foi utilizada para a avaliação das opções alternativas estratégicas e da ação estratégica preferida; • A constatação da existência de informações que descrevem sobre a forma como a análise de efeitos cumulativos, sinérgicos e indiretos foi utilizada para a avaliação das opções alternativas estratégicas e da ação estratégica preferida; • A constatação da existência de informações que descrevem sobre a forma como a análise de efeitos transfronteiriços foi utilizada para a avaliação das opções alternativas estratégicas e da ação estratégica preferida.
	Avaliação da Seção 2	
SEÇÃO 3: Determinação de significância do impacto	15	<p>Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação do grau no qual a ação estratégica estabelece uma estrutura para projetos/outras atividades, seja em termos de localização, tamanho, natureza e condições de operação ou pela alocação de recursos?</p> <p>O critério considerado foi a constatação da existência de informações que explicam sobre a forma como a significância de impacto foi determinada a partir da identificação da extensão no qual a ação estratégica proposta estabelece uma estrutura ou “abre espaço” para a implementação ou o desenvolvimento de projetos ou outras atividades, seja em termos de localização, tamanho, natureza e condições de operação ou pela alocação de recursos da ação estratégica.</p>
	16	<p>Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação do valor e da vulnerabilidade da área provavelmente afetada em consequência das características naturais especiais ou da herança cultural, dos padrões de qualidade ambientais ou de sustentabilidade excedidos, dos limites de valores ou do uso intensivo do solo excedidos?</p> <p>O critério considerado foi a constatação da existência de informações que explicam sobre a forma como a significância de impacto foi determinada a partir da identificação de informações sobre o valor ou a vulnerabilidade da área com probabilidade de ser afetada em decorrência de características especiais ou de padrões e limites excedidos.</p>
	17	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação dos efeitos das várias opções sobre áreas ou paisagens que possuem status de proteção reconhecidos nacional, continental ou internacionalmente?
	18	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da probabilidade, duração (curto, médio e longo prazo, permanente e temporário), frequência e reversibilidade dos efeitos, tanto positivos quanto negativos, das várias opções?
	19	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da magnitude e extensão espacial dos efeitos (a área geográfica e o tamanho da população afetada) das várias opções?
	20	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da natureza secundária, cumulativa e sinérgica dos efeitos das várias opções?
	21	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da natureza transfronteiriça dos efeitos das várias opções?
	22	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação dos riscos para a saúde humana e para as questões

		ambientais ou de sustentabilidade?
		Avaliação da Seção 3
SEÇÃO 4: Processo de consulta	23	<p>Descreve como e quando as autoridades foram consultadas e como o escopo e o nível de detalhe das informações da avaliação foram identificados?</p> <p>Os critérios considerados foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A constatação da existência de informações que descrevem sobre a forma como as autoridades foram consultadas sobre o escopo e o relatório de AAE; • A constatação da existência de informações que descrevem quando as autoridades foram consultadas sobre o escopo e o relatório de AAE; • A constatação da existência de informações que descrevem sobre a forma como o escopo temporal, espacial e técnico das informações da avaliação foi identificado; • A constatação da existência de informações que descrevem sobre a forma como o nível de detalhe das informações da avaliação foi identificado.
	24	Descreve como a ação estratégica preliminar e o relatório ambiental foram disponibilizados para as autoridades e para o público (possíveis afetados e interessados) e como foram permitidos a expressar suas opiniões dentro de um período apropriado?
	25	Confirma que os resultados das respostas de consulta sobre a ação estratégica e a AAE serão considerados pela tomada de decisão?
		Avaliação da Seção 4
SEÇÃO 5: Apresentação das informações e dos resultados	26	Inclui uma seção de AAE ou um relatório de AAE separado, claramente distinguível, preparado de acordo com os requerimentos da diretiva de AAE?
	27	Fornecer uma visão geral das dificuldades encontradas na compilação e na análise das informações que serão utilizadas para a avaliação ambiental e um resumo das incertezas resultantes destas dificuldades (como deficiências técnicas de falta de <i>know how</i> técnico)?
	28	Uma vez que a decisão tenha sido tomada, o relatório é acompanhado por uma declaração resumindo como as considerações ambientais ou de sustentabilidade foram integradas dentro da ação estratégica, como o relatório de AAE e os resultados de consulta foram considerados, e as justificativas para a escolha da ação estratégica adotada a luz das outras opções alternativas consideradas razoáveis?
		Avaliação da Seção 5
SEÇÃO 6: Recomendações sobre o monitoramento	29	<p>Fornecer informação sobre as medidas previstas para evitar, reduzir e compensar, tanto quanto possível, qualquer efeito adverso significativo sobre as questões ambientais ou de sustentabilidade da implementação da ação estratégica?</p> <p>Os critérios considerados foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A constatação da existência de informações sobre as medidas previstas para evitar, reduzir e compensar qualquer efeito adverso significativo da implementação da ação estratégica, abordando impactos diretos, indiretos, cumulativos e sinérgicos; • A constatação da existência de informações sobre medidas propostas para a melhoria ambiental.
	30	<p>Descreve os efeitos ambientais significantes da implementação da ação estratégica que devem ser monitorados e identifica as medidas de monitoramento para que, entre outras funções, identifiquem previamente os efeitos adversos imprevistos?</p> <p>Os critérios considerados foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A constatação da existência de informações que descrevem sobre os efeitos ambientais significantes da implementação da

		<p>ação estratégica que devem ser monitorados;</p> <ul style="list-style-type: none"> A constatação da existência de informações que descrevem sobre medidas para o monitoramento da situação dos recursos ambientais possivelmente afetados, para a identificação dos limites, metas e padrões ambientais que devem ser comparados e para a remediação caso sejam identificados efeitos ambientais imprevistos
	31	<p>Explica como o monitoramento é feito, de modo que esteja apto a realizar as medidas corretivas apropriadas? Neste contexto, as explicações sobre "o quê", "como" e "quem" do processo de monitoramento devem ser especificadas.</p> <p>O critério considerado foi a constatação da existência de informações que explicam sobre a forma como o monitoramento é realizado, especificando e identificando o que deve ser realizado, quando determinado procedimento deve ser realizado a partir da informação obtida por qual indicador (gatilho), como deve ser realizado e por quem deve ser realizado.</p>
	32	<p>Explica como os arranjos de monitoramento existentes podem ser utilizados, se apropriado, de uma maneira para evitar a duplicação? (<i>tiering</i>)</p> <p>O critério considerado foi a constatação da existência de informações que explicam sobre a forma como arranjos de monitoramento pré-existent podem ser utilizados pelo monitoramento proposto.</p>
Avaliação da Seção 6		
AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO COMO UM TODO		

5.4. Sistema de graduação

Durante a realização da revisão da qualidade dos relatórios de AAE as questões e as seções da revisão foram avaliadas de modo individual. Cada uma das questões e das seções foi respondida e avaliada de maneira qualitativa, utilizando o sistema de notas apresentado pelo quadro 3 (conforme Lee e Colley, 1987 apud Fischer 2010 p 66).

Notas do sistema de graduação	
A	De um modo geral, está bem realizado e sem omissões importantes.
B	Realizado de maneira satisfatória e completa com apenas algumas pequenas omissões/inadequações.
C	É considerado apenas satisfatório apesar de algumas omissões e inadequações.
D	Indica que partes estão bem realizadas, mas como um todo está insatisfatório por conta de omissões e inadequações.
E	Não é satisfatório, revelando omissões ou inadequações significantes.
F	É muito insatisfatório com tarefas importantes realizadas de maneira pobre.
G	Nenhuma tarefa realizada.
n/a	Não aplicável.
?	Não está claro

Quadro 3 – Notas do sistema de graduação

Procurando facilitar a atribuição das notas sobre os casos analisados e a visualização e a comparação entre as notas obtidas, o presente trabalho atribuiu cores para a representação e a interpretação de cada uma das notas do sistema de graduação, assim como apresentado pelo quadro 3.

Outro ponto importante diz respeito ao enfoque deste sistema de graduação, que é direcionado sobre a constatação de omissões, inadequações, lacunas ou pontos fracos ao invés de aspectos positivos ou pontos fortes. Esta orientação fica claramente evidenciada ao ser observado que quase todas as definições de notas utilizam as palavras omissões, inadequações e pobre (referindo-se às tarefas analisadas pelo sistema de graduação).

Durante a realização das análises do presente trabalho foi utilizada a mesma orientação para a atribuição de notas aos relatórios, com enfoque pautado apenas

sobre inconsistências e incoerências proveniente de omissões, inadequações, tarefas realizadas de maneira pobre e tarefas não realizadas.

A partir da observação do quadro 3 é ressaltada uma divisão das notas do sistema de graduação em 7 cores e a reunião das notas A e B com a mesma cor. Embora tenha sido atribuída a mesma cor para estas notas (devido à proximidade relatada na descrição que define a graduação das notas), o valor de cada uma das notas não foi considerado igual durante a realização da análise deste trabalho. As notas foram consideradas exatamente como descritas em suas definições.

Esta distinção das notas em cores foi utilizada para auxiliar na compreensão do valor durante a atribuição e a análise destas em cada questão ou seção. Procurando facilitar o processo de atribuição das notas durante a análise foram definidos alguns limites da seguinte maneira:

- Entre o tom verde escuro (notas A e B) e o tom verde claro (nota C) foi considerado como critério de distinção a realização de maneira determinada como “adequado” (verde escuro) e “apenas satisfatório” (verde claro);
- Entre a cor verde clara (nota C) e a cor amarela (nota D) foi considerado como critério de distinção a realização de maneira determinada como “apenas satisfatório” (verde claro) e “insatisfatório, porém quase aceitável” (amarelo);
- Entre a cor amarela (nota D) e a cor laranja (nota E) foi considerado como critério de distinção a realização de maneira determinada como “insatisfatório, porém quase aceitável” (amarelo) e “certamente insatisfatório” (laranja);
- Entre a cor laranja (nota E) e a cor marrom (nota F) foi considerado como critério de distinção a realização de maneira determinada como “certamente insatisfatório” (laranja) e “apesar de insatisfatório foi feita alguma coisa” (marrom).
- Entre a cor marrom (nota F) e a cor vermelha (nota G) foi considerado como critério de distinção a realização de maneira determinada como “apesar de insatisfatório foi feita alguma coisa” (marrom) e “não foi realizada nenhuma tarefa se quer” (vermelho);

- Entre a cor vermelha (nota G) e a cor branca (notas n/a e ?) foi considerado como critério de distinção a realização de maneira determinada como “não foi realizada nenhuma tarefa” (vermelho) e “este critério de análise, especificamente, não é aplicável a este caso” (branco – n/a) ou “não está clara a nota que deve ser aplicada neste critério por falta de evidências ou informações” (branco – ?).

Ainda que as diferenciações entre as notas A e B tenham sido excluídas dos limites representados pelas cores, o critério de distinção entre estas notas também foi importante para sua atribuição e para a realização das análises deste trabalho. Desta forma, entre as notas A e B foi considerado como critério de distinção a realização de maneira determinada como “muito bem realizado” (nota A) e “bom com alguma inadequação” (nota B).

5.5. Procedimentos para a revisão e a atribuição das notas

O procedimento para a revisão dos relatórios de AAE utilizou os seguintes estágios propostos por Fischer (2007):

1. Leitura do relatório ambiental, identificando o *layout* e a localização das informações essenciais;
2. Leitura das questões de cada uma das seções da tabela de revisão e utilização das notas de A (bem realizado) a G (tarefa não realizada) que forem apropriadas para serem atribuídas em cada uma das questões;
3. Consideração de cada uma das notas atribuídas para as questões que compõem uma seção de modo a avaliar esta seção como um todo.

Importa destacar que cada uma das seções foi avaliada de maneira independente, baseando-se somente no panorama total obtido a partir das notas atribuídas às questões que compuseram cada seção. Sendo que nenhuma das notas atribuídas durante a revisão dos relatórios representou uma nota média, mas sim uma nota que refletiu a impressão geral do revisor sobre as lacunas identificadas e consideradas significantes.

Após a avaliação de todas as seções, as notas obtidas foram utilizadas para a atribuição de uma nota para o relatório ambiental como um todo. Assim, qualquer lacuna considerada significativa em relação a uma questão da revisão ou a uma seção pode ter tido resultado sobre o rebaixamento da nota do documento como um todo.

Visando padronizar o rigor da análise e da atribuição das notas, o presente trabalho realizou análises por meio de rodadas de revisões, assim como sugerido por Fischer (2010). Desta forma, o mesmo relatório só poderia ser revisado novamente em outra rodada de revisões, após todos os outros relatórios terem sido revisados uma vez na rodada anterior. Assim, cada relatório foi revisado ao menos 4 vezes, que foram referentes a cada uma das quatro rodadas completas de revisões realizadas.

O trabalho foi realizado desta maneira porque foi constatado por Fischer (2010) que quanto mais experiente e aclimatado o revisor se torna ao conduzir estas revisões, mais expectativas são levantadas e as revisões posteriores podem se tornar suscetíveis a uma análise mais rigorosa.

Ao final de todas as rodadas de revisões, os resultados foram checados e discutidos pelo autor deste trabalho e por pares com o objetivo de aumentar, ainda mais, a consistência e a padronização nas ponderações realizadas durante as revisões e de diminuir a subjetividade intrínseca a esta metodologia de análise.

6. AAE na União Europeia e a tradição do Reino Unido

6.1. Introdução

Neste capítulo é apresentada uma breve contextualização a respeito da tradição que fundamenta a prática de Avaliação Ambiental Estratégica no Reino Unido, servindo para auxiliar a introduzir os casos selecionados para a análise de “boas práticas” e interpretar os resultados abordados e obtidos ao longo do capítulo 7 (resultados de análise dos relatórios de AAE do Reino Unido).

6.2. Desenvolvimento

Apesar de ter sido aprovada em 2001 e apenas ter se tornado operacional a partir da sua regulamentação em julho de 2004, as discussões sobre uma Diretiva de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) que fosse adequada a dimensão da Europa iniciaram ao mesmo tempo em que as discussões sobre a implementação da Diretiva de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) neste continente, por volta do ano de 1975 (THERIVEL, 2010).

A Diretiva Europeia de AAE é primordialmente procedimental em natureza e estabelece elementos de uma abordagem que forma a base dos sistemas de AAE de todos os estados membros da União Europeia, incluindo aqueles que anteriormente tiveram algum ou nenhum avanço em relação ao processo de avaliação ambiental de ações estratégicas (SADLER; JURKEVICIUTE, 2011).

O propósito principal da Diretiva de AAE está definido no artigo 1 como (EC 2001):

Fornecer um alto nível de proteção do meio ambiente e contribuir para a integração de considerações ambientais na preparação e na adoção de planos e programas com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável”¹¹.

¹¹ Traduzido pelo autor a partir de “*to provide for a high level of protection of the environment and to contribute to the integration of environmental considerations into the preparation and adoption of plans and programmes with a view to promoting sustainable development*” (2001/42/EC).

Para alcançar seus objetivos a Diretiva de AAE estabelece requerimentos e procedimentos mínimos para a realização de AAEs de certos planos e programas que podem apresentar efeitos em todos os estados membros da União Europeia. Estes requerimentos são considerados não restritivos por fornecerem espaço amplo para criatividade, flexibilidade e adaptabilidade, de uma forma que sirva para atender o contexto de cada um dos estados membros da União Europeia (RISSE et al., 2003).

Por ter sido modelada a partir da Diretiva de AIA, os procedimentos de uma AAE estabelecida pela Diretiva Europeia são semelhantes a realização de um processo de AIA, só que para planos e programas (SADLER; JURKEVICIUTE, 2011), e consistem de *screening*, *scoping*, avaliação, preparação de relatório ambiental, consideração dos resultados da avaliação na tomada de decisão, monitoramento/follow-up, consulta e participação (FISCHER, 2007).

Segundo Therivel (2010), a partir do título da Diretiva de AAE “sobre a avaliação de efeitos de certos planos e programas sobre o meio ambiente” é possível encontrar as seguintes pistas sobre aspectos relacionados aos seus requerimentos:

- Requer uma “avaliação” e não um appraisal: destinada a ser baseada em evidencias e ser rigorosa;
- Aplicada a “certos planos e programas”, portanto, não aplicada a outros tipos, apresentando exclusões;
- Não é aplicada a políticas;
- Considera efeitos sobre o “meio ambiente”, não sobre a sustentabilidade (embora seu objetivo se refira ao desenvolvimento sustentável e sua definição de meio ambiente seja bem ampla).

Os requerimentos da Diretiva de AAE podem ser resumidos em seis temas gerais que induzem a prática de AAE na maioria dos estados membros (FISCHER, 2007), a saber:

- Tiering efetivo;
- Preparação de um relatório ambiental sobre os possíveis efeitos significantes do plano ou programa;
- Realização de consultas sobre o plano ou programa e o relatório ambiental que o acompanha;

- Consideração do relatório ambiental e dos resultados de consulta na tomada de decisão;
- Fornecimento de informação, quando o plano ou programa é aprovado, que demonstrem como os resultados da avaliação ambiental foram levados em conta durante a preparação do plano ou programa;
- Monitoramento efetivo.

A partir destes requerimentos podem ser destacadas 3 informações importantes como entrada para serem consideradas na tomada de decisão da formulação do plano ou programa: o relatório ambiental; as observações de consulta do público e das autoridades; e as observações de consulta de outros estados membros quando necessário (THERIVEL, 2010).

Segundo a Diretiva Europeia (2001/42/EC), os planos e programas passíveis de uma AAE são definidos como:

[...] qualquer plano ou programa... sujeito a preparação e/ou aprovação por uma autoridade a nível nacional, regional e local... e exigido por disposições legislativas, regulamentares ou administrativas” (artigo 2.a) que sejam “suscetíveis de terem efeitos significativos no ambiente” (artigo 3.1).

No artigo 3.2 (EC 2001), a diretiva especifica ainda mais o seu objeto de avaliação e define como sendo os planos e programas, preparados para setores definidos, e ações que estruturam o desenvolvimento futuro de projetos listados nos Anexos I e II da Diretiva de AIA (85/337/EEC), ou que possam causar efeitos sobre áreas protegidas, determinadas pelos artigos 6 ou 7 da Diretiva de Habitat (92/43/EEC).

Entre os artigos 3.3 e 3.7 são descritos requerimentos para o processo de *screening*, a ser realizado pelos estados membros, para determinar se a diretiva se aplica a: (a) planos e programas específicos submetidos a pequenas modificações ou que determinam a utilização de pequenas áreas em nível local; ou (b) para outros tipos de planos e programas que não foram referidos acima (EC 2001).

Os artigos 3.8 e 3.9 determinam os planos e programas que não requerem a realização de AAE, eximindo de avaliações aqueles que abordam assuntos financeiros e orçamentários ou são destinados exclusivamente para a defesa nacional ou a proteção civil, ou que são co-financiados para fundos estruturais ou de desenvolvimento rural.

Segundo Sadler e Jurkeviciute (2011), o escopo de aplicação da Diretiva de AAE pode ser considerado como razoavelmente abrangente, já que requer a

avaliação de muitos tipos de planos e programas que podem apresentar efeitos ambientalmente significantes, mas, ao mesmo tempo, exclui qualquer plano e programa que não estruture o desenvolvimento futuro de projetos ou que não afete uma área protegida.

Segundo Therivel (2010), o fato da Diretiva não determinar a aplicação de AAEs para políticas (que constituem a estrutura para o desenvolvimento de planos e programas) pode causar diversos conflitos e inconsistências já que, desta maneira, são requeridas AAEs para ações estratégicas derivadas de ações (políticas) que não foram submetidas ao crivo da AAE.

Os procedimentos para a realização de uma AAE podem ser resumidos da seguinte forma (EC 2014):

- Preparação de um relatório ambiental que identifique os possíveis efeitos significantes sobre o meio ambiente e as alternativas razoáveis do plano ou programa proposto;
- O público e as autoridades ambientais são informados e consultados sobre o plano ou programa preliminar e o relatório ambiental preparado;
- Quando o plano ou programa pode ter efeitos significantes sobre o meio ambiente de outro estado membro, o estado membro cujo território do plano ou programa está sendo preparado deve consultar o(s) outro(s) estado(s) membro(s);
- O relatório ambiental e os resultados de consulta devem ser levados em consideração antes da aprovação do plano ou programa preliminar;
- Uma vez que o plano ou programa tenha sido aprovado, as autoridades ambientais e o público são informados e informações relevantes devem ser disponibilizadas a eles;
- Para identificar efeitos adversos imprevistos em um estágio prévio, os efeitos ambientais significantes do plano ou do programa devem ser monitorados.

De maneira mais detalhada, o processo de consulta estabelecido pela Diretiva de AAE requer a sua realização para (EC 2001):

- Autoridades ambientais, quando decidido sobre o escopo e o nível de detalhe da informação que deve ser incluída no relatório ambiental (artigo 5.4);
- Autoridades ambientais e o público, aos quais deve ser fornecida uma oportunidade prévia e efetiva, dentro de um período apropriado, para expressar suas opiniões sobre o plano preliminar e sobre o relatório ambiental antes da aprovação do plano (artigos 6.1 e 6.2);
- Outros estados membros da União Europeia aonde a implementação do plano pode apresentar efeitos significantes sobre o meio ambiente de outros estados.

Atualmente, o progresso na transposição e na aplicação dos procedimentos da diretiva tem sido variável entre os estados membros, que se movem em diferentes velocidades na introdução da AAE e na adaptação dos sistemas existentes para a conformidade operacional, já que os arranjos e as atividades nacionais são diversos e, em alguns países, também são incluídos processos de AAE que não estão relacionados aos requerimentos da Diretiva 2001/42/EC (SADLER; JURKEVICIUTE, 2011).

Apesar de muitas autoridades públicas terem adotado a Diretiva Europeia de AAE como parte importante do processo de formulação política, garantindo com que os efeitos ambientais fossem considerados previamente, os níveis extremamente baixos de envolvimento com *stakeholders* demonstram poucas evidencias que apoiam o argumento de que a AAE esteja contribuindo para processos de formulação de planos mais inclusivos (ILLSLEY; JACKSON; DEASLEY, 2014).

Outro ponto a ser destacado diz respeito a necessidade de melhor esclarecimento da redação de questões procedimentais que incluem, por exemplo, o que constituem “alternativas razoáveis” (artigo 5.1) ou oportunidades “prévias e efetivas” para a apresentação de observações pelo público (artigo 6.2) (SADLER; JURKEVICIUTE, 2011).

Para Kornov e Wejs (2013), também existe confusão quanto ao entendimento de quando pode ser definido que um plano ou programa requer a realização de uma AAE, e quando um plano constitui uma estrutura para a administração futura, já que a vaga definição de “provisão administrativa” parece impor a falta de AAE e, então, confere critérios implícitos àqueles que estão realizando o *screening*.

A Comissão Europeia reconhece algumas dificuldades na implementação da Diretiva de AAE e incluem, além da confusão sobre o que seriam “provisões administrativas” e “alternativas razoáveis”, problemas relacionados a falta de dados relevantes da *baseline* e a realização de monitoramento de impactos limitado (EC 2009).

Embora sejam apontadas algumas falhas em relação a Diretiva de AAE, o estudo da Comissão Europeia (EC, 2009) conclui que a prática de AAE entre os estados membros é geralmente efetiva, tanto na integração de considerações ambientais na tomada de decisão quanto na alteração dos planos e programas como resultado da aplicação da AAE, e sugere que a Diretiva tem tornado os processos de planejamento mais estruturados e transparentes e fortalecido as relações entre as autoridades ambientais e de planejamento.

Mesmo assim, muitos estados membros relataram que a AAE tem levado a nenhuma ou a mínimas alterações em planos e programas e que os requerimentos da Diretiva de AAE podem resultar em formulações de planos mais caros e que consomem mais tempo (EC, 2009). Segundo a Comissão Europeia, este panorama geral de aplicação e efetividade entre os estados membros existe devido aos diferentes arranjos institucionais e legais dos procedimentos de AAE e a forma como os estados membros percebem o seu papel na aplicação da AAE.

Para Gazzola (2008), existe uma divisão reconhecida entre o norte e o sul da União Europeia em relação às culturas de planejamento, às atitudes ambientais e às abordagens utilizadas para a aplicação de AAE e AIA, que exerce influência sobre a transposição da Diretiva Europeia em cada um dos estados membros.

Outros fatores que podem influenciar o momento e a qualidade da transposição e a extensão da implementação da Diretiva de AAE incluem variações evidentes em capacidade institucional, particularmente, entre países grandes e pequenos, estados membros mais velhos e mais novos e aqueles com e sem experiência prévia em AAE (SADLER; JURKEVICIUTE, 2011).

A transposição da Diretiva Europeia de AAE e a conformidade com os requerimentos estabelecidos pela própria diretiva não apresenta relação direta de coerência, já que os estados membros utilizaram diferentes medidas legais para este propósito como, por exemplo, a alteração de leis de AIA existentes ou de leis ambientais estruturantes (a maioria dos estados membros), a introdução de novas leis específicas para a AAE, ou a integração da diretiva de AAE como parte da

estrutura geral da legislação de planejamento (caso verificado apenas em relação aos planos de uso do solo do Reino Unido) (SADLER; JURKEVICIUTE, 2011).

A transposição da Diretiva de AAE a partir das leis de AIA existentes também tem destacado questões polêmicas relacionadas a identificação de várias áreas de sobreposição possíveis que podem ser fonte de confusão e levar a não conformidade com os requerimentos das duas diretivas (SHEATE et al., 2005).

Segundo Sheate et al. (2005), os exemplos de conflitos incluem planos e programas sujeitos a AAE que, quando aprovados ou alterados, estabelecem critérios vinculantes de conformidade para projetos grandes ou complexos, subsequentes, que podem estar sujeitos aos requerimentos de ambas diretivas.

Nestes casos, Sheate et al. (2005) defendem a possibilidade de escopo para procedimentos paralelos e articulados que satisfaçam os requerimentos das duas diretivas, que forneçam uma orientação não prescritiva sobre como isso pode ser realizado e que esclareça uma variedade de abordagens que pode auxiliar com que os estados membros decidam se uma AAE ou uma AIA, ou ambas, podem ser aplicadas em diferentes situações de sobreposição.

A variação ampla entre a situação e a qualidade prática da AAE dos estados membros reflete particularmente o nível de experiência prévia de cada um dos estados membros e ainda inclui os seguintes fatores que apoiam e moldam a qualidade da prática de AAE e de sua contribuição para a tomada de decisão na União Europeia (SADLER; JURKEVICIUTE, 2011):

- Publicação de guias metodológicos e procedimentais adequados;
- Natureza e escopo da consulta pública;
- Papel dos órgãos de revisão ambiental e independente.

Embora a Diretiva Europeia de AAE apresente importância singular, a sua transposição para a legislação dos estados membros representa apenas uma única forma de provisão da AAE na União Europeia, já que diversos estados membros também apresentam procedimentos específicos de AAE para políticas e/ou leis, formas amplamente comparáveis aos procedimentos internos, desenvolvidos pela Comissão Europeia, para a avaliação de impactos dos efeitos potenciais de propostas legislativas e políticas que apoiam a implementação da Estratégia Europeia para o Desenvolvimento Sustentável (SADLER; JURKEVICIUTE, 2011).

Entre todas as normas da União Europeia, a inovação mais significativa em relação ao escopo de aplicação da prática de AAE tem sido realizada no Reino

Unido, onde uma nova geração de “*Appraisals*” de Sustentabilidade (AS), em conformidade com a Diretiva de AAE, considera os efeitos de planos de uso do solo (SADLER; JURKEVICIUTE, 2011).

O sistema de AAE estabelecido no Reino Unido foi originado de uma forma abreviada de AAE, os “*Appraisals Ambientais*”, que era realizada para planos de desenvolvimento local e regional (THERIVEL, 2010), desde o início dos anos 90 (FISCHER, 2007). Desta forma, a experiência do Reino Unido com avaliações de planos passa de 20 anos de aplicação, inclusive, sobre os níveis mais estratégicos ou políticos (FISCHER, 2007).

A implementação da AAE no Reino Unido foi realizada a partir das “Regulamentações para a Avaliação Ambiental de Planos e Programas¹²” (2004), que consiste de um conjunto diretrizes para cada uma das 4 nações que compõem o Reino Unido (Inglaterra, Escócia, Gales e Irlanda do Norte) (FISCHER, 2007), e ocorreu em meio a uma situação complexa e dinâmica, que envolveu a convergência das seguintes dimensões distintas e relacionadas (JONES et al., 2005b):

- O surgimento da Diretiva Europeia de AAE;
- A reforma do sistema de planejamento do uso do solo;
- A existência de administrações descentralizadas com responsabilidades sobre o planejamento e o meio ambiente;
- Um legado de conhecimento e experiência em *Appraisals Ambientais* e de Sustentabilidade para planos de desenvolvimento.

Neste contexto, a introdução da Diretiva Europeia de AAE no Reino Unido serviu para o fortalecimento do sistema pré-existente de AAE e, entre outras coisas, para estimular uma reforma geral do planejamento do uso do solo e um sistema único de *Appraisal* de Sustentabilidade baseado em AAE (SADLER; JURKEVICIUTE, 2011).

Uma importante particularidade da relação entre a AAE e o *Appraisal* de Sustentabilidade, no Reino Unido, diz respeito ao fato dos planos de uso do solo obedecerem a um regime regulatório que requer a provisão de um processo integrado entre a AAE e o *Appraisal* de Sustentabilidade (SA) (refletindo elementos

¹² Traduzido de *Environmental Assessment of Plans and Programmes Regulations* (2004).

de uma abordagem do sistema anterior de “*appraisal*” de planejamento) (SADLER; JURKEVICIUTE, 2011).

Para Fischer (2007) a aplicação do *Appraisal* na formulação de planos de desenvolvimento não tem focado sobre a avaliação de diferentes alternativas, mas sobre uma abordagem de otimização política que toma por base objetivos ambientais e de sustentabilidade (*objectives-led*). Embora o autor afirme que a prática atual (influenciada pela, e posterior a, implementação da Diretiva de AAE) tem sido fortalecida pelo requerimento da Diretiva de AAE para a consideração de alternativas.

Um ponto de destaque incomparável para apoiar a prática de AAE no Reino Unido, em relação a todos os outros estados membros, diz respeito à amplitude e o detalhe dos guias publicados pelas autoridades governamentais responsáveis sobre a implementação da AAE, individuais e subordinadas a aplicação do AS (SADLER; JURKEVICIUTE, 2011).

Os guias genéricos principais cobrem AAEs para todos os planos e programas do Reino Unido e AAE/AS de planos espaciais e de uso do solo (ODPM 2005a, b). Embora existam ainda guias específicos para a Escócia, para a Irlanda ou para o país de Gales e para setores (como, por exemplo, o de transporte) ou problemas (como, por exemplo, o de alteração climática) particulares (SADLER; JURKEVICIUTE, 2011).

Além da ampla quantidade de guias disponíveis, Fischer (2007) ainda aponta os seguintes fatores que colocam o sistema de AAE do Reino Unido em posição de destaque quanto aos sistemas de AAE de outros estados membros:

- Longa experiência com a aplicação de AAEs informais, para políticas, não baseadas em AIA (appraisal ambiental ou de sustentabilidade);
- Prática tipo AAE informal em vários níveis e em várias situações de PPPs e projetos;
- As AAEs políticas foram consideradas aptas a influenciar efetivamente a formulação do plano quando a equipe de appraisal estava apta a participar ativamente do processo de formulação do plano;
- Foco claro de avaliação.

Apesar de longos anos de experiência apoiados sobre a prática de *Appraisals* Ambientais e de Sustentabilidade é previsível, no entanto, que os pontos fortes e fracos do sistema de AAE implementado no Reino Unido sejam altamente

compatíveis aos da Diretiva Europeia de AAE, principalmente devido ao fato do Reino Unido não ter procurado, formalmente, ir além das provisões da diretiva (JONES et al., 2005b).

Segundo Owens e Cowell (2011), é pouco surpreendente que os governos da União Europeia tenham abordado a AAE com precaução em suas legislações, ou que tenham ampliado a extensão de sua cobertura para problemas econômicos e sociais (como a estrutura de *Appraisal* de Sustentabilidade do Reino Unido), pois assim qualquer ameaça ambiental aos modos dominantes de desenvolvimento e de continuidade do *status quo* podem ser potencialmente neutralizadas.

7. Resultados de análise dos relatórios de AAE do Reino Unido

Neste capítulo estão descritas todas as informações e observações consideradas importantes a partir das análises realizadas em detalhe para cada um dos seis casos selecionados como “boas práticas”. As análises realizadas para cada situação específica foram divididas em dois subcapítulos, onde o primeiro subcapítulo detalha as informações e os resultados relacionados ao contexto e ao problema de decisão (Descrição e análise do contexto) e o segundo subcapítulo detalha as informações e os resultados relacionados à qualidade dos relatórios de AAE (Análise do Relatório de AAE).

7.1. Caso 1 – AAE do Buckinghamshire Local Transport Plan 2

7.1.1. Contextualização e análise do problema de decisão

O Segundo Plano de Transporte Local (PTL2) de Buckinghamshire foi finalizado em 2005 e resultou de uma iniciativa do Concelho do Condado de Buckinghamshire em resposta a uma determinação obrigatória do Departamento de Transportes, publicada em 2004 (C4S, 2005). O PTL2 foi preparado pelas equipes de Estratégias e de Políticas de Transporte do Concelho do Condado de Buckinghamshire e utilizou o Guia sobre Planos de Transporte Locais¹³ para orientar a sua formulação.

Este guia de planejamento inclui uma medida que encoraja as autoridades de planejamento a gerir ativamente o padrão de crescimento urbano e a localização dos principais desenvolvimentos indutores de deslocamento para que seja utilizado todo o potencial do transporte público existente e encorajada a realização de viagens a pé e de bicicleta (C4S, 2005).

Além da determinação obrigatória, as razões que motivaram a realização do PTL2 de Buckinghamshire refletiram a seguinte proposta:

¹³ Department for Transport (2004a): Full Guidance on Local Transport Plans Second Edition. The Stationery Office.

[...] estabelecer a estratégia, a visão e o plano de implementação de todas as formas de transporte para o Condado de Buckinghamshire, no período entre 2006-2011, atendendo as prioridades nacionais, regionais e locais, incluindo as prioridades de transporte compartilhadas pelo governo para: melhoria do acesso a empregos e serviços, particularmente para aqueles que mais necessitam, de uma forma sustentável; melhoria do transporte público; e redução dos problemas de congestionamento, poluição e segurança. Outros objetivos incluem as prioridades locais de manutenção e implementação de determinadas infraestruturas para atender o crescimento futuro da área (C4S, 2005).

O PTL2 estabeleceu 14 objetivos que foram divididos entre os seguintes temas:

- Transporte, crescimento e a economia;
- Transporte, prioridades de clientes e acesso para todos;
- Transporte e meio ambiente;
- Transporte e o desenvolvimento de comunidades seguras, fortes e saudáveis.

Para alcançar seus objetivos o PTL2 foi composto por 5 prioridades estratégicas, onde cada uma foi apoiada por uma série de medidas e iniciativas políticas, que apresentam indicadores e metas associadas, de forma que a performance da ação estratégica possa ser monitorada (C4S, 2005). As 5 prioridades estratégicas abordadas pelo PTL foram:

- Melhora do acesso¹⁴;
- Combate ao congestionamento;
- Melhora do meio ambiente (incluindo a qualidade do ar);
- Gestão e manutenção dos bens de transporte;
- Melhora da segurança¹⁵.

Formando a composição destas medidas e iniciativas políticas foram propostos diversos projetos para apoiar os objetivos da ação estratégica, bem como para responder aos requerimentos resultantes de outras ações estratégicas. Ressaltando que a intenção da AAE não foi a realização de uma avaliação detalhada destes projetos individuais, mas observá-los no contexto do PTL2 como um todo (C4S, 2005).

¹⁴ O termo “acesso” abordado pelo PTL2 de Buckinghamshire diz respeito, principalmente, sobre: as necessidades de transporte de crianças e jovens em relação ao acesso as oportunidades de emprego, educação e lazer; e ao apoio das necessidades de transporte para o deslocamento de idosos, especialmente em relação ao transporte público.

¹⁵ O termo “segurança” abordado pelo PTL2 de Buckinghamshire diz respeito, principalmente, sobre: a segurança em relação as lesões e mortes em acidentes de trânsito; e a segurança em relação ao crime e ao medo do crime.

Devido ao fato do PTL2 apresentar potenciais efeitos ambientais significantes e estruturar AIAs de projetos de transporte individuais, a realização de AAE sobre esta ação estratégica é requerida a partir da Diretiva Europeia de AAE e da instrução normativa 2004 nº1633 (Regulamentações para a Avaliação Ambiental de Planos e Programas), que implementou a Diretiva Europeia de AAE na Inglaterra (C4S, 2005).

A AAE deste PTL2 foi realizada pelo *Centre for Sustainability* (C4S) do Laboratório de Pesquisa em Transporte (*Transport Research Laboratory*) e pelas equipes de Estratégias e de Políticas de Transporte do Concelho do Condado de Buckinghamshire. Esta AAE foi realizada com o apoio do Guia para *Appraisal* de Transporte (TAG Unit 2.11) de AAE para Planos e Programas¹⁶, elaborado pelo Departamento de Transporte (2004).

Resumo das informações	
Período:	Relatório de AAE finalizado em agosto de 2005.
Proponente da AAE:	C4S (<i>Transport Research Laboratory</i> - R Gardner) e Buckinghamshire County Council (D Mistry)
Ação estratégica:	Buckinghamshire Local Transport Plan 2 (LTP2)
Proponente da ação estratégica:	Transport Policy and Strategy Team (Buckinghamshire County Council)
Horizonte temporal da ação estratégica:	2006-2011
Principais razões relacionadas ao problema de decisão que motivou a ação estratégica:	Estabelecer a estratégia, a visão e o plano de implementação para todas as formas de transporte do Condado de Buckinghamshire, no período de 2006 a 2011, atendendo as prioridades nacionais, regionais e locais, incluindo as prioridades de transporte compartilhadas pelo governo.
Escala de decisão do problema de decisão:	Condado de Buckinghamshire
Escala geográfica do problema de decisão:	Condado de Buckinghamshire
Escala geográfica adotada pela AAE:	Condado de Buckinghamshire
Recomendações em relação a qualidade:	"It is clearly written and detailed; good use of GIS to identify conflicts and synergies"

¹⁶ Department for Transport (2004b): Strategic Environmental Assessment Guidance for Transport Plans and Programmes. TAG Unit 2.11. The Stationery Office.

7.1.2. Análise do Relatório de AAE

Seções do relatório	Questões		Notas	Comentários e observações
SEÇÃO 1: Descrição da ação estratégica, da baseline (ambiental/susten tabilidade) e da integração dos processos de AAE e de formulação da ação estratégica	1	Descreve o contexto, o conteúdo e os principais objetivos da ação estratégica?	E	Como conteúdo, na seção 2.1.2 (pág. 7 e 8), são descritas as iniciativas estratégicas para o alcance dos objetivos de cada um dos temas identificados como prioritários para o desenvolvimento do transporte e outras iniciativas vinculadas ao atendimento das demandas de crescimento futuro dentro da área da ação estratégica. Para cada um dos temas determinados prioritários foram identificados objetivos. Na seção 2.1.1 (págs. 6 e 7) são listados todos os objetivos pretendidos com a ação estratégica. Os objetivos foram formulados para atender as prioridades de transporte nacionais, regionais e locais, incluindo as prioridades definidas pelo guia do governo para a formulação desta ação estratégica de transporte (DfT, 2004a) e as prioridades locais para o atendimento das demandas de crescimento futuro dentro da área da ação estratégica (escala geográfica). PONTO FRACO: Não sistematiza uma descrição sobre o contexto “mais amplo” que influencia as tomadas de decisões da ação estratégica e do processo de AAE.
	2	Descreve a relação com outras PPPs relevantes?	A	A seção 3.2.1 (págs. 10 e 11) descreve de maneira resumida a relação da ação estratégica com algumas PPPs relevantes e alguns objetivos ambientais ou de sustentabilidade que serão considerados pelos objetivos da AAE. Nesta mesma seção está descrito que a revisão completa está apresentada no Apêndice 1. No entanto não foram encontrados os Apêndices deste relatório.
	3	Descreve como os processos de AAE e de formulação da ação estratégica foram integrados?	G	
	4	Procurando evitar a duplicação de avaliação, o relatório descreve quais questões são abordadas em outras avaliações?	G	

	5	Fornece informações sobre: os aspectos relevantes do estado atual ambiental, econômico e social com probabilidade de serem significativamente afetados; a possível evolução destes aspectos sem considerar a implementação da ação estratégica; e indica lacunas quanto aos dados?	B	Fornece informações sobre os aspectos relevantes do estado atual com probabilidade de serem significativamente afetados (pág. 11 - seção 3.3). Fornece informações sobre a possível evolução destes aspectos sem considerar a implementação da ação estratégica (pág. 40 - tabela 3.6). Fornece informações sobre as suposições consideradas para a descrição da <i>baseline</i> futura (pág. 39 - seção 3.4). PONTO FRACO: Não indica lacunas quanto aos dados.
	6	Fornece informações sobre qualquer problema ou potencial problema ambiental ou de sustentabilidade relevante para a ação estratégica, incluindo em particular, aqueles relacionados às áreas de importância ambiental particular?	A	Fornece informações sobre os problemas e oportunidades ambientais relevantes para a ação estratégica (pág. 41 - seção 4.1), incluindo aqueles relacionados às áreas de importância ambiental particular (o tópico biodiversidade da tabela 4.1 considera problemas ambientais em áreas de importância ambiental). Fornece informações sistematizadas para cada um dos tópicos da diretiva de AAE sobre os problemas relevantes existentes, o local de ocorrência destes problemas e as oportunidades existentes para que esse problema seja considerado pela ação estratégica (pág. 42 - tabela 4.1).
	7	Fornece informações sobre os objetivos de proteção ambiental ou de sustentabilidade, estabelecidos em nível internacional, continental e nacional, relevantes para a ação estratégica e sobre a forma como estes objetivos e qualquer consideração ambiental ou de sustentabilidade foram levados em conta durante a preparação da ação estratégica?	A	Fornece informações sobre os objetivos ambientais relevantes, extraídos a partir da revisão de PPPs nacionais e internacionais relevantes para a ação estratégica (apêndice 1; pág. 11 - seção 3.2.2). Fornece informações resumidas sobre a forma como estes objetivos e qualquer consideração ambiental ou de sustentabilidade foram levados em conta durante a preparação da ação estratégica (págs 10 e 11 - seções 3.2.1 e 3.2.2) . O relatório também descreve que a revisão dos objetivos ambientais relevantes para a ação estratégica somada aos problemas ambientais e de sustentabilidade identificados foram utilizados para o desenvolvimento dos objetivos de AAE, que avaliaram a ação estratégica (pág. 52 - seção 6).
	Avaliação da Seção 1		D	PONTO FRACO: Não sistematiza uma descrição sobre o contexto que influencia as tomadas de decisões da ação estratégica e do processo de AAE. Não descreve como o processo de AAE e de formulação da ação estratégica foram integrados.
SEÇÃO 2: Identificação e avaliação das principais questões e opções	8	Descreve como as alternativas "razoáveis" foram desenvolvidas e identificadas, considerando os objetivos e o escopo geográfico da ação estratégica?	E	Descreve como algumas alternativas foram desenvolvidas e identificadas considerando, cada uma, parte dos objetivos e do escopo geográfico da ação estratégica (pág. 6 - seção 2). Em outra seção, apresenta outras alternativas sem descrever como foram desenvolvidas e identificadas considerando os objetivos e o escopo geográfico da ação estratégica (pág. 57 - seção 7). PONTO FRACO: Descreve como as alternativas foram desenvolvidas e identificadas considerando, cada uma, apenas parcialmente os objetivos e o escopo geográfico da ação estratégica (pág. 6 - seção 2).

9	Lista as questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação?	A	Lista os tópicos ambientais e os objetivos de AAE considerados na avaliação da AAE (pág. 52 - tabela 6.1). Lista os problemas existentes, os locais destes problemas e as oportunidades sugeridas para a consideração de cada um destes problemas pela ação estratégica (pág. 42 - tabela 4.1). Lista os objetivos ambientais relevantes considerados para o desenvolvimento dos objetivos de AAE (pág. 11 - seção 3.2.2).
10	Descreve como as questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação foram identificadas?	B	Descreve que os objetivos de AAE foram desenvolvidos a partir da consideração da relação da ação estratégica com PPPs relevantes, dos objetivos e requerimentos de proteção ambiental e de sustentabilidade estabelecidos em nível internacional, continental e nacional que são relevantes para a ação estratégica (pág. 10 - seção 3.2), da identificação de problemas e oportunidades ambientais resultantes da revisão da <i>baseline</i> (especialmente quando as metas não estavam a caminho de serem cumpridas ou as tendências eram negativas - pág. 41 seção 4.1) e de comentários recebidos durante a consulta sobre o relatório de escopo (pág. 52 - seção 6). PONTO FRACO: Não descreve como as questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação foram identificadas a partir da consulta ou do diálogo com <i>stakeholders</i> relevantes.
11	Fornecer informações de possíveis efeitos significantes de diferentes opções sobre: a) biodiversidade; b) população; c) saúde humana; d) fauna; e) flora; f) solo; g) água; h) ar; i) fatores climáticos; j) bens materiais; k) patrimônio cultural, incluindo arquitetura e arqueologia; l) paisagem; m) a interrelação entre todos fatores anteriores.	D	Fornecer informações dos possíveis efeitos significantes de diferentes opções alternativas estratégicas de desenvolvimento (pág. 61 - tabela 7.2) que não foram levadas adiante (págs. 60 e 64). Fornecer informações de possíveis efeitos significantes da ação estratégica desenvolvida (pág. 66 - seção 8.3) sobre todos os aspectos citados. PONTO FRACO: Fornecer informações de possíveis efeitos significantes apenas sobre a única opção desenvolvida para a ação estratégica.
12	Apresenta um resumo das justificativas para a seleção das alternativas consideradas e uma descrição de como a avaliação que embasa estas justificativas foi realizada?	F	Apresenta um resumo de justificativas para a seleção de alternativas (pág. 57 - quadro 7.1). PONTO FRACO: Não apresenta nenhuma relação entre as justificativas descritas e as alternativas consideradas. Não descreve como a avaliação que embasa estas justificativas foi realizada.
13	Estabelece questões relevantes para que sejam avaliadas de maneira mais adequada em outros níveis ou layers de tomada de decisão, procurando evitar a duplicação?	G	

	14	Mostra como o conhecimento do estado da arte e os métodos de avaliação foram utilizados para a avaliação da ação estratégica?	E	Mostra como o escopo geográfico e a escala temporal foram utilizados para a avaliação da ação estratégica (pág. 4 - seção 1.4). Mostra como os objetivos da AAE foram utilizados para a avaliação dos objetivos da ação estratégica (pág. 55 - figura 6.1), das opções alternativas estratégicas (pág. 61 - tabela 7.2) e da ação estratégica preferida (pág. 66 - seção 8.3). Mostra quais ações, atividades ou iniciativas seriam implementadas para cada uma das opções estratégicas alternativas (pág. 59 - tabela 7.1). Mostra como os critérios de significância formulados para cada um dos tópicos de AAE foram utilizados para a avaliação da ação estratégica preferida (pág. 47 - tabela 5.1; pág. 65 - seção 8.2). Mostra como a análise da <i>baseline</i> (cenário "sem a ação estratégica") foi utilizada para a previsão e avaliação dos efeitos significantes das opções estratégicas (págs. 60 e 61) e dos efeitos secundários, cumulativos e sinérgicos da ação estratégica preferida (pág. 69 - seção 8.3.12). Mostra como os efeitos transfronteiriços foram utilizados para a avaliação da ação estratégica (pág. 69 - seção 8.3.12). PONTO FRACO: Não mostra como a análise de efeitos cumulativos foi utilizada para a avaliação das opções alternativas estratégicas. Não mostra como a análise de significância foi utilizada para a avaliação das opções alternativas estratégicas. Não identifica e documenta suposições baseadas na implementação da ação estratégica que auxiliam a previsão de efeitos.
	Avaliação da Seção 2		E	PONTO FRACO: Descreve como as alternativas foram desenvolvidas e identificadas considerando, cada uma, apenas parcialmente os objetivos e o escopo geográfico da ação estratégica. Fornece informações de possíveis efeitos significantes apenas sobre a única opção desenvolvida para a ação estratégica. Não apresenta nenhuma relação entre as justificativas descritas e as alternativas consideradas. Não descreve como a avaliação que embasa estas justificativas foi realizada. Não realiza nenhuma tarefa para o estabelecimento de questões relevantes para que sejam avaliadas de maneira mais adequada em outros níveis de tomada de decisão, procurando evitar a duplicação. Não mostra como a análise de efeitos cumulativos foi utilizada para a avaliação das opções alternativas estratégicas. Não mostra como a análise de significância foi utilizada para a avaliação das opções alternativas estratégicas.
SEÇÃO 3: Determinação de significância do impacto	15	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação do grau no qual a ação estratégica estabelece uma estrutura para projetos/outras atividades, seja em termos de localização, tamanho, natureza e condições de operação ou pela alocação de recursos?	G	

16	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação do valor e da vulnerabilidade da área provavelmente afetada em consequência das características naturais especiais ou da herança cultural, dos padrões de qualidade ambientais ou de sustentabilidade excedidos, dos limites de valores ou do uso intensivo do solo excedidos?	G	
17	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação dos efeitos das várias opções sobre áreas ou paisagens que possuem status de proteção reconhecidos nacional, continental ou internacionalmente?	G	
18	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da probabilidade, duração (curto, médio e longo prazo, permanente e temporário), frequência e reversibilidade dos efeitos, tanto positivos quanto negativos, das várias opções?	G	
19	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da magnitude e extensão espacial dos efeitos (área geográfica e tamanho da população afetada) das várias opções?	G	
20	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da natureza secundária, cumulativa e sinérgica dos efeitos das várias opções?	G	

	21	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da natureza transfronteiriça dos efeitos das várias opções?	G	
	22	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação dos riscos para a saúde humana e para as questões ambientais ou de sustentabilidade?	G	
	Avaliação da Seção 3		G	Nenhuma tarefa realizada.
SEÇÃO 4: Processo de consulta	23	Descreve como e quando as autoridades foram consultadas e como o escopo e o nível de detalhe das informações da avaliação foram identificados?	A	Descreve que a forma utilizada para a consulta do relatório de escopo pelas autoridades foi por meio do envio do mesmo para que comentassem (pág. 50 - seção 5.2). Descreve que o relatório de escopo foi consultado pelas autoridades após o desenvolvimento dos objetivos da AAE e da análise de compatibilidade entre os objetivos da AAE e os objetivos da ação estratégica (pág. 52 - seção 6). Descreve que a forma utilizada para a consulta do relatório de AAE foi realizada por meio de disponibilização do relatório em <i>website</i> do concelho do condado, da proposição de questões aos consultados que fossem focadas sobre pontos chave do processo de AAE e da documentação sobre como o comentário foi revisado, por quem foi revisado, se o comentário foi aceito ou rejeitado para a elaboração da ação estratégica final e as justificativas para estas decisões (pág. 84 - seção 11). Descreve que o relatório de AAE foi consultado pelas autoridades após o desenvolvimento de estrutura recomendada para o monitoramento dos efeitos significantes identificados (pág. 85 - seção 11.2). Descreve que o escopo técnico foi determinado com base na ampla variedade de impactos potenciais da ação estratégica de transporte sobre o meio ambiente (pág. 51 - seção 5.2). Descreve que o escopo espacial das informações da avaliação foi determinado para a mesma área abordada pela ação estratégica e para áreas ao redor e fora dos limites abordados pela ação estratégica que também serão afetadas pelos efeitos desta (pág. 4 - seção 1.4). Descreve que o escopo temporal das informações de avaliação foi determinado a partir da escala temporal determinada para a própria ação estratégica (pág. 4 - seção 1.4). Descreve que o nível de detalhe das informações da avaliação foi determinado com base em uma pesquisa sobre efeitos significantes de ações estratégicas "PTL" e critérios de significância para a AAEs destas ações estratégicas (pág. 47 - tabela 5.1).
	24	Descreve como a ação estratégica preliminar e o relatório ambiental foram disponibilizados para as	A	Descreve que a ação estratégica preliminar e o relatório ambiental foram disponibilizados para as autoridades e para o público por meio de publicação do relatório e da ação estratégica em <i>website</i> do condado e do fornecimento de cópias impressas em cinco locais

		autoridades e para o público (possíveis afetados e interessados) e como foram permitidos a expressar suas opiniões dentro de um período apropriado?		oficiais do condado (pág. 84 - seção 11.1). Descreve que a expressão das opiniões das autoridades e do público foi permitida por meio do fornecimento de informações ou comentários pelos correios, telefone ou email dentro de um período apropriado (pág. 84 - seção 11.1).
	25	Confirma que os resultados das respostas de consulta sobre a ação estratégica e a AAE serão considerados pela tomada de decisão?	A	Confirma que os resultados das respostas de consulta sobre a ação estratégica e a AAE serão considerados pela tomada de decisão (pág 85 - seção 11.3). Os procedimentos incluem a documentação de como os comentários foram revisados, da identificação do revisor, dos comentários rejeitados e aceitos pela ação estratégica final e das justificativas para estas decisões.
	Avaliação da Seção 4		A	Elabora de maneira adequada e sem omissões importantes.
	26	Inclui uma seção de AAE ou um relatório de AAE separado, claramente distinguível, preparado de acordo com os requerimentos da diretiva de AAE?	A	Inclui um relatório de AAE separado, preparado de acordo com os requerimentos da diretiva de AAE. Como procedimento são apresentadas informações no início de quase todos os capítulos, que descrevem os requerimentos da diretiva, de outras legislações e de guias ou orientações referentes a etapa do processo de AAE que está em desenvolvimento no capítulo em questão.
SEÇÃO 5: Apresentação das informações e dos resultados:	27	Fornecer uma visão geral das dificuldades encontradas na compilação e na análise das informações que serão utilizadas para a avaliação ambiental e um resumo das incertezas resultantes destas dificuldades (como deficiências técnicas de falta de <i>know how</i> técnico)?	A	Fornecer uma visão geral das dificuldades encontradas na compilação e na análise das informações que serão utilizadas para a avaliação ambiental (pág. 45 - seção 4.2; pág. 77 - seção 9.4). Fornece um resumo das incertezas resultantes destas dificuldades (pág. 77 - seção 9.5).
	28	Uma vez que a decisão tenha sido tomada, o relatório é acompanhado por uma declaração resumindo como as considerações ambientais ou de sustentabilidade foram integradas dentro da ação estratégica, como o relatório de AAE e os resultados de consulta foram considerados, e as justificativas para a escolha da ação estratégica adotada a luz das	?	Esta descrito que o relatório seria acompanhado por esta declaração. No entanto, não foi encontrado este documento.

		outras opções alternativas consideradas razoáveis?		
	Avaliação da Seção 5		A	
SEÇÃO 6: Recomendações sobre o monitoramento	29	Fornecer informação sobre as medidas previstas para evitar, reduzir e compensar, tanto quanto possível, qualquer efeito adverso significativo sobre as questões ambientais ou de sustentabilidade da implementação da ação estratégica?	A	Fornecer informação sobre as medidas previstas para evitar, reduzir e compensar qualquer efeito adverso significativo da implementação da ação estratégica. Os procedimentos adotados incluem a abordagem tanto dos impactos diretos quanto dos cumulativos e sinérgicos por meio da proposição de medidas mitigatórias para os efeitos significativos da implementação da ação estratégica (pág. 71 - tabela 9.1) e da proposição de medidas mitigatórias e de melhoria ambiental para os efeitos cumulativos e sinérgicos direcionados para os recursos ou tópicos ambientais que estão sendo afetados pela implementação da ação estratégica (pág. 74 - tabela 9.2). São descritas questões que devem ser abordadas durante a AI em nível de projeto para os esquemas propostos para a implementação da ação estratégica (tabelas 9.1 e 9.2; pág. 77 - seção 9.3). São descritos custos e aspectos necessários para a viabilização de cada uma das medidas mitigatórias apresentadas (tabelas 9.1 e 9.2).
	30	Descreve os efeitos ambientais significativos da implementação da ação estratégica que devem ser monitorados e identifica as medidas de monitoramento para que, entre outras funções, identifiquem previamente os efeitos adversos imprevistos?	A	Descreve os efeitos ambientais significativos da implementação da ação estratégica que devem ser monitorados por meio de uma tabela que descreve os efeitos adversos significativos da implementação do plano ou os indicadores dos recursos ambientais possivelmente afetados que devem ser monitorados; as informações requeridas para a realização do monitoramento; a fonte da informação utilizada para o monitoramento; a qualidade da informação, as lacunas e, quando necessário, as soluções para o preenchimento destas lacunas; o momento quando deve ser realizada uma ação de remediação; e a ação de remediação a ser tomada (pág. 81 - tabela 10.1). Como medidas para que sejam previamente identificados os efeitos adversos imprevistos são: monitorados os recursos ambientais possivelmente afetados; identificados limites e padrões ambientais para comparação, caso sejam excedidos; e propostas medidas de remediação caso sejam identificados efeitos ambientais imprevistos (pág. 81 - tabela 10.1).
	31	Explica como o monitoramento é feito, de modo que esteja apto a realizar as medidas corretivas apropriadas? Neste contexto, as explicações sobre "o quê", "como" e "quem" do processo de	C	Explica como o monitoramento é feito, de modo que esteja apto a realizar as medidas corretivas apropriadas. Os procedimentos adotados, para cada efeito ou indicador monitorado, incluem apenas a especificação das medidas corretivas apropriadas a serem realizadas e da forma como serão realizadas (pág. 81 - tabela 10.1). PONTO FRACO: Não foi especificada a responsabilidade pela realização das medidas corretivas apropriadas.

32	monitoramento devem ser especificadas.		
	Explica como os arranjos de monitoramento existentes podem ser utilizados, se apropriado, de uma maneira para evitar a duplicação?	A	Explica que, quando for relevante, será feito o uso dos processos existentes (cita o sistema de rastreamento para a gestão da performance do processo de PTL) para o monitoramento proposto como parte da AAE (pág. 80 - seção 10).
	Avaliação da Seção 6	A	PONTO FRACO: Não foi especificada a responsabilidade pela realização das medidas corretivas apropriadas.
	AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO COMO UM TODO:	D	PONTO FRACO: Seção 1 - Não sistematiza uma descrição sobre o contexto que influencia as tomadas de decisões da ação estratégica e do processo de AAE. Seção 2 - Descreve como as alternativas foram desenvolvidas e identificadas considerando, cada uma, apenas parcialmente os objetivos e o escopo geográfico da ação estratégica. Fornece informações de possíveis efeitos significantes apenas sobre a única opção desenvolvida para a ação estratégica. Não apresenta nenhuma relação entre as justificativas descritas e as alternativas consideradas. Não descreve como a avaliação que embasa estas justificativas foi realizada. Não mostra como a análise de efeitos cumulativos foi utilizada para a avaliação das opções alternativas estratégicas. Não mostra como a análise de significância foi utilizada para a avaliação das opções alternativas estratégicas. Seção 3 - Nenhuma tarefa realizada. Seções 4, 5 e 6 - Sem omissões importantes.

7.2. Caso 2 – AAE da Aberdeenshire Local Transport Strategy

7.2.1. Contextualização e análise do problema de decisão

Desde julho de 1998, a orientação política (“*White Paper*”) para o transporte integrado escocês “*Travel Choices for Scotland*” propõe diretrizes para que as autoridades locais escocesas produzam voluntariamente suas Estratégias de Transporte Local (ETL – “*Local Transport Strategy*”) (ABERDEENSHIRE COUNCIL, 2006).

De acordo com o relatório de AAE, a realização da ETL de Aberdeenshire foi motivada pela seguinte razão:

Estas ações estratégicas foram estabelecidas para definir os planos e as prioridades de autoridades locais para um sistema de transporte integrado dentro de sua área, de uma maneira que seja consistente com os objetivos nacionais de desenvolvimento sustentável (ABERDEENSHIRE COUNCIL, 2006 p. 2).

A partir da realização da ETL é esperado o fornecimento de informações sobre a situação atual de questões, problemas e oportunidades da área particular e uma declaração de intenção de objetivos e políticas de transporte em conjunto com os programas de investimentos propostos que respondam a esta demanda (ABERDEENSHIRE COUNCIL, 2006).

O objetivo principal da Estratégia de Transporte Local de Aberdeenshire foi definido como:

[...] desenvolver um sistema de transporte integrado para Aberdeenshire que contribua para o desenvolvimento de uma sociedade inclusiva e segura e de uma forte economia, preservando e melhorando a qualidade ambiental (ABERDEENSHIRE COUNCIL, 2006 p. 2).

Para alcançar seu objetivo principal a ETL estabeleceu 19 objetivos específicos, que foram divididos entre os seguintes temas:

- Economia – Promover uma economia sustentável ao maximizar a efetividade e a eficiência dos serviços, das infraestruturas e das redes de transporte;
- Inclusão Social e Acessibilidade – Promover inclusão social por meio da conexão de comunidades a instalações e serviços e do aumento da acessibilidade da rede de transporte;

- Supervisão Ambiental (*Environmental Stewardship*) – Reduzir a pegada ambiental dos serviços, das infraestruturas e das redes de transporte por meio da redução de emissões prejudiciais e de consumo de energia e recursos não renováveis;
- Segurança e Seguridade – Melhorar a segurança e a seguridade das jornadas ao reduzir casualidades e melhorar a segurança pessoal de todos os usuários da rede de transporte;
- Integração – Melhorar a integração do sistema de transporte entre diferentes serviços e modais e com outras políticas local, regional, nacional e europeia relevantes.

A realização de AAE na Escócia se tornou requerimento legal a partir da transposição da Diretiva Europeia de AAE por meio da implementação das Regulamentações para a Avaliação Ambiental de Planos e Programas da Escócia, em 2004. Os esforços do Governo Escocês para que a legislação escocesa de AAE fosse além dos requerimentos da Diretiva Europeia de AAE resultaram em uma legislação com perfil altamente avançado que requer a realização de AAE para todos os planos, programas e estratégias espaciais escoceses (ABERDEENSHIRE COUNCIL, 2006)

O processo de AAE da ETL foi uma iniciativa do Concelho de Aberdeenshire e foi realizada como serviço de consultoria pelas empresas Faber Maunsell e AECOM utilizando as seguintes orientações:

- Guia de Prática para a Diretiva de AAE (ODPM, 2005);
- Guia para Appraisal do Transporte Escocês (Scottish Transport Appraisal Guidance – STAG);
- Guia de AAE para Planos e Programas de Transporte (*Transport Appraisal Guidance* – TAG Unit 2.11) (DfT, 2004).

Resumo das informações	
Período:	Relatório de AAE finalizado em maio de 2006
Proponente da AAE:	Faber Maunsell/AECOM
Ação estratégica:	Aberdeenshire Local Transport Strategy (LTS) 2006-2009
Proponente da ação estratégica:	Aberdeenshire Council
Horizonte temporal da ação estratégica:	2006-2009
Principais razões relacionadas ao problema de decisão que motivou a ação estratégica:	Definir os planos e as prioridades da autoridade local para um sistema de transporte integrado dentro de sua área, de uma maneira que seja consistente com os objetivos nacionais de desenvolvimento sustentável

Escala de decisão do problema de decisão:	Condado de Aberdeen
Escala geográfica do problema de decisão:	Condado de Aberdeen
Escala geográfica adotada pela AAE:	Condado de Aberdeen menos a cidade de Aberdeen
Recomendações em relação a qualidade:	“Links to plan-making process - SEA has substantially reshaped the Local Transport Strategy.”

7.2.2. Análise do Relatório de AAE

Seções do relatório	Questões	Notas	Comentários e observações
SEÇÃO 1: Descrição da ação estratégica, da baseline (ambiental/sustentabilidade) e da integração dos processos de AAE e de formulação da ação estratégica	1 Descreve o contexto, o conteúdo e os principais objetivos da ação estratégica?	E	Na seção 8.1 (pág. 19) são listados todos os objetivos pretendidos com a implementação da ação estratégica. Os objetivos foram formulados para o atendimento das prioridades definidas quanto a aspiração pela ação estratégica (pág. 2), quanto aos problemas de transporte da área da ação estratégica identificados pela consulta de stakeholders (págs. 2 e 3), quanto ao objetivo ambiental nacional (pág. 3), e quanto as questões ambientais relacionadas ao transporte na área da ação estratégica identificadas pela consulta de stakeholders (pág. 3). A seção 1.2 (págs. 2 e 3) descreve as aspirações com a implementação da ação estratégica e as principais questões ambientais e de transporte identificadas pelos stakeholders para serem abordadas pela ação estratégica. Como conteúdo são descritos diferentes conjuntos de iniciativas para alcançar os objetivos da ação estratégica (apêndice F). Para a formulação e seleção dos conjuntos de iniciativas (alternativas) foi utilizado o procedimento do Guia de Análise do Transporte (TAG), o qual descreve que os conjuntos de iniciativas (alternativas) podem ser diferentes formas de: alcançar o objetivo da ação estratégica; alcançar as aspirações da comunidade local; lidar com problemas ambientais; e lidar com problemas de transporte. PONTO FRACO: Não sistematiza uma descrição sobre o contexto “mais amplo” que influencia as tomadas de decisões da ação estratégica e do processo de AAE.
	2 Descreve a relação com outras PPPs relevantes?	A	A partir da pág. 8 (seção 3) o relatório lista leis, guias de planejamento e planos e programas locais, regionais e nacionais que apresentam relevância para a ação estratégica. O apêndice D apresenta uma tabela que descreve os objetivos ambientais ou de sustentabilidade de cada uma das PPPs relevantes e quais componentes da AAE e da ação estratégica abordaram estes objetivos (também feita posteriormente).
	3 Descreve como os processos de AAE e de formulação da ação estratégica foram integrados?	G	
	4 Procurando evitar a duplicação de avaliação, o relatório descreve quais questões são abordadas em outras	G	

		avaliações?		
5		Fornecer informações sobre: os aspectos relevantes do estado atual ambiental, econômico e social com probabilidade de serem significativamente afetados; a possível evolução destes aspectos sem considerar a implementação da ação estratégica; e indica lacunas quanto aos dados?	E	São fornecidas informações sobre os aspectos relevantes do estado atual dos tópicos da diretiva europeia de AAE com probabilidade de serem significativamente afetados (apêndice E). Fornece informações sobre a possível evolução futura de quase nenhum aspecto relevante considerado pela <i>baseline</i> da situação atual (pág. 18 - seção 7.2). São indicadas lacunas quanto aos dados (pág. 30 - seção 9.5). PONTO FRACO: Não fornece informações sobre a possível evolução futura dos aspectos descritos pela <i>baseline</i> da situação atual.
6		Fornecer informações sobre qualquer problema ou potencial problema ambiental ou de sustentabilidade relevante para a ação estratégica, incluindo em particular, aqueles relacionados às áreas de importância ambiental particular?	A	Fornecer informações sobre os problemas e oportunidades ambientais relevantes para a ação estratégica (pág. 11 - tabela 4.1), incluindo aqueles relacionados às áreas de importância ambiental particular. Fornece informações sobre os problemas identificados para cada um dos tópicos da diretiva de AAE e as oportunidades existentes para que esse problema seja considerado pela ação estratégica (apêndice E).
7		Fornecer informações sobre os objetivos de proteção ambiental ou de sustentabilidade, estabelecidos em nível internacional, continental e nacional, relevantes para a ação estratégica e sobre a forma como estes objetivos e qualquer consideração ambiental ou de sustentabilidade foram levados em conta durante a preparação da ação estratégica?	A	Fornecer informações sobre os objetivos de proteção ambiental ou de sustentabilidade estabelecidos em nível internacional, nacional e regional relevantes para a ação estratégica (apêndice D). Fornece informações sistematizadas sobre a forma como estes objetivos foram levados em conta durante a preparação da ação estratégica (apêndice D). O relatório também descreve que os objetivos de proteção ambiental, relevantes para a ação estratégica, foram levados em conta por meio de sua incorporação aos objetivos de AAE, utilizados para a avaliação da ação estratégica (pág. 8 - seção 3.1). Sistematiza itens da ação estratégica e/ou da AAE que abordaram cada um dos objetivos de proteção ambiental relevantes para a ação estratégica (apêndice D).
		Avaliação da Seção 1	E	PONTO FRACO: Não sistematiza uma descrição sobre o contexto que influencia as tomadas de decisões da ação estratégica e do processo de AAE. Não descreve como o processo de AAE e de formulação da ação estratégica foram integrados. Não fornece informações sobre a possível evolução futura de quase todos os aspectos descritos pela <i>baseline</i> da situação atual.
SEÇÃO 2: Identificação e avaliação das principais		8		Descreve como as alternativas "razoáveis" foram desenvolvidas e identificadas, considerando os objetivos e o escopo geográfico da ação

questões e opções

	estratégica?		
9	Lista as questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação?	A	Lista os problemas e oportunidades ambientais considerados na avaliação (pág. 11 - tabela 4.1). Lista os objetivos da AAE, as questões para consideração e os tópicos considerados (pág. 13 - tabela 5.1).
10	Descreve como as questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação foram identificadas?	D	Descreve que os objetivos da AAE foram desenvolvidos a partir da consideração da relação da ação estratégica com PPPs relevantes, dos objetivos e requerimentos de proteção ambiental e de sustentabilidade estabelecidos em nível internacional, continental e nacional que são relevantes para a ação estratégica (pág. 6 - tabela 2.1), da revisão das informações da baseline, da identificação dos principais problemas e oportunidades ambientais relevantes dentro da área da ação estratégica, da discussão de <i>stakeholders</i> em workshop e das respostas sobre relatório de escopo (pág. 11 - seção 4). PONTO FRACO: Não descreve como as questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação foram identificadas a partir das tendências de evolução futura dos aspectos relevantes para a ação estratégica.
11	Fornecer informações de possíveis efeitos significantes de diferentes opções sobre: a) biodiversidade; b) população; c) saúde humana; d) fauna; e) flora; f) solo; g) água; h) ar; i) fatores climáticos; j) bens materiais; k) patrimônio cultural, incluindo arquitetura e arqueologia; l) paisagem; m) a interrelação entre todos fatores anteriores.	E	Fornecer informações dos possíveis efeitos significantes dos objetivos que compõem a ação estratégica de desenvolvimento (pág. 22 - tabela 8.3) e de medidas, ações e iniciativas que compõem a ação estratégica (pág. 111 - apêndice G) sobre quase todos os fatores listados (pág. 22 - tabela 8.3). PONTO FRACO: Fornece informações de possíveis efeitos significantes apenas sobre a única opção desenvolvida para a ação estratégica. Não fornece informações sobre os possíveis efeitos significantes de diferentes opções. Não fornece informações dos possíveis efeitos significantes sobre d) fauna, e) flora e m) a interrelação entre todos fatores anteriores. Durante a identificação de problemas ambientais e de sustentabilidade os aspectos fauna e flora são agrupados dentro do tópico biodiversidade.
12	Apresenta um resumo das justificativas para a seleção das alternativas consideradas e uma descrição de como a avaliação que embasa estas justificativas foi realizada?	G	
13	Estabelece questões relevantes para que sejam avaliadas de maneira mais adequada em outros níveis ou layers de tomada de decisão, procurando evitar a duplicação?	G	

	14	Mostra como o conhecimento do estado da arte e os métodos de avaliação foram utilizados para a avaliação da ação estratégica?	C	Mostra como a análise da <i>baseline</i> (cenário "sem a ação estratégica") foi utilizada para a previsão dos efeitos da opção estratégica preferida (pág. 27 - seção 9). Mostra como os objetivos da AAE foram utilizados para a avaliação dos objetivos da ação estratégica (pág. 21 - seção 8.3) e das ações e iniciativas que compõem a opção estratégica preferida (apêndice G). Mostra como a magnitude dos efeitos e a importância dos receptores ambientais foram utilizadas para a avaliação dos efeitos significantes da ação estratégica preferida (pág. 27 - seção 9). Mostra como a análise de efeitos cumulativos foi utilizada para a avaliação da ação estratégica preferida (pág. 35 - seção 10.3). Identifica e documenta suposições baseadas na implementação da ação estratégica que auxiliam a previsão de efeitos da ação estratégica preferida (pág. 30 - seção 9.4). PONTO FRACO: Não mostra como a análise de significância (considerando a <i>baseline</i> , receptores ambientais importantes ou as características ambientais do local da ação estratégica) foi utilizada para a avaliação dos efeitos cumulativos da ação estratégica preferida. Não mostra uma análise de efeitos transfronteiriços para a avaliação da ação estratégica.
	Avaliação da Seção 2		F	PONTO FRACO: Não realiza nenhuma tarefa que descreve como as alternativas "razoáveis" foram desenvolvidas e identificadas, considerando os objetivos e o escopo geográfico da ação estratégica. Fornece informações de possíveis efeitos significantes apenas sobre a única opção desenvolvida para a ação estratégica. Não fornece informações sobre os possíveis efeitos significantes de diferentes opções. Não apresenta as alternativas consideradas. Não descreve como a avaliação que embasa as justificativas apresentadas foi realizada. Não realiza nenhuma tarefa para o estabelecimento de questões relevantes para que sejam avaliadas de maneira mais adequada em outros níveis de tomada de decisão, procurando evitar a duplicação. Não mostra como a análise de significância (considerando a <i>baseline</i> , receptores ambientais importantes ou as características ambientais do local da ação estratégica) foi utilizada para a avaliação dos efeitos cumulativos da ação estratégica preferida. Não mostra uma análise de efeitos transfronteiriços para a avaliação da ação estratégica.
SEÇÃO 3: Determinação de significância do impacto	15	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação do grau no qual a ação estratégica estabelece uma estrutura para projetos/outras atividades, seja em termos de localização, tamanho, natureza e condições de operação ou pela alocação de recursos?	G	

16	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação do valor e da vulnerabilidade da área provavelmente afetada em consequência das características naturais especiais ou da herança cultural, dos padrões de qualidade ambientais ou de sustentabilidade excedidos, dos limites de valores ou do uso intensivo do solo excedidos?	A	A tabela 9.3 (pág. 28) explica.
17	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação dos efeitos das várias opções sobre áreas ou paisagens que possuem status de proteção reconhecidos nacional, continental ou internacionalmente?	A	A tabela 9.3 (pág. 28) explica.
18	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da probabilidade, duração (curto, médio e longo prazo, permanente e temporário), frequência e reversibilidade dos efeitos, tanto positivos quanto negativos, das várias opções?	A	As tabelas 9.1 (pág. 27) e 9.2 (pág. 28) explicam.
19	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da magnitude e extensão espacial dos efeitos (área geográfica e tamanho da população afetada) das várias opções?	A	As tabelas 9.1 (pág. 27) e 9.2 (pág. 28) explicam.
20	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da natureza secundária, cumulativa e sinérgica dos efeitos das várias opções?	G	
21	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da natureza transfronteiriça dos efeitos das várias opções?	G	

SEÇÃO 4: Processo de consulta	22	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação dos riscos para a saúde humana e para as questões ambientais ou de sustentabilidade?	A	A tabela 9.3 (pág. 28) explica.
		Avaliação da Seção 3	D	PONTO FRACO: Não realiza nenhuma tarefa que explica como a significância foi determinada pela identificação do grau no qual a ação estratégica estabelece uma estrutura para projetos/outras atividades, seja em termos de localização, tamanho, natureza e condições de operação ou pela alocação de recursos. Não realiza nenhuma tarefa que explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da natureza secundária, cumulativa e sinérgica dos efeitos das várias opções. Não realiza nenhuma tarefa que explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da natureza transfronteiriça dos efeitos das várias opções.
	23	Descreve como e quando as autoridades foram consultadas e como o escopo e o nível de detalhe das informações da avaliação foram identificados?	E	Descreve que o relatório de escopo foi consultado pelas autoridades por meio de <i>workshop</i> envolvendo representantes de diversas organizações (listados no apêndice A) e do oferecimento de oportunidades para identificar problemas e oportunidades ambientais (pág. 38 - seção 10.4) e para comentar e discutir sobre a relevância dos indicadores de AAE em relação a ação estratégicas e os problemas e oportunidades identificados dentro da área da ação estratégica (pág. 6 - seção 2.1). Descreve que as autoridades foram consultadas após o desenvolvimento dos objetivos da AAE e antes da análise de compatibilidade entre os objetivos da AAE e os objetivos da ação estratégica e da avaliação da ação estratégica (pág. 6 - seção 2.2; pág. 38 - seção 10.4). Descreve que o escopo técnico foi determinado com base nas questões que seriam relevantes para a ação estratégica e para a identificação correta dos problemas e oportunidades identificados dentro da área definida para a ação estratégica (pág. 6 - seção 2.1) e nas questões que seriam requeridas pela diretiva de AAE (CE, 2001) (pág. 13 - seção 5). PONTO FRACO: Não descreve como e quando as autoridades foram consultadas quanto ao relatório de AAE. Não descreve como o escopo temporal e espacial das informações da avaliação foram identificados. Não descreve como o nível de detalhe das informações da avaliação foi identificados.
	24	Descreve como a ação estratégica preliminar e o relatório ambiental foram disponibilizados para as autoridades e para o público (possíveis afetados e interessados) e como foram permitidos a expressar suas opiniões dentro de um período apropriado?	G	
	25	Confirma que os resultados das respostas de consulta sobre a ação	A	Confirma que os resultados das respostas de consulta sobre a ação estratégica e a AAE serão considerados pela tomada de decisão (pág 7 - tabela 2.2). Os procedimentos

		estratégica e a AAE serão considerados pela tomada de decisão?		incluem a documentação das justificativas sobre como os comentários e observações foram ou não abordados pela ação estratégica final.
		Avaliação da Seção 4	E	PONTO FRACO: Não descreve como e quando as autoridades foram consultadas quanto ao relatório de AAE. Não descreve como o escopo temporal e espacial das informações da avaliação foram identificados. Não descreve como o nível de detalhe das informações da avaliação foi identificados. Não realiza nenhuma tarefa que descreva como a ação estratégica preliminar e o relatório ambiental foram disponibilizados para as autoridades e para o público (possíveis afetados e interessados) e como foram permitidos a expressar suas opiniões dentro de um período apropriado.
SEÇÃO 5: Apresentação das informações e dos resultados:	26	Inclui uma seção de AAE ou um relatório de AAE separado, claramente distinguível, preparado de acordo com os requerimentos da diretiva de AAE?	A	Inclui um relatório de AAE separado, preparado de acordo com os requerimentos da diretiva de AAE. Como procedimento é apresentada uma tabela que descreve os estágios envolvidos na realização do processo de AAE (de acordo com os requerimentos da diretiva de AAE) e a seção referente a localização de cada estágio no relatório apresentado (pág. 6 - seção 2.1).
	27	Fornecer uma visão geral das dificuldades encontradas na compilação e na análise das informações que serão utilizadas para a avaliação ambiental e um resumo das incertezas resultantes destas dificuldades (como deficiências técnicas de falta de <i>know how</i> técnico)?	A	Fornecer uma visão geral das dificuldades encontradas na compilação e na análise das informações que serão utilizadas para a avaliação ambiental e um resumo das incertezas resultantes destas dificuldades (pág. 30 - seção 9.5).
	28	Uma vez que a decisão tenha sido tomada, o relatório é acompanhado por uma declaração resumindo como as considerações ambientais ou de sustentabilidade foram integradas dentro da ação estratégica, como o relatório de AAE e os resultados de consulta foram considerados, e as justificativas para a escolha da ação estratégica adotada a luz das outras opções alternativas consideradas razoáveis?	A	É acompanhado por uma declaração que aborda todos os tópicos questionados neste critério (arquivo: declaração de adoção).
		Avaliação da Seção 5	A	

SEÇÃO 6: Recomendações sobre o monitoramento	29	Fornece informação sobre as medidas previstas para evitar, reduzir e compensar, tanto quanto possível, qualquer efeito adverso significativo sobre as questões ambientais ou de sustentabilidade da implementação da ação estratégica?	A	Fornece informação sobre as medidas previstas para evitar, reduzir e compensar qualquer efeito adverso significativo da implementação da ação estratégica. Os procedimentos adotados incluem a abordagem tanto dos impactos diretos quanto dos cumulativos e sinérgicos por meio da proposição de medidas mitigatórias e de melhoria ambiental para os efeitos significativos e da implementação da ação estratégica e para os efeitos cumulativos e sinérgicos direcionados para os recursos ou tópicos ambientais que estão sendo afetados pela implementação da ação estratégica (pág. 39 - seção 11.2). São descritas questões que devem ser abordadas durante a AI em nível de projeto para os esquemas propostos para a implementação da ação estratégica (pág. 39 - seção 11.2).
	30	Descreve os efeitos ambientais significativos da implementação da ação estratégica que devem ser monitorados e identifica as medidas de monitoramento para que, entre outras funções, identifiquem previamente os efeitos adversos imprevistos?	E	Como medida para a identificação prévia dos efeitos adversos imprevistos é proposta a realização de atualizações e revisões anuais e semestrais do monitoramento de indicadores da situação dos recursos ambientais possivelmente afetados. PONTO FRACO: Não descreve os efeitos ambientais significativos da implementação da ação estratégica que devem ser monitorados.
	31	Explica como o monitoramento é feito, de modo que esteja apto a realizar as medidas corretivas apropriadas? Neste contexto, as explicações sobre "o quê", "como" e "quem" do processo de monitoramento devem ser especificadas.	G	
	32	Explica como os arranjos de monitoramento existentes podem ser utilizados, se apropriado, de uma maneira para evitar a duplicação?	G	
	Avaliação da Seção 6		E	PONTO FRACO: Não descreve os efeitos ambientais significativos da implementação da ação estratégica que devem ser monitorados. Não realizou nenhuma tarefa que explicasse como o monitoramento é feito, de modo que esteja apto a realizar as medidas corretivas apropriadas. Não realizou nenhuma tarefa que explicasse como os arranjos de monitoramento existentes podem ser utilizados, se apropriado, de uma maneira para evitar a duplicação.

AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO COMO UM
TODO:

E

PONTO FRACO: Seção 1 - Não sistematiza uma descrição sobre o contexto que influencia as tomadas de decisões da ação estratégica e do processo de AAE. Não fornece informações sobre a possível evolução futura de quase todos os aspectos descritos pela baseline da situação atual. **Seção 2** - Não realiza nenhuma tarefa que descreve como as alternativas "razoáveis" foram desenvolvidas e identificadas, considerando os objetivos e o escopo geográfico da ação estratégica. Fornece informações de possíveis efeitos significantes apenas sobre a única opção desenvolvida para a ação estratégica. Não fornece informações sobre os possíveis efeitos significantes de diferentes opções. Não apresenta as alternativas consideradas. Não descreve como a avaliação que embasa as justificativas apresentadas foi realizada. Não mostra uma análise de efeitos transfronteiriços para a avaliação da ação estratégica. **Seção 3** - Não explica com a significância de impacto foi determinada para apenas alguns critérios. **Seção 4** - Não descreve como e quando as autoridades foram consultadas quanto ao relatório de AAE. Não descreve como o escopo temporal e espacial das informações da avaliação foram identificados. **Seção 5** - Sem omissões importantes. **Seção 6** - Não descreve os efeitos ambientais significantes da implementação da ação estratégica que devem ser monitorados. Não realizou nenhuma tarefa que explicasse como o monitoramento é feito, de modo que esteja apto a realizar as medidas corretivas apropriadas.

7.3. Caso 3 – AAE da Wales Transport Strategy

7.3.1. Contextualização e análise do problema de decisão

A produção da Estratégia de Transporte de Gales (ETG) foi motivada a partir das publicações da nova Política de Transporte de Gales e da Política de Ferrovias, em 2006, que forneceram mais poderes para planejar e melhorar o sistema de transporte de Gales e novos poderes sobre competências para a promoção do planejamento de transporte regional e do controle direto sobre os serviços ferroviários regionais e locais de Gales (C4S, 2006).

De acordo com o relatório de AAE, a principal razão que motivou a realização da ETG reflete o propósito principal de revisão e substituição da Estrutura de Transporte de Gales (ação anterior implementada desde 2001) para que fosse delineada uma estratégia para o transporte de Gales até 2030 e estruturado o planejamento e a formulação política do transporte, fornecendo orientações para os Planos de Transporte Regionais e os Planos de Transporte específicos do sistema viário nacional, das ferrovias, de pedestres e ciclistas e de cargas (C4S, 2006).

A ETG não é nem prescritiva e nem exaustiva, para que permaneça flexível o suficiente para a adequação de estatutos e políticas relevantes que podem surgir durante seu horizonte temporal (2006-2030), e descreve “resultados estratégicos” (objetivos) para serem perseguidos em níveis regional e nacional. O propósito da adoção da ETG a partir de uma abordagem baseada em resultados estratégicos para o transporte esta relacionada ao seu potencial de exercer a função de alcance dos objetivos econômicos, sociais e ambientais do Governo de Gales (C4S, 2006).

A fim de alcançar seus resultados, a ETG propõem três temas principais (e seus conjuntos específicos de medidas), como conteúdo da ação estratégica, que podem ser usados individualmente ou em combinação para a abordagem das tendências e dos problemas previstos no país de Gales, a saber:

- Tema 1 – Alcançar um sistema de transporte mais efetivo e eficiente;
- Tema 2 – Aumentar a utilização de formas de locomoção mais sustentáveis e mais saudáveis;
- Tema 3 – Minimizar a necessidade de locomoção.

No país de Gales, foi considerada necessária a realização de um processo de AAE que garantisse a integração de considerações ambientais dentro do processo de planejamento e tomada de decisão de formulação da ETG. A AAE no país de Gales é requerida, para certos planos e programas, da mesma forma que em qualquer outro país da União Europeia através da Diretiva Europeia de AAE.

No entanto, se outros tipos de ações estratégicas para o setor de transporte de Gales atenderem certos testes e exigências contidas nas Regulamentações de AAE para Gales (Welsh Statutory Instrument 2004 No. 1656), como foi o caso da ETG, também é requerida a realização de AAE (C4S, 2006).

No caso da ETG a AAE foi requerida por diversas razões, incluindo o motivo de que a ETG é requerida, e será implementada, a partir de um processo legislativo e o motivo de que a ETG tem potencial de causar efeitos ambientais significantes (C4S, 2006).

A AAE da Estratégia de Transporte de Gales (ETG) abrange todo o país de Gales e foi realizada em nome do Governo da Assembleia de Gales (*Welsh Assembly Government*) como serviço de consultoria realizado pelo Centro para Sustentabilidade (Centre for Sustainability – C4S) do Laboratório de Pesquisas de Transporte (C4S, 2006).

Além de seguir as legislações de AAE da União Europeia e do país de Gales, a metodologia utilizada para a realização desta AAE contou com o apoio dos seguintes guias:

- Guia para a prática da Diretiva de AAE (ODPM 2005¹⁷);
- Guia para a implementação da Diretiva 2001/42 sobre a avaliação dos efeitos de certos planos e programas no meio ambiente (EC 2003);
- Guia para o *Appraisal* do Transporte (TAG – Unit 2.11), AAE para Planos e Programas de Transporte (DfT 2004).

Resumo das informações	
Período:	Relatório de AAE finalizado em novembro de 2006
Proponente da AAE:	Centre for Sustainability (C4S) at Transport Research Laboratory (TRL)
Ação estratégica:	Wales Transport Strategy (WTS)
Proponente da ação estratégica:	Welsh Assembly Government
Horizonte temporal da ação estratégica:	2006-2030

¹⁷ Guia de AAE publicado pelo Office of the Deputy Prime Minister, the Welsh Assembly Government, the Scottish Executive and the Department of the Environment for Northern Ireland em setembro de 2005.

Principais razões relacionadas ao problema de decisão que motivou a ação estratégica:	Estruturar o planejamento e a formulação política do transporte de Gales e fornecer orientações aos Planos de Transporte Regionais e aos Planos de Transporte específicos do sistema viário nacional, das ferrovias, de pedestres e ciclistas e de cargas.
Escala de decisão do problema de decisão:	País de Gales
Escala geográfica do problema de decisão:	País de Gales
Escala geográfica adotada pela AAE:	País de Gales
Recomendações em relação a qualidade:	“Good scoping.”

7.3.2. Análise do Relatório de AAE

Seções do relatório	Questões		Notas	Comentários e observações
SEÇÃO 1: Descrição da ação estratégica, da baseline (ambiental/susten- tabilidade) e da integração dos processos de AAE e de formulação da ação estratégica	1	Descreve o contexto, o conteúdo e os principais objetivos da ação estratégica?	E	Nas págs. 6, 7, 8 e 9 (seção 2.2) são descritos os principais objetivos (produtos) almejados com a implementação da ação estratégica. É apresentado o procedimento utilizado para a formulação dos objetivos da ação estratégica. Os objetivos da ação estratégica foram formulados para atender os objetivos ambientais, sociais e econômicos do governo Galês, considerando sempre o contexto político mais amplo do transporte para garantir a compatibilidade com as políticas emergentes e existentes do governo Galês (seção 2.2 - pág. 6). Nas págs. 9 e 10 (seções 2.3 e 2.4) são descritas as estratégias (temas) e as iniciativas estratégicas (conjunto de ações) para alcançar os objetivos da ação estratégica. O conteúdo de cada um dos temas com suas iniciativas foi formulado para, individualmente ou em combinação, abordarem os problemas e tendências atuais e previstas para a área da ação estratégica. Para formular o conteúdo (temas e iniciativas) da ação estratégica foi considerada a visão política sobre a agenda estratégica (endossada pelos documentos " <i>Transport Wales into the Future</i> " e " <i>Transport Framework for Wales</i> "), objetivando influenciar positivamente os desafios e tendencias de transporte da área da ação estratégica. PONTO FRACO: Não sistematiza uma descrição sobre o contexto “mais amplo” que influencia as tomadas de decisões da ação estratégica e do processo de AAE.
	2	Descreve a relação com outras PPPs relevantes?	A	O apêndice B do Volume 1 apresenta tabelas, claramente descritas, que resumem as leis, os guias de planejamento e as PPPs relevantes, seus objetivos e requerimentos relevantes e as implicações destes objetivos e requerimentos para a ação estratégica, quanto a cada um dos tópico de AAE. Na seção 3.3, pág. 14 do relatório, é apresentada a tabela 5 com uma lista de cada uma das PPPs revisadas. O relatório descreve um resumo da relação com estratégias, leis, guias e PPPs relevantes relacionadas a cada um dos tópicos ambientais da diretiva europeia de AAE e ao setor de transporte (a partir da pág. 28 - seção 3.4).
	3	Descreve como os processos de AAE e de formulação da ação estratégica foram integrados?	F	O relatório apresenta uma tabela que indica como os momentos dos dois processos coincidem para que as etapas e os resultados do processo de AAE influenciem o desenvolvimento da ação estratégica (pág. 4). Nesta tabela são descritas as etapas da ação estratégica, as etapas da AAE e a época de realização de cada fase. PONTO FRACO: O relatório apenas descreve o momentos em que o processo de AAE e de formulação da ação estratégica foram integrados, mas não descreve a forma como os

			processos de AAE e de formulação da ação estratégica foram integrados.
4	Procurando evitar a duplicação de avaliação, o relatório descreve quais questões são abordadas em outras avaliações?	G	Apesar de ser citado o conceito de " <i>tiering</i> " no relatório (pag. 49) e descrita a intenção de realização de " <i>tiering</i> " no início do relatório, não foi observado e comprovado esforço para a realização de " <i>tiering</i> " nesta etapa do relatório.
5	Fornecer informações sobre: os aspectos relevantes do estado atual ambiental, econômico e social com probabilidade de serem significativamente afetados; a possível evolução destes aspectos sem considerar a implementação da ação estratégica; e indica lacunas quanto aos dados?	B	Fornecer informações sobre os aspectos relevantes do estado atual com probabilidade de serem significativamente afetados e da possível evolução destes aspectos sem considerar a implementação da ação estratégica (apêndice C; pag. 16 - seção 3.4). Indica lacunas, incertezas e dificuldades encontradas durante a coleta de informações (a partir da pag. 16 - seção 3.4). Sistematiza informações sobre todos os aspectos relevantes em uma tabela que descreve para cada aspecto considerado: as informações qualitativas ou quantitativas e a fonte destes dados; informações para comparação e estabelecimento de metas; tendências e informações sobre a <i>baseline</i> futura; questões, problemas e oportunidades identificadas; e ações ou problemas para a ação estratégica (apêndice C). PONTO FRACO: Não fornece informações sobre as suposições consideradas para a descrição da <i>baseline</i> futura.
6	Fornecer informações sobre qualquer problema ou potencial problema ambiental ou de sustentabilidade relevante para a ação estratégica, incluindo em particular, aqueles relacionados às áreas de importância ambiental particular?	A	Fornecer informações sobre os problemas ambientais e de sustentabilidade relevantes para a ação estratégica (seção 3 e apêndice C), incluindo aqueles relacionados às áreas de importância ambiental particular (apêndice C). Sistematiza os principais problemas identificados para cada tópico de AAE e as oportunidades existentes para que esse problema seja considerado pela ação estratégica (pag. 45 - tabela 10).
7	Fornecer informações sobre os objetivos de proteção ambiental ou de sustentabilidade, estabelecidos em nível internacional, continental e nacional, relevantes para a ação estratégica e sobre a forma como estes objetivos e qualquer consideração ambiental ou de sustentabilidade foram levados em conta durante a preparação da ação estratégica?	A	Fornecer informações sistematizadas sobre os objetivos de proteção ambiental ou de sustentabilidade relevantes para a ação estratégica (apêndice B). Fornecer informações sistematizadas sobre a forma como estes objetivos e qualquer consideração ambiental ou de sustentabilidade foram levados em conta durante a preparação da ação estratégica (apêndice B). O relatório também descreve que estes objetivos foram utilizados para o desenvolvimento dos objetivos da AAE em conjunto com a revisão das informações da <i>baseline</i> (pag. 48). Sistematiza informações a respeito das implicações dos objetivos de proteção ambiental ou de sustentabilidade para a formulação da ação estratégica (apêndice B).

		Avaliação da Seção 1	D	PONTO FRACO: Não sistematiza uma descrição sobre o contexto que influencia as tomadas de decisões da ação estratégica e do processo de AAE. Não descreve a forma como os processos de AAE e de formulação da ação estratégica foram integrados.
SEÇÃO 2: Identificação e avaliação das principais questões e opções	8	Descreve como as alternativas "razoáveis" foram desenvolvidas e identificadas, considerando os objetivos e o escopo geográfico da ação estratégica?	A	Descreve claramente como três alternativas razoáveis e o cenário "sem a ação estratégica" foram desenvolvidos e identificados, considerando os objetivos (chamados por "outcomes") e o escopo geográfico da ação estratégica (pág. 6 - seção 2; pág. 62 - seção 6). Descreve as suposições consideradas para a construção do cenário "sem a ação estratégica" (pág. 63 - seção 6.3).
	9	Lista as questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação?	A	Lista os tópicos ambientais, os principais problemas identificados para cada tópico e as principais oportunidades fornecidas pela ação estratégica (pág. 45 - tabela 10). Lista os objetivos da AAE, os problemas identificados pela revisão da <i>baseline</i> e as PPPs relevantes quanto a este objetivos (pág. 50 - tabela 11).
	10	Descreve como as questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação foram identificadas?	D	Descreve que os objetivos de AAE foram desenvolvidos por meio da identificação de objetivos de proteção ambiental e de sustentabilidade relevantes para a ação estratégica (que apresentam restrições ou sinergias para a ação estratégica), da identificação de relação entre PPPs relevantes e a ação estratégica (problemas e questões ambientais que podem ser abordados ou que afetam a ação estratégica - pág. 16 - seção 3.4), da revisão das informações atuais e tendências futuras da <i>baseline</i> , da identificação de problemas ou questões importantes (pág. 48 - seção 5.1) e das respostas de consulta recebidas sobre o relatório de escopo (pág. 49 - seção 5.1). PONTO FRACO: Não descreve como as questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação foram identificadas a partir da consulta ou do diálogo com <i>stakeholders</i> relevantes.
	11	Fornecer informações de possíveis efeitos significantes de diferentes opções sobre: a) biodiversidade; b) população; c) saúde humana; d) população; e) flora; f) solo; g) água; h) ar; i) fatores climáticos; j) bens materiais; k) patrimônio cultural, incluindo arquitetura e arqueologia; l) paisagem; m) a interrelação entre todos fatores anteriores.	A	Fornecer informações de maneira muito clara a respeito dos possíveis efeitos significantes de diferentes opções alternativas estratégicas de desenvolvimento e de cada uma das medidas políticas e dos conjuntos de medidas políticas componentes das opções alternativas estratégicas sobre quase todos os fatores listados (pág. 67 - seção 7; apêndice D). PONTO FRACO: Não fornece informações dos possíveis efeitos significantes de diferentes opções sobre m) a interrelação entre todos fatores anteriores.
	12	Apresenta um resumo das justificativas para a seleção das alternativas consideradas e uma descrição de como a avaliação que embasa estas justificativas foi realizada?	E	Apresenta um resumo das justificativas para a seleção das alternativas consideradas (pág. 9 - seção 2.3). PONTO FRACO: Não apresenta uma descrição de como a avaliação que embasa estas justificativas foi realizada.

	13	Estabelece questões relevantes para que sejam avaliadas de maneira mais adequada em outros níveis ou layers de tomada de decisão, procurando evitar a duplicação?	G	
	14	Mostra como o conhecimento do estado da arte e os métodos de avaliação foram utilizados para a avaliação da ação estratégica?	B	Mostra como a análise da <i>baseline</i> (cenário "sem a ação estratégica") foi utilizada para a previsão dos efeitos das opções alternativas estratégicas (pág. 58 - seção 5.6; pág. 75 - tabela 15). Mostra como os objetivos de AAE foram utilizados para a avaliação das opções estratégicas de desenvolvimento (pág. 67 - seção 7). Mostra como a análise dos efeitos significantes foi utilizada para a avaliação das opções estratégicas de desenvolvimento (pág. 75 - seção 7.4). Mostra de maneira muito clara como as características ambientais do local da ação estratégica (análise da baseline e as tendências identificadas) foram utilizadas para a avaliação dos efeitos secundários, sinérgicos e cumulativos das opções alternativas estratégicas (pág. 59 - seção 5.8). Mostra como os potenciais efeitos cumulativos e os efeitos cumulativos significantes adversos e positivos sobre os receptores ambientais sensíveis foram utilizados para a avaliação de efeitos significativos das opções estratégicas (pág. 79 - seção 7.5). Mostra como os efeitos transfronteiriços foram utilizados para a avaliação da ação estratégica (pág. 83 - seção 7.7). PONTO FRACO: Não mostra como os objetivos da AAE foram utilizados para a avaliação dos objetivos da ação estratégica. Não identifica e documenta suposições baseadas na implementação da ação estratégica que auxiliam a previsão de efeitos.
		Avaliação da Seção 2	C	PONTO FRACO: Não apresenta uma descrição de como a avaliação que embasa as justificativas para a seleção de alternativas consideradas foi realizada. Não realiza nenhuma tarefa para o estabelecimento de questões relevantes para que sejam avaliadas de maneira mais adequada em outros níveis de tomada de decisão, procurando evitar a duplicação.
SEÇÃO 3: Determinação de significância do impacto	15	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação do grau no qual a ação estratégica estabelece uma estrutura para projetos/outras atividades, seja em termos de localização, tamanho, natureza e condições de operação ou pela alocação de recursos?	G	

16	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação do valor e da vulnerabilidade da área provavelmente afetada em consequência das características naturais especiais ou da herança cultural, dos padrões de qualidade ambientais ou de sustentabilidade excedidos, dos limites de valores ou do uso intensivo do solo excedidos?	G	
17	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação dos efeitos das várias opções sobre áreas ou paisagens que possuem status de proteção reconhecidos nacional, continental ou internacionalmente?	G	
18	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da probabilidade, duração (curto, médio e longo prazo, permanente e temporário), frequência e reversibilidade dos efeitos, tanto positivos quanto negativos, das várias opções?	G	
19	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da magnitude e extensão espacial dos efeitos (área geográfica e tamanho da população afetada) das várias opções?	D	Cita a consideração destas questões na pág. 2 (pág. 7 do arquivo) do apêndice D (volume 2). Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da magnitude dos efeitos (seção 5.7 - final da pág. 58 e início da pág. 59). PONTO FRACO: Não explica a forma como a significância de impacto foi determinada pela identificação da extensão espacial dos efeitos (área geográfica e tamanho da população afetada).
20	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da natureza secundária, cumulativa e sinérgica dos efeitos das várias opções?	A	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da natureza secundária, cumulativa e sinérgica dos efeitos das várias opções (pág. 59 - seção 5.8; pág. 79 - seção 7.5; e pág. 82 - tabela 20).

21	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da natureza transfronteiriça dos efeitos das várias opções?	G	
22	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação dos riscos para a saúde humana e para as questões ambientais ou de sustentabilidade?	G	
Avaliação da Seção 3		F	<p>PONTO FRACO: Não realiza nenhuma tarefa que explica como a significância foi determinada pela identificação do grau no qual a ação estratégica estabelece uma estrutura para projetos/outras atividades, seja em termos de localização, tamanho, natureza e condições de operação ou pela alocação de recursos. Não realiza nenhuma tarefa que explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação do valor e da vulnerabilidade da área provavelmente afetada em consequência das características naturais especiais ou da herança cultural, dos padrões de qualidade ambientais ou de sustentabilidade excedidos, dos limites de valores ou do uso intensivo do solo excedidos. Não realiza nenhuma tarefa que explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação dos efeitos das várias opções sobre áreas ou paisagens que possuem status de proteção reconhecidos nacional, continental ou internacionalmente. Não realiza nenhuma tarefa que explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da probabilidade, duração (curto, médio e longo prazo, permanente e temporário), frequência e reversibilidade dos efeitos, tanto positivos quanto negativos, das várias opções. Não explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da extensão espacial dos efeitos (área geográfica e tamanho da população afetada). Não realiza nenhuma tarefa que explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da natureza transfronteiriça dos efeitos das várias opções. Não explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação dos riscos para a saúde humana e para as questões ambientais ou de sustentabilidade.</p>

**SEÇÃO 4:
Processo de
consulta**

23	Descreve como e quando as autoridades foram consultadas e como o escopo e o nível de detalhe das informações da avaliação foram identificados?	A	Descreve que a forma utilizada para a consulta do relatório de escopo pelas autoridades foi por meio do envio do relatório de <i>scoping</i> para que comentassem (pág. 3 - seção 1.3). Descreve que o relatório de escopo foi consultado pelas autoridades após o desenvolvimento dos objetivos da AAE e a análise de compatibilidade entre os próprios objetivos da AAE (pág. 55 - seção 5.3). Descreve que a forma utilizada para a consulta sobre o relatório de AAE pelas autoridades foi por meio de disponibilização do relatório em <i>website</i> , da proposição de questões aos consultados que fossem focadas sobre pontos chave do processo de AAE e do oferecimento de 28 dias para a realização de observações e comentários (pág. 5 - seção 1.6). Desceve que o relatório de AAE foi consultado pelas autoridades após o desenvolvimento de estrutura recomendada para o monitoramento dos efeitos significantes identificados (pág. 103 - seção 10.1). Descreve que o escopo das questões ou tópicos considerados foi determinado por regulamentações que especificam certos tópicos que devem ser abordados pela AAE (Regulamentações de AAE para Gales; Diretiva CE 42/2001) e pelos principais problemas e questões identificados pela Estratégia Ambiental da Assembleia do Governo de Gales e pela própria ação estratégica que esta sendo formulada (pág. 13 - seção 3.2). Descreve que o escopo espacial das informações da avaliação foi determinado por meio da identificação dos efeitos potenciais que a ação estratégica pode causar sobre as áreas para o qual a ação estratégica esta sendo planejada, para o qual a ação estratégica não esta sendo planejada e poderá afetar padrões ambientais ou de transporte fora de Gales e para o qual a rede de transporte de Gales pode influenciar através de suas conexões (pág. 13 - seção 3.2). Descreve que o escopo temporal das informações de avaliação foi determinado a partir da escala temporal determinada pela própria ação estratégica e pela natureza de longo prazo de alguns efeitos causados por ações de transporte (pág. 13 - seção 3.2). Descreve que o nível de detalhe das informações da avaliação foram determinados, primeiramente, pelo nível de detalhe da ação estratégica que esta sendo avaliada e pelos seus efeitos significantes (pág. 48 - seção 5.2).
24	Descreve como a ação estratégica preliminar e o relatório ambiental foram disponibilizados para as autoridades e para o público (possíveis afetados e interessados) e como foram permitidos a expressar suas opiniões dentro de um período apropriado?	D	Descreve que a expressão das opiniões das autoridades e do público foi permitida por meio do fornecimento de informações ou comentários pelos correios, telefone ou email dentro de um período apropriado (pág. 5 - seção 1.6; pág. 103 - seção 10.2). PONTO FRACO: Não descreve como a ação estratégica preliminar e o relatório ambiental foram disponibilizados para as autoridades e para o público.
25	Confirma que os resultados das respostas de consulta sobre a ação estratégica e a AAE serão	A	Confirma que os resultados das respostas de consulta sobre a ação estratégica e a AAE serão considerados pela tomada de decisão (pág 103 - seção 10.2). Os procedimentos incluem a avaliação e a documentação dos comentários considerados necessários, em

	considerados pela tomada de decisão?		um relatório de AAE revisado, que será publicado com a declaração de AAE.
	Avaliação da Seção 4	C	PONTO FRACO: Não descreve como a ação estratégica preliminar e o relatório ambiental foram disponibilizados para as autoridades e para o público.
SEÇÃO 5: Apresentação das informações e dos resultados:	26 Incluir uma seção de AAE ou um relatório de AAE separado, claramente distinguível, preparado de acordo com os requerimentos da diretiva de AAE?	A	Inclui um relatório de AAE separado, claramente distinguível, preparado de acordo com os requerimentos da diretiva. Como procedimento são apresentadas informações no início de quase todos os capítulos, que descrevem os requerimentos da diretiva, de outras legislações e de guias ou orientações referentes a etapa do processo de AAE que está em desenvolvimento no capítulo em questão.
	27 Fornece uma visão geral das dificuldades encontradas na compilação e na análise das informações que serão utilizadas para a avaliação ambiental e um resumo das incertezas resultantes destas dificuldades (como deficiências técnicas de falta de <i>know how</i> técnico)?	A	Fornece uma visão geral das dificuldades encontradas na compilação e na análise das informações que serão utilizadas para a avaliação ambiental e um resumo das incertezas resultantes destas dificuldades para cada um dos tópicos de AAE (pág. 16 - seção 3.4). Como procedimento foram descritas as dificuldades e incertezas para cada um dos tópicos de AAE.
	28 Uma vez que a decisão tenha sido tomada, o relatório é acompanhado por uma declaração resumindo como as considerações ambientais ou de sustentabilidade foram integradas dentro da ação estratégica, como o relatório de AAE e os resultados de consulta foram considerados, e as justificativas para a escolha da ação estratégica adotada a luz das outras opções alternativas consideradas razoáveis?	?	Esta descrito que o relatório seria acompanhado por esta declaração. No entanto, não foi encontrado este documento.
	Avaliação da Seção 5	A	

**SEÇÃO 6:
Recomendações
sobre o
monitoramento**

29	Fornecer informação sobre as medidas previstas para evitar, reduzir e compensar, tanto quanto possível, qualquer efeito adverso significativo sobre as questões ambientais ou de sustentabilidade da implementação da ação estratégica?	C	Fornecer informação sobre as medidas previstas para evitar, reduzir e compensar qualquer efeito adverso significativo da implementação da ação estratégica. Os procedimentos adotados incluem a abordagem tanto dos impactos diretos quanto dos cumulativos e sinérgicos por meio da proposição de medidas mitigatórias para os efeitos adversos significativos (moderados e maiores) e para os efeitos cumulativos e sinérgicos direcionados para os recursos ou tópicos ambientais que estão sendo afetados pela implementação da ação estratégica (pág. 84 - seção 8). São propostas medidas mitigatórias para que sejam abordadas durante o desenvolvimento de ações estratégicas subsequentes e a implementação de medidas e esquemas individuais (pág. 84 - seção 8). PONTO FRACO: Não propõe medidas focadas sobre a melhoria de efeitos ambientais positivos.
30	Descreve os efeitos ambientais significativos da implementação da ação estratégica que devem ser monitorados e identifica as medidas de monitoramento para que, entre outras funções, identifiquem previamente os efeitos adversos imprevistos?	A	Descreve os efeitos ambientais significativos da implementação da ação estratégica que devem ser monitorados por meio de uma tabela que descreve os efeitos adversos significativos da implementação do plano ou os indicadores dos recursos ambientais possivelmente afetados que devem ser monitorados; as medidas ou iniciativas estratégicas relacionadas ao efeito monitorado; as informações requeridas para a realização do monitoramento e a frequência de coleta; a fonte da informação utilizada para o monitoramento; o momento quando deve ser realizada uma ação de remediação; a ação de remediação a ser tomada; e a responsabilidade quanto a informação que está sendo monitorada (pág. 93 - tabela 23). Como medidas para que sejam previamente identificados os efeitos adversos imprevistos são: monitorados os recursos ambientais possivelmente afetados; identificados limites e padrões ambientais para comparação, caso sejam excedidos; e propostas medidas de remediação caso sejam identificados efeitos ambientais imprevistos (pág. 93 - tabela 23).
31	Explica como o monitoramento é feito, de modo que esteja apto a realizar as medidas corretivas apropriadas? Neste contexto, as explicações sobre "o quê", "como" e "quem" do processo de monitoramento devem ser especificadas.	E	Os procedimentos adotados, para cada efeito ou indicador monitorado, incluem apenas a especificação da responsabilidade pela realização da medida corretiva apropriada (pág. 93 - tabela 23). PONTO FRACO: Não foram especificadas quais seriam as medidas corretivas apropriadas e a forma como estas medidas deveriam ser realizadas.
32	Explica como os arranjos de monitoramento existentes podem ser utilizados, se apropriado, de uma maneira para evitar a duplicação?	G	

	Avaliação da Seção 6	D	PONTO FRACO: Não propõe medidas focadas sobre a melhoria de efeitos ambientais positivos. Não foram especificadas quais seriam as medidas corretivas apropriadas e a forma como estas medidas deveriam ser realizadas. Não realizou nenhuma tarefa que explicasse como os arranjos de monitoramento existentes podem ser utilizados, se apropriado, de uma maneira para evitar a duplicação.
	AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO COMO UM TODO:	C	PONTO FRACO: Seção 1 - Não sistematiza uma descrição sobre o contexto que influencia as tomadas de decisões da ação estratégica e do processo de AAE. Seção 2 - Não apresenta uma descrição de como a avaliação que embasa as justificativas para a seleção de alternativas consideradas foi realizada. Seção 3 - Não explica com a significância de impacto foi determinada para vários critérios. Seções 4 e 5 - Sem omissões importantes. Seção 6 - Não propõe medidas focadas sobre a melhoria de efeitos ambientais positivos. Não foram especificadas quais seriam as medidas corretivas apropriadas e a forma como estas medidas deveriam ser realizadas.

7.4. Caso 4 – AAE da Aberdeen City Local Transport Strategy

7.4.1. Contextualização e análise do problema de decisão

A Estratégia de Transporte Local (ETL) da cidade de Aberdeen foi uma iniciativa voluntária que surgiu a partir da necessidade de atualização da ETL anterior (de 2000). O desenvolvimento da ETL era recomendado pelo “*White Paper*” Futuro do Transporte da Escócia¹⁸ (2004) e sua formulação seguiu o Guia sobre Estratégias de Transporte Local (2005).

A principal razão que motivou a realização da ETL da cidade de Aberdeen reflete a principal proposta da ação estratégica de estabelecer:

[...] a visão e os objetivos do Concelho da cidade de Aberdeenshire para a melhoria do sistema de transporte da cidade e fornecer um contexto político para os pedidos futuros de financiamento de projetos de transporte (ABERDEEN CITY COUNCIL, 2007 p. 21).

Para alcançar sua proposta, o objetivo principal da ETL consistiu em definir os objetivos estratégicos que o Concelho procura cumprir através da aplicação de iniciativas políticas e ações para o desenvolvimento do sistema de transporte da cidade de Aberdeen (ABERDEEN CITY COUNCIL, 2007).

A visão estabelecida pela ETL foi o desenvolvimento de “um sistema de transporte sustentável que seja adequado para o século 21, acessível a todos, apoie uma economia vibrante e minimize o impacto sobre o meio ambiente”. Além desta visão, foram propostos 5 grupos de objetivos estratégicos compostos por sub-objetivos que apoiam os objetivos de transporte nacional do governo escocês e os objetivos de transporte regional da Nestrans¹⁹. Estes grupos de objetivos foram definidos como:

- Econômicos – Apoiar e contribuir para que a economia da cidade de Aberdeen e de sua região prospere;
- Segurança e seguridade – Garantir um sistema de transporte seguro e protegido;

¹⁸ Scotland’s Transport Future White Paper (2004).

¹⁹ North East Scotland Transport Partnership (NESTRANS).

- Ambientais – Minimizar o impacto ambiental do transporte sobre nossa comunidade e sobre o mundo;
- Acessibilidade – Garantir que o sistema de transporte seja integrado e acessível para todos;
- Integração – Garantir que nossas políticas de transporte sejam integradas com, e apoiem, políticas de desenvolvimento sustentável, de saúde e de inclusão social.

Outra parte que compôs a ETL foi representada por um plano de implementação com ações e iniciativas políticas para o alcance dos objetivos e sub-objetivos descritos. Neste plano de implementação foram estabelecidas 165 ações e iniciativas políticas, algumas delas relacionadas a atividades que já haviam sido implementadas pelo Concelho e que se pretendia dar continuidade (ABERDEEN CITY COUNCIL, 2007).

Estas ações e iniciativas políticas refletem a maneira como o Concelho de Aberdeen, interviu para alcançar seus objetivos e, procurou:

- Apoiar parceiros no desenvolvimento dos serviços e da infraestrutura de transporte da região;
- Manter seus bens de transporte;
- Gerir seus bens e serviços de transporte;
- Promover o uso de transporte sustentável;
- Melhorar seus serviços e sua infraestrutura de transporte;
- Adicionar aos serviços e infraestruturas de transporte existentes.

Adicionalmente, outra questão central para a definição das ações e iniciativas políticas que compuseram esta ação estratégica foi a necessidade de proposição de intervenções para otimizar e “travar” os benefícios de um projeto, previamente decidido, de anel periférico viário do oeste de Aberdeen²⁰.

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da ETL da cidade de Aberdeen foi requerida através da Política de Avaliação Ambiental da Escócia²¹ (2005) ao determinar que os planos, programas e estratégias setoriais públicos fossem sujeitos a realização de AAE. Esta AAE foi formulada pelo próprio Concelho da Cidade de Aberdeen e foi realizada para identificar e, quando possível, mitigar os efeitos ambientais significantes da ETL. Seus objetivos específicos foram:

²⁰ Aberdeen Western Peripheral Route (AWPR).

²¹ Environmental Assessment (Scotland) Act 2005.

- Integrar fatores ambientais na preparação e na tomada de decisão da ação estratégica;
- Melhorar a versão final da ETL da cidade de Aberdeen e melhorar a proteção ambiental;
- Aumentar a participação pública na tomada de decisão;
- Facilitar a abertura e a transparência da tomada de decisão.

Resumo das informações	
Período:	Relatório de AAE finalizado em novembro de 2007
Proponente da AAE:	Aberdeen City Council
Ação estratégica:	Local Transport Strategy of Aberdeen City
Proponente da ação estratégica:	Aberdeen City Council
Horizonte temporal da ação estratégica:	2008-2012
Principais razões relacionadas ao problema de decisão que motivou a ação estratégica:	Estabelecer a visão e os objetivos do Concelho da cidade de Aberdeenshire para a melhoria do sistema de transporte da cidade e fornecer um contexto político para os pedidos futuros de financiamento de projetos de transporte
Escala de decisão do problema de decisão:	Cidade de Aberdeen
Escala geográfica do problema de decisão:	Cidade de Aberdeen
Escala geográfica adotada pela AAE:	Cidade de Aberdeen
Recomendações em relação a qualidade:	"SEA prepared in-house; has a good analysis of options; SEA methodology influenced economic impact analysis and health e social impact assessment."

7.4.2. Análise do Relatório de AAE

Seções do relatório	Questões		Notas	Comentários e observações
SEÇÃO 1: Descrição da ação estratégica, da baseline (ambiental/susten- tabilidade) e da integração dos processos de AAE e de formulação da ação estratégica	1	Descreve o contexto, o conteúdo e os principais objetivos da ação estratégica?	E	Como conteúdo são retratadas várias ações e iniciativas políticas para o alcance dos objetivos da ação estratégica (apêndice G). Existe um procedimento sistematizado para a formulação das ações e iniciativas políticas (conteúdo desta ação estratégica) e esta descrito na seção 3.2.2 (pág. 21) . Como objetivos da ação estratégica são descritos a aspiração (<i>goal</i>) e os principais objetivos (<i>statements</i>) na seção 3.2.3 (págs. 22, 23 e 24). É apresentado um procedimento para a formulação dos objetivos da ação estratégica. Os objetivos da ação estratégica foram formulados para atender os objetivos de transporte nacional do governo Escocês e os objetivos de transporte regional (seção 3.2.3 - pág. 22). PONTO FRACO: Não sistematiza uma descrição sobre o contexto “mais amplo” que influencia as tomadas de decisões da ação estratégica e do processo de AAE.
	2	Descreve a relação com outras PPPs relevantes?	A	Na pág. 69, o apêndice B apresenta uma tabela que descreve leis, notas de planejamento e PPPs relevantes, seus requerimentos relevantes e a forma como foram considerados pela AAE e pela ação estratégica (está escrito no passado). A partir da pág. 24 (seção 3.3) é resumida a relação da ação estratégica com as principais PPPs relevantes. Nas págs. 26-29 (seção 3.3.3) é apresentada uma lista (tabela 3.2) das legislações, estratégias, Planos, Programas e objetivos de proteção ambiental relevantes.
	3	Descreve como os processos de AAE e de formulação da ação estratégica foram integrados?	F	O relatório apresenta uma tabela (págs. 17 e 18) que resume todas as atividades realizadas pelos processos de formulação da ação estratégica e da AAE no mesmo período. PONTO FRACO: O relatório apenas descreve o momentos em que o processo de AAE e de formulação da ação estratégica foram integrados, mas não descreve a forma como os processos de AAE e de formulação da ação estratégica foram integrados.
	4	Procurando evitar a duplicação de avaliação, o relatório descreve quais questões são abordadas em outras avaliações?	A	No final da pág. 25 e início da pág. 26 (seção 3.3.2) estão descritas justificativas para que determinadas ações e políticas (desta ação estratégica) não sejam avaliadas por esta AAE e sejam abordadas em outras avaliações (especificando a AAE da ação estratégica RTS), buscando evitar uma duplicação. Na pág. 32 (seção 3.6) estão descritas determinadas iniciativas políticas da RTS (Regional Transport Strategy) que não serão avaliadas em

			detalhe por esta AAE, mas que serão consideradas na avaliação de efeitos cumulativos e sinérgicos por esta AAE.
5	Fornecer informações sobre: os aspectos relevantes do estado atual ambiental, econômico e social com probabilidade de serem significativamente afetados; a possível evolução destes aspectos sem considerar a implementação da ação estratégica; e indica lacunas quanto aos dados?	C	Fornecer informações sistematizadas sobre os aspectos relevantes do estado atual com probabilidade de serem significativamente afetados e da possível evolução destes aspectos sem considerar a implementação da ação estratégica (apêndice C; pág. 32 - tabela 3.4). As informações sobre todos os aspectos relevantes também são sistematizadas em uma tabela que descreve para cada aspecto considerado relevante: as informações quantificadas existentes; metas e informações existentes para comparação; tendências futuras; problemas/restrições e a fonte dos dados. PONTOS FRACOS: O relatório não indica lacunas quanto aos dados e não fornece informações sobre as suposições consideradas para a descrição da <i>baseline</i> futura.
6	Fornecer informações sobre qualquer problema ou potencial problema ambiental ou de sustentabilidade relevante para a ação estratégica, incluindo em particular, aqueles relacionados às áreas de importância ambiental particular?	A	Fornecer informações sobre os potenciais problemas ambientais para cada um dos tópicos abordados pela AAE (pág. 30 - tabela 3.3), incluindo aqueles relacionados às áreas de importância ambiental particular (pág. 84 - apêndice C). Sistematiza as informações sobre os problemas ambientais ou de sustentabilidade relevantes para a ação estratégica por tópico da diretiva de AAE.
7	Fornecer informações sobre os objetivos de proteção ambiental ou de sustentabilidade, estabelecidos em nível internacional, continental e nacional, relevantes para a ação estratégica e sobre a forma como estes objetivos e qualquer consideração ambiental ou de sustentabilidade foram levados em conta durante a preparação da ação estratégica?	A	Fornecer informações sobre os objetivos de proteção ambiental ou de sustentabilidade relevantes para a ação estratégica (apêndice B; pág. 28 - seção 3.3). Fornecer informações sistematizadas sobre a forma como estes objetivos e qualquer consideração ambiental ou de sustentabilidade foram levados em conta durante a preparação da ação estratégica (apêndice B). O relatório também descreve que os objetivos e considerações ambientais provenientes dos objetivos e requerimentos das legislações, das estratégias, dos planos e dos programas relevantes e, até mesmo, dos problemas ambientais identificados foram utilizados para o desenvolvimento dos objetivos de AAE, utilizados para avaliar os impactos ambientais da ação estratégica. Sistematiza informações a respeito das implicações dos objetivos de proteção ambiental ou de sustentabilidade para a formulação da ação estratégica (apêndice B).
	Avaliação da Seção 1	D	PONTO FRACO: Não sistematiza uma descrição sobre o contexto que influencia as tomadas de decisões da ação estratégica e do processo de AAE. Não descreve a forma como os processos de AAE e de formulação da ação estratégica foram integrados.

**SEÇÃO 2:
Identificação e
avaliação das
principais
questões e
opções**

8	Descreve como as alternativas "razoáveis" foram desenvolvidas e identificadas, considerando os objetivos e o escopo geográfico da ação estratégica?	F	Descreve que as alternativas "razoáveis" surgiram a partir de outras alternativas sem detalhar ou explicar adequadamente (pág. 36 - seção 4.2). PONTO FRACO: Não descreve como as alternativas "razoáveis" foram desenvolvidas e identificadas considerando os objetivos e o escopo geográfico da ação estratégica.
9	Lista as questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação?	A	Lista as principais questões identificadas a partir da análise de PPPs relevantes, estabelecidas em nível nacional, regional e local (pág. 28 e 29). Lista os objetivos de AAE, as questões ambientais e de sustentabilidade consideradas por cada objetivo e os tópicos abordados por cada objetivo (pág. 33 - tabela 3.5). Lista os problemas ambientais e de sustentabilidade identificados a partir da revisão da baseline atual (pág. 30 - tabela 3.3) e da análise de tendências da <i>baseline</i> futura (pág. 32 - tabela 3.4) para cada um dos tópicos da AAE.
10	Descreve como as questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação foram identificadas?	A	Descreve que os objetivos de AAE foram desenvolvidos por meio da revisão de PPPs e de objetivos ambientais estabelecidos em nível nacional, regional e local relevantes para a ação estratégica, da discussão com autoridades competentes, da consulta de <i>stakeholders</i> sobre os problemas ambientais existentes e da revisão dos problemas identificados pela <i>baseline</i> e pelas tendências de evolução futura (págs. 24 a 35 - seções 3.3 a 3.7).
11	Fornece informações de possíveis efeitos significantes de diferentes opções sobre: a) biodiversidade; b) população; c) saúde humana; d) fauna; e) flora; f) solo; g) água; h) ar; i) fatores climáticos; j) bens materiais; k) patrimônio cultural, incluindo arquitetura e arqueologia; l) paisagem; m) a interrelação entre todos fatores anteriores.	D	Fornece informações dos possíveis efeitos significantes de diferentes opções alternativas estratégicas de desenvolvimento que não foram levadas adiante (pág. 39). Fornece informações dos possíveis efeitos significantes dos objetivos (pág. 146 - apêndice E) e dos conjuntos de ações e iniciativas políticas que compõem a ação estratégica (pág. 153 - apêndice G) sobre alguns fatores listados. PONTO FRACO: Fornece informações de possíveis efeitos significantes apenas sobre a única opção desenvolvida para a ação estratégica. Não fornece informações dos possíveis efeitos significantes sobre b) população, d) fauna, e) flora e m) a interrelação entre todos fatores anteriores. Durante a identificação de problemas ambientais e de sustentabilidade os aspectos fauna e flora são agrupados dentro do tópico biodiversidade.
12	Apresenta um resumo das justificativas para a seleção das alternativas consideradas e uma descrição de como a avaliação que embasa estas justificativas foi realizada?	D	Apresenta um resumo das justificativas para a seleção das alternativas consideradas (pág. 36 - seção 4.2.2). Apresenta uma descrição de como a avaliação que embasa as justificativas ambientais para a seleção das alternativas consideradas foi realizada (pág. 38 - seção 4.2.2.1). PONTO FRACO: Não apresenta uma descrição de como a avaliação que embasa as justificativas que foram utilizadas para a seleção das alternativas consideradas foi realizada.

13	Estabelece questões relevantes para que sejam avaliadas de maneira mais adequada em outros níveis ou layers de tomada de decisão, procurando evitar a duplicação?	A	Estabelece questões relevantes para que sejam avaliadas de maneira mais adequada em outros níveis ou layers de tomada de decisão, procurando evitar a duplicação. Nas págs. 42 e 43 são citadas algumas ações estratégicas e projetos que seriam melhor avaliados em outros níveis de tomada de decisão. Nas págs. 46, 48, 50 e 52 são descritos assuntos que seriam avaliados de maneira mais adequada em outros níveis de tomada de decisão. Pág. 154 apêndice G destaca algumas ações e iniciativas políticas que serão avaliadas em uma outra AAE.
	Mostra como o conhecimento do estado da arte e os métodos de avaliação foram utilizados para a avaliação da ação estratégica?	E	Mostra como a análise da <i>baseline</i> (cenário "sem a ação estratégica") foi utilizada para a previsão dos efeitos da ação estratégica preferida. Mostra como os objetivos da AAE foram utilizados para a avaliação dos objetivos da ação estratégica (apêndice E - pág. 146), das opções alternativas estratégicas (pág. 38 - seção 4.2.2.1) e da ação estratégica preferida (pág. 153 - apêndice G). Mostra como a análise de efeitos significantes foi utilizada para a avaliação da opção estratégica preferida (pág. 150 - apêndice F; pág. 51 - seção 4.5). PONTO FRACO: Não mostra como a análise de efeitos significantes foi utilizada para a avaliação das opções alternativas estratégicas. Não mostra como a análise de efeitos cumulativos foi utilizada para a avaliação das opções alternativas estratégicas e da ação estratégica preferida. Não mostra como a <i>baseline</i> , as características ambientais ou os receptores ambientais importantes do local da ação estratégica foram utilizados para a avaliação dos efeitos cumulativos das opções estratégicas e da opção preferida da ação estratégica. Não identifica e documenta suposições baseadas na implementação da ação estratégica que auxiliam a previsão de efeitos. Não mostra uma análise de efeitos transfronteiriços para a avaliação das opções alternativas ou da ação preferida.
	Avaliação da Seção 2	D	PONTO FRACO: Não descreve como as alternativas "razoáveis" foram desenvolvidas e identificadas considerando os objetivos e o escopo geográfico da ação estratégica. Fornece informações de possíveis efeitos significantes apenas sobre a única opção desenvolvida para a ação estratégica. Não apresenta uma descrição de como a avaliação que embasa as justificativas que foram utilizadas para a seleção das alternativas consideradas foi realizada. Não mostra como a análise de efeitos significantes foi utilizada para a avaliação das opções alternativas estratégicas. Não mostra como a análise de efeitos cumulativos foi utilizada para a avaliação das opções alternativas estratégicas e da ação estratégica preferida. Não mostra como a <i>baseline</i> , as características ambientais ou os receptores ambientais importantes do local da ação estratégica foram utilizados para a avaliação dos efeitos cumulativos das opções estratégicas e da opção preferida da ação estratégica. Não mostra uma

			análise de efeitos transfronteiriços para a avaliação das opções alternativas ou da ação preferida.
SEÇÃO 3: Determinação de significância do impacto	15	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação do grau no qual a ação estratégica estabelece uma estrutura para projetos/outras atividades, seja em termos de localização, tamanho, natureza e condições de operação ou pela alocação de recursos?	G
	16	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação do valor e da vulnerabilidade da área provavelmente afetada em consequência das características naturais especiais ou da herança cultural, dos padrões de qualidade ambientais ou de sustentabilidade excedidos, dos limites de valores ou do uso intensivo do solo excedidos?	G
	17	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação dos efeitos das várias opções sobre áreas ou paisagens que possuem status de proteção reconhecidos nacional, continental ou internacionalmente?	G
	18	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da probabilidade, duração (curto, médio e longo prazo, permanente e temporário), frequência e reversibilidade dos efeitos, tanto positivos quanto negativos, das várias opções?	A

Nas págs. 150 e 151, a tabela F.1 do apêndice F explica os critérios utilizados para a determinação da significância dos efeitos por meio da descrição da probabilidade, duração, reversibilidade, magnitude e extensão temporal das alterações na baseline, expressão (se positivo ou negativo) e origem (se direto ou indireto).

19	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da magnitude e extensão espacial dos efeitos (área geográfica e tamanho da população afetada) das várias opções?	D	Na pág. 150, a tabela F.1 explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da magnitude do efeito sobre a <i>baseline</i> . PONTO FRACO: Não explica a forma como a significância de impacto foi determinada pela identificação da extensão espacial dos efeitos.
20	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da natureza secundária, cumulativa e sinérgica dos efeitos das várias opções?	G	
21	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da natureza transfronteiriça dos efeitos das várias opções?	G	
22	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação dos riscos para a saúde humana e para as questões ambientais ou de sustentabilidade?	G	
Avaliação da Seção 3		F	PONTO FRACO: Não realiza nenhuma tarefa que explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação do grau no qual a ação estratégica estabelece uma estrutura para projetos/outras atividades, seja em termos de localização, tamanho, natureza e condições de operação ou pela alocação de recursos. Não realiza nenhuma tarefa que explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação do valor e da vulnerabilidade da área provavelmente afetada em consequência das características naturais especiais ou da herança cultural, dos padrões de qualidade ambientais ou de sustentabilidade excedidos, dos limites de valores ou do uso intensivo do solo excedidos. Não realiza nenhuma tarefa que explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação dos efeitos das várias opções sobre áreas ou paisagens que possuem status de proteção reconhecidos nacional, continental ou internacionalmente. Não explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da extensão espacial dos efeitos (área geográfica e tamanho da população afetada). Não realiza nenhuma tarefa que explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da natureza secundária, cumulativa e sinérgica dos efeitos das várias opções. Não realiza nenhuma tarefa que explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da natureza transfronteiriça dos efeitos das várias opções. Não explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação dos riscos para a saúde humana e para as questões ambientais ou de sustentabilidade.

SEÇÃO 4: Processo de consulta	23	Descreve como e quando as autoridades foram consultadas e como o escopo e o nível de detalhe das informações da avaliação foram identificados?	E	Descreve que a forma utilizada para a consulta das autoridades foi por meio do envio do relatório de <i>scoping</i> para que comentassem e fornecessem recomendações (pág. 16 - seção 2.2.1). Descreve que as autoridades foram consultadas após a definição do contexto, o estabelecimento da <i>baseline</i> , a identificação de PPPs e objetivos ambientais e de sustentabilidade relevantes, a revisão da <i>baseline</i> e a identificação de problemas ambientais ou de sustentabilidade e o desenvolvimento dos objetivos da AAE (pág. 17 - tabela 2.1). PONTO FRACO: Não descreve como e quando as autoridades foram consultadas em relação ao relatório de AAE. Não descreve como o escopo e o nível de detalhe das informações da avaliação foram identificadas.
	24	Descreve como a ação estratégica preliminar e o relatório ambiental foram disponibilizados para as autoridades e para o público (possíveis afetados e interessados) e como foram permitidos a expressar suas opiniões dentro de um período apropriado?	D	Descreve que a expressão das opiniões das autoridades e do público foi permitida por meio do fornecimento de informações ou comentários pelos correios ou email dentro de um período apropriado (pág. 13 - seção 1.9). PONTO FRACO: Não descreve como a ação estratégica preliminar e o relatório ambiental foram disponibilizados para as autoridades e para o público.
	25	Confirma que os resultados das respostas de consulta sobre a ação estratégica e a AAE serão considerados pela tomada de decisão?	A	Confirma que os resultados das respostas de consulta sobre a ação estratégica e a AAE serão considerados pela tomada de decisão (pág 61 - tabela 6.1). Os procedimentos incluem a realização de ação apropriada para o desenvolvimento da ação estratégica final.
	Avaliação da Seção 4		D	PONTO FRACO: Não descreve como e quando as autoridades foram consultadas em relação ao relatório de AAE. Não descreve como o escopo e o nível de detalhe das informações da avaliação foram identificadas. Não descreve como a ação estratégica preliminar e o relatório ambiental foram disponibilizados para as autoridades e para o público.
SEÇÃO 5: Apresentação das informações e dos resultados:	26	Inclui uma seção de AAE ou um relatório de AAE separado, claramente distinguível, preparado de acordo com os requerimentos da diretiva de AAE?	A	Inclui um relatório de AAE separado, claramente distinguível, preparado de acordo com os requerimentos da diretiva. Como procedimento são apresentadas informações na seção 4 (Metodologia de AAE), que descrevem os requerimentos da diretiva, de outras legislações e de guias ou orientações referentes a etapa do processo de AAE que está em desenvolvimento.
	27	Fornecer uma visão geral das dificuldades encontradas na compilação e na análise das informações que serão utilizadas para a avaliação ambiental e um resumo das incertezas resultantes destas dificuldades (como deficiências técnicas de falta de <i>know how</i> técnico)?	G	

	28	Uma vez que a decisão tenha sido tomada, o relatório é acompanhado por uma declaração resumindo como as considerações ambientais ou de sustentabilidade foram integradas dentro da ação estratégica, como o relatório de AAE e os resultados de consulta foram considerados, e as justificativas para a escolha da ação estratégica adotada a luz das outras opções alternativas consideradas razoáveis?	A	É acompanhado por uma declaração que aborda todos os tópicos questionados neste critério (arquivo: declaração de adoção).
	Avaliação da Seção 5		D	PONTO FRACO: Não realizou nenhuma tarefa que fornecesse uma visão geral das dificuldades encontradas na compilação e na análise das informações que seriam utilizadas para a avaliação ambiental e um resumo das incertezas resultantes destas dificuldades.
SEÇÃO 6: Recomendações sobre o monitoramento	29	Fornecer informação sobre as medidas previstas para evitar, reduzir e compensar, tanto quanto possível, qualquer efeito adverso significativo sobre as questões ambientais ou de sustentabilidade da implementação da ação estratégica?	A	Fornecer informação sobre as medidas previstas para evitar, reduzir e compensar qualquer efeito adverso significativo da implementação da ação estratégica. Os procedimentos adotados incluem a proposição de medidas mitigatórias e de melhoria ambiental para os recursos ou tópicos ambientais afetados pela implementação da ação estratégica em nível mais estratégico e em nível menos estratégico (pág. 55 - seção 4.6). São descritas questões que devem ser abordadas por esquemas, atividades ou projetos propostos para a implementação da ação estratégica (pág. 55 - seção 4.6).
	30	Descreve os efeitos ambientais significantes da implementação da ação estratégica que devem ser monitorados e identifica as medidas de monitoramento para que, entre outras funções, identifiquem previamente os efeitos adversos imprevistos?	G	
	31	Explica como o monitoramento é feito, de modo que esteja apto a realizar as medidas corretivas apropriadas? Neste contexto, as explicações sobre "o quê", "como" e "quem" do processo de monitoramento devem ser especificadas.	E	Os procedimentos adotados, para cada efeito ou indicador monitorado, incluem apenas a especificação da responsabilidade pela realização da medida corretiva apropriada (pág. 59). PONTO FRACO: Não especificou quais seriam as medidas corretivas apropriadas e a forma como estas medidas deveriam ser realizadas.
	32	Explica como os arranjos de monitoramento existentes podem ser utilizados, se apropriado, de uma maneira para evitar a duplicação?	G	

	Avaliação da Seção 6	E	PONTO FRACO: Não realizou nenhuma tarefa que descrevesse os efeitos ambientais significantes da implementação da ação estratégica que devem ser monitorados e identificasse as medidas de monitoramento para que, entre outras funções, sejam previamente identificados os efeitos adversos imprevistos. Não especificou quais seriam as medidas corretivas apropriadas e a forma como estas medidas deveriam ser realizadas. Não realizou nenhuma tarefa que explicasse como os arranjos de monitoramento existentes podem ser utilizados, se apropriado, de uma maneira para evitar a duplicação.
	AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO COMO UM TODO:	E	PONTO FRACO: Seção 1 - Não sistematiza uma descrição sobre o contexto que influencia as tomadas de decisões da ação estratégica e do processo de AAE. Seção 2 - Não descreve como as alternativas "razoáveis" foram desenvolvidas e identificadas considerando os objetivos e o escopo geográfico da ação estratégica. Fornece informações de possíveis efeitos significantes apenas sobre a única opção desenvolvida para a ação estratégica. Não apresenta uma descrição de como a avaliação que embasa as justificativas que foram utilizadas para a seleção das alternativas consideradas foi realizada. Não mostra como a análise de efeitos significantes foi utilizada para a avaliação das opções alternativas estratégicas. Não mostra como a análise de efeitos cumulativos foi utilizada para a avaliação das opções alternativas estratégicas e da ação estratégica preferida. Não mostra como a baseline, as características ambientais ou os receptores ambientais importantes do local da ação estratégica foram utilizados para a avaliação dos efeitos cumulativos das opções estratégicas e da opção preferida da ação estratégica. Não mostra uma análise de efeitos transfronteiriços para a avaliação das opções alternativas ou da ação preferida. Seção 3 - Não explica com a significância de impacto foi determinada para vários critérios. Seção 4 - Não descreve como e quando as autoridades foram consultadas em relação ao relatório de AAE. Não descreve como o escopo e o nível de detalhe das informações da avaliação foram identificadas. Seção 5 - Não apresentou um resumo das incertezas resultantes das dificuldades encontradas na compilação e análise das informações utilizadas para a avaliação ambiental. Seção 6 - Não realizou nenhuma tarefa que descrevesse os efeitos ambientais significantes da implementação da ação estratégica que devem ser monitorados e identificasse as medidas de monitoramento para que, entre outras funções, sejam previamente identificados os efeitos adversos imprevistos. Não especificou quais seriam as medidas corretivas apropriadas e a forma como estas medidas deveriam ser realizadas.

7.5. Caso 5 – AAE do Nottinghamshire Local Transport Plan 3

7.5.1. Contextualização e análise do problema de decisão

O Plano de Transporte Local (PTL) é o mecanismo pelo qual as autoridades de transporte implementam os objetivos de transporte do governo e buscam financiamento para a manutenção e a melhoria da rede de transporte local (URS/SCOTT WILSON, 2011). O Concelho do Condado de Nottinghamshire possui o dever obrigatório de produzir o PTL 3 de Nottinghamshire (URS/SCOTT WILSON, 2011).

Além da determinação obrigatória, as razões que motivaram a realização do PTL 3 de Nottinghamshire refletiram a seguinte proposta:

[...] fornecer uma estrutura política para o planejamento e a provisão de serviços de transporte no condado” (URS/SCOTT WILSON, 2011).

O conteúdo de um PTL é composto por estratégias de transporte e por planos de implementação, sendo que estas duas partes podem ser revisadas e substituídas em momentos diferentes. A função da estratégia de transporte do PTL é estabelecer os principais desafios existentes no condado e a maneira como estes desafios serão abordados. O plano de implementação deve complementar a estratégia detalhando a forma como a estratégia será implementada (URS/SCOTT WILSON, 2011).

O PTL3 de Nottinghamshire estabelece diretrizes para os serviços de deslocamento e transporte de Nottinghamshire do ano de 2011 até o ano de 2026 (URS/Scott Wilson, 2011). Seus objetivos são aninhados aos objetivos identificados nas Estratégias da Comunidade Sustentável de Nottinghamshire²²²³ e nas metas para o transporte da Inglaterra, definidas pelo documento do governo “*Towards a Sustainable Transport System*” (TaSTS).

²² Nottinghamshire’s Sustainable Community Strategy 2010 - 2020

²³ O guia do governo inglês sobre estratégias de comunidade sustentável orienta que esta estratégia deve contar a história do local – a visão e a ambição distinta da área, apoiada por evidências e análises claras, fornecendo um contexto para o trabalho de todos os parceiros (autoridades locais e organizações setoriais públicas e privadas) e para a ligação destes parceiros com as estruturas de desenvolvimento local e com os planos regionais, sub-regionais, locais, de vilas e de vizinhanças.

Os objetivos do PTL3 são adaptados às circunstâncias locais e são apresentados como os seguintes resultados desejados:

- Fornecer um sistema de transporte confiável e resiliente que apoie o crescimento de uma economia próspera enquanto encoraja viagens sustentáveis e saudáveis;
- Melhorar o acesso aos principais serviços, possibilitando oportunidades de emprego e treinamento;
- Minimizar os impactos do transporte sobre a vida das pessoas e o meio ambiente e auxiliar a combater as emissões de carbono.

A formulação do PTL3 de Nottinghamshire foi requerida a partir da Política de Transporte Local²⁴ (2008) que exigiu a produção de um novo PTL pelo Concelho do Condado de Nottinghamshire até o final de 2011. A sua formulação foi apoiada pelo guia “*Delivering a Sustainable Transport System*” (DfT, 2008). O horizonte temporal do PTL3 coincide com o cronograma da “Estratégia da Comunidade Sustentável de Nottinghamshire” e da “Estrutura de Desenvolvimento Local” dos sete distritos do condado.

A AAE do PTL3 foi requerida a partir das Regulamentações para a Avaliação Ambiental de Planos e Programas da Inglaterra (Statutory Instrument 2004, No. 1633) e foi realizada pelas consultorias URS e Scott Wilson ao ser encomendada pelo Concelho do Condado de Nottinghamshire. Para a realização desta AAE foram utilizados os seguintes guias:

- Guia para o *Appraisal* de Transporte – Avaliação Ambiental Estratégica para Planos e Programas de Transporte – TAG Unit 2.1²⁵ (DfT 2004);
- Guia para a Prática da Diretiva de Avaliação Ambiental Estratégica²⁶ (ODPM, 2005);
- *Appraisal* de Sustentabilidade de Estratégias Espaciais Regionais e de Documentos de Desenvolvimento Local²⁷ (ODPM, 2005b).

²⁴ Local Transport Act (2008).

²⁵ Department for Transport (2004). Strategic Environmental Assessment for Transport Plans and Programmes – TAG Unit 2.11[online] available at: <http://www.dft.gov.uk/webtag/documents/project-manager/pdf/unit2.11.pdf> (accessed 4 May 2010) and the 2010 draft unit 2.11 <http://www.dft.gov.uk/webtag/documents/project-manager/pdf/unit2.11d.pdf>

²⁶ ODPM (2005). A Practical Guide to the Strategic Environmental Assessment Directive [online] available at: <http://www.communities.gov.uk/publications/planningandbuilding/practicalguides/esa> (accessed 4 May 2010).

Resumo das informações	
Período:	Relatório de AAE finalizado em fevereiro de 2011
Proponente da AAE:	URS/Scott Wilson
Ação estratégica:	Nottinghamshire Local Transport Plan 3
Proponente da ação estratégica:	Nottinghamshire County Council
Horizonte temporal da ação estratégica:	2011-2026
Principais razões relacionadas ao problema de decisão que motivou a ação estratégica:	Fornecer uma estrutura política para o planejamento, e para a provisão de serviços, de transporte no Condado de Nottinghamshire.
Escala de decisão do problema de decisão:	Condado de Nottinghamshire
Escala geográfica do problema de decisão:	Condado de Nottinghamshire
Escala geográfica adotada pela AAE:	Condado de Nottinghamshire
Recomendações em relação a qualidade:	"The scoping report very clearly describes the key issues that are considered in the assessment. It achieves this clarity by structuring the report according to key topics, using maps and figures where appropriate, and by avoiding unnecessary text."

²⁷ ODPM (2005). Sustainability Appraisal of Regional Spatial Strategies and Local Development Documents [online] available at: <http://www.communities.gov.uk/documents/planningandbuilding/pdf/142520.pdf> (accessed 4 May 2010).

7.5.2. Análise do Relatório de AAE

Seções do relatório	Questões	Notas	Comentários e observações
SEÇÃO 1: Descrição da ação estratégica, da baseline (ambiental/sustentabilidade) e da integração dos processos de AAE e de formulação da ação estratégica	1 Descreve o contexto, o conteúdo e os principais objetivos da ação estratégica?	D	<p>Como contexto são apresentadas "questões e desafios mais amplos" (<i>wider issues and challenges</i>) do Condado para serem considerados durante o desenvolvimento da forma como a ação estratégica será implementada (págs. 28 e 29). As questões apresentadas representam alguns fatores contextuais chamados por desafio no nível do condado e foram traduzidas por prioridades para o desenvolvimento do transporte fundamentadas em questões contextuais do Condado (pág. 28). Como conteúdo foram retratadas medidas estratégicas para a implementação dos objetivos de transporte locais e que compuseram as opções alternativas estratégicas desenvolvidas pela AAE (seção 3.7 - pág. 30). Para formular o conteúdo da ação estratégica (medidas estratégicas) foram considerados: os objetivos nacionais e locais; os problemas e desafios encarados pelo condado; uma escala temporal mínima de 15 anos; e os deveres e requerimentos obrigatórios que impõem obrigações legais para que as autoridades de transporte implementem várias funções do transporte (págs. 29 e 30). Como objetivos principais são descritas a visão (seção 3.6 - pág. 25) e os objetivos da ação estratégica (pág. 26 - quadro 3.1). A visão foi formulada com base na Estratégia de Comunidade Sustentável do condado, nas diferentes Estratégias do Concelho do Condado e nas diferentes Estratégias de Desenvolvimento Local ("Core Strategies" de cada um dos municípios e distritos que formam o condado de Nottinghamshire). Os objetivos foram formulados com base em uma consulta realizada durante a formulação da ação estratégica preliminar sobre os problemas que deveriam ser abordados pela ação estratégica. Foram adotados como objetivos da ação estratégica apenas os problemas identificados que estavam alinhados aos objetivos de transporte nacional.</p> <p>PONTO FRACO: Apesar de terem sido apresentadas algumas questões parciais relacionadas ao contexto "mais amplo" e vinculadas a escala geográfica e de decisão, o relatório não sistematizou questões focadas no entendimento do contexto "mais amplo" que promove e inibe a alteração do uso do solo e o desenvolvimento na área da ação estratégica e que,</p>

			consequentemente, influenciam as tomadas de decisões sobre essa área. A descrição do contexto apresentada pelo relatório enfoca apenas nas questões que desafiam diretamente o transporte, porém, a raiz das causas dos problemas de transporte são fatores contextuais que desafiam as questões apresentadas pelo relatório e são utilizadas para identificar os principais problemas e prioridades de desenvolvimento na área onde se pretende implementar a ação estratégica.
2	Descreve a relação com outras PPPs relevantes?	A	O anexo 1 (pág. 127) apresenta uma tabela que descreve para cada lei, nota de planejamento ou PPP relevante a instituição responsável pela criação do documento, a data de publicação do documento, as implicações para a ação estratégica e as implicações para a AAE dentro de cada um dos tópicos da avaliação. A seção 5.2 apresenta uma tabela (5.1 - pág. 54) que resume as principais implicações de PPPs relevantes, em nível Europeu e Nacional, para a AAE e para a ação estratégica. Na pág. 53 da seção 5.2 está descrito como foi realizado o levantamento de ações estratégicas relevantes.
3	Descreve como os processos de AAE e de formulação da ação estratégica foram integrados?	G	
4	Procurando evitar a duplicação de avaliação, o relatório descreve quais questões são abordadas em outras avaliações?	G	

	5	Fornece informações sobre: os aspectos relevantes do estado atual ambiental, econômico e social com probabilidade de serem significativamente afetados; a possível evolução destes aspectos sem considerar a implementação da ação estratégica; e indica lacunas quanto aos dados?	A	Fornece informações sobre os aspectos relevantes do estado atual com probabilidade de serem significativamente afetados (a partir da pág. 52 - seção 5.2) de todos os tópicos requeridos pela diretiva europeia e de questões de desenvolvimento associadas ao setor de transporte da área da ação estratégica. Fornece informações sobre a possível evolução de aspectos relevantes sem considerar a implementação da ação estratégica (pág. 74 - tabela 5.5). São indicadas lacunas quanto aos dados (pág. 41 - seção 4.2). Fornece informações sobre as suposições realizadas para a previsão do estado futuro dos aspectos relevantes sem considerar a implementação da ação estratégica (pág. 80 - seção 5.3).
	6	Fornece informações sobre qualquer problema ou potencial problema ambiental ou de sustentabilidade relevante para a ação estratégica, incluindo em particular, aqueles relacionados às áreas de importância ambiental particular?	A	Fornece informações sistematizadas sobre potenciais problemas e oportunidades relevantes para a ação estratégica, incluindo aqueles relacionados às áreas de importância ambiental particular (pág. 74 - tabela 5.5; anexo 4).
	7	Fornece informações sobre os objetivos de proteção ambiental ou de sustentabilidade, estabelecidos em nível internacional, continental e nacional, relevantes para a ação estratégica e sobre a forma como estes objetivos e qualquer consideração ambiental ou de sustentabilidade foram levados em conta durante a preparação da ação estratégica?	A	Fornece informações sobre os objetivos de proteção ambiental ou de sustentabilidade relevantes para a ação estratégica (anexo 1). Fornece informações sistematizadas sobre a forma como estes objetivos e qualquer consideração ambiental ou de sustentabilidade foram levados em conta durante a preparação da ação estratégica (anexo 1). O relatório também descreve que as considerações ambientais ou de sustentabilidade foram consideradas para a formulação dos objetivos da AAE, utilizados para a avaliação da ação estratégica (pág. 33). Sistematiza informações a respeito das implicações dos objetivos de proteção ambiental ou de sustentabilidade para a formulação da ação estratégica (anexo 1).
	Avaliação da Seção 1		C	PONTO FRACO: Não sistematiza uma descrição do contexto que abrange o entendimento pleno das questões contextuais da área da ação estratégica. Não descreve como os processos de AAE e de formulação da ação estratégica foram integrados.
SEÇÃO 2: Identificação e avaliação das principais questões e opções	8	Descreve como as alternativas "razoáveis" foram desenvolvidas e identificadas, considerando os objetivos e o escopo geográfico da ação estratégica?	E	Descreve como uma alternativa razoável foi desenvolvida e identificada considerando os objetivos e o escopo geográfico da ação estratégica e sugere três cenários semelhantes ("sem a ação estratégica", "fazer o mínimo" e "manter os bens") que não consideram os objetivos e o escopo geográfico da ação estratégica (pág. 8 - seção 1.7; pág. 29 - seção 3.7; pág. 87 - seções 7.1 e 7.2). PONTO FRACO: Descreve apenas como a única opção foi desenvolvida e identificada considerando os objetivos e o escopo geográfico da ação estratégica.

9	Lista as questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação?	A	Lista os problemas ambientais e de sustentabilidade considerados na avaliação (pág. 26 - seção 3.6). Lista para todos os objetivos de AAE e os tópicos da AAE abordados por cada um (pág. 43 - tabela 4.2). Lista para cada um dos objetivos de AAE os critérios utilizados para avaliação (pág. 46 - tabela 4.3). Lista as tendências futuras previstas pela análise da <i>baseline</i> para cada um dos tópicos analisados pela AAE (pág. 74 - tabela 5.5).
10	Descreve como as questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação foram identificadas?	A	Descreve que os objetivos de AAE foram desenvolvidos por meio da consideração dos objetivos e requerimentos ambientais e de sustentabilidade de leis e PPPs relevantes para a ação estratégica (conflitos e oportunidades), da revisão de informações da <i>baseline</i> atual, da análise de tendências da <i>baseline</i> e da consulta de autoridades competentes e de outros <i>stakeholders</i> para a identificação de problemas relevantes para a ação estratégica (pág. 33 - seção 4.2).
11	Fornecer informações de possíveis efeitos significantes de diferentes opções sobre: a) biodiversidade; b) população; c) saúde humana; d) fauna; e) flora; f) solo; g) água; h) ar; i) fatores climáticos; j) bens materiais; k) patrimônio cultural, incluindo arquitetura e arqueologia; l) paisagem; m) a interrelação entre todos fatores anteriores.	E	Fornecer informações dos possíveis efeitos significantes da ação estratégica de desenvolvimento e dos cenários (pág. 88 - seção 7.3) sobre quase todos os fatores listados. PONTO FRACO: Fornece informações de possíveis efeitos significantes apenas sobre a única opção desenvolvida para a ação estratégica e seus cenários comparativos. Não fornece informações dos possíveis efeitos significantes sobre c) saúde humana e m) a interrelação entre todos fatores anteriores. Fornece informações de alguns aspectos citados de maneira agrupada para os seguintes tópicos: biodiversidade e solos; paisagem e patrimônio histórico; e ar e fatores climáticos.
12	Apresenta um resumo das justificativas para a seleção das alternativas consideradas e uma descrição de como a avaliação que embasa estas justificativas foi realizada?	G	
13	Estabelece questões relevantes para que sejam avaliadas de maneira mais adequada em outros níveis ou layers de tomada de decisão, procurando evitar a duplicação?	G	

	14	Mostra como o conhecimento do estado da arte e os métodos de avaliação foram utilizados para a avaliação da ação estratégica?	D	Mostra como a análise da baseline (cenário "sem a ação estratégica") foi utilizada para a previsão dos efeitos da ação estratégica preferida. Mostra como os objetivos da AAE foram utilizados para a avaliação dos objetivos da ação estratégica (pág. 83 - seção 6), das opções alternativas estratégicas (pág. 88 - seção 7.3) e do conteúdo da opção estratégica preferida (pág. 98 - seção 8.2). Mostra como a análise de efeitos significantes foi utilizada para a avaliação das opções alternativas estratégicas (pág. 88 - seção 7.3) e das ações e iniciativas que compõem a opção estratégica preferida (pág. 98 - seção 8.2). PONTO FRACO: Não mostra adequadamente como a análise de efeitos sinérgicos e cumulativos foi utilizada durante a avaliação. Não identifica e documenta suposições baseadas na implementação da ação estratégica que auxiliam a previsão de efeitos. Não mostra uma análise de efeitos transfronteiriços para a avaliação das opções alternativas ou da ação preferida.
	Avaliação da Seção 2		E	PONTO FRACO: Descreve apenas como a única opção foi desenvolvida e identificada considerando os objetivos e o escopo geográfico da ação estratégica. Fornece informações de possíveis efeitos significantes apenas sobre a única opção desenvolvida para a ação estratégica e seus cenários comparativos. Não apresenta nenhuma relação entre as justificativas descritas, a alternativa desenvolvida e os cenários apresentados. Não descreve como a avaliação que embasa estas justificativas foi realizada. Não realiza nenhuma tarefa para o estabelecimento de questões relevantes para que sejam avaliadas de maneira mais adequada em outros níveis de tomada de decisão, procurando evitar a duplicação. Não mostra adequadamente como a análise de efeitos sinérgicos e cumulativos foi utilizada durante a avaliação. Não mostra uma análise de efeitos transfronteiriços para a avaliação das opções alternativas ou da ação preferida.
SEÇÃO 3: Determinação de significância do impacto	15	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação do grau no qual a ação estratégica estabelece uma estrutura para projetos/outras atividades, seja em termos de localização, tamanho, natureza e condições de operação ou pela alocação de recursos?	G	
	16	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação do valor e da vulnerabilidade da área provavelmente afetada em consequência das	G	

	características naturais especiais ou da herança cultural, dos padrões de qualidade ambientais ou de sustentabilidade excedidos, dos limites de valores ou do uso intensivo do solo excedidos?		
17	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação dos efeitos das várias opções sobre áreas ou paisagens que possuem status de proteção reconhecidos nacional, continental ou internacionalmente?	G	
18	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da probabilidade, duração (curto, médio e longo prazo, permanente e temporário), frequência e reversibilidade dos efeitos, tanto positivos quanto negativos, das várias opções?	G	
19	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da magnitude e extensão espacial dos efeitos (área geográfica e tamanho da população afetada) das várias opções?	G	
20	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da natureza secundária, cumulativa e sinérgica dos efeitos das várias opções?	G	
21	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da natureza transfronteiriça dos efeitos das várias opções?	G	
22	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação dos riscos para a saúde humana e para as questões ambientais ou de sustentabilidade?	G	
Avaliação da Seção 3		G	Nenhuma tarefa realizada.

SEÇÃO 4: Processo de consulta	23	Descreve como e quando as autoridades foram consultadas e como o escopo e o nível de detalhe das informações da avaliação foram identificados?	C	Descreve que a forma utilizada para a consulta do relatório de escopo pelas autoridades foi realizada por meio do envio do relatório de <i>scoping</i> para consulta (pág. 5 - seção 1.4) e da disponibilização pelo website do concelho do condado (pág. 33 - seção 4.2). Descreve que o relatório de escopo foi consultado pelas autoridades após a definição do contexto, a identificação de PPPs e objetivos ambientais e de sustentabilidade relevantes, o estabelecimento da <i>baseline</i> , a revisão da baseline e a identificação de problemas ambientais ou de sustentabilidade e o desenvolvimento dos objetivos da AAE (pág. 33 - seção 4.2). Descreve que o relatório de AAE foi consultado pelas autoridades após o desenvolvimento de estrutura recomendada para o monitoramento dos efeitos significantes identificados (pág. 5 - seção 1.3). Descreve que o escopo técnico foi determinado pela diretiva de AAE (CE, 2001), que especifica questões e tópicos que devem ser abordados pela AAE (pág. 39 - seção 4.2). Descreve que o escopo espacial das informações da avaliação foi determinado para a mesma área abordada pela ação estratégica e para áreas ao redor e fora dos limites abordados pela ação estratégica que serão afetadas pelos efeitos desta (pág. 39 - seção 4.2). Descreve que o escopo temporal das informações de avaliação foi determinado a partir da escala temporal determinada para a própria ação estratégica (pág. 39 - seção 4.2). PONTO FRACO: Não descreve como o relatório de AAE foi consultado pelas autoridades. Não descreve como o nível de detalhe das informações da avaliação foram identificados.
	24	Descreve como a ação estratégica preliminar e o relatório ambiental foram disponibilizados para as autoridades e para o público (possíveis afetados e interessados) e como foram permitidos a expressar suas opiniões dentro de um período apropriado?	G	
	25	Confirma que os resultados das respostas de consulta sobre a ação estratégica e a AAE serão considerados pela tomada de decisão?	A	Confirma que os resultados das respostas de consulta sobre a ação estratégica e a AAE serão considerados pela tomada de decisão (pág 17 - seção 1.10). Os procedimentos incluem a consideração das respostas de consulta, a avaliação de qualquer alteração necessária para a ação estratégica final e a consideração das implicações para as medidas mitigatórias e de monitoramento.
	Avaliação da Seção 4		E	PONTO FRACO: Não descreve como o relatório de AAE foi consultado pelas autoridades. Não descreve como o nível de detalhe das informações da avaliação foram identificados. Não realiza nenhuma tarefa que

			descreva como a ação estratégica preliminar e o relatório ambiental foram disponibilizados para as autoridades e para o público (possíveis afetados e interessados) e como foram permitidos a expressar suas opiniões dentro de um período apropriado.	
SEÇÃO 5: Apresentação das informações e dos resultados:	26	Inclui uma seção de AAE ou um relatório de AAE separado, claramente distinguível, preparado de acordo com os requerimentos da diretiva de AAE?	A	Inclui um relatório de AAE separado, claramente distinguível, preparado de acordo com os requerimentos da diretiva. Como procedimento é apresentada uma tabela que descreve os estágios envolvidos na realização do processo de AAE (de acordo com os requerimentos da diretiva de AAE) e a seção referente a localização de cada estágio no relatório apresentado (pág. 21 - seçaõ 2.2). Na seção 4 (Metodologia de AAE) são descritos requerimentos da diretiva referentes a etapa do processo de AAE que está em desenvolvimento.
	27	Fornece uma visão geral das dificuldades encontradas na compilação e na análise das informações que serão utilizadas para a avaliação ambiental e um resumo das incertezas resultantes destas dificuldades (como deficiências técnicas de falta de <i>know how</i> técnico)?	A	Fornece uma visão geral das dificuldades encontradas na compilação e na análise das informações que serão utilizadas para a avaliação ambiental e um resumo das incertezas resultantes destas dificuldades (pág. 41 - seção 4.2). Como procedimento foram descritas as dificuldades e incertezas para diferentes questões abordadas durante a análise da AAE.
	28	Uma vez que a decisão tenha sido tomada, o relatório é acompanhado por uma declaração resumindo como as considerações ambientais ou de sustentabilidade foram integradas dentro da ação estratégica, como o relatório de AAE e os resultados de consulta foram considerados, e as justificativas para a escolha da ação estratégica adotada a luz das outras opções alternativas consideradas razoáveis?	A	É acompanhado por uma declaração que aborda todos os tópicos questionados neste critério (arquivo: declaração de adoção).
	Avaliação da Seção 5		A	
SEÇÃO 6: Recomendações sobre o monitoramento	29	Fornece informação sobre as medidas previstas para evitar, reduzir e compensar, tanto quanto possível, qualquer efeito adverso significativo sobre as questões ambientais ou de sustentabilidade da implementação da ação estratégica?	D	Fornece informação sobre as medidas previstas para evitar, reduzir e compensar qualquer efeito adverso significativo da implementação da ação estratégica. Os procedimentos adotados incluem apenas a abordagem dos impactos diretos da ação estratégica por meio da proposição de medidas mitigatórias e de melhoria ambiental para os efeitos significantes da implementação da ação estratégica (pág. 98 - seção 8). PONTO FRACO:

			Não propõe medidas mitigatórias para efeitos cumulativos e sinérgicos direcionados aos recursos ou tópicos ambientais que estão sendo afetados pela implementação da ação estratégica.
30	Descreve os efeitos ambientais significantes da implementação da ação estratégica que devem ser monitorados e identifica as medidas de monitoramento para que, entre outras funções, identifiquem previamente os efeitos adversos imprevistos?	E	Descreve que os efeitos ambientais significantes da implementação da ação estratégica que devem ser monitorados são os mesmos possíveis efeitos significantes descritos na seção 8 (pág. 113 - seções 9.2). PONTO FRACO: Não identifica medidas de monitoramento para que sejam identificados os efeitos adversos imprevistos.
31	Explica como o monitoramento é feito, de modo que esteja apto a realizar as medidas corretivas apropriadas? Neste contexto, as explicações sobre "o quê", "como" e "quem" do processo de monitoramento devem ser especificadas.	G	
32	Explica como os arranjos de monitoramento existentes podem ser utilizados, se apropriado, de uma maneira para evitar a duplicação?	G	
	Avaliação da Seção 6	E	PONTO FRACO: Não propõe medidas mitigatórias para efeitos cumulativos e sinérgicos direcionados aos recursos ou tópicos ambientais que estão sendo afetados pela implementação da ação estratégica. Não identifica medidas de monitoramento para que sejam identificados os efeitos adversos imprevistos. Não realizou nenhuma tarefa que explicasse como o monitoramento é feito, de modo que esteja apto a realizar as medidas corretivas apropriadas. Não realizou nenhuma tarefa que explicasse como os arranjos de monitoramento existentes podem ser utilizados, se apropriado, de uma maneira para evitar a duplicação.

AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO COMO UM TODO:

E

PONTO FRACO: Seção 1 - Não sistematiza uma descrição do contexto que abrange o entendimento pleno das questões contextuais da área da ação estratégica. **Seção 2** - Descreve apenas como a única opção foi desenvolvida e identificada considerando os objetivos e o escopo geográfico da ação estratégica. Fornece informações de possíveis efeitos significantes apenas sobre a única opção desenvolvida para a ação estratégica e seus cenários comparativos. Não apresenta nenhuma relação entre as justificativas descritas, a alternativa desenvolvida e os cenários apresentados. Não descreve como a avaliação que embasa estas justificativas foi realizada. Não mostra adequadamente como a análise de efeitos sinérgicos e cumulativos foi utilizada durante a avaliação. Não mostra uma análise de efeitos transfronteiriços para a avaliação das opções alternativas ou da ação preferida. **Seção 3** - Não realizou nenhuma tarefa que explicasse como a significância de impacto foi determinada. **Seção 4** - Não descreve como o relatório de AAE foi consultado pelas autoridades. **Seção 5** - Sem omissões importantes. **Seção 6** - Não propõe medidas mitigatórias para efeitos cumulativos e sinérgicos direcionados aos recursos ou tópicos ambientais que estão sendo afetados pela implementação da ação estratégica. Não identifica medidas de monitoramento para que sejam identificados os efeitos adversos imprevistos. Não realizou nenhuma tarefa que explicasse como o monitoramento é feito, de modo que esteja apto a realizar as medidas corretivas apropriadas.

7.6. Caso 6 – AAE do County Durham Local Transport Plan 3

7.6.1. Contextualização e análise do problema de decisão

O Plano de Transporte Local 3 (PTL3) do Condado de Durham foi realizado, pela própria equipe de Transporte Estratégico do Condado para o atendimento do requerimento obrigatório a partir da Política de Transporte Local²⁸ (2008), que estabelece que as autoridades de transporte local devem produzir e revisar seus Planos de Transporte Locais (PTLs) e as políticas que o fundamentam.

Além da determinação obrigatória, as razões que motivaram a realização do PTL 3 de Durham foram:

O Plano de Transporte Local do Condado de Durham foi preparado pelo Concelho do Condado de Durham para estabelecer objetivos, políticas e metas para o desenvolvimento de sistemas e serviços de transporte no Condado, a partir de 2011 (DURHAM COUNTY COUNCIL, 2011 p. i).

O objetivo principal do PTL3 foi garantir que o transporte exerça sua parte em apoiar o crescimento econômico por meio da regeneração do Condado de Durham. A sua formulação foi estruturada a partir das metas e dos desafios da política de transporte inglesa e apoiada pelo guia para a Implementação de um Sistema de Transporte Sustentável²⁹. As metas nacionais que o PTL3 refletiu foram:

- Apoiar o crescimento econômico;
- Reduzir as emissões de carbono;
- Promover igualdade de oportunidade;
- Contribuir para uma melhor segurança, proteção e saúde;
- Melhorar a qualidade de vida e de uma ambiente natural saudável.

Além destas metas, o PTL3 foi complementado por uma meta de “Manutenção dos bens de transporte” (que reflete a importância da malha viária e outras infraestruturas de transporte) e também abordou problemas e prioridades locais alinhados aos seguintes documentos:

- Sustainable Community Strategy;
- Regeneration Statement;

²⁸ Local Transport Act (2008).

²⁹ Delivering a Sustainable Transport System (DaSTS).

- *Local Development Framework* (Plano do Condado de Durham);
- Local Area Agreement;
- Council Plan.

O conteúdo do PTL3 do Condado de Durham foi composto por uma estratégia de transporte, que estabelece objetivos, políticas e metas para o transporte do Condado de Durham sobre os próximos dez anos, e por um plano de implementação que estabelece a forma como os objetivos, as políticas e as metas devem ser alcançadas ao longo dos três anos seguintes (prazo regular utilizado para a atualização e a revisão do plano de implementação) (DURHAM COUNTY COUNCIL, 2011).

A estratégia de transporte do PTL3 estabeleceu:

- O que espera ser alcançado neste período;
- Os principais problemas encarados pelos residentes e visitantes do Condado;
- As ações necessárias para o alcance destes objetivos.

O plano de implementação do PTL3 estabeleceu:

- Opções para as medidas e esquemas físicos necessários para o alcance dos objetivos;
- A forma como os bens e serviços de transporte serão geridos, mantidos e melhorados;
- A forma como a performance será monitorada.

Os objetivos específicos definidos para o PTL3 refletiram os objetivos nacionais para o transporte e, foram estabelecidos como:

- Uma economia mais forte através da regeneração;
- Redução das emissões de carbono;
- Deslocamentos mais seguros e mais saudáveis;
- Uma melhor acessibilidade aos serviços;
- Melhora da qualidade de vida e de um ambiente natural saudável.

A AAE do PTL3 foi requerida a partir da Diretiva Europeia de AAE (EC/42/2001) e da Regulamentação para a Avaliação Ambiental de Planos e Programas da Inglaterra (2004). Esta AAE foi realizada pela equipe de AAE do próprio concelho do condado de Durham e foi apoiada pelo Guia para Appraisal de

Transporte – AAE para Planos e Programas de Transporte – TAG Unite 2.11 (DfT 2009).

Resumo das informações	
Período:	Relatório de AAE finalizado em março de 2011
Proponente da AAE:	SEA team (Durham County Council)
Ação estratégica:	County Durham Local Transport Plan 3 (2011-2021)
Proponente da ação estratégica:	Strategic Transport Team (Durham County Council)
Horizonte temporal da ação estratégica:	2011-2021
Principais razões relacionadas ao problema de decisão que motivou a ação estratégica:	Estabelecer objetivos, políticas e metas para o desenvolvimento de sistemas e serviços de transporte no Condado, a partir de 2011
Escala de decisão do problema de decisão:	Condado de Durham
Escala geográfica do problema de decisão:	Condado de Durham
Escala geográfica adotada pela AAE:	Condado de Durham
Recomendações em relação a qualidade:	“Provides an assessment of the significant changes that have been made to the plan between the draft and final version.”

7.6.2. Análise do Relatório de AAE

Seções do relatório	Questões		Notas	Comentários e observações
SEÇÃO 1: Descrição da ação estratégica, da baseline (ambiental/sustentabilidade) e da integração dos processos de AAE e de formulação da ação estratégica	1	Descreve o contexto, o conteúdo e os principais objetivos da ação estratégica?	E	Os objetivos da ação estratégica estão descritos na tabela 8 (pág. 30 - seção 5.1). Os objetivos da ação estratégica foram formulados para atender os objetivos nacionais (fortemente embasados nos desafios nacionais do governo). Como conteúdo são descritas iniciativas políticas (pág. 32 - seção 5.2) e ações (tabela 11 - pág. 91 - seção 5.77) para que sejam alcançados os objetivos nacionais e os objetivos da ação estratégica. Para formular as estratégias que representam o conteúdo da ação estratégica (iniciativas políticas) foram considerados: horizonte temporal mínimo de 10 anos; o que se espera alcançar neste período; os principais problemas encarados por residentes e visitantes do condado; e as ações que precisam ser tomadas para que sejam alcançados os objetivos da ação estratégica (pág. 4 - seção 1.2). Para formular as ações que retratam o programa de implementação da ação estratégica foram consideradas: opções de medidas e projetos físicos necessários para alcançar os objetivos; como os bem e serviços de transporte serão geridos, mantidos e melhorados; e como a performance será monitorada (pág. 4 - seção 1.2). PONTO FRACO: Não sistematiza uma descrição sobre o contexto “mais amplo” que influencia as tomadas de decisões da ação estratégica e do processo de AAE.
	2	Descreve a relação com outras PPPs relevantes?	A	No apêndice A, para cada uma das leis, estratégias e PPPs relevantes para a ação estratégica são descritos os principais objetivos e requerimentos relevantes para a ação estratégica e para a AAE, como estes objetivos ou requerimentos podem ser considerados pela ação estratégica e as implicações para a ação estratégica. Na pág. 12 do relatório, a tabela 2 apresenta uma lista das leis, estratégias e PPPs relevantes para a ação estratégica. Na pág. 19, a seção 4.2 descreve os princípios identificados por meio da revisão de PPPs relevantes.
	3	Descreve como os processos de AAE e de formulação da ação estratégica foram integrados?	G	
	4	Procurando evitar a duplicação de avaliação, o relatório descreve quais questões são abordadas em outras avaliações?	G	
	5	Fornece informações sobre: os aspectos relevantes do estado atual ambiental,	B	Fornece informações sobre os aspectos relevantes do estado atual com probabilidade de serem significativamente afetados, relacionados aos tópicos requeridos pela diretiva

		econômico e social com probabilidade de serem significativamente afetados; a possível evolução destes aspectos sem considerar a implementação da ação estratégica; e indica lacunas quanto aos dados?		européia de AAE e às questões sociais e econômicas relevantes, e a possível evolução destes aspectos sem considerar a implementação da ação estratégica (pág. 20 - seção 4.3). As informações sobre todos os aspectos relevantes também * são sistematizadas em uma tabela que descreve para cada aspecto considerado relevante: as informações quantificadas existentes; informações para comparação; metas estipuladas quanto a esta informação; condição da <i>baseline</i> ; comentário sobre o estado do aspecto relevante; e as tendências futuras do aspecto relevantes sem a implementação da ação estratégica (apêndice B). Ao final da seção 3.2 (pág. 14) são descritas algumas limitações quanto aos dados. PONTO FRACO: Não fornece informações sobre as suposições consideradas para a descrição da <i>baseline</i> futura.
	6	Fornece informações sobre qualquer problema ou potencial problema ambiental ou de sustentabilidade relevante para a ação estratégica, incluindo em particular, aqueles relacionados às áreas de importância ambiental particular?	A	Fornece informações sistematizadas sobre os problemas ambientais ou de sustentabilidade relevantes para a ação estratégica, incluindo os relacionados às áreas de importância ambiental particular (pág. 24 - tabela 5; pág. 73 do relatório de escopo - tabela 18). Sistematiza os principais problemas identificados pela AAE e as oportunidades existentes para que esse problema seja considerado pela ação estratégica (pág. 24 - tabela 5).
	7	Fornece informações sobre os objetivos de proteção ambiental ou de sustentabilidade, estabelecidos em nível internacional, continental e nacional, relevantes para a ação estratégica e sobre a forma como estes objetivos e qualquer consideração ambiental ou de sustentabilidade foram levados em conta durante a preparação da ação estratégica?	A	Fornece informações sistematizadas sobre os objetivos de proteção ambiental ou de sustentabilidade estabelecidos em nível internacional, nacional, regional e local relevantes para a ação estratégica (apêndice A; pág. 12 - tabela 2; pág. 19 - seção 4.2). Fornece informações sistematizadas sobre a forma como estes objetivos e qualquer consideração ambiental ou de sustentabilidade foram levados em conta durante a preparação da ação estratégica (apêndice A). O relatório também descreve que os objetivos de proteção ambiental relevantes foram considerados para a formulação dos objetivos da AAE, utilizados para a avaliação da ação estratégica (pág. 12). Sistematiza informações sobre a forma como os objetivos de proteção ambiental ou de sustentabilidade foram considerados para a formulação da ação estratégica (apêndice A).
		Avaliação da Seção 1	D	PONTO FRACO: Não sistematiza uma descrição sobre o contexto que influencia as tomadas de decisões da ação estratégica e do processo de AAE. Não descreve como os processos de AAE e de formulação da ação estratégica foram integrados.
SEÇÃO 2: Identificação e avaliação das principais questões e opções	8	Descreve como as alternativas "razoáveis" foram desenvolvidas e identificadas, considerando os objetivos e o escopo geográfico da ação estratégica?	G	
	9	Lista as questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação?	A	Lista os problemas ambientais e de sustentabilidade identificados a partir da revisão da <i>baseline</i> atual e da análise de tendências da <i>baseline</i> futura para cada um dos tópicos ambientais e das áreas significativamente afetadas (pág. 20 - tabela 4). Lista os principais problemas e questões identificados e as implicações para a formulação da

			ação estratégica (pág. 24 - tabela 5). Lista os objetivos de AAE e os tópicos de AAE abordados por cada um (pág. 27 - tabela 6). Lista todos os objetivos e sub-objetivos da AAE (pág. 28 - tabela 7). Lista os objetivos baseados nos desafios do governo nacional para a análise de compatibilidade dos objetivos da AAE (pág. 30 - tabela 8).
10	Descreve como as questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação foram identificadas?	D	Descreve que os objetivos da AAE foram desenvolvidos por meio da consideração de objetivos e requerimentos de proteção ambiental estabelecidos em nível internacional, continental e nacional relevantes para a ação estratégica, das relações entre PPPs relevantes e a ação estratégica, dos problemas e oportunidades ambientais identificados através da revisão da <i>baseline</i> , das tendências de evolução futura sem a implementação da ação estratégica (pág. 12 - seção 3) e das respostas de consulta recebidas sobre o relatório de escopo (pág. 16 - seção 3.3). PONTO FRACO: Não descreve como as questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação foram identificadas a partir da consulta ou do diálogo de <i>stakeholders</i> relevantes.
11	Fornece informações de possíveis efeitos significantes de diferentes opções sobre: a) biodiversidade; b) população; c) saúde humana; d) fauna; e) flora; f) solo; g) água; h) ar; i) fatores climáticos; j) bens materiais; k) patrimônio cultural, incluindo arquitetura e arqueologia; l) paisagem; m) a interrelação entre todos fatores anteriores.	E	Fornece informações dos possíveis efeitos significantes dos objetivos estratégicos de desenvolvimento da ação estratégica (apêndice C) e das medidas políticas que compõem a ação estratégica (apêndice D) sobre quase todos os fatores listados. PONTO FRACO: Fornece informações de possíveis efeitos significantes apenas sobre a única opção desenvolvida para a ação estratégica. Não fornece informações sobre os possíveis efeitos significantes de diferentes opções. Não fornece informações de possíveis efeitos significantes sobre m) a interrelação entre todos fatores anteriores. Fornece informações de alguns aspectos citados de maneira agrupada para os seguintes tópicos: biodiversidade, fauna e flora; e solo, água e ar.
12	Apresenta um resumo das justificativas para a seleção das alternativas consideradas e uma descrição de como a avaliação que embasa estas justificativas foi realizada?	G	
13	Estabelece questões relevantes para que sejam avaliadas de maneira mais adequada em outros níveis ou layers de tomada de decisão, procurando evitar a duplicação?	G	
14	Mostra como o conhecimento do estado da arte e os métodos de avaliação foram utilizados para a avaliação da ação estratégica?	B	Mostra como os objetivos da AAE foram utilizados para a avaliação dos objetivos da ação estratégica (pág. 30 - seção 5.1) e das ações e iniciativas que compõem a opção estratégica preferida (apêndice D). Mostra como a análise da <i>baseline</i> (cenário "sem a ação estratégica") foi utilizada para a previsão e avaliação de significância dos efeitos cumulativos das ações e iniciativas que compõem a opção estratégica preferida sobre receptores ambientais importantes (apêndices F, G e H). PONTOS FRACOS: Não

				identifica e documenta suposições baseadas na implementação da ação estratégica que auxiliam a previsão de efeitos. Não mostra uma análise dos efeitos transfronteiriços para a avaliação da ação estratégica.
		Avaliação da Seção 2	F	PONTO FRACO: Não realiza nenhuma tarefa quanto a descrição sobre como as alternativas "razoáveis" foram desenvolvidas e identificadas, considerando os objetivos e o escopo geográfico da ação estratégica. Fornece informações de possíveis efeitos significantes apenas sobre a única opção desenvolvida para a ação estratégica. Não fornece informações sobre os possíveis efeitos significantes de diferentes opções. Não realiza nenhuma tarefa para a apresentação de um resumo das justificativas para a seleção das alternativas consideradas e de uma descrição de como a avaliação que embasa estas justificativas foi realizada. Não realiza nenhuma tarefa para o estabelecimento de questões relevantes para que sejam avaliadas de maneira mais adequada em outros níveis de tomada de decisão, procurando evitar a duplicação. Não mostra uma análise dos efeitos transfronteiriços para a avaliação da ação estratégica.
	15	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação do grau no qual a ação estratégica estabelece uma estrutura para projetos/outras atividades, seja em termos de localização, tamanho, natureza e condições de operação ou pela alocação de recursos?	G	
	16	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação do valor e da vulnerabilidade da área provavelmente afetada em consequência das características naturais especiais ou da herança cultural, dos padrões de qualidade ambientais ou de sustentabilidade excedidos, dos limites de valores ou do uso intensivo do solo excedidos?	G	
SEÇÃO 3: Determinação de significância do impacto	17	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação dos efeitos das várias opções sobre áreas ou paisagens que possuem status de proteção reconhecidos nacional, continental ou	G	

	internacionalmente?		
18	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da probabilidade, duração (curto, médio e longo prazo, permanente e temporário), frequência e reversibilidade dos efeitos, tanto positivos quanto negativos, das várias opções?	G	
19	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da magnitude e extensão espacial dos efeitos (área geográfica e tamanho da população afetada) das várias opções?	G	
20	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da natureza secundária, cumulativa e sinérgica dos efeitos das várias opções?	G	
21	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da natureza transfronteiriça dos efeitos das várias opções?	G	
22	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação dos riscos para a saúde humana e para as questões ambientais ou de sustentabilidade?	G	
	Avaliação da Seção 3	G	Nenhuma tarefa realizada.

SEÇÃO 4: Processo de consulta	23	Descreve como e quando as autoridades foram consultadas e como o escopo e o nível de detalhe das informações da avaliação foram identificados?	D	Descreve que a forma utilizada para a consulta sobre o relatório de escopo pelas autoridades foi realizada por meio do envio do relatório para consulta e da disponibilização pelo website do concelho do condado (pág. 16 - seção 3.6). Descreve que o relatório de escopo foi consultado pelas autoridades após a definição do contexto, a identificação de PPPs e objetivos ambientais e de sustentabilidade relevantes, o estabelecimento da <i>baseline</i> , a revisão da <i>baseline</i> e a identificação de problemas ambientais ou de sustentabilidade e o desenvolvimento dos objetivos da AAE (pág. 12 - seção 3). Descreve que a forma utilizada para a consulta sobre o relatório de AAE pelas autoridades foi realizada por meio do envio do relatório para as autoridades. Descreve que o relatório de AAE foi consultado pelas autoridades após o desenvolvimento de estrutura recomendada para o monitoramento dos efeitos significantes identificados (pág. 10 - seção 2.2). PONTO FRACO: Não descreve como o escopo e o nível de detalhe das informações da avaliação foram identificados.
	24	Descreve como a ação estratégica preliminar e o relatório ambiental foram disponibilizados para as autoridades e para o público (possíveis afetados e interessados) e como foram permitidos a expressar suas opiniões dentro de um período apropriado?	G	
	25	Confirma que os resultados das respostas de consulta sobre a ação estratégica e a AAE serão considerados pela tomada de decisão?	A	Confirma que os resultados das respostas de consulta sobre a ação estratégica e a AAE serão considerados pela tomada de decisão (pág. 120 - seções 7 e 8). Os procedimentos incluem a documentação dos comentários rejeitados e aceitos pela ação estratégica final e das justificativas para estas decisões (apêndice K).
	Avaliação da Seção 4		E	PONTO FRACO: Não descreve como o escopo e o nível de detalhe das informações da avaliação foram identificados. Não realiza nenhuma tarefa que descreva a ação estratégica preliminar e o relatório ambiental foram disponibilizados para as autoridades e para o público (possíveis afetados e interessados) e como foram permitidos a expressar suas opiniões dentro de um período apropriado.
SEÇÃO 5: Apresentação das informações e dos resultados:	26	Inclui uma seção de AAE ou um relatório de AAE separado, claramente distinguível, preparado de acordo com os requerimentos da diretiva de AAE?	A	Inclui um relatório de AAE separado, preparado de acordo com os requerimentos da diretiva de AAE. Como procedimento é apresentada uma tabela que descreve os estágios envolvidos na realização do processo de AAE (de acordo com os requerimentos da diretiva de AAE) e a seção referente a localização de cada estágio no relatório apresentado (pág. 1 - tabela 1).
	27	Fornece uma visão geral das dificuldades encontradas na compilação e na análise das informações que serão utilizadas para a avaliação ambiental e um resumo das incertezas resultantes destas dificuldades (como deficiências técnicas de falta de <i>know</i>	D	Fornece uma visão geral das dificuldades encontradas na compilação e na análise das informações que serão utilizadas para a avaliação ambiental (pág. 14 - seção 3.2). PONTO FRACO: Não fornece um resumo das incertezas resultantes das dificuldades encontradas.

SEÇÃO 6: Recomendações sobre o monitoramento		how técnico)?		
	28	Uma vez que a decisão tenha sido tomada, o relatório é acompanhado por uma declaração resumindo como as considerações ambientais ou de sustentabilidade foram integradas dentro da ação estratégica, como o relatório de AAE e os resultados de consulta foram considerados, e as justificativas para a escolha da ação estratégica adotada a luz das outras opções alternativas consideradas razoáveis?	D	É acompanhado por uma declaração que resume como as considerações ambientais ou de sustentabilidade foram integradas dentro da ação estratégica e como o relatório de AAE e os resultados de consulta foram considerados (arquivo: declaração de adoção). PONTO FRACO: A declaração não resume as justificativas para a escolha da ação estratégica adotada a luz das outras opções alternativas consideradas razoáveis.
	Avaliação da Seção 5		D	PONTOS FRACOS: Não fornece um resumo das incertezas resultantes das dificuldades encontradas. A declaração não resume as justificativas para a escolha da ação estratégica adotada a luz das outras opções alternativas consideradas razoáveis.
	29	Fornece informação sobre as medidas previstas para evitar, reduzir e compensar, tanto quanto possível, qualquer efeito adverso significativo sobre as questões ambientais ou de sustentabilidade da implementação da ação estratégica?	F	Fornece informação sobre as medidas previstas para evitar, reduzir e compensar apenas as incompatibilidades dos objetivos da ação estratégica (pág. 31 - tabela 9). PONTOS FRACOS: O relatório não fornece informações sobre as medidas previstas para evitar, reduzir e compensar qualquer efeito adverso significativo da implementação da ação estratégica. Não apresenta nenhum procedimento que aborde a proposição de medidas mitigatórias ou de melhoria ambiental para efeitos significantes e cumulativos e sinérgicos da implementação da ação estratégica.
	30	Descreve os efeitos ambientais significantes da implementação da ação estratégica que devem ser monitorados e identifica as medidas de monitoramento para que, entre outras funções, identifiquem previamente os efeitos adversos imprevistos?	G	
	31	Explica como o monitoramento é feito, de modo que esteja apto a realizar as medidas corretivas apropriadas? Neste contexto, as explicações sobre "o quê", "como" e "quem" do processo de monitoramento devem ser especificadas.	G	
	32	Explica como os arranjos de monitoramento existentes podem ser utilizados, se apropriado, de uma maneira para evitar a duplicação?	G	

	Avaliação da Seção 6	F	<p>PONTO FRACO: O relatório não fornece informações sobre as medidas previstas para evitar, reduzir e compensar qualquer efeito adverso significativo da implementação da ação estratégica. Não apresenta nenhum procedimento que aborde a proposição de medidas mitigatórias ou de melhoria ambiental para efeitos significantes e cumulativos e sinérgicos da implementação da ação estratégica. Não realizou nenhuma tarefa que descrevesse os efeitos ambientais significantes da implementação da ação estratégica que devem ser monitorados e identifica as medidas de monitoramento para que, entre outras funções, identifiquem previamente os efeitos adversos imprevistos. Não realizou nenhuma tarefa que explicasse como o monitoramento é feito, de modo que esteja apto a realizar as medidas corretivas apropriadas. Não realizou nenhuma tarefa que explicasse como os arranjos de monitoramento existentes podem ser utilizados, se apropriado, de uma maneira para evitar a duplicação.</p>
	AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO COMO UM TODO:	E	<p>PONTO FRACO: Seção 1 - Não sistematiza uma descrição sobre o contexto que influencia as tomadas de decisões da ação estratégica e do processo de AAE. Seção 2 - Não realiza nenhuma tarefa quanto a descrição sobre como as alternativas "razoáveis" foram desenvolvidas e identificadas, considerando os objetivos e o escopo geográfico da ação estratégica. Fornece informações de possíveis efeitos significantes apenas sobre a única opção desenvolvida para a ação estratégica. Não fornece informações sobre os possíveis efeitos significantes de diferentes opções. Não realiza nenhuma tarefa para a apresentação de um resumo das justificativas para a seleção das alternativas consideradas e de uma descrição de como a avaliação que embasa estas justificativas foi realizada. Não mostra uma análise dos efeitos transfronteiriços para a avaliação da ação estratégica. Seção 3 - Não realizou nenhuma tarefa que explicasse como a significância de impacto foi determinada. Seção 4 - Não descreve como o escopo e o nível de detalhe das informações da avaliação foram identificados. Seção 5 - Não apresenta um resumo das incertezas resultantes das dificuldades encontradas na compilação e análise das informações utilizadas para a avaliação ambiental. Seção 6 - O relatório não fornece informações sobre as medidas previstas para evitar, reduzir e compensar qualquer efeito adverso significativo da implementação da ação estratégica. Não apresenta nenhum procedimento que aborde a proposição de medidas mitigatórias ou de melhoria ambiental para efeitos significantes e cumulativos e sinérgicos da implementação da ação estratégica. Não realizou nenhuma tarefa que descrevesse os efeitos ambientais significantes da implementação da ação estratégica que devem ser monitorados e identifica as medidas de monitoramento para que, entre outras funções, identifiquem previamente os efeitos adversos imprevistos.</p>

8. Avaliação Ambiental Estratégica no Brasil

8.1. Introdução

Neste capítulo é apresentada uma breve contextualização a respeito da experiência prática brasileira em Avaliação Ambiental Estratégica, servindo para auxiliar a introduzir os casos selecionados para análise e interpretar os resultados abordados e obtidos ao longo do capítulo 9 (resultados de análise dos relatórios de AAE do Brasil).

8.2. Desenvolvimento

No Brasil, a prática de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) ainda é incipiente e não há regulamentação ou documento formalmente implementado em âmbito federal que determine a utilização de AAEs ou que sirva como orientação para o uso de procedimentos de Avaliações Ambientais de ações em níveis estratégicos.

As discussões sobre a AAE em âmbito governamental estão, aos poucos, sendo incorporadas de uma forma pontual e ausente de documentos técnicos oficiais com diretrizes e procedimentos específicos (PELLIN et al., 2011). Atualmente, existem algumas iniciativas em tramitação para a regulamentação da AAE, em nível federal, por meio dos Projetos de Lei 261/2011, 4996/2013 e 5716/2013.

O reconhecimento da importância da AAE pelo governo federal foi evidenciado, desde 2002, quando o Ministério do Meio Ambiente (MMA) publicou um guia com foco sobre a superação dos problemas enfrentados pelo licenciamento ambiental e sobre a influência da AAE, em questões mais estratégicas, que interferiam nas discussões e nas negociações envolvidas na análise e na aprovação da AIA de projetos isolados (MMA, 2002). Mais recentemente, em 2010, o MMA

realizou uma consulta pública para a discussão de diretrizes para a aplicação da AAE, embora nada tenha sido reportado até o momento.

Entre as iniciativas estaduais, a AAE está incluída na legislação de 3 estados brasileiros (MG, BA e SP), porém de uma maneira tímida já que ainda não foram definidas diretrizes concretas para a sua aplicação. A iniciativa mais avançada foi implementada no estado de São Paulo, onde foram definidos procedimentos e diretrizes básicas para a avaliação da performance da Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC) por meio da AAE.

O fato de nenhuma das iniciativas apresentadas ter resultado em qualquer ação concreta quanto a aplicação da AAE pode ser considerado consistente com a forma como a agenda de política ambiental tem sido levada em conta pelo governo, com o status de crescimento econômico que vem sendo promovido na última década e com a redução de leis significantes para proteção dos recursos ambientais nos últimos tempos (MALVESTIO; MONTAÑO, 2013), refletindo, inclusive, uma visão política imediatista de decisões e interesses aliados ao “curto prazo” do ciclo eleitoral brasileiro (OLIVEIRA; MONTAÑO; SOUZA, 2009).

Embora não existam regulamentações para a aplicação da AAE em nível federal, a sua aplicação de maneira voluntária tem sido reportada desde a década de 90 (DALAL-CLAYTON; SADLER, 2005; OLIVEIRA; MONTAÑO; SOUZA, 2009; PELLIN et al., 2011) e soma, até os dias de hoje (quase 20 anos após os primeiros relatos de sua aplicação no Brasil), aproximadamente 35 AAEs realizadas ao todo (MALVESTIO; MONTAÑO, 2013).

As experiências de aplicação de AAE no Brasil têm sido motivadas a partir das seguintes situações:

- Reconhecimento, por parte das agências ambientais, de que a AIA não estava conseguindo lidar com problemas relevantes que estavam surgindo a partir dos estudos ambientais em âmbito de projeto (MALVESTIO; MONTAÑO, 2013; PELLIN et al., 2011);
- Interesse de grupos de investidores privados que objetivam antecipar os possíveis conflitos de AIAs de projetos futuros (MALVESTIO; MONTAÑO, 2013);
- Acompanhamento da tendência mundial de consideração das questões ambientais em ações estratégicas e atendimento da necessidade de

um novo instrumento de proteção ambiental, já que a AIA lida apenas com projetos (PELLIN et al., 2011);

- Encorajamento de agências financeiras multilaterais internacionais que requerem a realização da AAE para decidir se aprovam ou não o pedido de empréstimo, como parte de suas políticas de proteção (MALVESTIO; MONTAÑO, 2013; OBERLING; LA ROVERE; DE OLIVEIRA SILVA, 2013; OLIVEIRA; MONTAÑO; SOUZA, 2009; PARTIDÁRIO, 2006; PELLIN et al., 2011).

Alguns autores (MALVESTIO; MONTAÑO, 2013; PELLIN et al., 2011) têm destacado que a prática de AAE realizada no Brasil pode ser considerada apenas como “rotulada com o nome AAE”. Para Malvestio e Montaña (2013), a atribuição desta nomenclatura se deve ao fato da aplicação do instrumento ser marcada por diferentes tipos de avaliações, com diferentes propostas e abordagens metodológicas, que ainda não alcançaram nenhuma consistência.

Para Pellin et al. (2011), o motivo desta nomenclatura se deve ao fato das AIAs de projetos estarem sendo “rotuladas como AAEs”, já que algumas AAEs tratam-se na realidade de AIAs de megaempreendimentos com o intuito de apresentar uma visão mais abrangente dos benefícios, impactos e riscos sociais e ambientais de projetos individuais, mas não de PPPs.

Um ponto negativo frequentemente observado na experiência prática brasileira tem sido o caráter pouco estratégico das AAEs. Este fato é reconhecido e destacado em diversos trabalhos (MALVESTIO; MONTAÑO, 2013; OLIVEIRA; MONTAÑO; SOUZA, 2009; PELLIN et al., 2011; PIZELLA; SOUZA, 2012; SÁNCHEZ; SILVA-SÁNCHEZ, 2008; SILVA et al., 2014b) como um dos principais desafios a serem enfrentados neste contexto.

Pellin et al. (2011) destacam que a forma como a aplicação da AAE tem sido incentivada pelas agências financeiras multilaterais internacionais tem implicado sobre a ocorrência de várias limitações para a sua operacionalização prática como, por exemplo, a utilização do instrumento em um momento muito tardio do processo decisório, após terem sido tomadas todas as decisões estratégicas possíveis. Oliveira et al. (2009) alertam para a existência de um risco do propósito real da AAE ser distorcido nestas situações em que a prática do instrumento não parte como iniciativa espontânea do próprio país.

O desafio de influência prática da AAE em níveis mais estratégicos também tem sido frequentemente abordado como resultante do hábito de utilização do instrumento para projetos estruturantes com foco sobre o preenchimento das lacunas do processo de licenciamento ambiental, utilizando a mesma abordagem aplicada para a AIA de projetos habitual (como pode ser observado nos trabalhos de Malvestio e Montaño, 2013; Sánchez e Silva-Sánchez, 2008; e Silva et al., 2014).

Para Partidário (2006), a metodologia semelhante a AIA de projeto utilizada para a avaliação de megaprojetos considerados estratégicos pelos países latino americanos tem suscitado dúvidas quanto a natureza estratégica do instrumento utilizado e quanto a adequabilidade da sua aplicação a proposta argumentada.

Segundo Partidário (2006), a aplicação de uma AAE neste contexto de megaprojetos apenas poderia ser eventualmente considerada adequada se não fosse dirigida ao megaprojeto, mas fosse dirigida aos problemas de desenvolvimento que requerem opções estratégicas para a sua solução, onde uma das opções poderia incluir o megaprojeto. Entretanto, se o foco da discussão for o megaprojeto em si, e os impactos que o mesmo provoca na região, a AAE não seria o instrumento adequado e neste caso deveria ser conduzida uma AIA.

Para Oliveira et al. (2009), esta utilização avessa de um instrumento concebido para níveis estratégicos sendo realizado sobre níveis muito pouco ou quase nada estratégicos (para o licenciamento de empreendimentos) é consequência de um processo de AAE fomentada pelas lacunas existentes no processo de AIA de projeto e responde, claramente, a um entendimento equivocado dos conceitos que embasam o potencial da AAE.

Este erro conceitual desdobrado em prática preenche o universo brasileiro de AAEs e pode ser evidenciado a partir da pesquisa de Malvestio e Montaño (2013), em que os resultados da análise demonstraram que a performance de aproximadamente 30% dos casos de aplicação de AAE brasileiras tem sido completamente influenciada pela racionalidade da AIA de projetos.

Malvestio e Montaño (2013) ressaltam como recomendações a necessidade de melhoria sobre a lógica de AAE que vem sendo aplicada no país. Fortes Westin et al. (2014) acrescentam que a aplicação de AAE no Brasil seria mais efetiva se fosse considerada previamente ao processo de licenciamento ambiental de projetos, evitando inclusive o desperdício de tempo e dinheiro.

Outro importante desafio relacionado a ineficiência da prática de AAE tem sido atribuído à aplicação do instrumento sem orientações quanto a sua proposta e os seus procedimentos de operacionalização dentro do contexto brasileiro, de uma forma que os resultados do processo raramente apresentam possibilidades de influenciar os conceitos e as alternativas que são desencadeados em decisões inferiores até o nível de projeto (OLIVEIRA; MONTAÑO; SOUZA, 2013).

Repercutindo, desta maneira, em uma situação na qual a implementação de projetos de desenvolvimento é frequentemente submetida a decisões judiciais, como consequência das limitações bem conhecidas da AIA de projetos (OLIVEIRA; MONTAÑO; SOUZA, 2013), um processo que naturalmente é quase sempre repleto de conflitos e batalhas judiciais, e que pode resultar frequentemente em interrupções e obstruções na implementação de projetos (HANNA et al., 2014).

Segundo Pellin et al. (2011), a forma como a AIA foi regulamentada no país (apenas para projetos) resultou em uma expectativa, frequentemente frustrada, da obtenção de respostas que não competem a este instrumento e acabam sobrecarregando e colocando-o em descrédito.

Como exemplo da AAE do Rodoanel, que segundo Sánchez e Silva-Sánchez (2008), não abordou questões estratégicas e problemáticas de grande importância para a região e nem alternativas de desenvolvimento para o futuro, apesar de ter influenciado seguramente a aprovação do licenciamento ambiental dos trechos do projeto que foram submetidos novamente a AIA de projetos, já que previamente a realização desta AAE estes mesmos projetos tinham sido reprovados.

Pellin et al. (2011) destacam que um dos principais problemas da AAE do Rodoanel foi ter sido realizada para uma decisão em âmbito de projeto, quando na realidade a AAE deveria ter entrado no processo de tomada de decisão em um momento muito anterior a esse, durante a discussão das políticas de transporte mais adequadas para a região, e os planos e programas decorrentes.

A falta de sincronia entre as AAEs e as decisões estratégicas também foi observada durante a análise de AAEs realizadas na Bahia. Silva et al. (2014) relatam que a existência de um requerimento formal para a aplicação da AAE não garantiu com que o processo iniciasse anteriormente as decisões estratégicas terem sido tomadas, servindo para evidenciar a falta de compromisso político. Segundo os autores, um compromisso mais efetivo com a realização de AAEs em níveis mais

estratégicos do governo é imprescindível para a efetividade na integração da AAE às ações estratégicas brasileiras.

O desafio da falta de sincronia também pode estar relacionado a algumas dificuldades quanto ao entendimento e a definição de quais são as ações estratégicas manifestadas pelo processo de desenvolvimento brasileiro. Durante a análise de um setor de desenvolvimento brasileiro sem uma estrutura claramente evidente de formação de suas ações estratégicas, Oberling et al. (2013) evidenciaram que a aplicação de AAE no Brasil pode fornecer estrutura ao planejamento e culminar, inclusive, no alcance da integração de várias visões sob o mesmo processo de tomada de decisão.

Os desafios expostos até o momento demonstram que a experiência brasileira na aplicação de AAE ainda não apresenta evidências de uma influência significativa sobre decisões estratégicas (OLIVEIRA; MONTAÑO; SOUZA, 2009) e serve muitas vezes, apenas, para a aprovação de projetos polêmicos indeferidos pelo licenciamento ambiental brasileiro, refletindo uma pressão liderada para o atendimento de uma demanda prioritariamente econômica (PELLIN et al., 2011).

Além disso, esta forma de aplicação da AAE no Brasil tem contribuído pouco para o desenvolvimento de modelos próprios, que consideram as características, demandas, experiências, forças e limitações do contexto brasileiro, aumentando ainda mais o risco de serem desvirtuados os propósitos de sua aplicação (PELLIN et al., 2011).

Desta forma, o estabelecimento de uma estrutura político institucional para a realização de AAEs, associado a uma definição clara da sua proposta de aplicação (MALVESTIO; MONTAÑO, 2013), fundamentado por uma discussão dos conceitos e das estratégias para a sua aplicação no contexto da realidade brasileira (OLIVEIRA; MONTAÑO; SOUZA, 2009) e somado ao compromisso e à vontade política para a integração de questões ambientais e de sustentabilidade em tomadas de decisões estratégicas (SILVA et al., 2014b) representam peças fundamentais para a solução do quebra-cabeça da institucionalização e da operacionalização deste instrumento no Brasil.

9. Resultados de análise dos relatórios de AAE do Brasil

Neste capítulo estão descritas todas as informações e observações consideradas importantes a partir das análises realizadas em detalhe para cada um dos três casos de AAEs brasileiras. As análises realizadas para cada situação específica foram divididas em dois subcapítulos, onde o primeiro subcapítulo detalha as informações e os resultados relacionados ao contexto e ao problema de decisão (Descrição e análise do contexto) e o segundo subcapítulo detalha as informações e os resultados relacionados à qualidade dos relatórios de AAE (Análise do Relatório de AAE).

9.1. Caso 7 – AAE do Programa Rodoanel Mário Covas

9.1.1. Contextualização e análise do problema de decisão

O Programa Rodoanel é composto por um empreendimento viário periférico com localização definida sobre uma faixa peri-urbana na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), que varia entre 20 e 40 km do centro metropolitano da cidade de São Paulo. O empreendimento, da forma como está configurado atualmente, começou a ser desenvolvido em 1995 e em 1997 obteve a licença prévia para a localização e a concepção do trecho oeste, o primeiro de quatro trechos propostos para a construção do anel periférico viário.

Os principais objetivos do empreendimento Rodoanel são (ST/DERSA 2004 p. 2 cap. 1):

- Ordenar o tráfego de transposição da RMSP, separando-os dos fluxos internos e aliviando o sobrecarregado sistema viário metropolitano;
- Hierarquizar e estruturar o transporte de passageiros e cargas na RMSP, servindo de alternativa para os fluxos de longa distância entre as sub-regiões da metrópole;

- Permitir a integração intermodal do transporte de cargas a partir de sua articulação com o Ferroanel e com Centros Logísticos Integrados.

As principais razões que motivaram a construção do empreendimento Rodoanel foram:

[...] interconectar os dez grandes eixos rodoviários radiais que ligam a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) com outras metrópoles, com o interior do Estado e do País, e com o Porto de Santos: rodovias Bandeirantes, Anhanguera, Castello Branco, Raposo Tavares Régis Bittencourt, Imigrantes, Anchieta, Ayrton Senna, Dutra e Fernão Dias (ST/DERSA, 2004 p. 1 cap. 1).

[...] facilitar e reduzir o custo da transposição da RMSP para os fluxos de transporte que circulam na região sudeste do país, bem como para fluxos com origem ou destino na metrópole (ST/DERSA, 2004 p. 2 cap. 1).

O empreendimento Rodoanel compõe uma das iniciativas previstas em uma política de transportes estadual, chamada Plano Diretor de Desenvolvimento de Transportes (PDDT), com horizonte temporal de 2000 até 2020. A principal razão que motivou a realização do PDDT e a proposição do Rodoanel como um dos seus elementos centrais foi o estabelecimento:

[...] de uma plataforma logística metropolitana voltada para reorganizar a interface entre a RMSP e o restante do Estado e do país, visando aumentar a eficiência dos sistemas de transportes e melhorar seu desempenho para atendimento às demandas atuais e futuras (ST/DERSA 2004 p. 2 cap. 1).

A falta de objetivos claros para o Programa Rodoanel remete a algumas questões polêmicas vinculadas a história da formação e da formulação deste “Programa”. Em abril de 2002, alguns anos após a emissão da licença prévia para o primeiro trecho do empreendimento, foi protocolado um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) referente a construção dos três trechos restantes do empreendimento Rodoanel para a análise do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental do Estado de São Paulo (DAIA) (Website da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo³⁰³¹).

No entanto, durante o processo de revisão deste EIA, diversas evidências foram reunidas pelo DAIA que declaravam o estudo ambiental como sendo insuficiente. Ao ser sinalizada uma potencial reprovação do licenciamento dos trechos restantes do empreendimento Rodoanel, em agosto de 2003, os proponentes solicitaram a suspensão da análise e o arquivamento do EIA antes que

³⁰ <http://www.ambiente.sp.gov.br/rodoaneltrechosul/licenciamento/>

³¹ Acessado em 25/03/2013.

o DAIA apresentasse publicamente suas conclusões (SÁNCHEZ e SILVA-SÁNCHEZ 2008).

Diante desta situação, a Secretaria dos Transportes (ST) e o DERSA (proponentes do empreendimento) revisaram suas estratégias e, em julho de 2004, apresentaram uma Avaliação Ambiental Estratégica como potencial solução para a implementação do recém criado “Programa” Rodoanel Mario Covas (SANCHÉZ e SILVA-SANCHÉZ, 2008).

Ressalta-se que a AAE do Programa Rodoanel já havia sido recomendada pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA) durante a emissão da licença prévia para o trecho Oeste, situação em que foi requerida a preparação de um estudo ambiental para o empreendimento do Rodoanel como um todo no contexto do planejamento integrado de transportes e desenvolvimento metropolitano (ST/DERSA 2004).

Desta maneira, como não existem regulamentações e nem guias que orientem e delimitem a realização de AAEs no Brasil, a proposta da AAE do Programa Rodoanel foi definida como “avaliar a viabilidade ambiental do Programa Rodoanel, bem como questões estratégicas associadas a sua implementação gradativa, por trechos, em um horizonte de 15 anos” (ST/DERSA 2004). O alcance desta proposta ensejou o seguinte papel para a AAE:

[...] um processo contínuo de análise e avaliação de aspectos sociais e ambientais para apoio à tomada de decisões sobre o planejamento, o projeto e a implantação do empreendimento, bem como de seu licenciamento ambiental (ST/DERSA 2004)

Importa destacar que a Secretaria dos Transporte e o DERSA foram responsáveis tanto pela formulação do processo de AAE quanto pelo processo de formulação do Programa Rodoanel e que a instituição competente pela aprovação da AAE foi o CONSEMA do Estado de São Paulo, órgão composto por 36 membros, dos quais metade é oriunda dos órgãos governamentais do estado de São Paulo e metade da sociedade civil.

Resumo das informações	
Período:	Relatório de AAE finalizado em julho de 2004
Proponente da AAE:	Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP)
Ação estratégica:	Programa Rodoanel Mario Covas
Proponente da ação estratégica:	ST/DERSA (Secretaria dos Transportes e Desenvolvimento Rodoviário S/A do Estado de São Paulo)
Horizonte temporal da ação	2005-2020 (horizonte temporal, para a construção do

estratégica:	empreendimento por trechos, de atendimento obrigatório devido ao surgimento de restrições orçamentárias – pág. 10, cap. 1 do relatório de AAE)
Principais razões relacionadas ao problema de decisão que motivou a ação estratégica:	Estabelecer uma plataforma logística metropolitana voltada para reorganizar a interface entre o Porto de Santos, a RMSP e o restante do Estado e do país, visando aumentar a eficiência dos sistemas de transportes e melhorar seu desempenho para atendimento às demandas atuais e futuras
Escala de decisão do problema de decisão:	Estado de São Paulo
Escala geográfica do problema de decisão:	Estado de São Paulo
Escala geográfica adotada pela AAE:	Região Metropolitana de São Paulo

9.1.2. Análise do Relatório de AAE

Seções do relatório	Critérios		Notas	Comentários
SEÇÃO 1: Descrição da ação estratégica, da baseline (ambiental/sustentabilidade) e da integração dos processos de AAE e de formulação da ação estratégica	1	Descreve o contexto, o conteúdo e os principais objetivos da ação estratégica?	F	O relatório não descreve o contexto e os principais objetivos de uma ação estratégica. Na pág. 1 (cap. 1) está descrito que todos os trechos do Rodoanel já se encontram em fase de detalhamento de projeto. O conteúdo do Rodoanel é retratado por apenas um empreendimento viário, que passa por locais periféricos à RMSP já definidos, com 3 e 4 faixas de rolamento, ao invés de um conjunto de ações, iniciativas e projetos para alcançar os objetivos de uma ação estratégica. PONTO FRACO: Não sistematiza uma descrição sobre o contexto que influencia a tomada de decisão da ação estratégica e do processo de AAE. O conteúdo da ação estratégica é retratado por um único projeto que não está vinculado a nenhum objetivo de ação estratégica descrito pelo relatório. Descreve soluções ou justificativas para a implantação do empreendimento (como objetivos principais da ação Rodoanel) ao invés dos principais objetivos de uma ação estratégica (pág. 2 - cap. 1).
	2	Descreve a relação com outras PPPs relevantes?	G	
	3	Descreve como os processos de AAE e de formulação da ação estratégica foram integrados?	G	
	4	Procurando evitar a duplicação de avaliação, o relatório descreve quais questões são abordadas em outras avaliações?	G	

5	Fornece informações sobre: os aspectos relevantes do estado atual ambiental, econômico e social com probabilidade de serem significativamente afetados; a possível evolução destes aspectos sem considerar a implementação da ação estratégica; e indica lacunas quanto aos dados?	E	Fornece informações apenas sobre alguns aspectos do estado atual ambiental, econômico e social com probabilidade de serem afetados (cap. 4). Fornece informações sobre a possível evolução de alguns aspectos relevantes da <i>baseline</i> atual, sem considerar a implementação da ação estratégica, para o horizonte temporal de conclusão das obras do projeto apresentado como conteúdo da ação estratégica (cap. 4). PONTO FRACO: Fornece informações da <i>baseline</i> atual e futura apenas sobre os aspectos que serão diretamente afetados pelo empreendimento anel periférico viário (ação ou iniciativa determinada como conteúdo desta ação estratégica) ao invés de fornecer informações sobre o estado das questões relevantes da área com probabilidade de ser significativamente afetada pela ação estratégica. Não são fornecidas informações sobre a possível evolução futura de quase todos os aspectos descritos pela <i>baseline</i> da situação atual. Não indica lacunas quanto aos dados. Os aspectos previstos para o estado futuro são considerados apenas até o encerramento da obra de construção do empreendimento anel periférico viário e não para um horizonte de atuação planejado para uma ação estratégica.
6	Fornece informações sobre qualquer problema ou potencial problema ambiental ou de sustentabilidade relevante para a ação estratégica, incluindo em particular, aqueles relacionados às áreas de importância ambiental particular?	F	Aborda algumas questões ambientais (caps. 2 e 4). Fornece informações sobre alguns problemas ambientais e sociais que devem ser considerados para a definição do traçado do projeto de construção proposto como conteúdo da ação estratégica (pág. 5 - cap. 2). Fornece informações sobre questões ambientais e sociais necessárias para a definição de métodos construtivos do projeto de construção proposto como conteúdo da ação estratégica (pág. 5 - cap. 2). PONTO FRACO: Não fornece informações sobre problemas ambientais ou de sustentabilidade que abrangem as escalas geográfica e de decisão relevantes para a ação estratégica, incluindo aqueles problemas relacionados às áreas de importância ambiental particular. Não sistematizou nenhuma informação sobre os problemas ambientais ou de sustentabilidade relevantes para a ação estratégica.
7	Fornece informações sobre os objetivos de proteção ambiental ou de sustentabilidade, estabelecidos em nível internacional, continental e nacional, relevantes para a ação estratégica e sobre a forma como estes objetivos e qualquer consideração ambiental ou de sustentabilidade foram levados em conta durante a preparação da ação estratégica?	G	

		Avaliação da Seção 1	F	<p>PONTO FRACO: Não descreveu o contexto e os principais objetivos da ação estratégica. Descreve como conteúdo da ação estratégica apenas um único projeto desvinculado de qualquer objetivo de ação estratégica. Não descreveu a relação com PPPs relevantes. Não descreveu como os processos de AAE e de formulação da ação estratégica foram integrados. Forneceu informações sobre a <i>baseline</i> atual e futura apenas sobre os aspectos relevantes que serão diretamente afetados pelo projeto proposto como conteúdo da ação estratégica. Não forneceu informações sobre a possível evolução futura de quase todos os aspectos descritos pela <i>baseline</i> atual. Realizou a previsão de evolução futura de alguns aspectos apenas até o horizonte de encerramento da obra de construção do projeto de anel periférico viário. Não forneceu informações sobre problemas ambientais ou de sustentabilidade que abrangem as escalas geográfica e de decisão relevantes para a ação estratégica, incluindo aqueles problemas relacionados às áreas de importância ambiental particular. Não sistematizou nenhuma informação sobre os problemas ambientais ou de sustentabilidade relevantes para a ação estratégica. Não forneceu informações sobre os objetivos de proteção ambiental ou de sustentabilidade, estabelecidos em nível internacional, continental e nacional relevantes para a ação estratégica e sobre a forma como estes objetivos e qualquer consideração ambiental ou de sustentabilidade foram levados em conta durante a preparação da ação estratégica.</p>
SEÇÃO 2: Identificação e avaliação das principais questões e opções	8	Descreve como as alternativas "razoáveis" foram desenvolvidas e identificadas, considerando os objetivos e o escopo geográfico da ação estratégica?	G	
	9	Lista as questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação?	E	No cap. 5 o relatório lista os problemas ambientais e de sustentabilidade considerados na avaliação (pág. 23). PONTO FRACO: Não lista os objetivos, os indicadores e os critérios considerados na avaliação.
	10	Descreve como as questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação foram identificadas?	F	Descreve apenas que as questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação foram identificadas por meio dos efeitos sócio ambientais considerados relevantes para a construção e a operação do projeto viário periférico a RMSP classe 0 (pág. 6 - cap. 2). PONTO FRACO: Não descreveu como as questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação foram identificadas por meio: dos problemas e potencialidades ambientais ou de sustentabilidade relevantes para a ação estratégica; das tendências de evolução dos aspectos ambientais ou de sustentabilidade relevantes para a área da ação estratégica; dos objetivos de proteção ambiental ou de sustentabilidade estabelecidos em diferentes níveis e relevantes para a ação estratégica; das relações existentes com PPPs relevantes para a ação estratégica; e da consulta ou do diálogo com <i>stakeholders</i> relevantes para a ação estratégica.

11	Fornece informações de possíveis efeitos significantes de diferentes opções sobre: a) biodiversidade; b) população; c) saúde humana; d) fauna; e) flora; f) solo; g) água; h) ar; i) fatores climáticos; j) bens materiais; k) patrimônio cultural, incluindo arquitetura e arqueologia; l) paisagem; m) a interrelação entre todos fatores anteriores.	E	Fornece informações de possíveis efeitos significantes da construção de um projeto de anel periférico viário que compõe a ação estratégica (cap. 5) sobre alguns fatores listados. PONTO FRACO: Fornece informações de possíveis efeitos significantes apenas sobre o período de construção (não considera período de operação) de um projeto de anel periférico viário que compõe a única opção desenvolvida como ação estratégica. Não fornece informações sobre os possíveis efeitos significantes de diferentes opções. Não fornece informações de possíveis efeitos significantes sobre d) fauna, f) solo, j) bens materiais, k) patrimônio cultural, l) paisagem e m) a interrelação entre todos fatores anteriores. Fornece informações de alguns aspectos citados de maneira agrupada para os tópicos ar e fatores climáticos.
12	Apresenta um resumo das justificativas para a seleção das alternativas consideradas e uma descrição de como a avaliação que embasa estas justificativas foi realizada?	G	
13	Estabelece questões relevantes para que sejam avaliadas de maneira mais adequada em outros níveis ou layers de tomada de decisão, procurando evitar a duplicação?	G	
14	Mostra como o conhecimento do estado da arte e os métodos de avaliação foram utilizados para a avaliação da ação estratégica?	F	Mostra como foram identificados os efeitos da construção e operação de um projeto proposto como conteúdo da ação estratégica (cap. 5). Mostra a escala geográfica (RMSP) e temporal (quadro 5.1 da pág. 1 - cap. 5) utilizada para a identificação de efeitos do projeto proposto como conteúdo da ação estratégica. PONTO FRACO: Não mostra como foram avaliados os objetivos da ação estratégica. Não mostra como foram avaliados os efeitos da ação estratégica. Não mostra como a <i>baseline</i> ou objetivos de AAE foram utilizados para a avaliação da ação estratégica. Não mostra como a análise de efeitos indiretos, sinérgicos e cumulativos foi utilizada para a avaliação da ação estratégica. Não identifica e documenta suposições baseadas na implementação da ação estratégica que auxiliam a previsão de efeitos. Não mostra como a análise de efeitos transfronteiriços foi utilizada para a avaliação da ação estratégica. Não mostra como a análise de efeitos significantes foi utilizada para a avaliação da ação estratégica.

		Avaliação da Seção 2	F	<p>PONTO FRACO: Não realiza nenhuma tarefa para a descrição sobre como as alternativas "razoáveis" foram desenvolvidas e identificadas, considerando os objetivos e o escopo geográfico da ação estratégica. Não realiza nenhuma tarefa para listar as questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação. Não descreve adequadamente como as questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação foram identificadas. Fornece informações de possíveis efeitos significantes apenas sobre o período de construção (não considera período de operação) de um projeto de anel periférico viário que compõe a única opção desenvolvida como ação estratégica. Não fornece informações sobre os possíveis efeitos significantes de diferentes opções. Não realiza nenhuma tarefa para a apresentação de um resumo das justificativas para a seleção das alternativas consideradas e de uma descrição de como a avaliação que embasa estas justificativas foi realizada. Não realiza nenhuma tarefa para o estabelecimento de questões relevantes para que sejam avaliadas de maneira mais adequada em outros níveis de tomada de decisão, procurando evitar a duplicação. Não mostra como foram avaliados os efeitos da ação estratégica. Não mostra como a baseline ou objetivos de AAE foram utilizados para a avaliação da ação estratégica. Não mostra como a análise de efeitos indiretos, sinérgicos e cumulativos foi utilizada para a avaliação da ação estratégica. Não mostra como a análise de efeitos transfronteiriços foi utilizada para a avaliação da ação estratégica. Não mostra como a análise de efeitos significantes foi utilizada para a avaliação da ação estratégica.</p>
SEÇÃO 3: Determinação de significância do impacto	15	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação do grau no qual a ação estratégica estabelece uma estrutura para projetos/outras atividades, seja em termos de localização, tamanho, natureza e condições de operação ou pela alocação de recursos?	G	
	16	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação do valor e da vulnerabilidade da área provavelmente afetada em consequência das características naturais especiais ou da herança cultural, dos padrões de qualidade ambientais ou de sustentabilidade excedidos, dos limites de valores ou do uso intensivo do solo excedidos?	G	

17	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação dos efeitos das várias opções sobre áreas ou paisagens que possuem status de proteção reconhecidos nacional, continental ou internacionalmente?	G	
18	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da probabilidade, duração (curto, médio e longo prazo, permanente e temporário), frequência e reversibilidade dos efeitos, tanto positivos quanto negativos, das várias opções?	G	
19	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da magnitude e extensão espacial dos efeitos (área geográfica e tamanho da população afetada) das várias opções?	G	
20	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da natureza secundária, cumulativa e sinérgica dos efeitos das várias opções?	G	
21	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da natureza transfronteiriça dos efeitos das várias opções?	G	
22	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação dos riscos para a saúde humana e para as questões ambientais ou de sustentabilidade?	G	
Avaliação da Seção 3		G	Nenhuma tarefa realizada.

SEÇÃO 4: Processo de consulta	23	Descreve como e quando as autoridades foram consultadas e como o escopo e o nível de detalhe das informações da avaliação foram identificados?	F	Descreve que o escopo técnico das informações da avaliação foi identificado por meio dos efeitos identificados para a construção e operação do empreendimento proposto como conteúdo da ação estratégica (pág. 6 - seção 2.3). PONTO FRACO: Não descreve como e quando as autoridades foram consultadas. Não descreve como o escopo temporal e espacial e o nível de detalhe das informações da avaliação foram identificados.
	24	Descreve como a ação estratégica preliminar e o relatório ambiental foram disponibilizados para as autoridades e para o público (possíveis afetados e interessados) e como foram permitidos a expressar suas opiniões dentro de um período apropriado?	G	
	25	Confirma que os resultados das respostas de consulta sobre a ação estratégica e a AAE serão considerados pela tomada de decisão?	G	
	Avaliação da Seção 4		F	PONTO FRACO: Não descreve como e quando as autoridades foram consultadas. Não descreve como o escopo temporal e espacial e o nível de detalhe das informações da avaliação foram identificados. Não realiza nenhuma tarefa que descreva como a ação estratégica preliminar e o relatório ambiental foram disponibilizados para as autoridades e para o público (possíveis afetados e interessados) e como foram permitidos a expressar suas opiniões dentro de um período apropriado. Não realiza nenhuma tarefa que confirme que os resultados das respostas de consulta sobre a ação estratégica e a AAE serão considerados pela tomada de decisão.
SEÇÃO 5: Apresentação das informações e dos resultados:	26	Inclui uma seção de AAE ou um relatório de AAE separado, claramente distinguível, preparado de acordo com os requerimentos da diretiva de AAE?	D	Inclui um relatório de AAE separado, claramente distinguível. PONTO FRACO: O documento avaliado não é preparado de acordo com os requerimentos da diretiva de AAE da comissão europeia.
	27	Fornece uma visão geral das dificuldades encontradas na compilação e na análise das informações que serão utilizadas para a avaliação ambiental e um resumo das incertezas resultantes destas dificuldades (como deficiências técnicas de falta de	G	

		know how técnico)?		
	28	Uma vez que a decisão tenha sido tomada, o relatório é acompanhado por uma declaração resumindo como as considerações ambientais ou de sustentabilidade foram integradas dentro da ação estratégica, como o relatório de AAE e os resultados de consulta foram considerados, e as justificativas para a escolha da ação estratégica adotada a luz das outras opções alternativas consideradas razoáveis?	G	
		Avaliação da Seção 5	F	PONTOS FRACOS: O documento avaliado não é preparado de acordo com os requerimentos da diretiva de AAE da comissão europeia. Não realizou nenhuma tarefa que fornecesse uma visão geral das dificuldades encontradas na compilação e na análise das informações que serão utilizadas para a avaliação ambiental e um resumo das incertezas resultantes destas dificuldades. Não realizou nenhuma tarefa quanto ao provimento de uma declaração resumindo como as considerações ambientais ou de sustentabilidade foram integradas dentro da ação estratégica, como o relatório de AAE e os resultados de consulta foram considerados, e as justificativas para a escolha da ação estratégica adotada a luz das outras opções alternativas consideradas razoáveis.
SEÇÃO 6: Recomendações sobre o monitoramento	29	Fornecer informação sobre as medidas previstas para evitar, reduzir e compensar, tanto quanto possível, qualquer efeito adverso significativo sobre as questões ambientais ou de sustentabilidade da implementação da ação estratégica?	F	O relatório fornece informações sobre medidas para evitar, reduzir e compensar alguns impactos diretos da implementação do projeto de anel periférico viário determinado como conteúdo da ação estratégica (cap. 7). PONTO FRACO: O relatório não apresenta adequadamente informação sobre as medidas previstas para evitar, reduzir e compensar efeitos adversos significativos sobre as questões ambientais ou de sustentabilidade da implementação da ação estratégica. Os procedimentos adotados não incluem a proposição de medidas mitigatórias e de melhoria ambiental tanto dos impactos diretos quanto dos cumulativos e sinérgicos além do projeto de anel rodoviário periférico determinado como conteúdo da ação estratégica.

30	Descreve os efeitos ambientais significantes da implementação da ação estratégica que devem ser monitorados e identifica as medidas de monitoramento para que, entre outras funções, identifiquem previamente os efeitos adversos imprevistos?	G	
	Explica como o monitoramento é feito, de modo que esteja apto a realizar as medidas corretivas apropriadas? Neste contexto, as explicações sobre "o quê", "como" e "quem" do processo de monitoramento devem ser especificadas.	G	
	Explica como os arranjos de monitoramento existentes podem ser utilizados, se apropriado, de uma maneira para evitar a duplicação?	G	
Avaliação da Seção 6		F	PONTO FRACO: O relatório não apresenta adequadamente informação sobre as medidas previstas para evitar, reduzir e compensar efeitos adversos significantes sobre as questões ambientais ou de sustentabilidade da implementação da ação estratégica. Os procedimentos adotados não incluem a proposição de medidas mitigatórias e de melhoria ambiental tanto dos impactos específicos quanto dos cumulativos e sinérgicos além do projeto de anel rodoviário periférico determinado como conteúdo da ação estratégica. Não realizou nenhuma tarefa que descrevesse os efeitos ambientais significantes da implementação da ação estratégica que devem ser monitorados e identificasse as medidas de monitoramento para que, entre outras funções, sejam previamente identificados os efeitos adversos imprevistos. Não realizou nenhuma tarefa que explicasse como o monitoramento é feito, de modo que esteja apto a realizar as medidas corretivas apropriadas. Não realizou nenhuma tarefa que explicasse como os arranjos de monitoramento existentes podem ser utilizados, se apropriado, de uma maneira para evitar a duplicação.
AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO COMO UM TODO:		F	PONTO FRACO: Seção 1 - Não descreveu o contexto e os principais objetivos da ação estratégica. Descreve como conteúdo da ação estratégica apenas um único projeto desvinculado de qualquer objetivo de ação estratégica. Apresentou inadequações significantes quanto: a descrição da <i>baseline</i> ambiental atual e futura; o fornecimento de informações quanto aos problemas ambientais ou de sustentabilidade relevantes para a ação estratégica; e o fornecimento de informações quanto aos objetivos de proteção ambiental ou de sustentabilidade relevantes para

a ação estratégica. **Seção 2** - Não realiza nenhuma tarefa para a descrição sobre como as alternativas "razoáveis" foram desenvolvidas e identificadas. Não fornece informações sobre os possíveis efeitos significantes de diferentes opções. Não realiza nenhuma tarefa para a apresentação de um resumo das justificativas para a seleção das alternativas consideradas e de uma descrição de como a avaliação que embasa estas justificativas foi realizada. Não mostra como foram avaliados os efeitos da ação estratégica. Não mostra como a baseline ou objetivos de AAE foram utilizados para a avaliação da ação estratégica. Não mostra como a análise de efeitos indiretos, sinérgicos e cumulativos foi utilizada para a avaliação da ação estratégica. Não mostra como a análise de efeitos transfronteiriços foi utilizada para a avaliação da ação estratégica. Não mostra como a análise de efeitos significantes foi utilizada para a avaliação da ação estratégica. **Seção 3** - Não realizou nenhuma tarefa que explicasse como a significância de impacto foi determinada. **Seção 4** - Não descreve como e quando as autoridades foram consultadas. Não descreve como o escopo temporal e espacial e o nível de detalhe das informações da avaliação foram identificados. **Seção 5** - Não realizou nenhuma tarefa que fornecesse uma visão geral das dificuldades encontradas na compilação e na análise das informações que serão utilizadas para a avaliação ambiental e um resumo das incertezas resultantes destas dificuldades. Não realizou nenhuma tarefa quanto ao provimento de uma declaração resumindo como as considerações ambientais ou de sustentabilidade foram integradas dentro da ação estratégica, como o relatório de AAE e os resultados de consulta foram considerados, e as justificativas para a escolha da ação estratégica adotada a luz das outras opções alternativas consideradas razoáveis. **Seção 6** - O relatório não apresenta adequadamente informação sobre as medidas previstas para evitar, reduzir e compensar efeitos adversos significantes sobre as questões ambientais ou de sustentabilidade da implementação da ação estratégica. Os procedimentos adotados não incluem a proposição de medidas mitigatórias e de melhoria ambiental tanto dos impactos específicos quanto dos cumulativos e sinérgicos além do projeto de anel rodoviário periférico determinado como conteúdo da ação estratégica. Não realizou nenhuma tarefa que descrevesse os efeitos ambientais significantes da implementação da ação estratégica que devem ser monitorados e identificasse as medidas de monitoramento para que, entre outras funções, sejam previamente identificados os efeitos adversos imprevistos. Não realizou nenhuma tarefa que explicasse como o monitoramento é feito, de modo que esteja apto a realizar as medidas corretivas apropriadas.

9.2. *Caso 8 – AAE Dimensão Portuária, Industrial, Naval e Offshore do Litoral Paulista*

9.2.1. *Contextualização e análise do problema de decisão*

A ação “Perspectivas e intenções de investimentos para o desenvolvimento da dimensão Portuária, Industrial, Naval e Offshore do Litoral Paulista” (PINO) foi formulada voluntariamente pelo Governo do Estado de São Paulo e surgiu a partir da possibilidade de impulsão da economia do Estado de São Paulo com a produção do petróleo recentemente descoberto nas camadas pré-sal (ao longo da costa das regiões sul e sudeste) e com a expansão do escoamento de cargas por meio da ampliação dos portos de Santos e de São Sebastião (ARCADIS TETRPLAN, 2010).

As principais razões que motivaram a realização da ação estratégica do PINO foram:

Enquanto a demanda de infraestrutura econômica no Brasil, notadamente associada a modais de transportes e logísticas é crescente, seu atendimento por parte das políticas públicas tem sido lento. Os custos sistêmicos trazidos por isso à produção nacional acabam por tolher sua competitividade, já cunhando no passado a expressão “custo Brasil” como ilustração do constrangedor exemplo de estrição ao desenvolvimento do país que isso representa (ARCADIS TETRPLAN, 2010 p. 14).

Não obstante as mudanças climáticas estejam provocando uma inegável corrida em busca de fontes renováveis de energia, que eventualmente conduzirão o consumo de óleo rumo ao zero, a matriz energética mundial deverá permanecer fortemente ancorada nos hidrocarbonetos por um número expressivo de anos. Até lá as reservas convencionais de óleo terão atingido seus picos de produção, o que se traduz na necessidade de reposição de reservas com potencial da ordem de 60 milhões de barris por dia (ARCADIS TETRPLAN, 2010 p. 12).

A demanda global por petróleo, aliada aos custos competitivos do pré-sal Brasileiro, contemplam sua exploração, e seus consequentes investimentos, independentemente do marco legal que o regerá (ARCADIS TETRPLAN, 2010 p. 13).

A imposição do forte ritmo de investimento faz com que não haja intervalos de trajetória entre a exploração do petróleo contemporâneo e o petróleo das camadas de pré-sal. Ao contrário, prevê-se uma transição ininterrupta e crescente - já iniciada por meio da encomenda de plataformas, barcos de apoio, sondas etc (ARCADIS TETRPLAN, 2010 p. 13).

As demandas petrolíferas e portuárias conjugam-se em uma força motriz de grande envergadura em termos de valor econômico, tecnologia, criação de

postos de trabalho e geração de renda ... com efeitos multiplicadores de renda e emprego por toda a cadeia produtiva (ARCADIS TETRPLAN, 2010 p. 4).

[...] as descobertas de petróleo nas camadas pré-sal ao longo da costa das regiões sudeste e sul representam mais do que riquezas para o país, mas também grandes perspectivas de investimentos no Litoral Paulista, onde há oportunidade para o apoio a exploração e produção ... em conexão a estes acontecimentos, as portas de entrada do estado de São Paulo – os porto de Santos e São Sebastião – planejam suas expansões para atender à crescente economia nacional e decorrentes exportações, importações e atividades de cabotagem (ARCADIS TETRPLAN, 2010 p. 4).

Embora o PINO não apresente objetivos definidos, seu objetivo principal pode ser claramente distinguido como a instalação de expressivo complexo para a prestação de serviços e produção de bens vinculados às atividades petrolíferas e portuárias no litoral do estado de São Paulo. O seu conteúdo é composto por um conjunto de aproximadamente 90 empreendimentos distintos, porém complementares, funcionais e vinculados a dois projetos estruturantes diferentes, de produção de petróleo *offshore* e de prestação de serviço portuário, que somam um investimento da ordem de R\$ 209 bilhões (ARCADIS TETRPLAN, 2010).

Os empreendimentos que compõem o PINO configuram uma concentração expressiva de alto potencial poluidor e compreendem atividades a serem localizadas inevitavelmente à linha d'água (ARCADIS TETRPLAN, 2010). Mesmo assim, embora o PINO seja definido como “Perspectivas e intenções de investimento”, pressupondo possibilidades que ainda não haviam sido implantadas, a decisão sobre a sua construção foi tomada anteriormente a realização da AAE e ficou evidenciada a partir da constatação de que diversas atividades previstas em seu escopo já estavam em operação durante a realização da AAE.

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) aplicada ao PINO foi uma iniciativa voluntária das Secretarias do Meio Ambiente e do Desenvolvimento do Estado de São Paulo, aplicada não para um plano ou programa, mas para um conjunto de ações, que utilizou como base o Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica (PARTIDÁRIO, 2007) e estabeleceu os seguintes objetivos:

- Integrar as questões ambientais o mais cedo possível no ciclo de planejamento;
- Discutir e avaliar as grandes opções estratégicas;
- Manter um acompanhamento interativo para auxiliar a decisão na escolha das melhores opções para atingir objetivos setoriais,

ambientais e de sustentabilidade e na implementação das decisões de natureza estratégica.

Resumo das informações	
Período:	Relatório de AAE finalizado em setembro de 2010
Proponente da AAE:	ARCADIS Tetraplan (consultoria prestada ao Governo do Estado de São Paulo)
Ação estratégica:	Perspectivas e intenções de investimentos para o desenvolvimento da dimensão Portuária, Industrial, Naval e Offshore do Litoral Paulista até 2025 (PINO)
Proponente da ação estratégica:	Governo do Estado de São Paulo
Horizonte temporal da ação estratégica:	2010-2025
Principais razões relacionadas ao problema de decisão que motivou a ação estratégica:	Impulsionar a economia do Estado de São Paulo; fortalecer a infraestrutura logística do Estado de São Paulo para o atendimento das demandas de escoamento de commodities brasileiras (aumentando a competitividade da produção brasileira frente ao concorrido mercado internacional); e atender a necessidade de reposição de energia proveniente das reservas finitas de petróleo convencional.
Escala de decisão do problema de decisão:	Estado de São Paulo
Escala geográfica do problema de decisão:	Estado de São Paulo
Escala geográfica adotada pela AAE:	Baixada Santista e Litoral Norte do estado de São Paulo

9.2.2. Análise do Relatório de AAE

Seções do relatório	Questões	Notas	Comentários e observações
SEÇÃO 1: Descrição da ação estratégica, da baseline (ambiental/sustentabilidade) e da integração dos processos de AAE e de formulação da ação estratégica	1 Descreve o contexto, o conteúdo e os principais objetivos da ação estratégica?	F	O conteúdo é retratado por 90 empreendimentos complementares (distintos) para duas ações, a ampliação do complexo portuário de Santos e a construção de um complexo petrolífero para a exploração do Pré-Sal, distribuídos principalmente pela Baixada Santista e Litoral Norte e com previsão de implantação e início de operação até 2025, totalizando R\$209 bilhões e cerca de 200 mil empregos diretos, quando em operação plena. PONTO FRACO: Não sistematiza uma descrição sobre o contexto que influencia as tomadas de decisões da ação estratégica e do processo de AAE. O conteúdo é retratado por dois projetos, definidos e detalhados anteriormente a realização da AAE, que apresentam mais de 40% de sua fase de construção completa (pág. 19 - Frente 3 Volume 3). Não identifica e apresenta os principais objetivos da ação estratégica.
	2 Descreve a relação com outras PPPs relevantes?	G	Não descreve a relação com outras PPPs relevantes. O relatório apresenta uma lógica inversa, onde primeiro define as questões estratégicas a serem avaliadas pela AAE e depois procura conflitos entre documentos de planejamento que tratam das mesmas questões estratégicas.
	3 Descreve como os processos de AAE e de formulação da ação estratégica foram integrados?	G	
	4 Procurando evitar a duplicação de avaliação, o relatório descreve quais questões são abordadas em outras avaliações?	G	
	5 Fornece informações sobre: os aspectos relevantes do estado atual ambiental, econômico e social com probabilidade de serem significativamente afetados; a possível evolução destes aspectos sem considerar a implementação da ação estratégica; e indica lacunas quanto aos dados?	F	Fornece informações apenas sobre alguns aspectos do estado atual ambiental, econômico e social com probabilidade de serem afetados (Volume 2 - Frente 2). PONTO FRACO: Fornece informações da baseline atual apenas sobre os aspectos relevantes que serão diretamente afetados pelos empreendimentos propostos como ações ou iniciativas que compõem o conteúdo desta ação estratégica (complexo portuário e complexo para a extração e produção de petróleo pré-sal) ao invés de fornecer informações sobre o estado das questões relevantes da área com probabilidade de ser significativamente afetada pela ação estratégica. Não fornece informações sobre a possível evolução futura dos aspectos relevantes sem considerar a implementação da ação estratégica. Não foi sistematizada nenhuma tendência de evolução futura dos aspectos relevantes. Não indica lacunas quanto aos dados.

	6	Fornecer informações sobre qualquer problema ou potencial problema ambiental ou de sustentabilidade relevante para a ação estratégica, incluindo em particular, aqueles relacionados às áreas de importância ambiental particular?	F	Fornecer informações sobre alguns problemas ambientais ou de sustentabilidade da área de influência dos dois empreendimentos propostos como conteúdo da ação estratégica (projeto portuário e projeto de produção e extração de petróleo pré-sal) (pág. 70 - seção 2.2 do volume 2). PONTO FRACO: Não fornece informações sobre problemas ambientais ou de sustentabilidade que abrangem as escalas geográfica e de decisão relevantes para a ação estratégica, incluindo aqueles problemas relacionados às áreas de importância ambiental particular. Não sistematizou nenhuma informação sobre os problemas ambientais ou de sustentabilidade relevantes para a ação estratégica.
	7	Fornecer informações sobre os objetivos de proteção ambiental ou de sustentabilidade, estabelecidos em nível internacional, continental e nacional, relevantes para a ação estratégica e sobre a forma como estes objetivos e qualquer consideração ambiental ou de sustentabilidade foram levados em conta durante a preparação da ação estratégica?	G	
	Avaliação da Seção 1		F	PONTO FRACO: Não descreveu o contexto e os principais objetivos da ação estratégica. Descreveu dois projetos como conteúdo da ação estratégica, definidos e detalhados anteriormente a realização da AAE, que apresentam mais de 40% de sua fase de construção em andamento e são desvinculados de qualquer objetivo de ação estratégica. Não descreveu a relação com PPPs relevantes. Não descreveu como os processos de AAE e de formulação da ação estratégica foram integrados. Forneceu informações sobre a baseline atual e futura apenas sobre os aspectos relevantes que serão diretamente afetados pelos dois projetos propostos como conteúdo da ação estratégica. Não forneceu informações sobre a possível evolução futura dos aspectos relevantes sem considerar a implementação da ação estratégica. Não forneceu informações sobre problemas ambientais ou de sustentabilidade que abrangem as escalas geográfica e de decisão relevantes para a ação estratégica, incluindo aqueles problemas relacionados às áreas de importância ambiental particular. Não sistematizou nenhuma informação sobre os problemas ambientais ou de sustentabilidade relevantes para a ação estratégica. Não forneceu informações sobre os objetivos de proteção ambiental ou de sustentabilidade, estabelecidos em nível internacional, continental e nacional relevantes para a ação estratégica e sobre a forma como estes objetivos e qualquer consideração ambiental ou de sustentabilidade foram levados em conta durante a preparação da ação estratégica.
SEÇÃO 2: Identificação e avaliação das	8	Descrever como as alternativas "razoáveis" foram desenvolvidas e identificadas, considerando os objetivos	G	

principais questões e opções		e o escopo geográfico da ação estratégica?	
	9	Lista as questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação?	E Lista os fatores críticos de decisão (pág. 71 - seção 2.2). PONTO FRACO: Não lista os problemas ambientais ou de sustentabilidade, os indicadores e os critérios considerados na avaliação.
	10	Descreve como as questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação foram identificadas?	E Descreve que as questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação foram identificadas por meio: da discussão com <i>stakeholders</i> sobre os processos estratégicos considerados relevantes; dos processos estratégicos que apresentavam relação de causa e efeito sobre ações estratégicas que seriam afetadas ou que afetariam a implantação dos empreendimentos (portuário e de produção e extração de petróleo) que fazem parte do conteúdo da ação estratégica; e dos fatores ambientais e questões chaves considerados relevantes para a área sob influência da implantação e operação dos empreendimentos. PONTO FRACO: Não descreveu como as questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação foram identificadas por meio: da análise de tendências de evolução de aspectos relevantes; dos objetivos de proteção ambiental ou de sustentabilidade estabelecidos em diferentes níveis relevantes para a ação estratégica; e da relação com PPPs relevantes para a ação estratégica. O relatório descreveu de maneira muito confusa a forma como as questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação foram identificadas.
	11	Fornecer informações de possíveis efeitos significantes de diferentes opções sobre: a) biodiversidade; b) população; c) saúde humana; d) fauna; e) flora; f) solo; g) água; h) ar; i) fatores climáticos; j) bens materiais; k) patrimônio cultural, incluindo arquitetura e arqueologia; l) paisagem; m) a interrelação entre todos fatores anteriores.	E Fornecer informações de possíveis efeitos significantes da construção e operação de dois projetos (empreendimento portuário e empreendimento para a extração e produção de petróleo pré-sal) que compõem a ação estratégica (volume 3) sobre alguns fatores listados. PONTO FRACO: Fornece informações de possíveis efeitos significantes apenas sobre a construção e operação de dois projetos que compõem a única opção desenvolvida como ação estratégica. Não fornece informações sobre os possíveis efeitos significantes de diferentes opções alternativas estratégicas. Não fornece informações de possíveis efeitos significantes sobre e) flora, f) solo, j) bens materiais, k) patrimônio cultural e m) a interrelação entre todos fatores anteriores. Fornece informações de alguns aspectos citados de maneira agrupada.
	12	Apresenta um resumo das justificativas para a seleção das alternativas consideradas e uma descrição de como a avaliação que embasa estas justificativas foi realizada?	G

	13	Estabelece questões relevantes para que sejam avaliadas de maneira mais adequada em outros níveis ou layers de tomada de decisão, procurando evitar a duplicação?	G	
	14	Mostra como o conhecimento do estado da arte e os métodos de avaliação foram utilizados para a avaliação da ação estratégica?	F	Mostra como foram previstos os efeitos da construção e operação dos dois empreendimentos propostos como conteúdo da ação estratégica (pág. 20 da seção 3.2.2 - volume 3 frente 3). Identifica e documenta suposições baseadas na implementação dos dois empreendimentos propostos (quanto aos incrementos populacional e de valor adicionado ao PIB a partir da concretização dos dois empreendimentos) que auxiliam a previsão de efeitos (seção 3.1.3). Mostra a escala geográfica (Litoral paulista) e temporal (15 anos a partir de 2010) utilizada para a previsão de efeitos dos dois empreendimentos propostos como conteúdo da ação estratégica (pág. 2 - seção 3.3.1). PONTO FRACO: Não mostra como foram avaliados os objetivos da ação estratégica. Não mostra como foram avaliados os efeitos da ação estratégica. Não mostra como a baseline ou objetivos de AAE foram utilizados para a avaliação da ação estratégica. Não mostra como a análise de efeitos indiretos, sinérgicos e cumulativos foi utilizada para a avaliação da ação estratégica. Não mostra como a análise de efeitos transfronteiriços foi utilizada para a avaliação da ação estratégica. Não mostra como a análise de efeitos significantes foi utilizada para a avaliação da ação estratégica.
	Avaliação da Seção 2		F	PONTO FRACO: Não realiza nenhuma tarefa para a descrição sobre como as alternativas "razoáveis" foram desenvolvidas e identificadas, considerando os objetivos e o escopo geográfico da ação estratégica. Não lista indicadores ou critérios ambientais ou de sustentabilidade considerados na avaliação. Não descreve adequadamente como as questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação foram identificadas. Fornece informações de possíveis efeitos significantes apenas sobre a construção e operação de dois projetos que compõem a única opção desenvolvida como ação estratégica. Não fornece informações sobre os possíveis efeitos significantes de diferentes opções alternativas estratégicas. Não realiza nenhuma tarefa para a apresentação de um resumo das justificativas para a seleção das alternativas consideradas e de uma descrição de como a avaliação que embasa estas justificativas foi realizada. Não realiza nenhuma tarefa para o estabelecimento de questões relevantes para que sejam avaliadas de maneira mais adequada em outros níveis de tomada de decisão, procurando evitar a duplicação. Não mostra como foram avaliados os efeitos da ação estratégica. Não mostra como a baseline ou objetivos de AAE foram utilizados para a avaliação da ação estratégica. Não mostra como a análise de efeitos indiretos, sinérgicos e cumulativos foi utilizada para a avaliação da ação estratégica. Não mostra como a análise de efeitos transfronteiriços foi utilizada para a avaliação da ação estratégica. Não mostra como a análise de efeitos

			significantes foi utilizada para a avaliação da ação estratégica.
SEÇÃO 3: Determinação de significância do impacto	15	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação do grau no qual a ação estratégica estabelece uma estrutura para projetos/outras atividades, seja em termos de localização, tamanho, natureza e condições de operação ou pela alocação de recursos?	G
	16	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação do valor e da vulnerabilidade da área provavelmente afetada em consequência das características naturais especiais ou da herança cultural, dos padrões de qualidade ambientais ou de sustentabilidade excedidos, dos limites de valores ou do uso intensivo do solo excedidos?	G
	17	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação dos efeitos das várias opções sobre áreas ou paisagens que possuem status de proteção reconhecidos nacional,	G

		continental ou internacionalmente?		
	18	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da probabilidade, duração (curto, médio e longo prazo, permanente e temporário), frequência e reversibilidade dos efeitos, tanto positivos quanto negativos, das várias opções?	G	
	19	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da magnitude e extensão espacial dos efeitos (área geográfica e tamanho da população afetada) das várias opções?	G	
	20	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da natureza secundária, cumulativa e sinérgica dos efeitos das várias opções?	G	
	21	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da natureza transfronteiriça dos efeitos das várias opções?	G	
	22	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação dos riscos para a saúde humana e para as questões ambientais ou de sustentabilidade?	G	
		Avaliação da Seção 3	G	Nenhuma tarefa realizada.
SEÇÃO 4: Processo de consulta	23	Descreve como e quando as autoridades foram consultadas e como o escopo e o nível de detalhe das informações da avaliação foram identificados?	F	Descreve que o escopo técnico das informações da avaliação foi identificado por meio dos problemas e oportunidades ambientais resultantes do desenvolvimento regional e dos efeitos identificados para a construção e operação dos empreendimentos propostos como conteúdo da ação estratégica (pág. 5 - volume 2 frente 2). PONTO FRACO: Não descreve como e quando as autoridades foram consultadas. Não descreve como o escopo temporal e espacial e o nível de detalhe das informações da avaliação foram identificados.

	24	Descreve como a ação estratégica preliminar e o relatório ambiental foram disponibilizados para as autoridades e para o público (possíveis afetados e interessados) e como foram permitidos a expressar suas opiniões dentro de um período apropriado?	G	
	25	Confirma que os resultados das respostas de consulta sobre a ação estratégica e a AAE serão considerados pela tomada de decisão?	G	
	Avaliação da Seção 4		F	PONTO FRACO: Não descreve como e quando as autoridades foram consultadas. Não descreve como o escopo temporal e espacial e o nível de detalhe das informações da avaliação foram identificados. Não realiza nenhuma tarefa que descreva como a ação estratégica preliminar e o relatório ambiental foram disponibilizados para as autoridades e para o público (possíveis afetados e interessados) e como foram permitidos a expressar suas opiniões dentro de um período apropriado. Não realiza nenhuma tarefa que confirme que os resultados das respostas de consulta sobre a ação estratégica e a AAE serão considerados pela tomada de decisão.
SEÇÃO 5: Apresentação das informações e dos resultados:	26	Inclui uma seção de AAE ou um relatório de AAE separado, claramente distinguível, preparado de acordo com os requerimentos da diretiva de AAE?	D	Inclui um relatório de AAE separado, claramente distinguível. PONTO FRACO: O documento avaliado não é preparado de acordo com os requerimentos da diretiva de AAE da comissão europeia.
	27	Fornece uma visão geral das dificuldades encontradas na compilação e na análise das informações que serão utilizadas para a avaliação ambiental e um resumo das incertezas resultantes destas dificuldades (como deficiências técnicas de falta de <i>know how</i> técnico)?	G	

	28	Uma vez que a decisão tenha sido tomada, o relatório é acompanhado por uma declaração resumindo como as considerações ambientais ou de sustentabilidade foram integradas dentro da ação estratégica, como o relatório de AAE e os resultados de consulta foram considerados, e as justificativas para a escolha da ação estratégica adotada a luz das outras opções alternativas consideradas razoáveis?	G	
	Avaliação da Seção 5		F	PONTOS FRACOS: O documento avaliado não é preparado de acordo com os requerimentos da diretiva de AAE da comissão europeia. Não realizou nenhuma tarefa que fornecesse uma visão geral das dificuldades encontradas na compilação e na análise das informações que serão utilizadas para a avaliação ambiental e um resumo das incertezas resultantes destas dificuldades. Não realizou nenhuma tarefa quanto ao provimento de uma declaração resumindo como as considerações ambientais ou de sustentabilidade foram integradas dentro da ação estratégica, como o relatório de AAE e os resultados de consulta foram considerados, e as justificativas para a escolha da ação estratégica adotada a luz das outras opções alternativas consideradas razoáveis.
SEÇÃO 6: Recomendações sobre o monitoramento	29	Fornecer informação sobre as medidas previstas para evitar, reduzir e compensar, tanto quanto possível, qualquer efeito adverso significativo sobre as questões ambientais ou de sustentabilidade da implementação da ação estratégica?	G	
	30	Descreve os efeitos ambientais significantes da implementação da ação estratégica que devem ser monitorados e identifica as medidas de monitoramento para que, entre outras funções, identifiquem previamente os efeitos adversos imprevistos?	G	
	31	Explica como o monitoramento é feito, de modo que esteja apto a realizar as medidas corretivas apropriadas? Neste contexto, as explicações sobre "o quê", "como" e "quem" do processo de	G	

	monitoramento devem ser especificadas.		
32	Explica como os arranjos de monitoramento existentes podem ser utilizados, se apropriado, de uma maneira para evitar a duplicação?	G	
	Avaliação da Seção 6	G	PONTO FRACO: Não realizou nenhuma tarefa que fornecesse informação sobre as medidas previstas para evitar, reduzir e compensar, tanto quanto possível, qualquer efeito adverso significativo sobre as questões ambientais ou de sustentabilidade da implementação da ação estratégica. Não realizou nenhuma tarefa que descrevesse os efeitos ambientais significantes da implementação da ação estratégica que devem ser monitorados e identifica as medidas de monitoramento para que, entre outras funções, identifiquem previamente os efeitos adversos imprevistos. Não realizou nenhuma tarefa que explicasse como o monitoramento é feito, de modo que esteja apto a realizar as medidas corretivas apropriadas. Não realizou nenhuma tarefa que explicasse como os arranjos de monitoramento existentes podem ser utilizados, se apropriado, de uma maneira para evitar a duplicação.
	AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO COMO UM TODO:	F	PONTO FRACO: Seção 1 - Não descreveu o contexto e os principais objetivos da ação estratégica. Descreveu dois projetos como conteúdo da ação estratégica, definidos e detalhados anteriormente a realização da AAE, que apresentam mais de 40% de sua fase de construção em andamento e são desvinculados de qualquer objetivo de ação estratégica. Não descreveu a relação com PPPs relevantes. Apresentou inadequações significantes quanto: a descrição da baseline ambiental atual e futura; o fornecimento de informações quanto aos problemas ambientais ou de sustentabilidade relevantes para a ação estratégica; e o fornecimento de informações quanto aos objetivos de proteção ambiental ou de sustentabilidade relevantes para a ação estratégica. Seção 2 - Não realiza nenhuma tarefa para a descrição sobre como as alternativas "razoáveis" foram desenvolvidas e identificadas. Fornece informações de possíveis efeitos significantes apenas sobre a construção e operação de dois projetos que compõem a única opção desenvolvida como ação estratégica. Não fornece informações sobre os possíveis efeitos significantes de diferentes opções alternativas estratégicas. Não realiza nenhuma tarefa para a apresentação de um resumo das justificativas para a seleção das alternativas consideradas e de uma descrição de como a avaliação que embasa estas justificativas foi realizada. Não mostra como foram avaliados os efeitos da ação estratégica. Não mostra como a baseline ou objetivos de AAE foram utilizados para a avaliação da ação estratégica. Não mostra como a análise de efeitos indiretos, sinérgicos e cumulativos foi utilizada para a

avaliação da ação estratégica. Não mostra como a análise de efeitos transfronteiriços foi utilizada para a avaliação da ação estratégica. Não mostra como a análise de efeitos significantes foi utilizada para a avaliação da ação estratégica. **Seção 3** - Não realizou nenhuma tarefa que explicasse como a significância de impacto foi determinada. **Seção 4** - Não descreve como e quando as autoridades foram consultadas. Não descreve como o escopo temporal e espacial e o nível de detalhe das informações da avaliação foram identificados. **Seção 5** - Não realizou nenhuma tarefa que fornecesse uma visão geral das dificuldades encontradas na compilação e na análise das informações que serão utilizadas para a avaliação ambiental e um resumo das incertezas resultantes destas dificuldades. Não realizou nenhuma tarefa quanto ao provimento de uma declaração resumindo como as considerações ambientais ou de sustentabilidade foram integradas dentro da ação estratégica, como o relatório de AAE e os resultados de consulta foram considerados, e as justificativas para a escolha da ação estratégica adotada a luz das outras opções alternativas consideradas razoáveis. **Seção 6** - Não realizou nenhuma tarefa quanto ao fornecimento de informações para o monitoramento.

9.3. *Caso 9 – AAE do Programa Intermodal e Logístico Porto Sul*

9.3.1. *Contextualização e análise do problema de decisão*

O Programa Multimodal de Transporte e Desenvolvimento Mínero-Industrial da Região Cacaueira (Complexo Porto Sul) foi formulado voluntariamente pelo Governo do Estado da Bahia e surgiu a partir da possibilidade de impulsão da economia da Bahia com base na produção de grãos, na extração de ferro e no atendimento da demanda de escoamento de grandes volumes de produção do Brasil Central, das áreas produtoras de grãos do oeste baiano e das reservas ferríferas do sudoeste baiano para os mercados internacionais.

As principais razões que motivaram a realização do Programa Intermodal e Logístico Porto Sul foram:

O Brasil vem se consolidando no cenário internacional como um grande exportador de commodities, basicamente minérios e grãos agrícolas, atendendo à crescente demanda internacional alavancada pelos mercados emergentes asiáticos e que geram oportunidades de negócios para países com disponibilidade ou capacidade de produzir esses produtos (LIMA, 2011 p. 2).

A Bahia, como estado de grandes dimensões territoriais e com nichos de produção associados ao agronegócio e à atividade mineral, vem tendo, nesta nova conjuntura global, grandes oportunidades de negócios. Uma boa infraestrutura de transporte para o escoamento da produção para os mercados internacionais é condição vital para que o estado possa tirar partido dessa conjuntura favorável (LIMA, 2011 p. 2).

A instalação de uma nova estrutura portuária é de extrema importância para a Bahia, assim como o estímulo à formação de cadeias produtivas que possam agregar valor aos recursos existentes na região e o desenvolvimento de outras atividades, como o turismo, que possam tornar a economia estadual menos vulnerável às oscilações de preço em determinados mercados (LIMA, 2011 p. 2).

Os investimentos previstos para a construção de toda esta infraestrutura logística para o escoamento de carga, dentro do estado da Bahia (incluindo o Complexo Porto Sul), somaram mais de R\$ 19 bilhões, entre 2007 e 2011, provenientes de ações do governo estadual e do governo federal por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa Nacional de Logística e Transportes (PNLT) (LIMA, 2011).

Apesar de não terem sido apresentados objetivos para o Programa Intermodal e Logístico Porto Sul, a partir da descrição do relatório é possível entender que o objetivo de instalação de um empreendimento para atividade portuária (com dimensões, escalonamento de produção e localização definidos na Ponta da Tulha - região de Ilhéus) foi decidido desde 2008 (antes da realização da AAE), a partir de uma decisão do Governo do Estado da Bahia (LIMA, 2011).

Ainda assim, após a análise das ameaças e das oportunidades realizadas pela AAE, o relatório estrutura uma visão futura a partir da visão e da missão de desenvolvimento do governo vigente e propõe os seguintes objetivos para a ação estratégica sobre a área diretamente afetada pela implementação do empreendimento que compõe o Programa Intermodal e Logístico Porto Sul:

- Promover o desenvolvimento econômico da região;
- Oferecer melhores condições de vida para a população local;
- Manter a qualidade ambiental, preservando a biodiversidade e a dinâmica dos ecossistemas;
- Fortalecer a governança e a interação institucional.

O empreendimento estabelecido como conteúdo do Complexo Porto Sul é composto por um porto, com estrutura *on-shore* e *off-shore* (terminais com píer e bacia de manobra), e área retro portuária, para ser ligada aos demais modais da estrutura logística previstos para o estado, com arranjo para garantir a recepção e expedição das cargas projetadas para movimentação (LIMA, 2011).

A AAE do Complexo Porto Sul foi ancorada sobre o Decreto 11.235/08 do Governo do Estado da Bahia, onde está previsto que a “avaliação dos impactos socioambientais de planos, programas, projetos e políticas públicas setoriais dar-se-á mediante Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)”, definindo este instrumento como sendo “um estudo coordenado pelo Poder Público Estadual que avalia os impactos socioambientais de suas políticas, planos e programas setoriais que envolvam o uso de recursos ambientais ou tenham interface com as políticas, planos e programas de proteção do meio ambiente, com a finalidade de subsidiar suas decisões, assegurando a inserção da variável ambiental na fase de planejamento” (LIMA, 2011).

Esse Decreto estabelece que “O CEPRAM poderá requerer aos órgãos e entidades competentes a elaboração de AAE (...) e manifestar-se-á sobre o estudo elaborado”. Ainda, a “Avaliação Ambiental Estratégica caberá aos órgãos

responsáveis pela formulação e implementação das políticas, planos e programas, com base em termo de referência por eles elaborado, juntamente com os órgãos vinculados à Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) e à Secretaria do Planejamento (SEPLAN)” (LIMA, 2011).

A realização desta AAE foi uma iniciativa da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) da Bahia, que julgou oportuna a realização desta AAE visando evitar, reduzir ou compensar as implicações adversas e potencializar as benéficas, mesmo depois que diversas decisões já haviam sido tomadas pelo Governo do Estado da Bahia em 2008, incluindo até mesmo as definições do projeto executivo do empreendimento que compõe o Complexo Porto Sul.

Neste contexto, a proposta da AAE do Complexo Porto Sul foi “analisar, sob o prisma do desenvolvimento sustentável, os conflitos e as possíveis implicações socioambientais associados à implantação do conjunto de empreendimentos previstos, visando evitar, reduzir ou compensar as implicações adversas e potencializar as oportunidades, ajudando na formulação de opções estratégicas.” (LIMA, 2011).

O papel definido para o alcance desta proposta foi “identificar opções para antecipar os efeitos socioambientais decorrentes do conjunto de intervenções propostas e apoiar decisões para prevenir possíveis danos, bem como propor ações de proteção dos ecossistemas naturais presentes na região, buscando garantir a melhor inserção dos empreendimentos no desenvolvimento regional.” (LIMA, 2011).

A metodologia utilizada para a elaboração do processo da AAE do Complexo Porto Sul seguiu orientações do Conselho Estadual de Meio Ambiente da Bahia (CEPRAM) e foi apoiada sobre alguns conceitos estabelecidos pelo Guia de AAE da Partidário (2007), embora tenha sofrido importantes alterações e adaptações definidas pelo próprio LIMA. Os objetivos específicos estabelecidos para a AAE foram:

- Buscar a harmonização do desenvolvimento do Complexo Porto Sul com outras vocações da região — turismo, agricultura e conservação ambiental;
- Identificar os meios de potencializar os benefícios e as oportunidades de desenvolvimento no âmbito regional;

- Subsidiar futuros programas de gestão ambiental e o licenciamento das atividades envolvidas, além de outras atraídas por este grupo de empreendimentos.

Resumo das informações	
Período:	Relatório de AAE finalizado em julho de 2011
Proponente da AAE:	Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente (LIMA – COPPE/UFRJ)
Ação estratégica:	Programa Multimodal de Transporte e Desenvolvimento Mínero-Industrial da Região Cacaueira – Complexo Porto Sul
Proponente da ação estratégica:	Governo do Estado da Bahia
Horizonte temporal da ação estratégica:	2011-2025
Principais razões relacionadas ao problema de decisão que motivou a ação estratégica:	Impulsionar a economia do Estado da Bahia com base na produção de grãos e na extração de ferro; e atender a demanda de escoamento de grandes volumes de produção do Brasil Central, das áreas produtoras de grãos do oeste baiano e das reservas ferríferas do sudoeste baiano para os mercados internacionais.
Escala de decisão do problema de decisão:	Estado da Bahia
Escala geográfica do problema de decisão:	Estado da Bahia
Escala geográfica adotada pela AAE:	Região de Ilhéus (Bahia) compreendendo as cidades de Ilhéus, Itabuna, Uruçuca e Itacaré.

9.3.2. Análise do Relatório de AAE

Seções do relatório	Questões	Notas	Considerações e observações
SEÇÃO 1: Descrição da ação estratégica, da baseline (ambiental/sus tentabilidade) e da integração dos processos de AAE e de formulação da ação estratégica	1		<p>Descreve o contexto, o conteúdo e os principais objetivos da ação estratégica?</p> <p>Em relação ao contexto são apresentados indutores de alteração ("<i>drivers of change</i>"), fatores promotores ou inibidores de desenvolvimento, da área de influência direta do empreendimento (págs. 13 a 23). Como conteúdo é retratado um complexo portuário (intermodal e logístico) composto pelo projeto de um porto com terminais e suas áreas retro-portuárias (págs. 5, 6 e 7). Os empreendimentos a serem instalados apresentam, inclusive, os detalhes dos projetos executivos e os locais já definidos para a sua instalação (linha férrea, terminais do porto e retroporto). Não são descritos os principais objetivos da ação estratégica. Ainda assim, o relatório de AAE estrutura uma visão e objetivos de desenvolvimento da região do litoral sul da Bahia para orientar a construção de cenários e a avaliação realizada pela AAE (pág. 32). Esta missão e objetivos desenvolvidos pela AAE foram formulados a partir da missão do governo do estado da Bahia (pág. 33). PONTO FRACO: Os fatores contextuais descritos são abordados apenas para a escala geográfica e de decisão da área de influência direta do empreendimento Complexo Portuário Porto Sul (região da cidade de Ilhéus). No entanto o relatório aborda questões em escalas geográfica e de decisão que não apresentam vínculo somente com a área de influência direta considerada (não considerando, por exemplo, questões contextuais na escala de decisão das ações propostas como Complexo Portuário Porto Sul, que é proposto pelo governo estadual). Além da descrição de fatores indutores de alteração para a área de influência direta do empreendimento (região do Litoral Sul), o relatório não sistematiza uma descrição sobre o contexto que influencia as tomadas de decisões da ação proposta (empreendimento em nível estadual) e do processo de AAE. O conteúdo é representado por um conjunto de projetos que compõem um único de empreendimento (porto, terminal e áreas retro portuárias) que, se implementados isoladamente, não cumprem nenhuma função para o alcance de objetivos estratégicos. Não são identificados e apresentados os principais objetivos da ação estratégica.</p>
	2		<p>Descreve a relação com outras PPPs relevantes?</p> <p>Não descreve a relação com outras PPPs relevantes. Na pág. 11 é apresentada uma etapa chamada por Quadro de Referencial Estratégico (mesmo nome atribuído a uma etapa do Guia de AAE da Profa. Partidário). No entanto, o relatório não lista e não descreve leis, estratégias, guias, normas de planejamento e PPPs relevantes para a ação estratégica, não descreve os objetivos e requerimentos ambientais ou de sustentabilidade de documentos relevantes para a ação estratégica e não identifica sinergias e conflitos entre a ação estratégica e os objetivos e requerimentos ambientais ou de sustentabilidade de documentos relevantes.</p>
	3		<p>Descreve como os processos de AAE e de formulação da ação estratégica foram integrados?</p>
	4		<p>Procurando evitar a duplicação de</p>

	avaliação, o relatório descreve quais questões são abordadas em outras avaliações?		
5	Fornecer informações sobre: os aspectos relevantes do estado atual ambiental, econômico e social com probabilidade de serem significativamente afetados; a possível evolução destes aspectos sem considerar a implementação da ação estratégica; e indica lacunas quanto aos dados?	E	Fornecer informações apenas sobre alguns aspectos do estado atual ambiental, econômico e social com probabilidade de serem afetados (pág. 23). PONTO FRACO: Fornece informações da <i>baseline</i> atual apenas sobre os aspectos relevantes que serão diretamente afetados pelo empreendimento proposto como ação ou iniciativa que compõe o conteúdo desta ação estratégica (complexo portuário) ao invés de fornecer informações sobre o estado das questões relevantes da área com probabilidade de ser significativamente afetada pela ação estratégica. Não fornece informações sobre a possível evolução futura dos aspectos relevantes sem considerar a implementação da ação estratégica. Não sistematiza nenhuma tendência de evolução futura dos aspectos relevantes. Não indica lacunas quanto aos dados.
6	Fornecer informações sobre qualquer problema ou potencial problema ambiental ou de sustentabilidade relevante para a ação estratégica, incluindo em particular, aqueles relacionados às áreas de importância ambiental particular?	F	Fornecer informações sistematizadas sobre alguns problemas e oportunidades ambientais ou de sustentabilidade da escala geográfica e da escala de decisão da área de influência do empreendimento proposto como conteúdo da ação estratégica (projeto portuário) (pág. 29 - quadro 8). PONTO FRACO: Não fornece informações sobre problemas ambientais ou de sustentabilidade que abrangem as escalas geográfica e de decisão relevantes para a ação estratégica, incluindo aqueles problemas relacionados às áreas de importância ambiental particular. Não sistematizou informação sobre os problemas ambientais ou de sustentabilidade relevantes para a área e para a decisão que envolve a ação estratégica.
7	Fornecer informações sobre os objetivos de proteção ambiental ou de sustentabilidade, estabelecidos em nível internacional, continental e nacional, relevantes para a ação estratégica e sobre a forma como estes objetivos e qualquer consideração ambiental ou de sustentabilidade foram levados em conta durante a preparação da ação estratégica?	G	

		Avaliação da Seção 1	E	<p>PONTO FRACO: Não descreveu questões contextuais que influenciam a tomada de decisão da ação estratégica e do processo de AAE. Não descreveu os principais objetivos da ação estratégica. Descreve como conteúdo da ação estratégica apenas um único projeto desvinculado de qualquer objetivo de ação estratégica. Não descreveu a relação com PPPs relevantes. Não descreveu como os processos de AAE e de formulação da ação estratégica foram integrados. Não forneceu informações sobre a baseline atual e futura relevantes para a ação estratégica. Forneceu informações sobre a baseline atual e futura apenas sobre os aspectos que serão diretamente afetados pelo projeto proposto como conteúdo da ação estratégica. Não forneceu informações sobre a possível evolução futura dos aspectos relevantes sem considerar a implementação da ação estratégica. Não forneceu informações sobre problemas ambientais ou de sustentabilidade que abrangem as escalas geográfica e de decisão relevantes para a ação estratégica, incluindo aqueles problemas relacionados às áreas de importância ambiental particular. Não sistematizou nenhuma informação sobre os problemas ambientais ou de sustentabilidade relevantes para a ação estratégica. Não forneceu informações sobre os objetivos de proteção ambiental ou de sustentabilidade, estabelecidos em nível internacional, continental e nacional relevantes para a ação estratégica e sobre a forma como estes objetivos e qualquer consideração ambiental ou de sustentabilidade foram levados em conta durante a preparação da ação estratégica.</p>
SEÇÃO 2: Identificação e avaliação das principais questões e opções	8	Descreve como as alternativas "razoáveis" foram desenvolvidas e identificadas, considerando os objetivos e o escopo geográfico da ação estratégica?	G	
	9	Lista as questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação?	A	Lista os fatores críticos de decisão, processos estratégicos e os indicadores considerados na avaliação (pág. 30 - quadro 10). Lista as fragilidades, as potencialidades, as oportunidades e as ameaças consideradas para a formulação dos fatores críticos de decisão (pág. 29 - quadro 8).
	10	Descreve como as questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação foram identificadas?	D	Descreve que as questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação foram desenvolvidas por meio: da identificação de fatores indutores de alteração ou de desenvolvimento (problemas e prioridades contextuais); da identificação de fatores críticos ambientais (problemas ambientais); da consulta com <i>stakeholders</i> relevantes; e da identificação de processos e tendências relevantes (problemas) para a área de influência direta do empreendimento portuário (pág. 13 - seção: Diagnóstico Estratégico). PONTO FRACO: Não descreve como as questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação foram identificadas por meio: das relações com PPPs relevantes para a ação estratégica; e dos objetivos de proteção ambiental e de sustentabilidade estabelecidos em diferentes níveis relevantes para a ação estratégica.

11	Fornecer informações de possíveis efeitos significantes de diferentes opções sobre: a) biodiversidade; b) população; c) saúde humana; d) fauna; e) flora; f) solo; g) água; h) ar; i) fatores climáticos; j) bens materiais; k) patrimônio cultural, incluindo arquitetura e arqueologia; l) paisagem; m) a interrelação entre todos fatores anteriores.	E	Fornecer informações de possíveis efeitos significantes da construção e operação do mesmo projeto portuário (compreendendo o mesmo conteúdo descrito como objeto da ação estratégica) por duas vezes como se fossem duas opções diferentes (cenário de desenvolvimento e cenário de sustentabilidade) e de dois cenários sem a construção do projeto portuário (pág. 81 - quadro 19) sobre quase todos os fatores listados. PONTO FRACO: Fornece informações de possíveis efeitos significantes apenas da construção e operação de um projeto portuário que compõe a única opção desenvolvida como ação estratégica de desenvolvimento. Não fornece informações sobre os possíveis efeitos significantes de diferentes opções. Não fornece informações de possíveis efeitos significantes sobre j) bens materiais, k) patrimônio cultural e m) a interrelação entre todos fatores anteriores. Fornece informações de alguns aspectos citados de maneira agrupada.
12	Apresenta um resumo das justificativas para a seleção das alternativas consideradas e uma descrição de como a avaliação que embasa estas justificativas foi realizada?	G	
13	Estabelece questões relevantes para que sejam avaliadas de maneira mais adequada em outros níveis ou layers de tomada de decisão, procurando evitar a duplicação?	G	
14	Mostra como o conhecimento do estado da arte e os métodos de avaliação foram utilizados para a avaliação da ação estratégica?	C	Mostra como suposições foram utilizadas para a previsão de efeitos da implementação do empreendimento proposto como conteúdo da ação estratégica (pág. 39 - quadro 13). Mostra como a análise da <i>baseline</i> (cenário "sem a ação estratégica") foi utilizada para a previsão dos efeitos dos cenários de referência (que também descreviam opções "sem a ação estratégica") e da implementação do empreendimento proposto como conteúdo da ação estratégica (pág. 41 - quadro 14). Mostra como a análise de impactos cumulativos e sinérgicos foi utilizada para a avaliação dos efeitos da implementação do empreendimento proposto (pág. 64 - quadro 15). Mostra como os fatores críticos (objetivos da AAE) e a análise de efeitos significantes (pág. 73 - quadros 16 e 17) foram utilizados para a avaliação dos dois cenários "sem a ação estratégica", da opção de implementação do empreendimento sem medidas mitigadoras e compensatórias (Cenário de Desenvolvimento) e da opção de implementação do empreendimento com medidas mitigadoras e compensatórias (Cenário de Sustentabilidade) (pág. 77 - quadros 18 e 19). Mostra a escala geográfica (área diretamente afetada pela implementação do empreendimento proposto como conteúdo da ação estratégica) e temporal (pág. 35 - até 2025) utilizada para a identificação de efeitos. PONTO FRACO: Não mostra como foram avaliados os objetivos da ação estratégica. Não mostra como a análise de efeitos cumulativos e sinérgicos foi utilizada para a avaliação de opções

			alternativas estratégicas. Não mostra como a análise de efeitos transfronteiriços foi utilizada para a avaliação da ação estratégica.
	Avaliação da Seção 2	F	PONTO FRACO: Não realiza nenhuma tarefa para a descrição sobre como as alternativas "razoáveis" foram desenvolvidas e identificadas, considerando os objetivos e o escopo geográfico da ação estratégica. Não descreve adequadamente como as questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação foram identificadas. Não fornece informações sobre os possíveis efeitos significantes de diferentes opções, fornece informações apenas dos possíveis efeitos significantes de uma única opção alternativa de construção e operação de um projeto portuário. Não realizou nenhuma tarefa para a apresentação de um resumo das justificativas para a seleção das alternativas consideradas e de uma descrição de como a avaliação que embasa estas justificativas foi realizada. Não realiza nenhuma tarefa para o estabelecimento de questões relevantes para que sejam avaliadas de maneira mais adequada em outros níveis de tomada de decisão, procurando evitar a duplicação. Não mostra como a análise de efeitos cumulativos e sinérgicos foi utilizada para a avaliação de opções alternativas estratégicas. Não mostra como a análise de efeitos transfronteiriços foi utilizada para a avaliação da ação estratégica.
SEÇÃO 3: Determinação de significância do impacto	15 Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação do grau no qual a ação estratégica estabelece uma estrutura para projetos/outras atividades, seja em termos de localização, tamanho, natureza e condições de operação ou pela alocação de recursos?	G	

16	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação do valor e da vulnerabilidade da área provavelmente afetada em consequência das características naturais especiais ou da herança cultural, dos padrões de qualidade ambientais ou de sustentabilidade excedidos, dos limites de valores ou do uso intensivo do solo excedidos?	G	
17	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação dos efeitos das várias opções sobre áreas ou paisagens que possuem status de proteção reconhecidos nacional, continental ou internacionalmente?	G	
18	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da probabilidade, duração (curto, médio e longo prazo, permanente e temporário), frequência e reversibilidade dos efeitos, tanto positivos quanto negativos, das várias opções?	G	
19	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da magnitude e extensão espacial dos efeitos (área geográfica e tamanho da população afetada) das várias opções?	G	
20	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da natureza secundária, cumulativa e sinérgica dos efeitos das várias opções?	G	

	21	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da natureza transfronteiriça dos efeitos das várias opções?	G	
	22	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação dos riscos para a saúde humana e para as questões ambientais ou de sustentabilidade?	G	
	Avaliação da Seção 3		G	Nenhuma tarefa realizada.
SEÇÃO 4: Processo de consulta	23	Descreve como e quando as autoridades foram consultadas e como o escopo e o nível de detalhe das informações da avaliação foram identificados?	F	Apresenta o acompanhamento de autoridades após a definição do Quadro de Referência Estratégica (figura na pág. 4 - Aspectos metodológicos). Descreve que o escopo técnico das informações da avaliação foi identificado por meio dos problemas e oportunidades ambientais resultantes de processos de desenvolvimento regional e da construção e operação do empreendimento proposto como conteúdo da ação estratégica (pág. 13 - Diagnóstico estratégico). PONTO FRACO: Não descreve quando as autoridades foram consultadas sobre o escopo e o relatório final de AAE. Não descreve como as autoridades foram consultadas. Não descreve como o escopo temporal e espacial e o nível de detalhe das informações da avaliação foram identificados.
	24	Descreve como a ação estratégica preliminar e o relatório ambiental foram disponibilizados para as autoridades e para o público (possíveis afetados e interessados) e como foram permitidos a expressar suas opiniões dentro de um período apropriado?	G	
	25	Confirma que os resultados das respostas de consulta sobre a ação estratégica e a AAE serão considerados pela tomada de decisão?	G	

		Avaliação da Seção 4	F	PONTO FRACO: Não descreve quando as autoridades foram consultadas sobre o escopo e o relatório final de AAE. Não descreve como as autoridades foram consultadas. Não descreve como o escopo temporal e espacial e o nível de detalhe das informações da avaliação foram identificados. Não realiza nenhuma tarefa que descreva como a ação estratégica preliminar e o relatório ambiental foram disponibilizados para as autoridades e para o público (possíveis afetados e interessados) e como foram permitidos a expressar suas opiniões dentro de um período apropriado. Não realiza nenhuma tarefa que confirme que os resultados das respostas de consulta sobre a ação estratégica e a AAE serão considerados pela tomada de decisão.
SEÇÃO 5: Apresentação das informações e dos resultados:	26	Inclui uma seção de AAE ou um relatório de AAE separado, claramente distinguível, preparado de acordo com os requerimentos da diretiva de AAE?	D	Inclui um relatório de AAE separado, claramente distinguível. PONTO FRACO: O documento avaliado não é preparado de acordo com os requerimentos da diretiva de AAE da comissão europeia.
	27	Fornecer uma visão geral das dificuldades encontradas na compilação e na análise das informações que serão utilizadas para a avaliação ambiental e um resumo das incertezas resultantes destas dificuldades (como deficiências técnicas de falta de <i>know how</i> técnico)?	G	
	28	Uma vez que a decisão tenha sido tomada, o relatório é acompanhado por uma declaração resumindo como as considerações ambientais ou de sustentabilidade foram integradas dentro da ação estratégica, como o relatório de AAE e os resultados de consulta foram considerados, e as justificativas para a escolha da ação estratégica adotada a luz das outras opções alternativas consideradas razoáveis?	G	

		Avaliação da Seção 5	F	PONTOS FRACOS: O documento avaliado não é preparado de acordo com os requerimentos da diretiva de AAE da comissão europeia. Não realizou nenhuma tarefa que fornecesse uma visão geral das dificuldades encontradas na compilação e na análise das informações que serão utilizadas para a avaliação ambiental e um resumo das incertezas resultantes destas dificuldades. Não realizou nenhuma tarefa quanto ao provimento de uma declaração resumindo como as considerações ambientais ou de sustentabilidade foram integradas dentro da ação estratégica, como o relatório de AAE e os resultados de consulta foram considerados, e as justificativas para a escolha da ação estratégica adotada a luz das outras opções alternativas consideradas razoáveis.
SEÇÃO 6: Recomendações sobre o monitoramento	29	Fornecer informação sobre as medidas previstas para evitar, reduzir e compensar, tanto quanto possível, qualquer efeito adverso significativo sobre as questões ambientais ou de sustentabilidade da implementação da ação estratégica?	F	Fornecer informação sobre algumas recomendações e medidas para a melhoria ambiental vinculadas ao alcance de alguns objetivos de sustentabilidade propostos para a formulação de um dos cenários avaliados (pág. 74 e anexo 2). PONTO FRACO: Não fornece informações sobre as medidas previstas para evitar, reduzir e compensar qualquer efeito adverso significativo da implementação da ação estratégica, abordando impactos diretos, indiretos, cumulativos e sinérgicos.
	30	Descreve os efeitos ambientais significantes da implementação da ação estratégica que devem ser monitorados e identifica as medidas de monitoramento para que, entre outras funções, identifiquem previamente os efeitos adversos imprevistos?	G	
	31	Explica como o monitoramento é feito, de modo que esteja apto a realizar as medidas corretivas apropriadas? Neste contexto, as explicações sobre "o quê", "como" e "quem" do processo de monitoramento devem ser especificadas.	G	
	32	Explica como os arranjos de monitoramento existentes podem ser utilizados, se apropriado, de uma maneira para evitar a duplicação?	G	

	Avaliação da Seção 6	G	<p>PONTO FRACO: Não realizou nenhuma tarefa que fornecesse informação sobre as medidas previstas para evitar, reduzir e compensar, tanto quanto possível, qualquer efeito adverso significativo sobre as questões ambientais ou de sustentabilidade da implementação da ação estratégica. Não realizou nenhuma tarefa que descrevesse os efeitos ambientais significantes da implementação da ação estratégica que devem ser monitorados e identifica as medidas de monitoramento para que, entre outras funções, identifiquem previamente os efeitos adversos imprevistos. Não realizou nenhuma tarefa que explicasse como o monitoramento é feito, de modo que esteja apto a realizar as medidas corretivas apropriadas. Não realizou nenhuma tarefa que explicasse como os arranjos de monitoramento existentes podem ser utilizados, se apropriado, de uma maneira para evitar a duplicação.</p>
	AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO COMO UM TODO:	F	<p>PONTO FRACO: Seção 1 - Não descreveu questões contextuais que influenciam a tomada de decisão da ação estratégica e do processo de AAE. Não descreveu os principais objetivos da ação estratégica. Descreve como conteúdo da ação estratégica apenas um único projeto desvinculado de qualquer objetivo de ação estratégica. Não descreveu a relação com PPPs relevantes. Apresentou inadequações significantes quanto: a descrição da baseline ambiental atual e futura; o fornecimento de informações quanto aos problemas ambientais ou de sustentabilidade relevantes para a ação estratégica; e o fornecimento de informações quanto aos objetivos de proteção ambiental ou de sustentabilidade relevantes para a ação estratégica. Seção 2 - Não realiza nenhuma tarefa para a descrição sobre como as alternativas "razoáveis" foram desenvolvidas e identificadas. Fornece informações de possíveis efeitos significantes apenas da construção e operação de um projeto portuário que compõe a única opção desenvolvida como ação estratégica de desenvolvimento. Não fornece informações sobre os possíveis efeitos significantes de diferentes opções. Não realiza nenhuma tarefa para a apresentação de um resumo das justificativas para a seleção das alternativas consideradas e de uma descrição de como a avaliação que embasa estas justificativas foi realizada. Não mostra como a análise de efeitos cumulativos e sinérgicos foi utilizada para a avaliação de opções alternativas estratégicas. Não mostra como a análise de efeitos transfronteiriços foi utilizada para a avaliação da ação estratégica. Seção 3 - Não realizou nenhuma tarefa que explicasse como a significância de impacto foi determinada. Seção 4 - Não descreve como e quando as autoridades foram consultadas. Não descreve como o escopo temporal e espacial e o nível de detalhe das informações da avaliação foram identificados. Seção 5 - Não realizou nenhuma tarefa que fornecesse uma visão geral das dificuldades encontradas na compilação e na análise das informações que serão utilizadas para a avaliação ambiental e um resumo das incertezas resultantes destas dificuldades. Não realizou nenhuma tarefa quanto ao provimento de uma declaração resumindo como as considerações ambientais ou de sustentabilidade foram integradas dentro da ação estratégica, como o relatório de AAE e os resultados de consulta foram considerados, e as justificativas para a escolha da ação estratégica adotada a luz das outras opções alternativas consideradas razoáveis. Seção 6 - Não realizou nenhuma tarefa quanto ao fornecimento de informações para o monitoramento.</p>

10. Revisão da qualidade de AAE

Neste capítulo estão analisados e discutidos os resultados encontrados para a qualidade dos relatórios dos casos de “boas práticas” (Reino Unido) e dos casos brasileiros. Sua construção compõe sete subcapítulos, sendo que seis destes subcapítulos compreendem cada uma das seções de análise e a discussão decorrente especificamente de cada uma das questões que compõem as seções. O subcapítulo final (10.7) é composto por uma discussão geral a respeito de cada uma das seções e do relatório como um todo.

10.1. SEÇÃO 1: Descrição da ação estratégica, da "baseline" e da integração do processo de AAE à ação estratégica

10.1.1. Questão 1

Questão		Reino Unido					Brasil			
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	Descreve o contexto, o conteúdo e os principais objetivos da ação estratégica?	E	E	E	E	D	E	F	F	E

Os resultados encontrados demonstram que todos os relatórios analisados foram considerados insatisfatórios para a questão 1. Sendo que a maioria dos casos do Reino Unido (com exceção do relatório 5) revelaram omissões ou inadequações significantes (nota E) e a maioria dos casos brasileiros realizaram tarefas importantes de maneira muito pobre (nota F).

As notas obtidas pelo presente trabalho não refletem as notas encontradas por Fischer (2012), que durante a análise de 7 relatórios de AAE de Planos de Transporte Local 3 da Inglaterra, com a mesma estrutura de revisão, obteve como nota média para a questão 1 dos relatórios analisados a nota B (satisfatório e completo com apenas algumas omissões ou inadequações).

No mesmo estudo, Fischer (2012) também analisou outros 34 relatórios de AAE realizados para dois tipos diferentes de ações estratégicas inglesas (Core

Strategies do planejamento espacial inglês e estratégias de gestão de resíduos sólidos) que também apresentaram notas médias “satisfatórias” (entre A e B), diferentes das notas obtidas na análise do presente trabalho.

Embora os relatórios analisados por Fischer (2012) revelem uma ótima qualidade para a prática investigada pela questão 1, seu trabalho não fornece nenhuma pista sobre motivos que possam auxiliar a responder pelas notas médias “satisfatórias” encontradas em seu trabalho ou pela grande diferença encontrada entre as notas obtidas pela análise do presente trabalho.

10.1.1.1. Critério sobre a descrição do contexto da ação estratégica

Uma explicação plausível para a diferença observada pode estar relacionada aos critérios considerados durante as análises realizadas para a “descrição do contexto” pelos dois trabalhos (Fischer (2012) e o presente trabalho). Pois, embora nenhum dos relatórios brasileiros e dos relatórios do Reino Unido tenham cumprido satisfatoriamente a questão 1, o único critério responsável pelas notas “insatisfatórias” dos relatórios do Reino Unido foi a descrição de um contexto “mais amplo” que influencia as tomadas de decisões da ação estratégica e do processo de AAE.

Esta explicação pode ser embasada sobre a cronicidade do desenvolvimento da teoria e da prática de AAE recentes. A investigação sobre a “descrição do contexto” na estrutura de revisão desenvolvida por Fischer não aparece nas estruturas de revisão apresentadas por Fischer (2007) e (2010) e surge apenas na questão 1 da estrutura de revisão apresentada por Fischer (2012).

Assim, como os conceitos utilizados para a investigação do contexto pelo presente trabalho foram provenientes, principalmente, do trabalho de Bina et al (2011) e do guia de AAE da Partidário (2012), que datam aproximadamente da mesma época da publicação de Fischer (2012), é possível que estes conceitos tenham sido investigados de maneira diferente pelo trabalho de Fischer (2012) e pelo presente trabalho.

Outros resultados importantes encontrados durante a análise da “descrição do contexto” dizem respeito às práticas apresentadas pelos relatórios 5 (*Nottinghamshire Local Transport Plan 3*) e 9 (Programa Intermodal e Logístico Porto

Sul), que apesar de terem obtido notas insatisfatórias para a questão 1 foram os únicos relatórios que atenderam parcialmente o cumprimento deste critério.

O atendimento parcial deste critério pelo relatório 5 (*Nottinghamshire Local Transpor Plan 3*) foi constatado a partir da descrição de "questões e desafios mais amplos" do Condado de Nottinghamshire para serem considerados durante o desenvolvimento da forma como a ação estratégica seria implementada (URS/SCOTT WILSON, 2011 págs. 28 e 29).

A descrição do contexto apresentada pelo relatório 5 enfoca apenas sobre questões que desafiam diretamente o transporte, porém, a raiz das causas dos problemas de transporte de Buckinghamshire também são compostas por fatores contextuais que influenciam as questões apresentadas pelo relatório 5 e que são utilizados para identificar os principais problemas e prioridades de desenvolvimento na área onde se pretende implementar a ação estratégica.

Desta forma, apesar das questões abordadas pelo relatório 5 incluírem importantes fatores contextuais para a promoção do desenvolvimento do transporte na escala de decisão e geográfica do problema de decisão, estas questões não eram focadas sobre o entendimento do contexto "mais amplo" referente aos fatores promotores e inibidores que governam a alteração do uso do solo e o desenvolvimento na área da ação estratégica e que, conseqüentemente, influenciam as tomadas de decisões sobre essa escala de decisão e geográfica.

O atendimento parcial deste critério pelo relatório 9 (Programa Intermodal e Logístico Porto Sul) foi constatado a partir da descrição de fatores promotores e inibidores de alteração ("*drivers of change*") apenas da área de influência direta do empreendimento (LIMA, 2011 págs. 13 a 23). O fato de terem sido abordados apenas para a escala geográfica e de decisão da área de influência direta do empreendimento Complexo Portuário Porto Sul (região de Ilhéus) excluiu todos os fatores promotores ou inibidores de alteração que efetivamente influenciam o desenvolvimento nas escalas de decisão (governo do estado da Bahia) e geográfica (estado da Bahia) do problema de decisão da ação estratégica (Interligar o Brasil Central (a partir da Ferrovia Oeste-Leste), as áreas produtoras de grãos do oeste baiano e as reservas ferríferas do sudoeste baiano a uma estrutura portuária com capacidade para escoamento de grandes volumes de produção para os mercados internacionais).

10.1.1.2. *Critério sobre a descrição do conteúdo e dos principais objetivos da ação estratégica*

Os resultados encontrados durante a análise do critério “descrição do conteúdo e dos principais objetivos da ação estratégica” revelaram uma grande diferença entre a prática de AAE do Reino Unido e do Brasil. As diferenças ficaram evidentes ao ser observado que apenas os relatórios de AAE do Reino Unido atenderam o cumprimento completo deste critério.

Enquanto todos os objetivos de ações estratégicas descritos pelos relatórios de AAE do Reino Unido almejavam o alcance de um estado futuro, no Brasil apenas o relatório 9 (Programa Intermodal e Logístico Porto Sul) descreveu objetivos claros de uma ação estratégica que almejavam o alcance de um estado futuro para a região abordada pela AAE. Segundo Andrade (2012), os objetivos de uma ação estratégica devem almejar o alcance de uma situação futura desejada, que foi proposta por uma visão estratégica.

A descrição dos objetivos das ações estratégicas, pelos relatórios de AAE do Reino Unido, apresentou um padrão procedimental, onde a descrição de todos os relatórios explicou claramente como diferentes questões foram consideradas para a formulação de aspirações e objetivos definidos pelas ações estratégicas. As formulações dos objetivos, descritos pelos relatórios de AAE do Reino Unido, incluíram o atendimento de diferentes questões como, por exemplo:

- Prioridades existentes quanto ao transporte nacional, regional e local, incluindo as prioridades definidas pelo guia do governo para a formulação de Planos de Transporte Locais (relatório 1);
- Prioridades locais para o atendimento das demandas de crescimento futuro dentro da área da ação estratégica (relatório 1);
- Problemas de transporte da área da ação estratégica identificados pela consulta de *stakeholders* (relatório 2);
- Prioridades quanto ao objetivo ambiental nacional e as principais questões ambientais e de transporte identificadas pela consulta dos *stakeholders* para serem abordadas pela ação estratégica (relatório 2);
- Os objetivos ambientais, sociais e econômicos do governo do país de Gales (relatório 3);

- Os objetivos de transporte nacional do governo Escocês e os objetivos de transporte regional (relatório 4);
- Prioridades definidas pela Estratégia de Comunidade Sustentável do condado de Nottinghamshire, pelas diferentes Estratégias do Concelho do Condado e pelas diferentes Estratégias de Desenvolvimento Local ("Core Strategies" de cada um dos municípios e distritos que formam o condado de Nottinghamshire) (relatório 5);
- Prioridades definidas por consulta de *stakeholders* quanto aos problemas da área da ação estratégica (relatório 5);
- Os objetivos nacionais (fortemente embasados nos desafios nacionais do governo) (relatório 6).

A prática de descrição dos principais objetivos das ações estratégicas pelos relatórios de AAE brasileiros não apresentou a mesma consistência e mesmo quando foram descritos alguns objetivos (o relatório 8 não descreveu nenhum) foi difícil entender a sua possível relação com o alcance de um estado futuro (caso do relatório 7) e entender a sua ligação com o conteúdo e com o problema de decisão tratado pela AAE (caso do relatório 9).

O relatório 7 (Programa Rodoanel Mario Covas) apontou ações e iniciativas com justificativas como se fossem os objetivos principais da ação estratégica da seguinte forma:

[...] ordenar o tráfego de transposição da RMSP, separando-os dos fluxos internos e aliviando o sobrecarregado sistema viário metropolitano; hierarquizar e estruturar o transporte de passageiros e cargas na RMSP, servindo de alternativa para os fluxos de longa distância entre as sub-regiões da metrópole; articulado com o Ferroanel e com Centros Logísticos Integrados (CLI), permitir a integração intermodal do transporte de cargas (ST/DERSA, 2004 pág. 2, cap. 1).

A AAE do relatório 9 (Programa Intermodal e Logístico Porto Sul), durante a época de sua elaboração (que foi posterior as decisões tomadas sobre o conteúdo para a implementação da ação estratégica), preencheu os objetivos que não haviam sido formulados pela ação estratégica a partir do desenvolvimento adequado de objetivos estratégicos de desenvolvimento, que almejavam o alcance de um estado futuro, para a região afetada diretamente (região de Ilhéus) pela implementação do empreendimento previsto e definido anteriormente a realização da AAE, o Complexo Portuário Porto Sul.

O desenvolvimento de objetivos para a ação estratégica em um momento posterior a importantes decisões tomadas sobre o tipo de desenvolvimento, a escala de produção, o tamanho da planta e a localização do empreendimento conteúdo da ação estratégica (Complexo Portuário Porto Sul) proporcionou uma desconexão completa entre o problema de decisão abordado como intenção original da ação estratégica (em conjunto com os atores afetados e as partes interessadas pelas decisões tomadas) e a escala de decisão e geográfica abordada pelos “novos objetivos da ação estratégica” (desenvolvidos pela AAE), que incluiu apenas os atores afetados e as partes interessadas que estão relacionados às escalas de decisão e geográfica diretamente afetada pelos impactos da implementação do projeto Complexo Portuário Porto Sul.

Desta maneira, foi excluído todo e qualquer ator afetado e interessado que não era da região de Ilhéus (região definida para a implementação do empreendimento) e que pertencia à escala de decisão e geográfica vinculada a intenção original (que era ligada ao estado da Bahia) de interligação do Brasil Central (a partir da Ferrovia Oeste-Leste), das áreas produtoras de grãos do oeste baiano e das reservas ferríferas do sudoeste baiano a uma estrutura portuária com capacidade para o escoamento de grandes volumes de produção para os mercados internacionais.

Outro ponto negativo refletido a partir desta situação foi o estrangulamento das opções alternativas estratégicas de desenvolvimento voltadas para a região de Ilhéus (escala de decisão e geográfica dos “novos objetivos propostos para a ação estratégica” pelo relatório de AAE), e que poderiam ter sido propostas pela AAE, mas foram limitadas ao desenvolvimento de apenas uma única opção alternativa que efetivamente propôs ações e iniciativas que ainda não tinham sido decididas e definidas como conteúdo da ação estratégica, que foi a instalação do empreendimento Complexo Portuário Porto Sul acrescido de ações, iniciativas e medidas (não definidas até então) para a mitigação dos impactos da sua instalação na região (Cenário de Sustentabilidade).

Uma questão observada na análise da questão 1 e que destacou uma grande diferença entre as práticas de AAE do Brasil e do Reino Unido diz respeito ao critério sobre a “descrição do conteúdo das ações estratégicas”. Enquanto a prática de AAE do Reino Unido descreveu como conteúdo das ações estratégicas inúmeras ações, iniciativas políticas, iniciativas estratégicas, empreendimentos e

projetos para o alcance dos objetivos da ação estratégica, os relatórios de AAE brasileiros apresentaram como conteúdo, apenas, ou uma “ação estratégica” composta por um projeto único (relatórios 7 e 9) ou uma “ação estratégica” composta por dois projetos desvinculados do alcance de qualquer objetivo explícito. (relatório 8).

Todos os relatórios de AAE do Reino Unido apresentaram como padrão procedimental da prática a descrição de todas as questões consideradas para a definição do conteúdo da ação estratégica, além de descrever a forma como estas questões foram consideradas para a definição deste conteúdo. Como regra geral dos relatórios de AAE do Reino Unido, o conteúdo das ações estratégicas eram definidos para alcançar os objetivos da ação estratégica que foram definidos com base nos objetivos, temas, prioridades, demandas e desafios relacionados a área da ação estratégica.

O relatório 3 (*Wales Transport Strategy*), por exemplo, descreveu como conteúdo diversas iniciativas estratégicas e ações formuladas para, individualmente ou em combinação, alcançar os objetivos da ação estratégica e abordar os problemas e tendências atuais e previstas para a área da ação estratégica. Como orientação para a formulação da ação estratégica foi considerada a visão política sobre a agenda estratégica (endossada pelos documentos "*Transport Wales into the Future*" e "*Transport Framework for Wales*"), objetivando influenciar positivamente os desafios e tendências de transporte da área da ação estratégica.

Os relatórios de AAE para as ações estratégicas de transporte local (relatórios 1, 2, 4, 5 e 6) também descreveram como conteúdo ações, iniciativas estratégicas e iniciativas políticas ou conjuntos de todas estas para alcançar os objetivos das ações estratégicas. Como orientação para a formulação das ações estratégicas todos os relatórios descreveram que foram utilizadas as questões consideradas para a definição dos objetivos da ação estratégica.

O relatório 2 (*Aberdeenshire Local Transport Strategy*) também descreveu como orientação para a formulação do conteúdo da ação estratégica a utilização do Guia para *Appraisal* do Transporte (TAG 2.11), o qual descreve que os conjuntos de iniciativas (opções alternativas) podem ser diferentes formas de alcançar o objetivo da ação estratégica, de alcançar as aspirações da comunidade local, de lidar com problemas ambientais e lidar com problemas de transporte.

Nos casos do Brasil, nenhum relatório descreveu a forma como o conteúdo da ação estratégica foi definido e nem nenhuma questão utilizada durante a formulação do conteúdo da ação estratégica, demonstrando que primeiro surgiram os projetos e depois foram procurados problemas e razões que fossem compatíveis.

Os relatórios 7 (Programa Rodoanel Mario Covas) e 9 (Programa Intermodal e Logístico Porto Sul) descreveram como conteúdo da ação estratégica partes que são componentes fundamentais ao funcionamento de um único empreendimento da mesma maneira como se fossem diferentes iniciativas, medidas, ações ou projetos que poderiam ser selecionados de maneira independente e aleatória para o alcance dos objetivos de uma ação estratégica.

O relatório 8 (Dimensão Portuária, Industrial, Naval e Offshore do Litoral Paulista), apesar de também ter descrito partes componentes de projetos como se fossem ações independentes que compõem uma ação estratégica, apresentou dois projetos independentes entre si, um empreendimento para a exploração e a produção de petróleo pré-sal e outro empreendimento para a construção de porto marítimo de grande dimensão.

A diferença clara observada entre o conteúdo e os principais objetivos descritos pelos relatórios brasileiros, em comparação aos relatórios do Reino Unido, sugere dois pontos de vista equivocados sobre questões que influenciam diretamente a prática brasileira de AAE. O primeiro diz respeito à indicação de uma falta de entendimento do que é uma ação estratégica e do que é um projeto. O segundo ponto de vista diz respeito a indicação de uma falta de entendimento de qual é o objeto de uma AAE.

Uma explicação que auxilia a esclarecer o primeiro ponto de vista pode ser revelada a partir da definição de Therivel (2010) de que toda ação estratégica é composta, ao menos, por um ou mais objetivos que são somados a declarações mais detalhadas sobre como estes objetivos serão implementados.

A partir desta definição pode ser evidenciado que nem mesmo a única ação estratégica que apresentou objetivos que almejavam o alcance de um estado futuro (Programa Intermodal e Logístico Porto Sul) poderia ser definida como uma “legítima” ação estratégica já que o seu conteúdo não representou declarações mais detalhadas sobre como estes objetivos seriam implementados.

Therivel (2010) ainda acrescenta que a definição de qual solução alternativa deve ser levada a diante realizada anteriormente à definição de quais objetivos

envolveriam essa alternativa representa uma completa inversão de valores. A autora frisa que, idealmente, somente após terem sido decididos os objetivos da ação estratégica devem ser propostos os caminhos alternativos para o alcance destes objetivos.

O termo “ação estratégica” estabelecido por Therivel (2010) abrange a definição proposta por Wood e Djeddour (1991 apud THERIVEL, 2010) de que uma política é geralmente definida como uma inspiração e orientação para ação (como, por exemplo, fornecer eletricidade para atender as demandas da nação), um plano é definido como um conjunto de objetivos coordenados e sincronizados para a implementação da política (como, por exemplo, construir X megawatts de capacidade para a geração de eletricidade até determinado ano Y) e um programa é definido como um conjunto de projetos em uma área particular (como, por exemplo, construir 4 novas usinas de energia com turbina a gás combinado na região W até determinado ano Z”).

O exemplo de nível menos estratégico (programa), dentro da cadeia apresentada pela definição de Wood e Djeddour, demonstra que mesmo neste nível “menos estratégico” ainda existem oportunidades para a definição da escala temporal de implementação da ação estratégica e do tamanho da planta, da escala de produção, e da localização (dentro da região W) de cada um dos empreendimentos propostos. O oferecimento de oportunidade apenas para a discussão de medidas de mitigação evidencia claramente que nenhum dos casos brasileiros se enquadra nesta definição.

Para Partidário (2012), a distinção entre os objetos de uma AAE e de uma AIA ser definida apenas como a AAE se aplica a PPPs e a AIA se aplica a projetos não é mais suficiente. Segundo a autora a diferença em relação aos objetos destes dois instrumentos só pode ser estabelecida pelas suas propostas, enquanto a AIA foca sobre os efeitos do desenvolvimento sobre o meio ambiente, a AAE foca sobre a avaliação dos efeitos do meio ambiente sobre o desenvolvimento, de uma forma que o ambiente auxilie a definir estrategicamente as condições para o desenvolvimento.

Segundo Partidário (2012), o objeto de uma AAE, usualmente, refere-se aos objetivos e as principais opções estratégicas consideradas em um processo de decisão e é fortemente relacionado às razões que justificam a necessidade por uma

decisão e à questão que os tomadores de decisões precisam resolver para tomar esta decisão.

Desta forma se tomarmos como base esta definição dos objetos de AAE, ao descrevermos as razões que justificam a necessidade, por exemplo, da decisão abordada pelo relatório 9 (Programa Intermodal e Logístico Porto Sul) de “interligar o Brasil Central, as áreas produtoras de grãos do oeste baiano e as reservas ferríferas do sudoeste baiano para o escoamento de grandes volumes de produção para os mercados internacionais” é possível indicar que a opção única de construção de um complexo portuário com projeto executivo pronto e local definido não se refere aos objetivos e às principais opções estratégicas fortemente relacionadas às razões descritas.

10.1.2. Questão 2

Questão		Reino Unido						Brasil		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
2	Descreve a relação com outras PPPs relevantes?	A	A	A	A	A	A	G	G	G

Os resultados encontrados demonstram que todos os relatórios do Reino Unido refletem notas satisfatórias assim como as notas médias encontradas nos trabalhos de Fischer (2010 e 2012): A (sem omissões importantes) para as Estratégias Centrais (*Core Strategies*) do planejamento espacial inglês; B (com apenas algumas omissões ou inadequações) para as Estratégias de Gestão de Resíduos Sólidos dos municípios ingleses; e C (apenas satisfatório) para os Planos de Transporte Locais.

Os resultados do Reino Unido resultaram do atendimento dos critérios avaliados a partir do seguinte padrão para a prática dos procedimentos de AAE ingleses:

- Apresentação de uma lista de leis, estratégias, guias, normas e notas de planejamento e PPPs relevantes para a ação estratégica;
- Descrição dos requerimentos e objetivos relevantes dos documentos relevantes para a ação estratégica;
- Descrição das implicações resultantes dos requerimentos e objetivos relevantes para a ação estratégica e para a AAE;

- Descrição da forma como estes requerimentos e objetivos relevantes foram considerados pela ação estratégica e, em alguns casos, pela AAE também.

Segundo Therivel (2010), ao descrever outras ações estratégicas relevantes, a AAE pode auxiliar a explicar qual é a competência da ação estratégica e, principalmente, o que a ação estratégica não pode fazer. A autora destaca que as informações de PPPs relevantes para a ação estratégica são importantes pelas seguintes razões:

- Outras ações estratégicas podem limitar o que a ação estratégica em questão pode alcançar e, inclusive, a sua sustentabilidade (como, por exemplo, regras da Organização Mundial do Comércio que não permitem com que os países discriminem produtos importados com base no processamento e nos métodos produtivos utilizados, criando uma desvantagem financeira para, e desencorajando, os produtores que objetivam alcançar padrões de qualidade mais alta);
- Outras ações estratégicas podem apoiar a ação estratégica em questão (como, por exemplo, políticas que requerem que autoridades locais adquiram apenas alimentos produzidos localmente para o abastecimento de creches, escolas e hospitais apoiariam políticas governamentais sobre a redução da necessidade de deslocamento e promoveria as produções de alimentos locais).

Therivel (2010) ainda afirma que a própria ação estratégica que está sendo formulada pode promover a sustentabilidade de outras ações estratégicas ou, contrariamente, a exclusão de opções sustentáveis para outras ações estratégicas como, por exemplo, uma política de produção agrícola que foca sobre a produção para o varejo em larga escala pressionaria o desenvolvimento de grandes supermercados ou centros fora da cidade, que contariam com a criação de grandes depósitos de distribuição altamente dependentes de sistemas eficientes de distribuição rodoviária, e ao mesmo tempo este tipo de desenvolvimento tornaria pequenos comércios locais economicamente inviáveis, levaria ao fechamento destes pequenos comércios e à necessidade das pessoas terem que se deslocar ainda mais para comprar seus alimentos e acabaria aumentando a pressão sobre a malha viária e a demanda para a construção de novas vias.

Apesar da importância da discussão de PPPs relevantes em um processo de AAE, os resultados encontrados para os relatórios de AAE brasileiros diferem completamente dos resultados satisfatórios apresentados pelos relatórios do Reino Unido avaliados por este trabalho e por Fischer (2010 e 2012). A explicação para a nota G (nenhuma tarefa realizada) obtida nesta questão resulta do fato de nenhum dos relatórios de AAE brasileiros terem descrito os principais objetivos e requerimentos de leis, guias de planejamento, ações estratégicas ou PPPs relevantes, e suas implicações, para as ações estratégicas avaliadas.

Uma possível explicação para o domínio sobre a prática consolidada apresentada pelos relatórios de AAE do Reino Unido pode ser sugerida a partir da revisão histórica do conceito de AAE remontada por Bina et al. (2011) que afirma que, desde o início da prática de AAE, a descrição de ações, processos e PPPs relevantes para a ação estratégica era focada pelos praticantes de AAE para influenciar os processos de formulação política e de planejamento, em reconhecimento da necessidade de um melhor entendimento sobre “como funcionava a formulação política”, em busca da adaptação e do alinhamento da AAE aos processos políticos existentes.

Outra explicação pode ser indicada se levarmos em conta que a aplicação de AAE no Reino Unido de maneira regulamentada é realizada há uma década (desde 2004) e que a aplicação de AAE no Brasil sempre foi realizada de maneira voluntária e pontual, sem regulamentações ou guias para a sua aplicação neste contexto. Desta forma, podemos sugerir que documentos como guias de AAE e leis que regulamentam os processos de AAE em determinado contexto podem apresentar certa influência sobre o cumprimento desta questão, que é obrigatória pela Diretiva Europeia de AAE.

No entanto, se levarmos em conta que o propósito da descrição de PPPs relevantes apontado por Bina et al. (2011), desde o início da prática de AAE (em uma época que antecede a Diretiva Europeia de AAE, por exemplo), e as funções deste procedimento (como apontado por Therivel, 2010), também podemos sugerir que os resultados observados pela prática de AAE brasileira resultam da falta de capacidade técnica, dos praticantes das AAEs analisadas, refletida através da falta de entendimento ou conhecimento da importância da discussão das implicações dos requerimentos e objetivos de outras PPPs relevantes para:

- Uma cadeia de ações e decisões influenciadas pela ação estratégica em desenvolvimento;
- Auxiliar a adaptar e alinhar o processo de AAE ao processo de formulação da ação estratégica;
- Auxiliar a influenciar o processo de formulação da ação estratégica.

10.1.3. Questão 3

Questão		Reino Unido						Brasil		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
3	Descreve como os processos de AAE e de formulação da ação estratégica foram integrados?	G	G	F	F	G	G	G	G	G

As notas médias entre B (com apenas algumas omissões ou inadequações) e C (apenas satisfatório) obtidas por Fischer (2012), ao analisar esta mesma questão para Estratégias Centrais (*Core Strategies*) de planejamento espacial, Estratégias de Gestão de Resíduos Sólidos e Planos de Transporte Locais ingleses, diferem completamente dos resultados obtidos na análise dos relatórios de AAE do Brasil e do Reino Unido pelo presente trabalho, em que a melhor nota obtida foi F (muito insatisfatório com tarefas importantes realizadas de maneira pobre).

Apesar dos resultados satisfatórios encontrados pelo trabalho de Fischer (2012), o autor inclui entre os problemas da prática de AAE inglesa atual o estabelecimento e a explicação da integração entre os processos de AAE e de formulação dos Planos de Transporte Locais (PTL).

A conclusão apresentada por Fischer (2012) reflete os resultados encontrados neste trabalho, durante a análise da questão 3, onde nenhum dos relatórios de AAE do Reino Unido ou do Brasil atendeu de maneira satisfatória o cumprimento do critério que analisou se foi descrita a forma como os processos de AAE e de formulação das ações estratégicas foram integrados nos momentos, descritos pelos próprios relatórios, para a integração dos dois processos.

Os únicos relatórios analisados neste trabalho que apresentaram alguma iniciativa prática em relação ao critério avaliado pela questão 3 foram os relatórios 3 (*Wales Transport Strategy*) e 4 (*Aberdeen City Local Transport Strategy*), que apresentaram tabelas que indicavam as datas e os períodos coincidentes entre os procedimentos dos dois processos, refletindo o momento em que os resultados das

etapas do processo de AAE estariam disponíveis para serem utilizados pelas etapas programadas para a formulação da ação estratégica.

Embora estas tenham sido as únicas iniciativas, não serviriam, por exemplo, para explicar satisfatoriamente a forma como um processo de AAE foi integrado ao processo de formulação da ação estratégica em quase nenhum dos momentos de integração definidos por Partidário (2012):

- Identificação dos Fatores Críticos de Decisão (definição do escopo);
- Na relação dos Fatores Críticos de Decisão com os principais problemas e desafios;
- No estabelecimento de ligações entre os processos de AAE e de formulação da ação estratégica;
- Na ligação entre as equipes para garantir que as contribuições sejam mutuamente disponíveis de uma maneira interativa, útil e sincronizada;
- No compartilhamento de técnicas e abordagens;
- Na identificação e na discussão de opções estratégicas;
- No alinhamento de procedimentos;
- Na integração de perspectivas, envolvendo *stakeholders* e organizações em um processo de participação de via-dupla, com *timing* adequado, modos e comunicação apropriada, compartilhando conhecimento e permitindo processos de aprendizagem.

Uma possível explicação para os resultados encontrados pode estar relacionada a dificuldade na identificação das etapas de um processo de planejamento racional, que é raramente encontrado na realidade (CHERP et al, 2007; THERIVEL, 2010). No caso específico dos relatórios brasileiros que não apresentavam previsões formais para a formulação das ações estratégicas, uma dificuldade ainda maior na identificação das etapas do processo de planejamento pode estar relacionada a questão indicada por Therivel (2010), de que o desenvolvimento de ações estratégicas se materializa frequentemente como um processo emergente e informal.

Embora exista grande dificuldade na identificação das etapas do processo de planejamento e, conseqüentemente, da sua integração ao processo de AAE, a realização destes dois processos em paralelo permite o *timing* correto dos estudos de AAE e da difusão de seus resultados, ao mesmo tempo em que atende as

necessidades de informação dos tomadores de decisões e o momento de ocorrência das decisões (RUNHAAR e DRIESSEN 2007).

A dificuldade na identificação das etapas do processo de planejamento também pode resultar da falta de entendimento e consciência da importância de integração entre os dois processos. Ao analisar processos de AAE para o setor de eletricidade, White e Noble (2013) identificaram que a falta de consciência por parte dos planejadores e tomadores de decisões em relação a importância do *timing* para a integração da AAE ao processo de formulação da ação estratégica compõe uma das principais barreiras para a realização do potencial da AAE para o planejamento.

White e Noble (2013) destacam a necessidade de mais orientação para que planejadores e tomadores de decisões sejam mais conscientes de quando e como aplicarem processos de AAE para que seu impacto e valor adicionado ao processo de desenvolvimento de ações estratégicas sejam maximizados ao máximo.

Nos casos brasileiros, a dificuldade na identificação das etapas do processo de planejamento também pode resultar do momento em que se decide aplicar a AAE, depois já terem sido esgotadas todos os momentos de decisão sobre o tipo de desenvolvimento, o porte, o escalonamento da produção e a localização. Segundo (VAN STIGT; DRIESSEN; SPIT, 2013), esses momentos são chamados de “janelas de decisões” e representam fases críticas do processo de tomada de decisão aonde (sub)decisões ainda estão em pauta na agenda.

A partir do esclarecimento da complexidade da integração e das dificuldades que podem ter influenciado a descrição da forma como os processos de AAE e de formulação da ação estratégica foram integrados é possível sugerir que esta explicação deve ir bem além de uma simples demonstração de momentos coincidentes entre os dois processos, mesmo que a proposta esperada com a aplicação da AAE seja apenas influenciar a tomada de decisão da ação estratégica que esta sendo desenvolvida.

10.1.4. Questão 4

Questão		Reino Unido						Brasil		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
4	Procurando evitar a duplicação de avaliação, o relatório descreve quais questões são abordadas em outras avaliações?	G	G	G	A	G	G	G	G	G

Os resultados encontrados demonstram que, com exceção do relatório 4 (*Aberdeen City Local Transport Strategy*), nenhum outro relatório realizou qualquer tarefa (nota G) para o atendimento do critério que analisou se foram descritos vínculos ou referências sobre questões abordadas em outras avaliações durante a descrição da ação estratégica ou da *baseline*, diferindo dos resultados encontrados por Fischer (2012).

Os resultados encontrados por Fischer (2012) apresentaram uma nota média entre C (apenas satisfatório) e D (apresenta partes bem realizadas, mas é considerado insatisfatório). O autor destaca que a explicação de “quais questões são abordadas em outras avaliações” foi tratada de maneira insuficiente pelos casos analisados. Segundo o autor, a prática de *tiering* em AAE tem sido abordada de maneira muito pobre em qualquer lugar do mundo.

Contrariando todos os outros resultados observados pelo presente trabalho, o relatório 4 (*Aberdeen City Local Transport Strategy*) foi o único que atendeu o critério analisado ao descrever:

- Justificativas indicando determinadas iniciativas políticas da RTS (*Regional Transport Strategy*) que não seriam avaliadas em detalhe por esta AAE, mas que seriam consideradas na avaliação de efeitos cumulativos e sinérgicos realizada nesta AAE;
- Justificativas indicando determinadas ações e iniciativas políticas desta ação estratégica para que fossem avaliadas em outras avaliações mais estratégicas (especificou a AAE da ação estratégica RTS), buscando evitar uma duplicação de avaliações.

Uma explicação para os resultados insatisfatórios brasileiros pode estar relacionada a cultura brasileira de planejamento e desenvolvimento, que reflete a maneira como se formam os projetos e as ações estratégicas brasileiras. Segundo Therivel (2010), existem situações em que ações de níveis inferiores são implementadas antes que as ações estratégicas de níveis superiores surjam.

Uma explicação dos resultados ingleses pode estar relacionada a maneira como são formuladas a maioria das ações estratégicas inglesas avaliadas. Segundo Therivel (2010) as estratégias ou planos de transporte locais geralmente compõem um pacote completo formado por objetivos, estratégias ou políticas e planos de implementação compostos por iniciativas, medidas, ações e projetos. Agrupando toda uma cadeia de ações estratégicas em apenas uma ação estratégica.

De acordo com Therivel (2010), o propósito principal do estabelecimento de *tiering* (encadeamento) é que os aspectos de tomada de decisão e de AAE já abordados em um nível não precisem ser subsequentemente revisitados em níveis inferiores, de uma forma que a tomada de decisão e a AAE possam economizar tempo e recursos.

Os resultados encontrados no presente trabalho apoiam as recomendações propostas por Fischer (2010) de que as ligações com as tomadas de decisões subsequentes precisam ser fortalecidas. Já que segundo o autor uma decisão sobre o que pode ser abordado por outras ações auxiliaria a distinguir entre informações relevantes e irrelevantes.

10.1.5. Questão 5

Questão		Reino Unido						Brasil		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
5	Fornecer informações sobre: os aspectos relevantes do estado atual ambiental, econômico e social com probabilidade de serem significativamente afetados; a possível evolução destes aspectos sem considerar a implementação da ação estratégica; e indica lacunas quanto aos dados?	B	E	B	C	A	B	E	F	E

Os resultados encontrados nesta questão demonstram que a maioria dos relatórios de AAE do Reino Unido apresentaram notas satisfatórias (acima de D), semelhantes aos resultados encontrados por Fischer (2012), enquanto todos os relatórios de AAE do Brasil apresentaram notas insatisfatórias entre E (revela omissões ou inadequações significantes) e F (apresenta tarefas importantes realizadas de maneira pobre).

Os relatórios 1 (Buckinghamshire Local Transport Plan 2), 3 (Wales Transport Strategy), 5 (Nottinghamshire Local Transport Plan) e 6 (County Durham Local Transport Plan 3) foram os únicos relatórios que atenderam todos os critérios analisados nesta questão. O relatório 4 (Aberdeen City Local Transport Strategy) não indicou lacunas quanto aos dados. O relatório 2 (Aberdeenshire Local Transport Strategy) não forneceu informações sobre a evolução futura dos aspectos relevantes sem considerar a implementação da ação estratégica.

O relatório 5 se destacou um pouco mais que os outros por ter sido o único relatório que forneceu informações sobre as suposições realizadas para a previsão do estado futuro dos aspectos relevantes. Mesmo assim, como regra geral o padrão de procedimentos apresentados pelos relatórios do Reino Unido, em relação a esta questão, foi bem semelhante e a prática realizada parcialmente por alguns relatórios e de maneira completa pelo relatório 5 seguiu os seguintes procedimentos:

- Fornecimento de informações sobre os aspectos relevantes do estado atual com probabilidade de serem significativamente afetados pela ação estratégica;
- Fornecimento de informações sobre a possível evolução futura de aspectos relevantes sem considerar a implementação da ação estratégica, observando a horizonte temporal dos objetivos e das metas propostos para a ação estratégica;
- Fornecimento de informações sobre as suposições realizadas para a previsão do estado futuro;
- Fornecimento de informações indicando as lacunas quanto aos dados.

Além disso, foi observada uma consistência no escopo abordado pelas informações apresentadas pelos relatórios ingleses que obedeceram as questões determinadas para serem consideradas pela Diretiva Europeia de AAE. Por outro lado, a prática brasileira não apresentou homogeneidade para o escopo das questões consideradas relevantes pelos relatórios de AAE.

Os procedimentos práticos adotados pelos casos brasileiros também refletiram um padrão procedimental, semelhante dentro do grupo Brasil amostrado, e foram realizados da seguinte maneira:

- Fornecimento de informações de alguns aspectos relevantes do estado atual para a área diretamente afetada pelos empreendimentos que compõem o conteúdo da ação estratégica (relatórios 7, 8 e 9);
- Fornecimento de informações sobre a possível evolução futura de alguns aspectos relevantes para a área diretamente afetada pelos empreendimentos que compõem o conteúdo da ação estratégica, sem considerar a implementação da ação estratégica (relatórios 7 e 9);

- Definição de horizonte temporal para a previsão da evolução futura de aspectos relevantes desvinculado do horizonte temporal de metas ou objetivos da ação estratégica (relatórios 7, 8 e 9).

O cumprimento insuficiente do critério relacionado ao fornecimento de “informações sobre os aspectos relevantes do estado atual com probabilidade de serem significativamente afetados pela ação estratégica” resultou do fato de todos os relatórios de AAE brasileiros terem apresentado informações sobre aspectos que são relevantes apenas para a área diretamente afetada pelos empreendimentos que compõem o conteúdo das ações estratégicas ao invés de fornecer informações sobre aspectos relevantes que podem ser significativamente afetados na área das escalas de decisão e geográfica dos problemas de decisão que envolvem as ações estratégicas.

A inconsistência observada em relação ao fornecimento de informações sobre o estado atual também refletiu sobre o cumprimento do critério relacionado ao fornecimento de informações sobre “*a possível evolução futura dos aspectos relevantes sem considerar a implementação da ação estratégica*”, já que o escopo dos aspectos relevantes abordados também compreenderam apenas as áreas diretamente afetadas pelos empreendimentos que compuseram o conteúdo das ações estratégicas avaliadas.

João (2007) sugere que abusos sobre a definição das escalas das informações trabalhadas pela AAE podem ocorrer potencialmente para que os resultados da AAE levem a uma resposta preferida ao invés de resolver o problema necessário. Bina et al (2011) destaca que a consideração de aspectos relacionados a localização organizacional e institucional do processo de tomada de decisão é imprescindível para que a AAE possa influenciar seu objeto de avaliação.

Segundo Partidário (2012), as questões ambientais e de sustentabilidade devem ser ajustadas a escala de decisão e geográfica do objeto de avaliação (ações estratégicas), além de envolver as prioridades de desenvolvimento identificadas pelos fatores indutores de alteração (*drivers of change*) para a mesma área. A autora explica que o objeto de avaliação deve ser estreitamente vinculado ao problema de decisão, refletindo as razões que motivam a decisão.

A consideração inadequada dos aspectos relevantes que abrangem a área abordada pela ação estratégica pode ser desdobrada em diferentes consequências para a qualidade do restante do processo de AAE. Segundo Partidário (2012), estas

informações embasam a identificação de problemas e potencialidades, que servirão para definir os objetivos da AAE. Além disso, Therivel (2010) acrescenta que estas informações definem o contexto para a previsão e a avaliação de impacto e fornecem uma base contra o qual os impactos da ação estratégica podem ser monitorados.

10.1.6. Questão 6

Questão		Reino Unido						Brasil		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
6	Fornecer informações sobre qualquer problema ou potencial problema ambiental ou de sustentabilidade relevante para a ação estratégica, incluindo em particular, aqueles relacionados às áreas de importância ambiental particular?	A	A	A	A	A	A	F	F	F

Os resultados encontrados demonstram uma grande diferença bem estabelecida e homogênea entre as notas obtidas pela prática dos contextos avaliados. A partir da análise realizada foi observado que enquanto os relatórios de AAE do Reino Unido apresentaram uma padrão de procedimentos uniformes, que atendeu de maneira satisfatória (nota A) os critérios analisados pela questão 6, os relatórios de AAE brasileiros, apesar de terem fornecido algumas informações relevantes, apresentaram procedimentos inconsistentes e atenderam os critérios de maneira muito insatisfatória (nota F).

A principal diferença observada pela prática dos contextos analisados refletiu as mesmas inconsistências, já apresentadas na questão 5, relacionadas a escala de análise utilizada pelos relatórios de AAE do Reino Unido e do Brasil. Todos os relatórios de AAE do Reino Unido forneceram informações sobre problemas ou potenciais problemas ambientais ou de sustentabilidade que compreendiam a mesma escala dos *stakeholders* responsáveis pela implementação da ação estratégica (escala de decisão) e a mesma escala dos limites territoriais definidos para a atuação da ação estratégica (escala geográfica da decisão) que, segundo Partidário (2012), é o objeto de avaliação estreitamente vinculado ao problema de decisão e reflete as razões que motivam a decisão sobre a implementação da ação estratégica.

Por outro lado, os casos brasileiros consideraram escalas para a análise da AAE que diferem tanto para a escala de decisão quanto para a escala geográfica de cada um dos casos analisados. O caso do Rodoanel, por exemplo, forneceu informações para a análise da AAE sobre aspectos que abrangiam de maneira mais consistente uma faixa de 20km do anel periurbano (local da implementação do projeto) da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e alguns aspectos (“questões estratégicas”) que envolviam no máximo até o limite da área da RMSP.

No entanto, a decisão sobre a ação estratégica que implementou o empreendimento Rodoanel apresentou escala de decisão em nível estadual (ST/DERSA) e escala geográfica com limites territoriais definidos para a atuação de uma ação estratégica com pretensões para o atendimento de uma demanda de infraestrutura logística para a transposição da cidade de SP (de toda as maiores rodovias brasileiras que chegam em São Paulo) para o escoamento de produtos pelo porto de Santos que extrapolam a produção do estado de São Paulo e envolviam aquela época mais da metade da produção do país (região do estão de São Paulo).

Segundo Partidário (2012), a AAE deve abordar as questões que são responsáveis pelas causas dos problemas (raízes das causas dos problemas), relacionadas as escolhas e as prioridades políticas, e não aquilo que é tangível e observável como os efeitos físicos e territoriais que são os sintomas dos comumente chamados problemas ambientais. Segundo a autora, as causas de problemas dizem respeito ao que influencia as decisões como, por exemplo, valores sociais, contextos culturais, mentalidades, valores de sustentabilidade e etc.

10.1.7. Questão 7

Questão		Reino Unido						Brasil		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
7	Fornece informações sobre os objetivos de proteção ambiental ou de sustentabilidade, estabelecidos em nível internacional, continental e nacional, relevantes para a ação estratégica e sobre a forma como estes objetivos e qualquer consideração ambiental ou de sustentabilidade foram levados em conta durante a preparação da ação estratégica?	A	A	A	A	A	A	G	G	G

Os resultados encontrados para a questão 7 apresentaram uma grande diferença entre as práticas de AAE do Brasil e do Reino Unido. Os relatórios brasileiros não realizaram nenhuma tarefa para o atendimento dos critérios analisados quanto ao fornecimento de informações sobre:

- Os objetivos de proteção ambiental ou de sustentabilidade, estabelecidos em nível internacional, continental e nacional, relevantes para a ação estratégica;
- A forma como estes objetivos e qualquer consideração ambiental ou de sustentabilidade foram levados em conta durante a preparação da ação estratégica.

Por outro lado, todos os relatórios de AAE do Reino Unido obtiveram nota máxima (A – muito bem realizado sem omissões importantes) para o cumprimento dos critérios analisados, diferindo um pouco dos relatórios dos Planos de Transporte Local avaliados por Fischer (2012), que obtiveram uma nota média C (apenas satisfatório).

A descrição do procedimento que estabelece “que os objetivos ambientais ou de sustentabilidade, estabelecidos em nível internacional, continental e nacional, relevantes para a ação estratégica, seriam utilizados em conjunto com os problemas identificados pela revisão da *baseline* para a formulação dos objetivos da AAE e, consequentemente, para a análise da ação estratégica” foi observada como um padrão da prática dos relatórios de AAE do Reino Unido analisados. Segundo Therivel (2010), o papel das informações de objetivos ambientais e de sustentabilidade, relevantes para a ação estratégica, na estruturação dos objetivos de AAE é imprescindível para a definição das metas e dos limites da AAE.

O relatório 2 (*Aberdeenshire Local Transport Strategy*) foi um pouco além de todos os outros relatórios analisados e sistematizou cada um dos itens da ação estratégica e/ou da AAE que abordaram cada um dos objetivos de proteção ambiental ou de sustentabilidade, estabelecidos em nível internacional, continental e nacional, relevantes para a ação estratégica.

10.2. SEÇÃO 2: Identificação e avaliação das principais questões e opções

10.2.1. Questão 8

Questão		Reino Unido						Brasil		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
8	Descreve como as alternativas "razoáveis" foram desenvolvidas e identificadas, considerando os objetivos e o escopo geográfico da ação estratégica?	E	G	A	F	E	G	G	G	G

A partir dos resultados encontrados pode ser observado que todos os relatórios do Brasil e quase todos os relatórios do Reino Unido obtiveram notas insatisfatórias para o cumprimento dos critérios analisados pela questão 8. A única exceção foi observada pelos resultados do relatório 3 (*Wales Transport Strategy*), que apresentou informações satisfatórias que descreviam como as alternativas “razoáveis” foram desenvolvidas e identificadas, considerando os objetivos e o escopo geográfico da ação estratégica.

Os resultados observados diferem das notas médias obtidas para os relatórios avaliados por Fischer (2012), onde os relatórios de AAE dos Planos de Transporte Local obtiveram nota média entre B (com apenas algumas omissões) e C (apenas satisfatório) e os relatórios das *Core Strategies* obtiveram nota média entre C (apenas satisfatório) e D (indica que partes estão bem realizadas, mas como um todo é considerado insatisfatório), que foi determinado pelo autor como limite para que o relatório fosse considerado insatisfatório.

A baixa qualidade apresentada pela maioria dos relatórios do Reino Unido reflete desde a pior situação, de realização de nenhuma tarefa (como o caso dos relatórios 2 e 6), até as seguintes inconsistências:

- Descrição da forma como as alternativas foram desenvolvidas e identificadas considerando apenas parcialmente os objetivos e o escopo geográfico da ação estratégica (como o caso do relatório 1 em que cada uma das alternativas propostas consideravam partes distintas dos objetivos e dos problemas identificados para a ação estratégica);
- Omissão sobre partes significantes da descrição de como as alternativas foram desenvolvidas e identificadas considerando o escopo

geográfico da ação estratégica (como o caso do relatório 4 em que descreveu o desenvolvimento de alternativas a partir de outras opções sem descrever como foram considerados os objetivos e o escopo geográfico da ação estratégica);

- Descrição sobre a forma como foi desenvolvida e identificada apenas uma única opção considerando os objetivos e o escopo geográfico da ação estratégica (como o caso do relatório 5 que, adicionalmente a única opção apresentada, sugeriu três cenários semelhantes que não consideravam os objetivos e o escopo geográfico da ação estratégica como alternativas estratégicas).

Por outro lado, o relatório 3 (*Wales Transport Strategy*) destacou de todos os relatórios analisados e descreveu como três opções alternativas “razoáveis” foram desenvolvidas para que cada uma pudesse ser usada individualmente ou em combinação para alcançar os objetivos almejados e abordar as tendências de transporte atuais e futuras e os problemas identificados para a área da ação estratégica. Além disso, também foi descrito como o cenário “sem a ação estratégica” foi desenvolvido e identificado incluindo as suposições utilizadas.

Apesar dos resultados obtidos por Fischer (2012) terem apresentados notas médias satisfatórias, o autor destaca que a maior parte dos relatórios avaliados apresentou apenas a comparação dos cenários “*business as usual*” e “fazer nada” (“*do nothing*”) com a implementação da ação estratégica e que, raramente, outras opções foram consideradas.

No caso brasileiro, a atribuição da nota G (“nenhuma tarefa realizada”) aos relatórios analisados refletiu o fato de nenhum dos relatórios terem cumprido o critério de análise sobre a consideração dos principais objetivos e do escopo geográfico da ação estratégica. Essa inconsistência reflete do fato dos principais objetivos e do escopo geográfico da ação estratégica serem diretamente relacionados às escalas de decisão e geográfica dos problemas de decisões abordados por cada uma das ações estratégicas (PARTIDÁRIO, 2012).

As inconsistências da prática brasileira foram representadas pelos seguintes procedimentos:

- O relatório 7 (Programa Rodoanel Mário Covas) apresentou como opções alternativas estratégicas apenas opções de traçado para o empreendimento que compõe o conteúdo da ação estratégica;

- O relatório 8 (Dimensão Portuária, Industrial, Naval e Offshore do Litoral Paulista) apresentou áreas potenciais para a construção dos projetos portuário e de extração e produção do petróleo, considerando apenas aspectos econômicos e geotécnicos vinculados a área de localização dos projetos, ignorando inclusive as diretrizes restritivas de algumas leis ambientais e instrumentos de planejamento territorial da região;
- O relatório 9 (Programa Intermodal e Logístico Porto Sul) descreveu como uma alternativa foi desenvolvida e identificada considerando os objetivos e o escopo geográfico propostos apenas para a área diretamente afetada pelo empreendimento portuário determinado como conteúdo da ação estratégica.

Os resultados obtidos para os relatórios brasileiros refletem o escopo estreito abordado pelas etapas realizadas anteriormente pelo processo de AAE, que embasam o desenvolvimento de alternativas, ao abordarem apenas informações da área diretamente afetada pela implementação dos empreendimentos que compuseram o conteúdo das ações estratégicas de desenvolvimento. Segundo Lyhne (2012), o enquadramento de alternativas pode ser considerado como um filtro de informações em termos da variedade de alternativas que ainda estão em jogo pelo processo de decisão.

No entanto, de acordo com Partidário (2012), uma situação em que um plano detalhado tenha sido criado apenas para proporcionar coerência para a implementação de um projeto anteriormente decidido em uma localização específica não envolve uma decisão estratégica e será avaliado mais adequadamente por uma AIA de projetos. A autora destaca que um dos principais objetivos da AAE é adicionar valor a tomada de decisão ao discutir as oportunidades e os riscos de opções de desenvolvimento.

Neste contexto, nos momentos em que as opções para o enquadramento de alternativas são muito estreitas as alternativas desenvolvidas devem desafiar as políticas que embasam a ação estratégica, assim como os objetivos da ação estratégica (IAIA, 2014), já que opções alternativas estratégicas são caminhos estratégicos para cumprir objetivos ao invés de uma seleção operacional qualquer (Partidário, 2012).

Segundo Tomlinson (2011), o propósito de AAEs para o planejamento do transporte deve estar vinculado à exposição dos objetivos tradicionais do transporte (econômicos, de geração de empregos, etc..) para aumentar o escrutínio público e o desenvolvimento de alternativas que vão além das simples atribuições como fornecedores de serviço e de infraestrutura para o transporte individual.

10.2.2. Questão 9

Questão		Reino Unido						Brasil		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
9	Lista as questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação?	A	A	A	A	A	A	E	E	A

Os resultados encontrados demonstram que todos os relatórios de AAE do Reino Unido atenderam de maneira satisfatória os critérios:

- A constatação da listagem dos problemas ambientais ou de sustentabilidade;
- A constatação da listagem dos objetivos ou fatores críticos de decisão da AAE;
- A constatação dos indicadores ou dos critérios considerados na avaliação.

Os resultados brasileiros destacam que apenas o relatório 9 (Programa Intermodal e Logístico Porto Sul) cumpriu de maneira satisfatória os critérios analisados nesta questão. Os outros dois relatórios atenderam apenas parcialmente o cumprimento dos critérios ao apresentar os seguintes procedimentos:

- Listou os problemas ambientais e de sustentabilidade, mas não listou os objetivos e os indicadores ou critérios considerados na avaliação (relatório 7 – Programa Rodoanel Mario Covas);
- Listou os fatores críticos de decisão, mas não listou os problemas ambientais ou de sustentabilidade e os indicadores ou critérios considerados na avaliação (relatório 8 – Dimensão Portuária, Industrial, Naval e Offshore do Litoral Paulista).

10.2.3. Questão 10

Questão		Reino Unido						Brasil		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
10	Descreve como as questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação foram identificadas?	A	D	D	A	A	D	F	E	D

Os resultados encontrados demonstram que o atendimento dos critérios analisados ainda representam dificuldades para a prática satisfatória do Reino Unido e do Brasil. Os resultados do Reino Unido demonstram que metade dos relatórios analisados apresentaram práticas de alta qualidade e obtiveram nota A (realizado sem omissões importantes). Os resultados brasileiros indicam uma tendência de melhora gradativa entre os relatórios analisados, onde o relatório 9 (Programa Intermodal e Logístico Porto Sul) quase obteve nota satisfatória.

A prática de AAE dos relatórios 1 (*Buckinghamshire Local Transport plan 2*), 4 (*Aberdeen City Local Transport Strategy*) e 5 (*Nottinghamshire Local Transport Plan 3*) apresentou procedimentos de alta qualidade e atendeu de modo pleno o cumprimento dos seguintes critérios:

- Fornecimento de informações que descrevem sobre a forma como as questões consideradas na avaliação foram identificadas a partir da relação entre PPPs relevantes e a ação estratégica;
- Fornecimento de informações que descrevem sobre a forma como as questões consideradas na avaliação foram identificadas a partir dos objetivos de proteção ambiental e de sustentabilidade estabelecidos em nível nacional, regional e local, relevantes para a ação estratégica;
- Fornecimento de informações que descrevem sobre a forma como as questões consideradas na avaliação foram identificadas a partir dos problemas ambientais identificados;
- Fornecimento de informações que descrevem sobre a forma como as questões consideradas na avaliação foram identificadas a partir das tendências de evolução futura dos aspectos relevantes sem a implementação da ação estratégica;
- Fornecimento de informações que descrevem sobre a forma como as questões consideradas na avaliação foram identificadas a partir da discussão com autoridades competentes;

- Fornecimento de informações que descrevem sobre a forma como as questões consideradas na avaliação foram identificadas a partir da consulta ou do diálogo com stakeholders relevantes.

Os relatórios 2 (*Aberdeenshire Local Transport Strategy*), 3 (*Wales Transport Strategy*), 6 (*Conty Durham Local Transport Plan 3*) e 9 (Programa Intermodal e Logístico Porto Sul) obtiveram a nota insatisfatória D (indica que partes estão bem realizadas, mas como um todo está insatisfatório por conta de omissões e inadequações) ao revelarem poucas, porém importantes, inconsistências que referem ao não cumprimento dos seguintes critérios:

- Fornecimento de informações que descrevem sobre a forma como as questões consideradas na avaliação foram identificadas a partir da relação entre PPPs relevantes e a ação estratégica (relatório 9);
- Fornecimento de informações que descrevem sobre a forma como as questões consideradas na avaliação foram identificadas a partir dos objetivos de proteção ambiental e de sustentabilidade estabelecidos em nível nacional, regional e local, relevantes para a ação estratégica (relatório 9);
- Fornecimento de informações que descrevem sobre a forma como as questões consideradas na avaliação foram identificadas a partir das tendências de evolução futura dos aspectos relevantes sem a implementação da ação estratégica (relatório 2);
- Fornecimento de informações que descrevem sobre a forma como as questões consideradas na avaliação foram identificadas a partir da consulta ou do diálogo com *stakeholders* relevantes (relatórios 3 e 6).

Os relatórios 7 (Programa Rodoanel Mario Covas) e 8 (Dimensão Portuária, Industrial, Naval e Offshore do Litoral Paulista) apresentaram práticas de baixa qualidade e obtiveram, respectivamente, as notas F (muito insatisfatório com tarefas importantes realizadas de maneira pobre) e E (revela omissões ou inadequações significantes) ao terem cumprido, apenas, o atendimento dos seguintes critérios:

- Fornecimento de informações que descrevem sobre a forma como as questões consideradas na avaliação foram identificadas a partir dos problemas ambientais identificados (relatórios 7 e 8);

- Fornecimento de informações que descrevem sobre a forma como as questões consideradas na avaliação foram identificadas a partir da consulta ou do diálogo com stakeholders relevantes (relatório 8).

Os relatórios analisados por Fischer (2012) obtiveram notas médias consideradas satisfatórias, entre B (apenas algumas omissões) e C (apenas satisfatório). No entanto o autor não explicou quais foram os critérios utilizados para a análise dos relatórios e nem os procedimentos adotados pela prática analisada.

10.2.4. Questão 11

Questão		Reino Unido						Brasil		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
11	Fornecer informações de possíveis efeitos significantes de diferentes opções sobre: a) biodiversidade; b) população; c) saúde humana; d) fauna; e) flora; f) solo; g) água; h) ar; i) fatores climáticos; j) bens materiais; k) patrimônio cultural, incluindo arquitetura e arqueologia; l) paisagem; m) a interrelação entre todos fatores anteriores.	D	E	A	D	E	E	E	E	E

Os resultados encontrados demonstram que todos os relatórios analisados, com exceção do relatório 3 (*Wales Transport Strategy*) que obteve nota A, obtiveram notas insatisfatórias (abaixo de C) para o cumprimento dos critérios analisados pela questão 11. Dentre os relatórios insatisfatórios do Reino Unido, a maioria obteve nota E (revela omissões ou inadequações significantes) enquanto o resto obteve nota D (indica que partes estão bem realizadas, mas como um todo está insatisfatório por conta de omissões ou inadequações).

Os relatórios de AAE brasileiros também obtiveram nota E (revela omissões ou inadequações significantes) e inconsistências práticas semelhantes aos procedimentos adotados pelos relatórios do Reino Unido que também obtiveram a pior nota. Os resultados apresentados diferem dos resultados apresentados por Fischer (2012) que obteve notas médias entre B (com apenas algumas omissões ou inadequações) e C (apenas satisfatório) para relatórios de AAE de planejamento espacial, de transporte e de gestão de resíduos sólidos.

Os resultados insatisfatórios apresentados pela prática de quase todos os relatórios analisados refletem o fato de não ter sido cumprido o atendimento do

critério de análise sobre o fornecimento de possíveis efeitos significantes de opções distintas em, pelo menos, um dos seguintes temas:

- Estratégico (opções de alto nível estratégico para o alcance de um dado objetivo);
- Orientado para valores (abordagem de prioridades políticas, valores culturais ou problemas de segurança);
- Orientado para efeitos (abordagem das fontes de qualquer um dos impactos ambientais identificados durante o Scoping);
- Setorial (formulada para abordar a viabilidade e as necessidades setoriais ou para promover um setor contra outro);
- Espacial (opções de localização para a implementação de iniciativas políticas ou objetivos de planejamento);
- Modais (tecnologia/métodos para o alcance do mesmo objetivo);
- Temporais (*timing* da implementação das medidas ou iniciativas políticas da ação estratégica).

O padrão procedimental apresentado pela prática dos relatórios analisados considerados insatisfatórios foi o fornecimento de informações de possíveis efeitos significantes apenas da opção de desenvolvimento da ação estratégica analisada e de um cenário que não considerava a implementação da ação estratégica. Esta prática não atende o critério de fornecimento de informações sobre opções alternativas estratégicas distintas em, pelo menos, um dos temas apresentados pelas dicas para o desenvolvimento de alternativas de AAE da *International Association for Impact Assessment* (IAIA, 2014).

Apesar das notas satisfatórias apresentadas pelo trabalho de Fischer (2012) diferirem das notas insatisfatórias encontradas pelo presente trabalho, os resultados apontados pelo autor de que para a maioria dos relatórios analisados apresentaram apenas os cenários “*do-nothing*” ou “*business-as-usual*” para serem comparados com a implementação da ação estratégica desenvolvida refletem os resultados do presente trabalho, onde apenas o relatório 3 (*Wales Transport Strategy*) foi além e efetivamente apresentou mais que uma opção alternativa estratégica.

Os relatórios 1 (*Buckinghamshire's Second Local Transport Plan Provisional*) e 4 (*Local Transport Strategy of Aberdeen City*) apesar de terem obtido nota insatisfatória D (indica que partes estão bem realizadas, mas como um todo esta

insatisfatório) forneceram informações de diferentes opções estratégicas de desenvolvimento durante o processo de AAE. No entanto, nenhuma das alternativas apresentadas para o qual foram fornecidas informações foram levadas adiante e, portanto, o fato destes relatórios não terem fornecido informações de opções alternativas distintas que incluíam a ação estratégica desenvolvida foi considerado insatisfatório o cumprimento do atendimento dos critérios analisados.

Por outro lado, o relatório 3 (*Wales Transport Strategy*) forneceu informações claras a respeito dos possíveis efeitos significantes de opções alternativas estratégicas distintas que incluíam a ação estratégica desenvolvida e observaram pelo menos um dos temas recomendados pelas dicas da IAIA, apresentando informações sobre cada uma das opções e seus componentes para quase todos os fatores listados.

Entre alguns pontos interessantes em relação ao conteúdo das informações abordadas sobre os possíveis efeitos: um primeiro ponto diz respeito ao fato de apenas um relatório (1 – *Buckinghamshire Local Transport plan 2*) ter fornecido informações sobre o aspecto m) a interrelação entre todos os fatores anteriores; um segundo ponto está relacionado ao fato de todos os relatórios do Reino Unido terem fornecido informações agrupadas sobre os aspectos fauna, flora e biodiversidade sem distinções; e um terceiro ponto é destacado pelo fato de nenhum dos relatórios de AAE brasileiros terem apresentado informações sobre os aspectos j) bens materiais, k) patrimônio cultural e m) a interrelação entre todos os fatores anteriores.

10.2.5. Questão 12

Questão		Reino Unido						Brasil		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
12	Apresenta um resumo das justificativas para a seleção das alternativas consideradas e uma descrição de como a avaliação que embasa estas justificativas foi realizada?	F	G	E	D	G	G	G	G	G

Os resultados encontrados refletem os problemas relacionados a apresentação de opções alternativas descrito pela questão 11, demonstram que a maioria dos relatórios de AAE analisados não realizaram nenhuma tarefa para o cumprimento dos critérios analisados pela questão 12 e obtiveram nota G. Os outros 3 relatórios restantes atenderam apenas parcialmente o cumprimento dos critérios

analisados e obtiveram notas abaixo de C (apenas satisfatório), que revelam uma prática considerada insatisfatória.

Os relatórios de AAE dos Planos de Transporte Locais analisados por Fischer (2012) foram considerados insatisfatórios e apresentaram uma nota média entre C (apenas satisfatório) e D (indica que partes estão bem realizadas, mas como um todo está insatisfatório). Segundo Fischer (2012), as justificativas para a seleção das opções alternativas consideradas foram insuficientemente exploradas pelos relatórios analisados em seu trabalho.

Os resultados de Fischer (2012) diferem potencialmente dos resultados encontrados pelo presente trabalho na medida em que a melhor nota obtida nesta análise foi a nota D (indica que partes estão bem realizadas, mas como um todo está insatisfatório) pelo relatório 4 (*Aberdeen City Local Transport Strategy*). Esta diferença entre as notas revelou que os critérios utilizados pelo presente trabalho não considerou nenhum resumo de justificativa para os relatórios que não apresentaram nenhuma opção alternativa estratégica fora a implementação da opção e os cenários apresentados.

A posição abordada para o cumprimento parcial ou pleno do critério de análise utilizado pelo presente trabalho considerou os relatórios que apresentaram um resumo de justificativas para a seleção das alternativas consideradas que sejam efetivamente opções alternativas estratégicas distintas e não sejam uma única opção em conjunto com outros cenários sem a implementação da opção.

A consideração do atendimento deste critério apenas para procedimentos práticos que plenamente ou parcialmente construam uma linha de raciocínio que efetivamente justifique a seleção de opções alternativas estratégicas, e não de qualquer outra coisa, vai de encontro com a dica da IAIA para o desenvolvimento e a consideração de alternativas em AAE que recomenda a documentação de todo o enredo sobre a forma como opções alternativas estratégicas distintas foram consideradas pelo relatório de AAE (IAIA, 2014).

Os procedimentos práticos apresentados pelos relatórios 1 (*Buckinghamshire Local Transport Plan 2*), 3 (*Wales Transport Strategy*) e 4 (*Local Transport Strategy of Aberdeen City*) revelaram as seguintes inconsistências:

- Apresentou justificativas para o desenvolvimento de opções alternativas estratégicas desenvolvidas durante o processo de AAE, mas que não foram as alternativas consideradas (relatório 1 e 4);

- Não apresentou uma descrição sobre como a avaliação que embasa as justificativas foi realizada (relatório 1 e 3).

O relatório 3 (*Wales Transport Strategy*) foi o único relatório que apresentou um resumo para a seleção das alternativas que efetivamente foram consideradas pelo processo de tomada de decisão. Por outro lado o relatório 4 (*Aberdeen City Local Transport Strategy*) foi o único relatório que apresentou um resumo de justificativas para a seleção de alternativas abordadas durante o processo de AAE e também apresentou uma descrição de como a avaliação que embasa estas justificativas foi realizada, mesmo que não tenham sido consideradas pelo processo de decisão foram realizadas durante o processo de AAE.

10.2.6. Questão 13

Questão		Reino Unido					Brasil			
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
13	Estabelece questões relevantes para que sejam avaliadas de maneira mais adequada em outros níveis ou layers de tomada de decisão, procurando evitar a duplicação?	G	G	G	A	G	G	G	G	G

Os resultados encontrados demonstram que, com exceção do relatório 4 (*Local Transport Strategy of Aberdeen City*), nenhum dos relatórios analisados estabeleceu questões relevantes para que fossem avaliadas de maneira mais adequada em outros níveis ou *layers* de tomada de decisão, procurando evitar a duplicação.

Os resultados encontrados pelo presente trabalho refletem os resultados encontrados por Fischer (2012), que destacam uma nota média próxima de F (muito insatisfatório com tarefas importantes realizadas de maneira pobre) para a qualidade prática dos relatórios de AAE de Planos de Transporte Local no cumprimento da questão 13.

Segundo Fischer (2012) a definição de questões relevantes para que sejam avaliadas de maneira mais apropriada em outros níveis ou *layers* de tomada de decisão do sistema de planejamento não foi bem estabelecida em nenhum dos relatórios analisados. O autor destaca que a prática do *tiering* entre diferentes níveis administrativos e entre diferentes esferas de planejamento não é bem estabelecida pela prática de AAE atual.

Por outro lado, os resultados encontrados demonstram que o relatório 4 (*Local Transport Strategy of Aberdeen City*) atendeu de maneira satisfatória o cumprimento dos critérios analisados pela questão 13 ao estabelecer os seguintes procedimentos práticos:

- Citou algumas ações estratégicas e projetos que seriam melhor avaliados em outros níveis de tomada de decisão;
- Descreveu assuntos que seriam avaliados de maneira mais adequada em outros níveis de tomada de decisão.

10.2.7. Questão 14

Questão		Reino Unido						Brasil		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
14	Mostra como o conhecimento do estado da arte e os métodos de avaliação foram utilizados para a avaliação da ação estratégica?	E	C	B	E	D	B	F	F	C

Os resultados encontrados para a análise da questão 14 demonstram que metade dos relatórios de AAE do Reino Unido e dois dos relatórios de AAE do Brasil, portanto, a maioria dos relatórios de AAE analisados (5 relatórios de um total de 9) obtiveram notas abaixo de C ao atenderem de maneira insatisfatória o cumprimento dos critérios analisados. Os resultados encontrados em relação a questão 14 são similares aos resultados insatisfatórios encontrados por Fischer (2012).

10.2.7.1. Previsão

Os resultados encontrados demonstram que nenhum relatório do Reino Unido, com exceção do relatório 2 (*Aberdeenshire Local Transport Strategy*), apresentou suposições baseadas na implementação da ação estratégica que auxiliassem a previsão de efeitos das ações estratégicas consideradas. No caso dos relatórios brasileiros, os resultados encontrados demonstraram que dois relatórios (8 e 9) apresentaram procedimentos para a descrição da forma como suposições foram utilizadas para a previsão dos efeitos.

No entanto, os procedimentos para a previsão de efeitos dos dois relatórios brasileiros consideraram apenas efeitos na escala de decisão e geográfica

diretamente afetada pela construção dos empreendimentos propostos como conteúdo das ações estratégicas avaliadas, desconsiderando o resto da área delimitada pelas escalas de decisão e geográfica das principais razões do problema de decisão que motivou a formulação das ações estratégicas brasileiras.

Apesar das inconsistências em relação a descrição de suposições, os relatórios do Reino Unido apresentaram um padrão procedimental em relação a prática de previsão de efeitos, na medida em que todos os relatórios demonstraram a forma como a análise da *baseline* ou do cenário “sem a ação estratégica” foi utilizada para a previsão de efeitos das ações estratégicas avaliadas.

Por outro lado, a análise dos casos brasileiros revelou que o único relatório brasileiro que apresentou procedimentos que demonstrassem a forma como a análise de tendências da *baseline* foi utilizada para a previsão de efeitos foi o relatório 9 (Programa Intermodal e Logístico Porto Sul). No entanto, este relatório realizou apenas a previsão de efeitos da área do empreendimento que compôs o conteúdo da ação estratégica na escala de decisão e geográfica diretamente afetada por este empreendimento.

Outra consideração relacionada a previsão de efeitos diz respeito ao critério sobre a descrição de informações sobre as escalas temporal e geográfica utilizadas para a previsão dos efeitos da implementação da ação estratégica. Entre os relatórios do Reino Unido apenas foi evidenciada a descrição destas informações para a previsão de efeitos do relatório 1 (*Buckinghamshire Local Transport Plan 2*). No entanto, nos outros relatórios estas informações sobre a escala temporal e geográfica são expostas desde a descrição dos objetivos das ações estratégicas, sugerindo que a consideração das escalas temporal e geográfica para a previsão dos efeitos da ação estratégica seja um procedimento incorporado como um padrão.

No caso dos relatórios brasileiros, apesar de ter sido descrita a utilização das escalas geográfica e temporal para a previsão de efeitos abordados pelos relatórios 7 (Programa Rodoanel Mario Covas) e 8 (PINO), nenhuma das escalas geográfica e temporal abordadas nestes relatórios estavam adaptadas e relacionadas às principais razões dos problemas de decisão que motivaram a formulação de cada uma das ações estratégicas. As escalas temporais e geográficas adotadas pelos relatórios 7 e 8 foram adaptadas, respectivamente, para o período de construção dos empreendimentos que compuseram o conteúdo da

ação estratégica (temporal) e para a área diretamente afetada por estes empreendimentos (geográfica).

10.2.7.2. Avaliação

A partir da análise dos relatórios do Reino Unido foi observado que todos os relatórios utilizaram uma estrutura de objetivos de AAE para a avaliação das ações estratégicas e que todos os relatórios, com exceção do relatório 3 (*Wales Transport Strategy*), mostraram como os objetivos formulados para a ação estratégica foram avaliados pelos objetivos de AAE. No caso dos relatórios brasileiros foi observado que nenhum mostrou como os objetivos das ações estratégicas foram avaliados pela AAE.

Em relação a avaliação de opções alternativas estratégicas, os resultados encontrados demonstraram que metade dos relatórios do Reino Unido (os relatórios 2, 4 e 6) mostraram a forma como a *baseline* ou os objetivos (ou os fatores críticos de decisão) da AAE foram utilizados para a avaliação das opções alternativas estratégicas.

No caso Brasileiro, apenas o relatório 9 (Programa Intermodal e Logístico Porto Sul) mostrou como os fatores críticos (estrutura de objetivos) da AAE foram utilizados para a avaliação dos dois cenários "sem a ação estratégica", da opção de implementação do empreendimento sem medidas mitigadoras e compensatórias (Cenário de Desenvolvimento) e da opção de implementação do empreendimento com medidas mitigadoras e compensatórias (Cenário de Sustentabilidade)

Apesar do relatório 4 (*Local Transport Strategy of Aberdeen City*) ter mostrado como as opções alternativas estratégicas foram avaliadas pelos objetivos da AAE, nenhuma das opções consideradas foi levada adiante como ação estratégica preferida e o relatório não apresentou nova avaliação comparando a ação estratégica preferida com as opções alternativas estratégicas desenvolvidas posteriormente.

A partir dos resultados encontrados pode ser observado que todos os relatórios do Reino Unido, com exceção do relatório 3 (que não apresentou uma opção preferida), demonstraram como um padrão procedimental a descrição da forma como os objetivos de AAE foram utilizados para a avaliação das ações e iniciativas que compuseram o conteúdo das ações estratégicas consideradas. No

caso brasileiro, o relatório 9 (Programa Intermodal e Logístico Porto Sul) foi o único relatório brasileiro que demonstrou a forma os objetivos (fatores críticos) da AAE foram utilizados para a avaliação das ações e iniciativas que compuseram o conteúdo da opção preferida.

Em relação a análise de efeitos significantes, a maioria dos relatórios analisados (relatórios 1, 2, 4, 5, 6 e 9) mostraram a forma como a análise de efeitos significantes foi realizada para a avaliação das ações e iniciativas que compuseram a ação estratégica preferida. A análise de efeitos significantes realizada pelo relatório 9 (Programa Intermodal e Logístico Porto Sul) compreendeu a avaliação dos dois cenários "sem a ação estratégica" (Cenários de Referência), da opção de implementação do empreendimento sem medidas mitigadoras e compensatórias (Cenário de Desenvolvimento) e da opção de implementação do empreendimento com medidas mitigadoras e compensatórias (Cenário de Sustentabilidade)

Para a análise de efeitos secundários, sinérgicos e cumulativos, o relatório 3 (*Wales Transport Strategy*) foi o único que mostrou a forma como foi utilizada para a avaliação das opções estratégicas apresentadas. Apesar de não terem apresentado esta análise em nível de opções estratégicas, os relatórios 1 (*Buckinghamshire's Second Local Transport Plan Provisional 2*), 2 (*Aberdeenshire Local Transport Strategy*) e 6 (*County Durham Local Transport Plan 3*) foram os únicos relatórios do Reino Unido que mostraram como as análises de efeitos cumulativos e sinérgicos foram utilizadas para a avaliação das ações e iniciativas que compuseram a ação estratégica preferida.

No caso dos relatórios brasileiros, o relatório 9 (Programa Intermodal e Logístico Porto Sul) foi o único que mostrou como a análise de efeitos cumulativos e sinérgicos foi utilizada para a avaliação da ação estratégica. Entretanto, a análise de efeitos cumulativos e sinérgicos realizada pelo relatório 9 foi utilizada apenas para a avaliação dos efeitos da implementação do empreendimento proposto como conteúdo da ação estratégica na área diretamente afetada pelo empreendimento (região de Ilhéus).

A descrição sobre a forma como a análise de efeitos transfronteiriços foi utilizada para a avaliação das ações estratégicas foi mostrada apenas para a ação estratégica preferida do relatório 1 (*Buckinghamshire's Second Local Transport Plan Provisional 2*) e para as opções alternativas estratégicas desenvolvidas pelo relatório 3 (*Wales Transport Strategy*). No caso brasileiro, nenhum dos relatórios analisados

mostrou a forma como a análise de efeitos transfronteiriços foi utilizada para a avaliação da ação estratégica.

A negligência da análise de efeitos transfronteiriços pelos relatórios brasileiros pode excluir da diferentes efeitos significantes potenciais das ações estratégicas avaliadas relacionados às principais razões dos problemas de decisão que motivaram a formulação destas ações estratégicas, incluindo diferentes interesses vinculados a diferentes estados (muitas vezes até interesses do Brasil inteiro) que faziam fronteira com a escala de decisão e geográfica do problema de decisão das ações estratégicas avaliadas.

10.3. SEÇÃO 3: Determinação de significância do impacto

10.3.1. Questão 15

Questão		Reino Unido						Brasil		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
15	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação do grau no qual a ação estratégica estabelece uma estrutura para projetos/outras atividades, seja em termos de localização, tamanho, natureza e condições de operação ou pela alocação de recursos?	G	G	G	G	G	G	G	G	G

Nenhum dos relatórios analisados realizou qualquer tarefa que explicasse como a significância de impacto foi determinada pela identificação do grau no qual a ação estratégica estabelece uma estrutura para projetos/outras atividades, seja em termos de localização, tamanho, natureza e condições de operação ou pela alocação de recursos. Os resultados do presente trabalho apoiam os resultados insatisfatórios de relatórios de PTL3 avaliados por Fischer (2012). O autor destaca que, frequentemente, a explicação sobre a forma como o plano ou a estratégia estabelece uma estrutura para outras atividades foi realizada de maneira insuficiente.

10.3.2. Questão 16

Questão		Reino Unido						Brasil		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
16	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação do valor e da vulnerabilidade da área provavelmente afetada em consequência das características naturais especiais ou da herança cultural, dos padrões de qualidade ambientais ou de sustentabilidade excedidos, dos limites de valores ou do uso intensivo do solo excedidos?	G	A	G	G	G	G	G	G	G

Entre todos os relatórios analisados, apenas o relatório 2 (*Aberdeenshire Local Transport Strategy*) explicou como a significância de impacto foi determinada pela identificação do valor e da vulnerabilidade da área provavelmente afetada em consequência das características naturais especiais ou da herança cultural, dos padrões de qualidade ambientais ou de sustentabilidade excedidos, dos limites de valores ou do uso intensivo do solo excedidos. O atendimento desta questão também foi considerado uma fraqueza pelos relatórios avaliados por Fischer (2012).

10.3.3. Questão 17

Questão		Reino Unido						Brasil		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
17	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação dos efeitos das várias opções sobre áreas ou paisagens que possuem status de proteção reconhecidos nacional, continental ou internacionalmente?	G	A	G	G	G	G	G	G	G

Os resultados encontrados demonstram que apenas o relatório 2 (*Aberdeenshire Local Transport Strategy*) explicou como a significância de impacto foi determinada pela identificação dos efeitos das várias opções sobre áreas ou paisagens que possuem status de proteção reconhecidos nacional, continental ou internacionalmente. Os resultados encontrados por Fischer (2012) também indicam que o cumprimento do atendimento da questão 17 foi frequentemente realizado de maneira insuficiente.

10.3.4. Questão 18

Questão		Reino Unido						Brasil		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
18	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da probabilidade, duração (curto, médio e longo prazo, permanente e temporário), frequência e reversibilidade dos efeitos, tanto positivos quanto negativos, das várias opções?	G	A	G	A	G	G	G	G	G

Os resultados encontrados demonstram que a maioria dos relatórios analisados realizou nenhuma tarefa o atendimento da questão 18. Entre todos os relatórios analisados, apenas os relatórios 2 (*Aberdeenshire Local Transport Strategy*) e 4 (*Local Transport Strategy of Aberdeen City*) explicaram a forma como a significância de impacto foi determinada pela identificação da probabilidade, duração (curto, médio e longo prazo, permanente e temporário), frequência e reversibilidade dos efeitos, tanto positivos quanto negativos, das várias opções. Os resultados do presente trabalho diferem um pouco dos resultados encontrados por Fischer (2012) que obtiveram uma nota média D (insatisfatório) para a prática dos relatórios de PTL3 avaliados.

10.3.5. Questão 19

Questão		Reino Unido						Brasil		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
19	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da magnitude e extensão espacial dos efeitos (área geográfica e tamanho da população afetada) das várias opções?	G	A	D	D	G	G	G	G	G

Os resultados encontrados demonstram que a maioria dos relatórios analisados não realizou nenhuma tarefa para o atendimento dos critérios analisados pela questão 19 e que apenas 3 relatórios apresentaram algum procedimento. Entre todos os relatórios analisados, apenas o relatório 2 (*Aberdeenshire Local Transport Strategy*) atendeu de maneira satisfatória a questão 19 e apresentou informações que explicassem como a significância de impacto foi determinada pela identificação da magnitude e extensão espacial dos efeitos (área geográfica e tamanho da população afetada) das várias opções.

Os relatórios 3 (*Wales Transport Strategy*) e 4 (*Local Transport Strategy of Aberdeen City*) atenderam parcialmente o cumprimento dos critérios analisados e foram considerados insatisfatórios porque não explicaram a forma como a significância de impacto foi determinada pela identificação da extensão espacial dos efeitos (área geográfica e tamanho da população afetada).

10.3.6. Questão 20

Questão		Reino Unido						Brasil		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
20	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da natureza secundária, cumulativa e sinérgica dos efeitos das várias opções?	G	G	A	G	G	G	G	G	G

Os resultados encontrados demonstram que a maioria dos relatórios analisados não realizou nenhuma tarefa para o atendimento dos critérios analisados pela questão 20 e que apenas o relatório 3 (*Wales Transport Strategy*) explicou de maneira satisfatória a forma como a significância de impacto foi determinada pela identificação da natureza secundária, cumulativa e sinérgica dos efeitos das várias opções.

10.3.7. Questão 21

Questão		Reino Unido						Brasil		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
21	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da natureza transfronteiriça dos efeitos das várias opções?	G	G	G	G	G	G	G	G	G

Os resultados encontrados demonstram que nenhum dos relatórios analisados apresentou qualquer tarefa para o atendimento dos critérios analisados pela questão 21. Os relatórios de AAE para PTL3 avaliados por Fischer (2012) obtiveram uma nota média D (insatisfatória), demonstrando grande diferença entre os resultados encontrados pelo presente trabalho, que obtiveram uma média G.

10.3.8. Questão 22

Questão		Reino Unido						Brasil		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
22	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação dos riscos para a saúde humana e para as questões ambientais ou de sustentabilidade?	G	A	G	G	G	G	G	G	G

Os resultados encontrados demonstram que quase todos os relatórios analisados não apresentaram nenhuma tarefa para o cumprimento dos critérios analisados pela questão 22. Entre todos os relatórios analisados, o relatório 2 (*Aberdeenshire Local Transport Strategy*) foi o único que explicou a forma como a significância de impacto foi determinada pela identificação dos riscos para a saúde humana e para as questões ambientais ou de sustentabilidade. Os resultados encontrados pelo presente trabalho diferem dos resultados encontrados por Fischer (2012), em que os relatórios dos PTL3 obtiveram nota média entre C (apenas satisfatório) e D (insatisfatório).

10.4. SEÇÃO 4: Processo de consulta

10.4.1. Questão 23

Questão		Reino Unido						Brasil		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
23	Descreve como e quando as autoridades foram consultadas e como o escopo e o nível de detalhe das informações da avaliação foram identificados?	A	E	A	E	C	D	F	F	F

Os resultados encontrados demonstram que a maioria dos relatórios analisados obtiveram notas insatisfatórias abaixo de C (apenas satisfatório). A partir dos resultados encontrados também é possível observar que enquanto a metade dos relatórios do Reino Unido foi considerada insatisfatória (com a pior nota obtida E) todos os relatórios do Brasil obtiveram a nota F (é muito insatisfatório com tarefas

importantes realizadas de maneira pobre.) para o cumprimento dos seguintes critérios:

- A constatação da existência de informações que descrevem sobre a forma como as autoridades foram consultadas sobre o escopo e o relatório de AAE;
- A constatação da existência de informações que descrevem quando as autoridades foram consultadas sobre o escopo e o relatório de AAE;
- A constatação da existência de informações que descrevem sobre a forma como o escopo temporal, espacial e técnico das informações da avaliação foi identificado;
- A constatação da existência de informações que descrevem sobre a forma como o nível de detalhe das informações da avaliação foi identificado.

Os resultados encontrados demonstram que enquanto todos os relatórios do Reino Unido descreveram como e quando as autoridades foram consultadas quanto ao escopo, nenhum relatório brasileiro descreveu a forma como as autoridades foram consultadas sobre o escopo. Os procedimentos adotados pelos relatórios do Reino Unido em relação a descrição da “forma como” foi realizada a consulta das autoridades em relação ao escopo foram:

- A partir do envio do relatório de *scoping* para que comentassem e fornecessem recomendações (nos relatórios 1, 3, 4, 5 e 6);
- A partir de *workshop* para identificar problemas e oportunidades ambientais e para discutir sobre a relevância dos indicadores de AAE quanto a ação estratégica e aos problemas e oportunidades existentes dentro da área da ação estratégica (no relatório 2).

Os procedimentos adotados pelos relatórios do Reino Unido em relação a descrição do momento “quando” foi realizada a consulta das autoridades em relação ao escopo foram determinados como um padrão entre todos os relatórios em um momento após a definição do contexto, a identificação de PPPs e objetivos ambientais e de sustentabilidade relevantes, o estabelecimento e a revisão da *baseline*, a identificação de problemas ambientais e/ou de sustentabilidade e o desenvolvimento dos objetivos da AAE.

O único relatório brasileiro que descreveu algum procedimento relacionado a este critério foi o relatório 9 (*Programa Intermodal e Logístico Porto Sul*), que descreveu um momento de “acompanhamento” pelas autoridades após a definição do contexto e a identificação de PPPs relevantes.

A partir dos resultados encontrados pode ser observado que, entre todos os relatórios analisados, apenas os relatórios do Reino Unido 1 (*Buckinghamshire Local Transport Plan 2*), 3 (*Wales Transport Strategy*) e 6 (*County Durham Local Transport Plan 3*) descreveram informações sobre a forma “como” as autoridades foram consultadas “em relação ao relatório de AAE”. Os procedimentos adotados que cumpriram parcialmente ou plenamente o atendimento deste critério foram:

- Os relatórios 1 (*Buckinghamshire Local Transport Plan 2*) e 3 (*Wales Transport Strategy*) descreveram que a forma utilizada para a consulta do relatório de AAE foi realizada por meio da disponibilização do relatório em *website*, da proposição de questões aos consultados que fossem focadas sobre pontos chave do processo de AAE e do registro dos comentários;
- Adicionalmente, o relatório 1 (*Buckinghamshire Local Transport Plan 2*) documentou a forma como o comentário foi revisado, por quem foi revisado, se o comentário foi aceito ou rejeitado para a elaboração da ação estratégica final e as justificativas para estas decisões;
- O relatório 6 (*County Durham Local Transport Plan 3*) apenas descreveu que a forma utilizada para a consulta sobre o relatório de AAE pelas autoridades foi realizada por meio do envio do relatório de AAE.

Em relação ao cumprimento do critério sobre a constatação do fornecimento de informações que descrevem “quando o relatório de AAE” foi consultado pelas autoridades, apenas os relatórios do Reino Unido 1 (*Buckinghamshire Local Transport Plan 2*), 3 (*Wales Transport Strategy*), 5 (*Nottinghamshire Local Transport Plan 3*) e 6 (*County Durham Local Transport Plan 3*) descreveram informações. O procedimento adotado como um padrão pela prática destes relatórios foi a descrição da realização da consulta em momento posterior ao desenvolvimento de estrutura recomendada para o monitoramento dos efeitos significantes identificados.

Em relação ao critério que analisou o fornecimento de informações que descrevem sobre a forma como o escopo temporal, espacial e técnico das

informações da avaliação foi identificado, os resultados encontrados para o “escopo técnico” dos relatórios do Reino Unido demonstram que apenas os relatórios 1 (*Buckinghamshire Local Transport Plan 2*), 2 (*Aberdeenshire Local Transport Strategy*), 3 (*Wales Transport Strategy*) e 5 (*Nottinghamshire Local Transport Plan 3*) apresentaram esta informação a partir dos seguintes procedimentos:

- Descrição da forma como o escopo técnico foi identificado a partir de regulamentações que especificam certos tópicos que devem ser abordados pelas AAEs (pelos relatórios 2, 3 e 5);
- Descrição da forma como o escopo técnico foi identificado a partir de questões relevantes para a ação estratégica e para a identificação de problemas e oportunidades ambientais (pelos relatórios 1, 2 e 3).

No caso dos relatórios brasileiros, todos os relatórios descreveram como o escopo técnico das informações de avaliação foi identificado e utilizaram os seguintes procedimentos:

- Descrição da forma como o escopo técnico foi identificado a partir dos efeitos identificados para a construção e operação do empreendimento proposto como conteúdo da ação estratégica (no relatório 7 - *Programa Rodoanel Mario Covas*);
- Descrição da forma como o escopo técnico foi identificado a partir dos problemas e oportunidades ambientais resultantes do desenvolvimento regional e dos efeitos identificados para a construção e operação dos empreendimentos propostos como conteúdo das ações estratégicas (nos relatórios 8 - *Dimensão Portuária, Industrial, Naval e Offshore do Litoral Paulista* e 9 - *Programa Intermodal e Logístico Porto Sul*).

Em relação a descrição da “forma” como o escopo “espacial” foi identificado, entre todos os relatórios analisados os únicos que apresentaram informações foram os relatórios 1 (*Buckinghamshire Local Transport Plan 2*), 3 (*Wales Transport Strategy*) e 5 (*Nottinghamshire Local Transport Plan 3*), que descreveram que foi determinado para a mesma área abordada pela ação estratégica e para áreas ao redor e fora dos limites abordados pela ação estratégica e também afetadas pelos efeitos desta.

Em relação a descrição da “forma” como o escopo “temporal” foi identificado, entre todos os relatórios analisados os únicos que apresentaram informações também foram os relatórios 1 (*Buckinghamshire Local Transport Plan 2*), 3 (*Wales*

Transport Strategy) e 5 (*Nottinghamshire Local Transport Plan 3*), que descreveram que foi determinado a partir da escala temporal determinada pela própria ação estratégica (nos relatórios 1, 3 e 5) e pela escala temporal de longo prazo de alguns efeitos causados pelas ações de transporte propostas (no relatório 3).

Em relação ao critério que analisou o fornecimento de informações que descrevem sobre a “forma como o nível de detalhe das informações da avaliação foi identificado”, entre todos os relatórios analisados apenas os relatórios 1 (*Buckinghamshire Local Transport Plan 2*) e 3 (*Wales Transport Strategy*) apresentaram informações a partir dos seguintes procedimentos:

- Descrição da forma como o nível de detalhe das informações da avaliação foi identificado com base em uma pesquisa sobre efeitos significantes de ações estratégicas "PTL" e critérios de significância para AAEs destas ações estratégicas (no relatório 1);
- Descrição da forma como o nível de detalhe das informações da avaliação foi identificado com base no nível de detalhe da ação estratégica que esta sendo avaliada e dos seus efeitos significantes (no relatório 3).

10.4.2. Questão 24

Questão		Reino Unido						Brasil		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
24	Descreve como a ação estratégica preliminar e o relatório ambiental foram disponibilizados para as autoridades e para o público (possíveis afetados e interessados) e como foram permitidos a expressar suas opiniões dentro de um período apropriado?	A	G	D	D	G	G	G	G	G

Os resultados encontrados demonstram que fora o relatório 1 (*Buckinghamshire Local Transport Plan 2*) nenhum outro relatório foi considerado satisfatório para o cumprimento da questão 24. Outro resultado importante destaca que 6 dos 9 relatórios analisados não realizaram nenhuma tarefa para o atendimento desta questão.

Entre os relatórios que adotaram procedimentos que atenderam parcialmente ou plenamente o cumprimento do critério analisado foi observada a seguinte prática:

- Descrição da forma como a ação estratégica preliminar e o relatório ambiental foram disponibilizados para as autoridades e para o público por meio de publicação do relatório e da ação estratégica em website do condado e do fornecimento de cópias impressas em cinco locais oficiais do condado (relatório 1);
- Descrição da forma como as autoridades e o público foram permitidos a expressar suas opiniões por meio do fornecimento de informações ou comentários pelos correios, telefone ou email dentro de um período apropriado descrito em cada um dos relatórios 1, 3 e 4.

Segundo Runhaar e Driessen (2007), a realização de participação pública para a formulação de suposições e precondições do processo de AAE é relatada como um fator importante que contribui para o uso de AAE pelos tomadores de decisões ao aumentar a credibilidade dos resultados finais (e da decisão final) e que pode garantir que todas as preocupações públicas sejam consideradas.

Adicionalmente, a participação pública é constituída como um veículo para adquirir informações relevantes para os processos decisórios da AAE e da ação estratégica (Runhaar e Driessen, 2007). No entanto, a participação por si só não significa necessariamente que serão alcançados resultados sustentáveis (BOND et al, 2011).

10.4.3. Questão 25

Questão		Reino Unido						Brasil		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
25	Confirma que os resultados das respostas de consulta sobre a ação estratégica e a AAE serão considerados pela tomada de decisão?	A	A	A	A	A	A	G	G	G

A partir dos resultados encontrados foi observado que apenas os relatórios do Reino Unido confirmaram que os resultados das respostas de consulta sobre a ação estratégica e a AAE seriam considerados pela tomada de decisão. Os principais procedimentos incluem a documentação de como os comentários foram revisados, da identificação do revisor, dos comentários rejeitados e aceitos pela ação estratégica final e das justificativas para estas decisões. Nenhum dos relatórios brasileiros realizou qualquer tarefa em relação a esta questão.

10.5. SEÇÃO 5: Apresentação das informações e dos resultados:

10.5.1. Questão 26

Questão		Reino Unido						Brasil		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
26	Inclui uma seção de AAE ou um relatório de AAE separado, claramente distinguível, preparado de acordo com os requerimentos da diretiva de AAE?	A	A	A	A	A	A	D	D	D

A partir dos resultados encontrados foi observado que apenas os relatórios do Reino Unido cumpriram de maneira satisfatória o atendimento da questão 26. Entre os procedimentos apresentados pelos relatórios do Reino Unido foi observada a apresentação de informações sobre os requerimentos da diretiva de AAE no início de cada capítulo ou a apresentação de tabelas que descreviam os estágios envolvidos na realização do processo de AAE (de acordo com os requerimentos da diretiva de AAE) e a seção referente a localização de cada estágio no relatório apresentado.

Os relatórios brasileiros foram considerados insatisfatórios porque não seguem quase todos os procedimentos da Diretiva Europeia de AAE. No entanto foram realizados processos de avaliações que consideraram algumas questões mais amplas, diferindo um pouco da AIA de projeto na forma como regulamentado no Brasil.

10.5.2. Questão 27

Questão		Reino Unido						Brasil		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
27	Fornecer uma visão geral das dificuldades encontradas na compilação e na análise das informações que serão utilizadas para a avaliação ambiental e um resumo das incertezas resultantes destas dificuldades (como deficiências técnicas de falta de know how técnico)?	A	A	A	G	A	D	G	G	G

Os resultados encontrados demonstram que a maioria dos relatórios do Reino Unido foi considerada satisfatória enquanto nenhum relatório do Brasil realizou qualquer tarefa por o atendimento dos critérios analisados pela questão 27. Os critérios foram atendidos pelos relatórios da seguinte forma:

- Fornecimento de uma visão geral das dificuldades encontradas na compilação e na análise das informações que seriam utilizadas para a avaliação ambiental (relatórios 1, 2, 3, 5 e 6);
- Fornecimento de um resumo das incertezas resultantes das dificuldades encontradas na compilação e na análise das informações que seriam utilizadas para a avaliação ambiental (relatórios 1, 2, 3 e 5).

Os procedimentos adotados pelos relatórios incluem desde a descrição de dificuldades e incertezas de uma maneira resumida e geral para todas as informações abordadas para a avaliação ambiental (como nos relatórios 1 - *Buckinghamshire Local Transport Plan 2* e 2 - *Aberdeenshire Local Transport Strategy*) até a descrição de dificuldades e incertezas por tópico abordado pela AAE (como no relatório 3 - *Wales Transport Strategy*) ou a descrição de dificuldades e incertezas para as diferentes questões abordadas durante a análise da AAE (como no relatório 5 - *Nottinghamshire Local Transport Plan 3*).

Ao avaliar a qualidade de 117 relatórios de AAE, realizados entre 2004 e 2008 para o planejamento espacial inglês, os resultados de Fischer (2010) demonstram que, frequentemente, foram fornecidas explicações insuficientes sobre dificuldades e incertezas, se estas foram encontradas e como foram tratadas. Fischer (2012) também encontrou uma lacuna em relação ao fornecimento de uma visão geral das dificuldades encontradas na compilação e na análise das informações utilizadas pela AAE.

10.5.3. Questão 28

Questão		Reino Unido						Brasil		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
28	Uma vez que a decisão tenha sido tomada, o relatório é acompanhado por uma declaração resumindo como as considerações ambientais ou de sustentabilidade foram integradas dentro da ação estratégica, como o relatório de AAE e os resultados de consulta foram considerados, e as justificativas para a escolha da ação estratégica adotada a luz das outras opções alternativas consideradas razoáveis?	?	A	?	A	A	D	G	G	G

A partir dos resultados encontrados foi observado que enquanto todos os relatórios do Reino Unido, ao menos, citaram que seriam acompanhados por uma declaração sobre a forma como a AAE foi adotada pela ação estratégica avaliada, nenhum relatório do Brasil realizou qualquer tarefa para o atendimento dos critérios analisados ou, até mesmo, citou que realizaria determinado procedimento.

Mesmo que todos os relatórios do Reino Unido tenham citado que seriam acompanhados por uma declaração de AAE, este documento foi efetivamente encontrado apenas para os relatórios 2 (*Aberdeenshire Local Transport Strategy*), 4 (*Aberdeen City Local Transport Strategy*), 5 (*Nottinghamshire Local Transport Plan 3*) e 6 (*County Durham Local Transport Plan 3*).

Os resultados encontrados demonstram que todas as declarações analisadas resumiram como as considerações ambientais ou de sustentabilidade foram integradas dentro da ação estratégica e como o relatório de AAE e os resultados de consulta foram considerados. Por outro lado, o fornecimento de um resumo sobre a forma como as justificativas para a escolha da ação estratégica adotada a luz das outras opções alternativas consideradas razoáveis foi realizado apenas pelos relatórios 2 (*Aberdeenshire Local Transport Strategy*), 4 (*Aberdeen City Local Transport Strategy*), 5 (*Nottinghamshire Local Transport Plan 3*).

Os resultados de Fischer (2010), sobre a qualidade de 117 relatórios de AAE realizados entre 2004 a 2008 para o planejamento espacial inglês, demonstram que as explicações das alterações sobre a ação estratégica, realizadas pela AAE, foram frequentemente insatisfatórias. Neste contexto, se as alterações foram abordadas e a forma como as alterações foram abordadas não foram explicadas, resultando em

uma explicação praticamente insuficiente do impacto da AAE sobre as ações estratégicas (FISCHER 2010).

Fischer (2012) observou que o impacto da participação pública e da AAE sobre a formulação da ação estratégica foi insuficientemente explicado pela maioria dos relatórios. Ao avaliar a qualidade de AAEs para a terceira rodada dos PTLs do noroeste da Inglaterra, Fischer (2012) observou que a explicação sobre o impacto da participação pública e da AAE sobre a formulação da ação estratégica foi realizada de maneira pobre, garantindo uma média de nota abaixo do insatisfatório (abaixo de E) para esta questão.

Fischer (2012) ressalta que as explicações sobre qualquer alteração feita sobre a AAE foram raramente tentadas e que a forma como os comentários foram abordados, se foram abordados, não foi esclarecida. Segundo o autor, o impacto da AAE sobre a ação estratégica permaneceu, em sua maior parte, pobremente explicado.

10.6. SEÇÃO 6: Recomendações sobre o monitoramento

10.6.1. Questão 29

Questão		Reino Unido					Brasil			
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
29	Fornece informação sobre as medidas previstas para evitar, reduzir e compensar, tanto quanto possível, qualquer efeito adverso significativo sobre as questões ambientais ou de sustentabilidade da implementação da ação estratégica?	A	A	C	A	D	F	F	G	F

Os resultados encontrados demonstram que enquanto a maioria dos relatórios do Reino Unido forneceu informações satisfatórias para o atendimento dos critérios analisados pela questão 29, os relatórios do Brasil 7 (Programa Rodoanel Mario Covas) e 9 (*Programa Intermodal e Logístico Porto Sul*) forneceram apenas algumas informações e obtiveram nota F (é muito insatisfatório com tarefas

importantes realizadas de maneira pobre) para o atendimento parcial e insatisfatório dos critérios analisados nesta questão.

A partir da análise dos relatórios do Reino Unido foi observado que os relatórios 1 (Buckinghamshire Local Transport Plan 2), 2 (Aberdeenshire Local Transport Strategy), 3 (Wales Transport Strategy), 4 (Aberdeen City Local Transport Strategy) e 5 (Nottinghamshire Local Transport Plan 3) forneceram informações sobre as medidas previstas para evitar, reduzir e compensar efeitos adversos significantes de impactos específicos da implementação da ação estratégica. Os procedimentos adotados para o atendimento dos critérios analisados foram:

- Fornecimento de informações sobre as medidas previstas para evitar, reduzir e compensar os efeitos cumulativos e sinérgicos direcionados para os recursos ou tópicos ambientais afetados pela implementação da ação estratégica (relatórios 1, 2, 3 e 4);
- Fornecimento de informações sobre as medidas previstas para a melhoria de oportunidades ambientais ou de sustentabilidade da implementação da ação estratégica.

Adicionalmente, como parte dos procedimentos adotados foram fornecidas informações sobre as medidas previstas para evitar, reduzir e compensar que devem ser abordadas durante a AIA em nível de projeto dos esquemas propostos para a implementação da ação estratégica (no caso dos relatórios 1, 2 e 4) e durante o desenvolvimento de ações estratégicas subsequentes e a implementação de medidas e esquemas individuais (no caso do relatório 3).

No caso dos relatórios brasileiros, o relatório 7 (*Programa Rodoanel Mario Covas*) foi o único que forneceu informações sobre medidas previstas para evitar, reduzir e compensar alguns impactos específicos da implementação do projeto de anel periférico viário que compõe o conteúdo da ação estratégica. Apesar de apresentar estas informações os procedimentos adotados pelo relatório 7 não incluíram:

- Informações sobre as medidas previstas para evitar, reduzir e compensar efeitos adversos “significantes” sobre as questões ambientais ou de sustentabilidade da implementação de uma ação estratégica;
- A proposição de medidas mitigatórias e de melhoria ambiental tanto dos impactos específicos quanto dos cumulativos e sinérgicos que

extrapolassem o projeto de anel periférico viário determinado como conteúdo da ação estratégica.

O relatório 9 (*Programa Intermodal e Logístico Porto Sul*) foi o único relatório brasileiro que forneceu informações sobre algumas recomendações para a melhoria ambiental. O relatório descreveu algumas recomendações vinculadas ao alcance de objetivos propostos para a formulação de um dos cenários avaliados (Cenário de Sustentabilidade).

10.6.2. Questão 30

Questão		Reino Unido						Brasil		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
30	Descreve os efeitos ambientais significantes da implementação da ação estratégica que devem ser monitorados e identifica as medidas de monitoramento para que, entre outras funções, identifiquem previamente os efeitos adversos imprevistos?	A	E	A	G	E	G	G	G	G

Os resultados encontrados demonstram que, com exceção dos relatórios 1 (*Buckinghamshire Local Transport Plan 2*) e 3 (*Wales Transport Strategy*) que atenderam satisfatoriamente o cumprimento dos critérios analisados, todos os relatórios analisados pelo presente trabalho foram considerados insatisfatórios e obtiveram notas E (não é satisfatório, revelando omissões ou inadequações significantes.) e G (nenhuma tarefa realizada).

Entre os relatórios que forneceram alguma informação para o cumprimento da questão 30, os critérios foram atendidos da seguinte forma:

- Descrição dos efeitos ambientais significantes da implementação da ação estratégica que devem ser monitorados em tabelas (relatórios 1, 3 e 5).
- Descrição de medidas para que sejam previamente identificados os efeitos adversos imprevistos (relatórios 1, 2 e 3).

Entre os relatórios que descreveram medidas para que sejam previamente identificados os efeitos adversos imprevistos, foram adotados os seguintes procedimentos:

- Atualizações e revisões anuais e semestrais do monitoramento de indicadores da situação dos recursos ambientais possivelmente afetados (relatório 2 - *Aberdeenshire Local Transport Strategy*);
- Monitoramento dos recursos ambientais possivelmente afetados, estabelecimento de limites e padrões ambientais para comparação e proposição de medidas de remediação caso sejam excedidos os limites monitorados e identificados efeitos ambientais imprevistos (relatórios 1 - *Buckinghamshire Local Transport Plan 2* e 3 - *Wales Transport Strategy*).

10.6.3. Questão 31

Questão		Reino Unido					Brasil			
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
31	Explica como o monitoramento é feito, de modo que esteja apto a realizar as medidas corretivas apropriadas? Neste contexto, as explicações sobre "o quê", "como" e "quem" do processo de monitoramento devem ser especificadas.	C	G	E	E	G	G	G	G	G

Os resultados encontrados demonstram que a maioria dos relatórios analisados obteve nota G e não realizou nenhuma tarefa para o cumprimento dos critérios analisados. Os únicos relatórios que apresentaram alguma informação para o atendimento da questão 31 foram os relatórios 1 (*Buckinghamshire Local Transport Plan 2*), 3 (*Wales Transport Strategy*) e 4 (*Aberdeen City Local Transport Strategy*). Mesmo assim, entre todos os relatórios analisados, apenas o relatório 3 forneceu informações satisfatórias para o atendimento dos critérios analisados.

Os procedimentos adotados pelos relatórios que forneceram algumas informação para o atendimento da questão 31 foram:

- Identificação das medidas corretivas apropriadas e da forma como essas medidas deveriam ser realizadas caso fossem necessárias (relatório 1 - *Buckinghamshire Local Transport Plan 2*);
- Identificação de quem seria a responsabilidade de realização das medidas corretivas apropriadas caso a aplicação fosse necessária (relatório 3 - *Wales Transport Strategy* e 4 - *Aberdeen City Local Transport Strategy*).

10.6.4. Questão 32

Questão		Reino Unido						Brasil		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
32	Explica como os arranjos de monitoramento existentes podem ser utilizados, se apropriado, de uma maneira para evitar a duplicação?	A	G	G	G	G	G	G	G	G

Os resultados encontrados demonstraram que apenas o relatório 1 (*Buckinghamshire Local Transport Plan 2*) forneceu informações que explicassem como os arranjos de monitoramento existentes poderiam ser utilizados para o monitoramento proposto como parte da AAE. O relatório 1 descreve que, quando for relevante, será feito o uso dos processos de monitoramento existentes (cita o sistema de rastreamento para a gestão da performance do processo de PTL) para o monitoramento proposto como parte da AAE.

Ao avaliar a qualidade de relatórios de AAE para estratégias espaciais, estratégias de gestão de resíduos e para planos de transporte local, Fischer (2012 p 285) observou que a falha no fornecimento de informação sobre a forma como os arranjos de monitoramento existentes podem ser utilizados para evitar a duplicação foi uma omissão comum entre os três setores.

10.7. Avaliação geral das seções e do relatório como um todo

Avaliações Gerais	Reino Unido						Brasil		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Seção 1	D	E	D	D	C	D	F	F	E
Seção 2	E	F	C	D	E	F	F	F	F
Seção 3	G	D	F	F	G	G	G	G	G
Seção 4	A	E	C	D	E	E	F	F	F
Seção 5	A	A	A	D	A	D	F	F	F
Seção 6	A	E	D	E	E	F	F	G	F
Relatório como um todo	D	E	C	E	E	E	F	F	E

Os resultados encontrados demonstram que, com exceção da seção 3 (significância), em todas as seções analisadas a maioria dos relatórios do Reino

Unido (mais que 3 dos 6 relatórios) obtiveram notas maiores do que as melhores notas obtidas pelas seções dos relatórios do Brasil. As diferenças entre as notas dos dois países foram mais acentuadas nas seções 4 (consulta) e 5 (apresentação dos resultados), onde todos os relatórios do Reino Unido obtiveram notas mais altas do que todos os relatórios do Brasil.

Apesar de ter sido observada diferenças bem acentuadas entre as diversas notas obtidas para as seções e para as questões específicas analisadas para os relatórios dos dois países, nas seções 2 (identificação e avaliação das principais questões/opções), 3 (significância) e 6 (recomendações sobre o monitoramento) ao menos 1 relatório do Reino Unido (quando obtida a nota mais baixa para a seção dentro do seu grupo) obteve a mesma nota que a melhor nota obtida pelos relatórios do Brasil.

Os resultados encontrados demonstram que em 19, das 32 questões analisadas, a maioria dos relatórios do Reino Unido (mais que 3 dos 6 relatórios) obteve notas insatisfatórias (abaixo da nota C - apenas satisfatório). A partir da figura 2 pode ser observado que estes resultados ocorreram, principalmente, devido a todas as questões da seção 3 (8 questões referentes a seção de significância) e à maioria das questões das seções 2 (4 questões referentes a seção de identificação e avaliação das principais questões/opções) e 6 (3 questões referentes a seção de recomendações sobre o monitoramento).

Figura 2 – Média das notas obtidas para a qualidade dos relatórios de AAE analisados para o Reino Unido e para o Brasil.

Os resultados considerados satisfatórios (acima de D) para a metade ou para a maioria dos relatórios analisados do Reino Unido (3 ou mais que 3 dos 6 relatórios) foram observados para apenas 13 das 32 questões analisadas, representadas pelas seguintes:

- 2 - Descreve a relação com outras PPPs relevantes;
- 5 - Fornece informações sobre: os aspectos relevantes do estado atual ambiental, econômico e social com probabilidade de serem significativamente afetados; a possível evolução destes aspectos sem considerar a implementação da ação estratégica; e indica lacunas quanto aos dados;
- 6 - Fornece informações sobre qualquer problema ou potencial problema ambiental ou de sustentabilidade relevante para a ação estratégica, incluindo em particular, aqueles relacionados às áreas de importância ambiental particular;
- 7 - Fornece informações sobre os objetivos de proteção ambiental ou de sustentabilidade, estabelecidos em nível internacional, continental e nacional, relevantes para a ação estratégica e sobre a forma como estes objetivos e qualquer consideração ambiental ou de sustentabilidade foram levados em conta durante a preparação da ação estratégica;
- 9 - Lista as questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação;
- 10 - Descreve como as questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação foram identificadas;
- 14 - Mostra como o conhecimento do estado da arte e os métodos de avaliação foram utilizados para a avaliação da ação estratégica;
- 23 - Descreve como e quando as autoridades foram consultadas e como o escopo e o nível de detalhe das informações da avaliação foram identificados;
- 25 - Confirma que os resultados das respostas de consulta sobre a ação estratégica e a AAE serão considerados pela tomada de decisão;

- 26 - Inclui uma seção de AAE ou um relatório de AAE separado, claramente distinguível, preparado de acordo com os requerimentos da diretiva de AAE;
- 27 - Fornece uma visão geral das dificuldades encontradas na compilação e na análise das informações que serão utilizadas para a avaliação ambiental e um resumo das incertezas resultantes destas dificuldades (como deficiências técnicas de falta de know how técnico);
- 28 - Uma vez que a decisão tenha sido tomada, o relatório é acompanhado por uma declaração resumindo como as considerações ambientais ou de sustentabilidade foram integradas dentro da ação estratégica, como o relatório de AAE e os resultados de consulta foram considerados, e as justificativas para a escolha da ação estratégica adotada a luz das outras opções alternativas consideradas razoáveis;
- 29 - Fornece informação sobre as medidas previstas para evitar, reduzir e compensar, tanto quanto possível, qualquer efeito adverso significativo sobre as questões ambientais ou de sustentabilidade da implementação da ação estratégica.

No caso dos relatórios brasileiros, os resultados encontrados demonstram que em 22, das 32 questões analisadas, a maioria dos relatórios do Brasil (mais que 1 dos 3 relatórios) não realizou nenhuma tarefa para o atendimento dos critérios analisados e, portanto, obteve nota G, demonstrando uma prática completamente inconsistente em relação a maioria dos critérios analisados pela estrutura de revisão de AAE. Além disso, entre todas as notas obtidas pelos relatórios brasileiros para as 32 questões avaliadas foram encontradas apenas 2 questões satisfatórias (9 e 14) referentes ao relatório 9 (Programa Intermodal e Logístico Porto Sul).

Os resultados em que ao menos um dos relatórios brasileiros apresentou, no mínimo, alguma informação analisada pelos critérios (notas maiores que G) foram observados apenas para as seguintes questões:

- 1 - Descreve o contexto, o conteúdo e os principais objetivos da ação estratégica;
- 5 - Fornece informações sobre: os aspectos relevantes do estado atual ambiental, econômico e social com probabilidade de serem significativamente afetados; a possível evolução destes aspectos sem

considerar a implementação da ação estratégica; e indica lacunas quanto aos dados;

- 6 - Fornece informações sobre qualquer problema ou potencial problema ambiental ou de sustentabilidade relevante para a ação estratégica, incluindo em particular, aqueles relacionados às áreas de importância ambiental particular;
- 9 - Lista as questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação;
- 10 - Descreve como as questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação foram identificadas;
- 11 - Fornece informações de possíveis efeitos significantes de diferentes opções sobre: a) biodiversidade; b) população; c) saúde humana; d) fauna; e) flora; f) solo; g) água; h) ar; i) fatores climáticos; j) bens materiais; k) patrimônio cultural, incluindo arquitetura e arqueologia; l) paisagem; m) a interrelação entre todos fatores anteriores;
- 14 - Mostra como o conhecimento do estado da arte e os métodos de avaliação foram utilizados para a avaliação da ação estratégica;
- 23 - Descreve como e quando as autoridades foram consultadas e como o escopo e o nível de detalhe das informações da avaliação foram identificados;
- 26 - Inclui uma seção de AAE ou um relatório de AAE separado, claramente distinguível, preparado de acordo com os requerimentos da diretiva de AAE;
- 29 - Fornece informação sobre as medidas previstas para evitar, reduzir e compensar, tanto quanto possível, qualquer efeito adverso significativo sobre as questões ambientais ou de sustentabilidade da implementação da ação estratégica.

A seção 3 (significância) foi a única seção em que os relatórios do Reino Unido obtiveram nota G (nenhuma tarefa realizada) entre todas as notas das seções avaliadas para os relatórios do Reino Unido. Já os relatórios brasileiros, além de todos terem apresentado nota G na seção 3 (significância), o relatório 8 (PINO)

também obteve nota G (nenhuma tarefa realizada) para a avaliação da seção 6 (recomendações sobre o monitoramento).

Para finalizar, os maiores desafios enfrentados pelos relatórios de AAE analisados podem ser evidenciados pelas seguintes questões, em que no máximo 2 ou nenhum dos relatórios se destacou dos demais (com notas mais altas) a partir de uma prática diferenciada:

- Seção 1:
 - 1 - Descreve o contexto, o conteúdo e os principais objetivos da ação estratégica (relatório 5 - *Nottinghamshire Local Transport Plan 3*);
 - 3 - Descreve como os processos de AAE e de formulação da ação estratégica foram integrados (relatórios 3 - *Wales Transport Strategy* e 4 - *Aberdeen City Local Transport Strategy*);
 - 4 - Procurando evitar a duplicação de avaliação, o relatório descreve quais questões são abordadas em outras avaliações (relatório 4 - *Aberdeen City Local Transport Strategy*);
- Seção 2:
 - 8 - Descreve como as alternativas "razoáveis" foram desenvolvidas e identificadas, considerando os objetivos e o escopo geográfico da ação estratégica (relatório 3 - *Wales Transport Strategy*);
 - 10 - Descreve como as questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação foram identificadas (relatórios 4 - *Aberdeen City Local Transport Strategy* e 5 - *Nottinghamshire Local Transport Plan 3*);
 - 11 - Fornece informações de possíveis efeitos significantes de diferentes opções sobre: a) biodiversidade; b) população; c) saúde humana; d) fauna; e) flora; f) solo; g) água; h) ar; i) fatores climáticos; j) bens materiais; k) patrimônio cultural, incluindo arquitetura e arqueologia; l) paisagem; m) a interrelação entre todos fatores anteriores (relatório 3 - *Wales Transport Strategy*);
 - 12 - Apresenta um resumo das justificativas para a seleção das alternativas consideradas e uma descrição de como a avaliação

- que embasa estas justificativas foi realizada (relatório 4 - *Aberdeen City Local Transport Strategy*);
- 13 - Estabelece questões relevantes para que sejam avaliadas de maneira mais adequada em outros níveis ou layers de tomada de decisão, procurando evitar a duplicação (relatório 4 - *Aberdeen City Local Transport Strategy*);
 - 14 - Mostra como o conhecimento do estado da arte e os métodos de avaliação foram utilizados para a avaliação da ação estratégica (relatórios 3 - *Wales Transport Strategy* e 6 - *County Durham Local Transport Plan 3*);
 - Seção 3:
 - 15 - Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação do grau no qual a ação estratégica estabelece uma estrutura para projetos/outras atividades, seja em termos de localização, tamanho, natureza e condições de operação ou pela alocação de recursos (nenhum relatório);
 - 16 - Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação do valor e da vulnerabilidade da área provavelmente afetada em consequência das características naturais especiais ou da herança cultural, dos padrões de qualidade ambientais ou de sustentabilidade excedidos, dos limites de valores ou do uso intensivo do solo excedidos (relatório 2 - *Aberdeenshire Local Transport Strategy*);
 - 17 - Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação dos efeitos das várias opções sobre áreas ou paisagens que possuem status de proteção reconhecidos nacional, continental ou internacionalmente (relatório 2 - *Aberdeenshire Local Transport Strategy*);
 - 18 - Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da probabilidade, duração (curto, médio e longo prazo, permanente e temporário), frequência e reversibilidade dos efeitos, tanto positivos quanto negativos, das várias opções (relatório 2 - *Aberdeenshire Local Transport Strategy* e 4 - *Aberdeen City Local Transport Strategy*);

- 19 - Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da magnitude e extensão espacial dos efeitos (a área geográfica e o tamanho da população afetada) das várias opções (relatório 2 - *Aberdeenshire Local Transport Strategy*);
- 20 - Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da natureza secundária, cumulativa e sinérgica dos efeitos das várias opções (relatório 3 - *Wales Transport Strategy*);
- 21 - Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da natureza transfronteiriça dos efeitos das várias opções (nenhum relatório);
- 22 - Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação dos riscos para a saúde humana e para as questões ambientais ou de sustentabilidade (relatório 2 - *Aberdeenshire Local Transport Strategy*);
- Seção 4:
 - 23 - Descreve como e quando as autoridades foram consultadas e como o escopo e o nível de detalhe das informações da avaliação foram identificados (relatórios 1 - *Buckinghamshire Local Transport Plan 2* e 3 - *Wales Transport Strategy*);
 - 24 - Descreve como a ação estratégica preliminar e o relatório ambiental foram disponibilizados para as autoridades e para o público (possíveis afetados e interessados) e como foram permitidos a expressar suas opiniões dentro de um período apropriado (relatório 1 - *Buckinghamshire Local Transport Plan 2*);
- Seção 6:
 - 30 - Descreve os efeitos ambientais significantes da implementação da ação estratégica que devem ser monitorados e identifica as medidas de monitoramento para que, entre outras funções, identifiquem previamente os efeitos adversos imprevistos (relatórios 1 - *Buckinghamshire Local Transport Plan 2* e 3 - *Wales Transport Strategy*);
 - 31 - Explica como o monitoramento é feito, de modo que esteja apto a realizar as medidas corretivas apropriadas? Neste contexto, as explicações sobre "o quê", "como" e "quem" do

dois empreendimentos desconectados de qualquer objetivo da ação estratégica;

- Fornecimento de informações sobre os aspectos relevantes da *baseline* apenas para a área diretamente afetada pelos empreendimentos que compuseram o conteúdo das ações estratégicas;
- Falta de informações sobre lacunas quanto aos dados;
- Fornecimento de informações sobre problemas ambientais ou de sustentabilidade relacionado apenas para a área diretamente afetada pelos empreendimentos que compuseram o conteúdo das ações estratégicas.

10.7.2. Principais desafios para a Seção 2

Questões Seção 2			Reino Unido						Brasil		
			1	2	3	4	5	6	7	8	9
SEÇÃO 2: Identificação e avaliação das principais questões e opções	8	Descreve como as alternativas "razoáveis" foram desenvolvidas e identificadas, considerando os objetivos e o escopo geográfico da ação estratégica?	E	G	A	F	E	G	G	G	G
	9	Lista as questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação?	A	A	A	A	A	A	E	E	A
	10	Descreve como as questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação foram identificadas?	B	D	D	A	A	D	F	E	D
	11	Fornecer informações de possíveis efeitos significantes de diferentes opções sobre: a) biodiversidade; b) população; c) saúde humana; d) fauna; e) flora; f) solo; g) água; h) ar; i) fatores climáticos; j) bens materiais; k) patrimônio cultural, incluindo arquitetura e arqueologia; l) paisagem; m) a interrelação entre todos fatores anteriores.	D	E	A	D	E	E	E	E	E
	12	Apresenta um resumo das justificativas para a seleção das alternativas consideradas e uma descrição de como a avaliação que embasa estas justificativas foi realizada?	F	G	E	D	G	G	G	G	G

	13	Estabelece questões relevantes para que sejam avaliadas de maneira mais adequada em outros níveis ou layers de tomada de decisão, procurando evitar a duplicação?	G	G	G	A	G	G	G	G	G
	14	Mostra como o conhecimento do estado da arte e os métodos de avaliação foram utilizados para a avaliação da ação estratégica?	E	C	B	E	D	B	F	F	C
Avaliação Seção 2			E	F	C	D	E	F	F	F	F

Na seção 2, onde os relatórios 3 (Wales Transport Strategy), 4 (Aberdeen City Local Transport Strategy), 5 (Nottinghamshire Local Transport Plan 3) e 6 (County Durham Local Transport Plan 3) se destacaram dos demais em alguma(s) questão(ões) e obtiveram para esta seção, respectivamente, as notas C (relatório 3 foi melhor nas questões 8, 11 e 14), D (relatório 4 foi melhor nas questões 10, 12 e 13), E (relatório 5 foi melhor na questão 10) e F (relatório 6 foi melhor na questão 14) pode ser observado que os procedimentos de “descrição da forma como as alternativas razoáveis foram desenvolvidas e identificadas” e de “fornecimento de informações sobre os efeitos de diferentes opções alternativas” foram os principais desafios considerados determinantes para a distinção entre a prática considerada satisfatória (acima de D) e a prática insatisfatória (abaixo de C) em relação aos resultados da seção 2.

Os resultados encontrados por Fischer (2012) são semelhantes e também destacam que a questão 9 “descrição da forma como as alternativas razoáveis foram desenvolvidas e identificadas” foi um desafio, inclusive para os relatórios de AAE de PTL3 avaliados pelo autor, e que esta questão foi determinante para a distinção entre a prática considerada satisfatória (acima de D) e a prática insatisfatória (abaixo de C) em relação aos resultados da seção 2.

Apesar dos relatórios de PTL3 analisados por Fischer (2012) terem obtido nota média próxima de C (satisfatório) para a questão 9, o autor destaca que a maioria dos relatórios analisados apresentou apenas os cenários “*do nothing*” ou “*business as usual*” com a opção de implementação da ação estratégica. O autor destaca que raramente foram consideradas outras opções.

A explicação apresentada por Fischer (2012) serve para comprovar que os critérios utilizados para a análise da questão 9 em seu trabalho foram diferentes dos critérios utilizados pelo presente trabalho, na medida em que apenas foram

considerados satisfatórios (acima de D) os relatórios que efetivamente identificaram mais de uma opção alternativa estratégica que não fosse um ou vários cenários.

Apesar dos resultados de Fischer (2012) não terem destacado a questão 11 “fornecimento de informações sobre os efeitos de diferentes opções alternativas” como um desafio pelos relatórios analisados em seu trabalho, no presente trabalho esta questão também foi considerada determinante para a distinção entre a prática considerada satisfatória (acima de D) e insatisfatória (abaixo de C) porque somente foram considerados “satisfatórios” os procedimentos que efetivamente forneceram informações sobre diferentes opções alternativas estratégicas, encadeadas diretamente aos resultados obtidos para a questão 8 “descrição da forma como as alternativas razoáveis foram desenvolvidas e identificadas”.

Outros desafios observados para a seção 2 dos relatórios do Reino Unido estão relacionados às seguintes inconsistências:

- Falta de resumo de justificativas para a seleção das alternativas consideradas ou fornecimento de resumo de justificativas para as alternativas que não foram consideradas;
- Falta de informações que descrevam como a avaliação que embasa as justificativas para as alternativas identificadas foi realizada;
- *Tiering* não estabelecido por quase todos os relatórios.

No caso dos relatórios brasileiros, os principais desafios apresentados para as questões em que os relatórios realizaram alguma tarefa para o atendimento dos critérios analisados pela seção 2 foram:

- Fornecimento de opções alternativas em nível de projeto, quando possibilitada;
- Falta de listagem das questões ambientais ou de sustentabilidade consideradas na avaliação;
- Falta de informações que descrevem como as questões ambientais ou de sustentabilidade foram identificadas;
- Falta de informações sobre efeitos de diferentes opções, todos os relatórios apresentaram apenas a opção implementação do projeto;
- Falta de informações sobre o conhecimento do estado da arte e os métodos de avaliação foram utilizados para a avaliação da ação estratégica da maioria dos relatórios.

10.7.3. Principais desafios para a Seção 3

Questões Seção 3			Reino Unido						Brasil		
			1	2	3	4	5	6	7	8	9
SEÇÃO 3: Determinação de significância do impacto	15	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação do grau no qual a ação estratégica estabelece uma estrutura para projetos/outras atividades, seja em termos de localização, tamanho, natureza e condições de operação ou pela alocação de recursos?	G	G	G	G	G	G	G	G	G
	16	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação do valor e da vulnerabilidade da área provavelmente afetada em consequência das características naturais especiais ou da herança cultural, dos padrões de qualidade ambientais ou de sustentabilidade excedidos, dos limites de valores ou do uso intensivo do solo excedidos?	G	A	G	G	G	G	G	G	G
	17	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação dos efeitos das várias opções sobre áreas ou paisagens que possuem status de proteção reconhecidos nacional, continental ou internacionalmente?	G	A	G	G	G	G	G	G	G
	18	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da probabilidade, duração (curto, médio e longo prazo, permanente e temporário), frequência e reversibilidade dos efeitos, tanto positivos quanto negativos, das várias opções?	G	A	G	A	G	G	G	G	G
	19	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da magnitude e extensão espacial dos efeitos (a área geográfica e o tamanho da população afetada) das várias opções?	G	A	D	D	G	G	G	G	G
	20	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da natureza secundária, cumulativa e sinérgica dos efeitos das várias opções?	G	G	A	G	G	G	G	G	G

	21	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação da natureza transfronteiriça dos efeitos das várias opções?	G	G	G	G	G	G	G	G	G
	22	Explica como a significância de impacto foi determinada pela identificação dos riscos para a saúde humana e para as questões ambientais ou de sustentabilidade?	G	A	G	G	G	G	G	G	G
Avaliação Seção 3			G	D	F	F	G	G	G	G	G

Na seção 3, onde os relatórios 2 (*Aberdeenshire Local Transport Strategy*), 3 (*Wales Transport Strategy*) e 4 (*Aberdeen City Local Transport Strategy*) se destacaram dos demais em alguma(s) questão(ões) e obtiveram para esta seção, respectivamente, as notas D (relatório 2 foi melhor nas questões 16, 17, 18, 19 e 22), F (relatório 3 foi melhor na questão 20) e F (relatório 4 foi melhor na questão 18) pode ser observado que a prática inconsistente dos procedimentos para a “explicação da forma como a significância de impacto foi determinada” foi o principal desafio considerado significativo para os resultados insatisfatórios (abaixo de C) obtidos por todos os relatórios analisados. Ainda assim, os relatórios 2, 3 e 4 foram os únicos relatórios avaliados que explicaram ao menos 1 das questões da seção 3, com destaque para o relatório 2 que apresentou procedimentos para a explicação de 5 questões.

Os resultados encontrados por Fischer (2012) também destacam que a determinação de significância de impacto foi realizada de maneira muito pobre e a nota média obtida para todos os relatórios analisados em seu trabalho foi muito insatisfatória. Segundo o autor era frequente a explicação insuficiente sobre como a ação estratégica estabelecia uma estrutura para outras atividades. O autor também destacou que as fraquezas comuns entre todos os relatórios foram obtidas em termos da identificação do valor e da vulnerabilidade de áreas afetadas e em termos do estabelecimento de efeitos transfronteiriços das várias opções.

No caso dos relatórios brasileiros, a prática de determinação de significância representa um desafio ainda maior se forem observados que nenhum dos relatórios realizou qualquer tarefa para o cumprimento, inclusive parcial, dos critérios analisados pela seção 3.

10.7.4. Principais desafios para a Seção 4

Questões Seção 4			Reino Unido						Brasil		
			1	2	3	4	5	6	7	8	9
SEÇÃO 4: Processo de consulta	23	Descreve como e quando as autoridades foram consultadas e como o escopo e o nível de detalhe das informações da avaliação foram identificados?	A	E	A	E	C	D	F	F	F
	24	Descreve como a ação estratégica preliminar e o relatório ambiental foram disponibilizados para as autoridades e para o público (possíveis afetados e interessados) e como foram permitidos a expressar suas opiniões dentro de um período apropriado?	A	G	D	D	G	G	G	G	G
	25	Confirma que os resultados das respostas de consulta sobre a ação estratégica e a AAE serão considerados pela tomada de decisão?	A	A	A	A	A	A	G	G	G
Avaliação Seção 4			A	E	C	D	E	E	F	F	F

Na seção 4, onde os relatórios 1 (*Buckinghamshire Local Transport Plan 2*) e 3 (*Wales Transport Strategy*) se destacaram dos demais em alguma(s) questão(ões) e obtiveram para esta seção, respectivamente, as notas A (relatório 1 foi melhor nas questões 23 e 24) e C (relatório 3 foi melhor na questão 23) pode ser observado que os procedimentos de “descrição de como e quando as autoridades foram consultadas”, “descrição de como foram identificados o escopo e o nível de detalhe das informações da avaliação”, “descrição de como a ação estratégica e o relatório foram disponibilizados para o público” e “descrição da forma como foram permitidos a expressar suas opiniões” foram os principais desafios considerados significantes para a distinção entre a prática considerada satisfatória (acima de D) e a prática insatisfatória (abaixo de C) em relação aos resultados da seção 4.

Outros desafios observados para a seção 4 dos relatórios do Reino Unido estão relacionados às seguintes inconsistências:

- Falta de informações que descrevam como a ação estratégica preliminar e o relatório ambiental foram disponibilizados para as autoridades e para o público (possíveis afetados e interessados);

- Falta de informações que descrevam como as autoridades e o público foram permitidos a expressar suas opiniões dentro de um período apropriado.

No caso dos relatórios brasileiros, os principais desafios apresentados para as questões em que os relatórios realizaram alguma tarefa para o atendimento dos critérios analisados pela seção 4 foram:

- Falta de informações que descrevam como e quando as autoridades foram consultadas;
- Descrição de informações muito pobres sobre a forma como o escopo e o nível de detalhe das informações da avaliação foram identificados.

10.7.5. Principais desafios para a Seção 5

Questões Seção 5			Reino Unido						Brasil		
			1	2	3	4	5	6	7	8	9
SEÇÃO 5: Apresentação das informações e dos resultados	26	Inclui uma seção de AAE ou um relatório de AAE separado, claramente distinguível, preparado de acordo com os requerimentos da diretiva de AAE?	A	A	A	A	A	A	D	D	D
	27	Fornece uma visão geral das dificuldades encontradas na compilação e na análise das informações que serão utilizadas para a avaliação ambiental e um resumo das incertezas resultantes destas dificuldades (como deficiências técnicas de falta de know how técnico)?	A	A	A	G	A	D	G	G	G
	28	Uma vez que a decisão tenha sido tomada, o relatório é acompanhado por uma declaração resumindo como as considerações ambientais ou de sustentabilidade foram integradas dentro da ação estratégica, como o relatório de AAE e os resultados de consulta foram considerados, e as justificativas para a escolha da ação estratégica adotada a luz das outras opções alternativas consideradas razoáveis?	?	A	?	A	A	D	G	G	G
Avaliação Seção 5			A	A	A	D	A	D	F	F	F

Na seção 5 não foi identificada uma questão específica que tenha sido significativa para os resultados obtidos e, de uma forma geral, os resultados obtidos pelos relatórios analisados para cada um dos países apresentaram certa homogeneidade.

De maneira diferente dos resultados encontrados na questão 28, os resultados do trabalho de Fischer (2012) destacam que o impacto da participação pública e da AAE sobre a formulação da ação estratégica foi explicado de maneira insuficiente para a maioria dos relatórios analisados em seu trabalho. Segundo o autor as explicações sobre as alterações feitas pela AAE baseada na participação pública foram raramente tentadas. O autor ainda destaca que não foi esclarecido se os comentários foram abordados e como foram abordados.

No caso dos relatórios brasileiros, o principal desafio apresentado para a única questão em que os relatórios realizaram alguma tarefa para o atendimento dos critérios analisados pela seção 5 foi:

- Falta de informações que atendam o cumprimento dos requerimentos da diretiva de AAE.

10.7.6. Principais desafios para a Seção 6

Questões Seção 6			Reino Unido						Brasil		
			1	2	3	4	5	6	7	8	9
SEÇÃO 6: Recomendações sobre o monitoramento	29	Fornecer informação sobre as medidas previstas para evitar, reduzir e compensar, tanto quanto possível, qualquer efeito adverso significativo sobre as questões ambientais ou de sustentabilidade da implementação da ação estratégica?	A	A	C	A	D	F	F	G	F
	30	Descreve os efeitos ambientais significantes da implementação da ação estratégica que devem ser monitorados e identifica as medidas de monitoramento para que, entre outras funções, identifiquem previamente os efeitos adversos imprevistos?	A	E	A	G	E	G	G	G	G
	31	Explica como o monitoramento é feito, de modo que esteja apto a realizar as medidas corretivas apropriadas? Neste contexto, as explicações sobre "o quê", "como" e "quem" do processo de	C	G	E	E	G	G	G	G	G

- Falta de informações que descrevam sobre as medidas previstas para evitar, reduzir e compensar os efeitos adversos significantes sobre as questões ambientais ou de sustentabilidade da implementação da ação estratégica.

10.7.7. Principais desafios para o relatório como um todo

Avaliações Gerais	Reino Unido						Brasil		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Seção 1	D	E	D	D	C	D	F	F	E
Seção 2	E	F	C	D	E	F	F	F	F
Seção 3	G	D	F	F	G	G	G	G	G
Seção 4	A	E	C	D	E	E	F	F	F
Seção 5	A	A	A	D	A	D	F	F	F
Seção 6	A	E	D	E	E	F	F	G	F
Relatório como um todo	D	E	C	E	E	E	F	F	E

Na avaliação do relatório como um todo, onde os relatórios 1 (Buckinghamshire Local Transport Plan 2), 2 (Aberdeenshire Local Transport Strategy), 3 (Wales Transport Strategy) e 5 (Nottinghamshire Local Transport Plan 3) se destacaram dos demais em alguma(s) seção(ões) e obtiveram para a avaliação do relatório como um todo, respectivamente, as notas D (relatório 1 foi melhor nas seções 4, 5 e 6), E (relatório 2 foi melhor nas seções 3 e 5), C (relatório 3 foi melhor nas seções 2 e 5) e E (relatório 5 foi melhor nas seções 1 e 5) pode ser observado que o atendimento de maneira satisfatória dos procedimentos de “descrição da forma como as alternativas razoáveis foram desenvolvidas e identificadas” e de “fornecimento de informações sobre os efeitos de diferentes opções alternativas” foram os principais desafios considerados determinantes para a distinção entre a prática considerada satisfatória (acima de D) e a prática insatisfatória (abaixo de C) em relação aos resultados do relatório como um todo.

De uma maneira geral os resultados encontrados demonstraram um padrão procedimental para a prática do Reino Unido e uma dificuldade no estabelecimento de padrões para os procedimentos de AAE brasileiros. Uma explicação para estes resultados pode estar relacionada ao estabelecimento de regulamentações para a aplicação de procedimentos de AAE no Brasil.

11. Implicações associadas ao timing do problema de decisão

Os resultados observados em relação as razões para a formulação das ações estratégicas demonstraram que, enquanto todos os relatórios de AAE analisados para o Reino Unido definiram escalas de decisão e geográfica compatíveis com o *timing* dos problemas de decisões que motivaram a formulação das ações estratégicas do Reino Unido, nenhum dos relatórios de AAE analisados para o Brasil definiu escalas de decisão e geográfica compatíveis com *timing* dos problemas de decisões que motivaram a formulação das ações estratégicas brasileiras.

A identificação das escalas de decisão e geográfica dos objetos de AAE analisados foi determinante para a definição das seguintes inconsistências relacionadas a uma prática mais estratégica de AAE:

- Nas situações em que foram propostos objetivos para nortear o caminho a ser percorrido pelos objetos de AAE, os objetivos apresentaram-se incompatíveis com as escalas de decisão e geográfica das principais razões do problema de decisão que motivaram a formulação da ação estratégica tratada pelo relatório (verificado na prática do Brasil);
- O conteúdo definido para cada um dos objetos de AAE apresentou-se incompatível com as escalas de decisão e geográfica das principais razões dos problemas de decisão que motivaram a formulação das ações estratégicas tratadas pelos relatórios (verificado na prática do Brasil);
- As opções propostas para a implementação dos objetos de AAE abrangeram apenas uma única “opção alternativa estratégica” para implementação de um conjunto de empreendimentos (propostos como componentes do conteúdo das ações estratégicas) incompatíveis com as escalas de decisão e geográfica das principais razões dos problemas de decisão que motivaram a formulação das ações estratégicas tratadas pelo relatório (verificado na prática do Brasil);

- Falha no desenvolvimento de diferentes opções alternativas estratégicas (verificado na prática do Reino Unido e do Brasil);
- Falha na consideração de um contexto “mais amplo” que abordasse as escalas de decisão e geográfica das principais razões dos problemas de decisão que motivaram a formulação das ações estratégicas tratadas pelo relatório (verificado na prática do Reino Unido e do Brasil);
- Quando foi fornecida alguma informação sobre questões relacionadas ao contexto, à outras PPPs, à *baseline*, às tendências e aos problemas ambientais e de sustentabilidade, de uma maneira geral, estas questões consideradas relevantes para implementação dos objetos de AAE (ou porque poderiam ser significativamente afetadas ou porque poderiam influenciar o processo decisório) apresentaram-se incompatíveis com as escalas de decisão e geográfica das principais razões dos problemas de decisão que motivaram a formulação das ações estratégicas tratadas pelos relatórios (verificado na prática do Brasil);
- Os atores afetados envolvidos pelos processos de AAE eram provenientes apenas das áreas diretamente afetadas pelos empreendimentos propostos como conteúdo das ações estratégicas, incompatíveis com as escalas de decisão e geográfica das principais razões dos problemas de decisão que motivaram a formulação das ações estratégicas tratadas pelo relatório (verificado na prática do Brasil).

Em relação aos objetivos definidos para os objetos avaliados pelas AAEs brasileiras, os objetivos do Programa Rodoanel Mario Covas, por exemplo, descreveram apenas justificativas para a transposição da RMSP somado aos meios predefinidos como solução de implantação de anel periférico viário. Segundo Partidário (2012), uma abordagem mais estratégica de AAE somente poderia ser aplicada para ações que apresentam objetivos de longo prazo que oferecem oportunidade de discussão política sobre a estratégia de desenvolvimento proposta, tanto em relação aos fins (objetivos) quanto em relação aos meios (soluções para alcançar os objetivos).

No caso dos objetivos apresentados para o Programa Intermodal e Logístico Porto Sul (relatório 9) foram descritos objetivos de longo prazo que ofereceram oportunidade de discussão política sobre uma estratégia de desenvolvimento. No entanto, estes objetivos apenas foram descritos após a fase de análise das ameaças e das oportunidades (momento tardio do processo de formulação da ação estratégica e da própria AAE) e foram direcionados para escalas de decisão e geográfica que diferem das escalas das principais razões do problema de decisão que motivaram a formulação da ação estratégica “Programa Intermodal e Logístico Porto Sul”.

Segundo Partidário (2012), a aplicação de uma abordagem mais estratégica de AAE deve iniciar no momento mais prévio possível do processo de decisão e, idealmente, em conjunto com a formulação da visão e o estabelecimento dos objetivos estratégicos, antes que as opções estratégicas tenham sido identificadas e bem antes que qualquer proposta de iniciativa possa ter sido apresentada.

De acordo com Partidário (2012), a aplicação de uma abordagem mais estratégica de AAE até pode ser engatilhada para situações em que a área territorial para a ação e as iniciativas propostas já são conhecidas, no entanto, pode haver dimensões estratégicas que influenciarão a decisão tomada sobre o problema de decisão da ação estratégica.

No caso avaliado pelo relatório 9, tanto a área da ação estratégica (estado da Bahia) quanto as intenções (razões do problema de decisão) e propostas (incluindo o complexo portuário) eram conhecidas, mas, mesmo assim, foram definidos objetivos para um problema de decisão diferente (que até poderia servir para uma outra ação estratégica), que não apresentava a mesma área que o problema de decisão da ação estratégica avaliada e, portanto, não abordou as escalas de decisão e geográfica das principais razões que motivaram formulação da ação estratégica Programa Intermodal e Logístico Porto Sul.

Em relação às opções alternativas e aos conteúdos definidos para cada um dos objetos avaliados pelas AAEs brasileiras, todos os relatórios brasileiros propuseram como diferentes iniciativas, para a composição do conteúdo de uma opção estratégica, apenas as partes ou os trechos fundamentais e interdependentes para o funcionamento de um único empreendimento, proposto e decidido com enfoque sobre uma área que não abrange as escalas de decisão e geográfica das principais razões dos problemas de decisão.

Desta forma, foi considerada muito simplista a proposição de soluções de ações estratégicas (conteúdo e opções) como sendo apenas a construção de, por exemplo, um empreendimento de anel periférico viário (como o Rodoanel) ou um porto (como é o caso do PINO e do Porto Sul) e uma plataforma de petróleo (como é o caso do PINO) para conseguir solucionar e abordar problemas de decisão com ordens de grandeza como as que foram apresentadas pelas ações estratégicas, que incluem:

- Relatório 7 (Programa Rodoanel Mario Covas): O estabelecimento de uma plataforma logística metropolitana voltada para reorganizar a interface entre o Porto de Santos, a RMSP e o restante do Estado e do país, visando aumentar a eficiência dos sistemas de transportes e melhorar seu desempenho para atendimento às demandas atuais e futuras;
- Relatório 8 (Dimensão Portuária, Industrial, Naval e Offshore do Litoral Paulista – PINO): A impulsão da economia do Estado de São Paulo; O fortalecimento da infraestrutura logística do Estado de São Paulo para o atendimento das demandas de escoamento de commodities brasileiras (aumentando a competitividade da produção brasileira frente ao concorrido mercado internacional); e o atendimento da necessidade de reposição de energia proveniente das reservas finitas de petróleo convencional;
- Relatório 9 (Programa Intermodal e Logístico Porto Sul): A impulsão da economia do Estado da Bahia, considerando a produção de grãos e a extração de ferro; O atendimento da demanda de escoamento de grandes volumes de produção do Brasil Central, das áreas produtoras de grãos do oeste baiano e das reservas ferríferas do sudoeste baiano para os mercados internacionais.

Em relação a esta indefinição sobre qual seria considerado o conteúdo de uma ação estratégica, importa destacar a experiência apresentada pelo relatório 4 (*Aberdeen City Local Transport Strategy*) que incluiu como uma das suas diversas iniciativas, apresentadas como conteúdo da ação estratégica, um empreendimento de anel periférico viário em uma região da cidade de Aberdeen (inteiro e sem ser dividido em partes como o Rodoanel), que havia tido tomada a decisão sobre a sua implementação um ano antes que a ação estratégica proposta e, mesmo assim, o

empreendimento compôs a ação estratégica, não como uma possibilidade que ainda seria decidida (pois já havia sido decidido anteriormente), mas como um empreendimento que não estava construído e que deveria ser considerado associado em conjunto com as diversas iniciativas propostas e em todos os cenários e opções alternativas estratégicas propostas.

Para Partidário (2012), a definição do objeto de avaliação de uma AAE deve ser identificada pelas diferenças que engatilham a utilização de uma AAE ou de uma AIA de projetos. Segundo a autora estas diferenças que engatilham um ou outro instrumento estão diretamente vinculadas a forma como as causas dos problemas do objeto de avaliação são abordadas pelos instrumentos, pois existe muita incompreensão em relação aos sintomas de problemas e aos problemas de fato. Desta forma, a autora afirma que se o objetivo é avaliar os problemas, ao invés de sintomas, é necessário analisar profundamente e reconhecer a complexidade envolvida sobre as prioridades de escolha de decisões e opções políticas, que são relacionadas a uma ação estratégica.

De acordo com Partidário (2012), são os problemas, e não os sintomas, que determinam prioridades para a escolha de decisões e opções e políticas. A autora afirma que se a intenção é abordar as questões que respondem pelas causas reais dos problemas³², então deve ser utilizada uma abordagem mais estratégica de AAE, relacionada a escolhas e prioridades políticas e não sobre o que é tangível e observável, como os efeitos físicos e territoriais que são sintomas dos comumente chamados problemas ambientais e devem ser abordados pela AIA de projetos.

Em relação ao problema comum de falha no desenvolvimento de opções alternativas estratégicas para a realização de uma abordagem de AAE mais estratégica pelos relatórios analisados, a maioria dos relatórios do Reino Unido e todos os relatórios do Brasil propuseram apenas a opção alternativa estratégica de implementação da ação estratégica definida somada a um ou outro cenário que não considerava a implementação da ação estratégica.

Segundo Partidário (2012), uma abordagem mais estratégica de AAE deve facilitar a identificação e a discussão de opções estratégicas de desenvolvimento que permitam alcançar objetivos de sustentabilidade. A autora afirma que as opções alternativas estratégicas de desenvolvimento devem ser estabelecidas como

³² Traduzido de “*actual root causes of problems*” (Partidário, 2012).

caminhos para a sustentabilidade, ajudando a mover de onde estamos para onde queremos ir, e devem considerar tendências sobre o contexto dinâmico relacionado a forças, fraquezas, conflitos e potencialidades de desenvolvimento.

De acordo com Lyhne (2012), o problema no desenvolvimento de opções alternativas estratégicas está diretamente relacionado aos desafios impostos pelas dinâmicas e pela imprevisibilidade do processo de tomada de decisão sobre ações estratégicas e, quando o caso, aos desenvolvimentos inesperados. Segundo o autor, um dos aspectos que podem ser influenciados pelas dinâmicas dos processos de tomada de decisão é a relevância das alternativas propostas em processos de planejamento e de AAE.

Lyhne (2012) afirma que, em configurações ambíguas e estratégicas, diversos enquadramentos de opções alternativas estratégicas³³ podem ser considerados relevantes e, conseqüentemente, o enquadramento dependerá amplamente das pessoas envolvidas e das suas ideias em relação ao planejamento e seu contexto. Segundo o autor, as dinâmicas estratégicas podem tornar uma AAE irrelevante em um período de tempo muito curto, tornando importante investigar, inclusive, se requerimentos para o processo de AAE devem permitir a realização de um processo mais curto.

Segundo Lyhne (2012), a prática de enquadramento de opções alternativas estratégicas deve aprender a como se adaptar as mudanças contextuais mais amplas que influenciam ações estratégicas e a ganhar flexibilidade no processo de avaliação. Segundo o autor, a consideração de quais alternativas tem estado em jogo em uma perspectiva histórica pode ser um suplemento relevante para focar sobre os elementos que são importantes para uma janela de decisão específica em um momento específico.

Segundo Partidário (2012), o entendimento de um contexto mais amplo de desenvolvimento é fundamental para que a prática de uma abordagem mais estratégica de AAE auxilie a encontrar opções ambientais e de sustentabilidade viáveis para o alcance de objetivos estratégicos. Desta forma, a partir das afirmações de Lyhne (2012) e Partidário (2012) é possível sugerir que as inconsistências generalizadas da maioria dos relatórios em relação a falha no

³³ O enquadramento de alternativas foi considerado pelo autor como sendo “a seleção de um conjunto específico de alternativas, em um contexto particular, por um grupo de pessoas responsáveis pelo conteúdo da AAE (Lyhne, 2012).

desenvolvimento de opções alternativas estratégicas podem ter sido apoiadas pela falha na consideração de um contexto mais amplo, evidenciada pela prática de todos os relatórios analisados.

Apesar da importância da consideração do contexto “mais amplo” das escalas de decisão e geográfica das principais razões dos problemas de decisão que motivaram a formulação das ações estratégicas, a partir dos resultados encontrados foi observado que quase todos os relatórios, com exceção do relatório 5 (que abordou alguma informação) e do relatório 9 (que abordou procedimentos adequados, mas para escalas de decisão e geográfica incompatíveis), não abordaram nenhuma tarefa para a descrição do contexto mais amplo.

Somado ao problema do contexto, as questões consideradas relevantes para a avaliação dos objetos de AAE avaliados por todos os relatórios brasileiros abordaram apenas a área diretamente afetada pelo empreendimento que compôs o conteúdo da ação estratégica e foram incompatíveis com as escalas de decisão e geográfica das principais razões dos problemas de decisão que motivaram a formulação das ações estratégicas analisadas.

A importância desta inconsistência está diretamente relacionada ao fato de que para definir questões ambientais e de sustentabilidade relevantes, imprescindíveis para a definição do escopo abordado pela AAE, é necessário o ajustamento destas questões ao contexto e às escalas de decisão e geográfica do objeto de avaliação, que deve ser diretamente relacionado ao problema de decisão que motivou a necessidade da decisão abordada pela ação estratégica (Partidário, 2012).

Segundo Bina et al. (2011), o fato do contexto “mais amplo” influenciar a agenda de decisão e a implementação do resultado de uma decisão é suficiente para determinar a necessidade de consideração de questões contextuais relacionadas a localização organizacional e institucional do processo de tomada de decisão (dimensões institucionais e organizacionais).

Segundo Partidário (2012), o objetivo da consideração de um contexto mais amplo (natural, social, cultural, político e econômico) é garantir com que a AAE se concentre apenas sobre o que é importante para que o processo entenda e seja adaptado ao contexto que influencia as decisões sobre o objeto de avaliação. A autora enfatiza que para que a AAE seja focada sobre as questões mais importantes

é imprescindível que o problema de decisão que motivou a formulação da ação estratégica seja entendido em conjunto com o contexto.

Segundo Zhang et al (2013), a busca pelo entendimento do contexto é altamente relevante para a efetividade de processos de decisões sociais como a AAE, já que influenciam o seu ritmo e direção. No entanto, um entendimento muito pobre da tomada de decisão estratégica e uma apreciação muito limitada do contexto político são frequentes observados entre os praticantes de AAE (RETIEF, 2007).

Outra inconsistência relacionada as escalas de decisão e geográfica incompatíveis com as principais razões dos problemas de decisão que motivaram a formulação da ação estratégica esta relacionado ao fato de todos os processos de AAE brasileiros terem envolvidos apenas atores afetados representativos da área diretamente afetada pela implementação dos empreendimentos propostos como conteúdo da ação estratégica.

Segundo Partidário (2012), a estruturação de uma plataforma de diálogo com os *stakeholders* que são relevantes nas escalas de decisão e geográfica do problema de decisão é uma condição fundamental para a realização de uma AAE mais robusta, que possibilite a discussão sobre objetivos e prioridades estratégicas e uma visão compartilhada.

Para Vicente e Partidário (2006), somente através do diálogo sobre diferentes interpretações do problema de decisão e do julgamento de valores que os significados comuns emergem e a tomada de decisão estratégica pode ser reajustada para melhores decisões.

Segundo Bina et al. (2011), o envolvimento de atores desde a prática dos processos de definição do problema de decisão e de concepção de alternativas proporcionam formas mais proativas e, potencialmente, mais efetivas de influenciar o processo de decisão em questão.

No entanto, para Wallington et al. (2007), a operacionalização prática de mecanismos comunicativos podem não estimular qualquer reflexão crítica sobre, ou desafiar, a definição pré-determinada do problema de decisão política, já que os processos participatórios e comunicativos podem ser orientados para o simples fornecimento de informações relacionadas a proposta que está em mãos.

Partidário e Sheate (2013) também ressaltam que as práticas de participação pública que apresentam natureza reativa (onde é conduzida

principalmente para cumprir requerimentos legais, ao invés de gerar processos de aprendizagem e contribuições ativas para a formação de ações estratégicas) não funcionam para dimensões estratégicas e podem simplesmente aumentar a fadiga do problema de participação, limitar o processo de aprendizagem e reduzir as oportunidades de compartilhamento do poder.

As inconsistências encontradas em relação a definição das escalas de decisão e geográfica dos problemas de decisões que motivaram a formulação das ações estratégicas brasileiras endossam a afirmação de Partidário (2012) de que a situação em que uma “ação estratégica” tenha sido criada apenas para proporcionar coerência para a implementação de um projeto anteriormente decidido em uma localização específica não envolve uma decisão estratégica e seria avaliada mais adequadamente por uma AIA de projetos.

Uma explicação para os problemas observados pode estar relacionada a falta de conhecimentos em AAE pelos atores participantes do processo, a experiência em AAE com capacidades insuficientes pelas principais instituições e a falta de consciência de autoridades (PARTIDÁRIO e WILSON, 2011).

Segundo Partidário e Wilson (2011), as prioridades de capacitação voltadas para problemas na implementação de uma abordagem mais estratégica de AAE incluem:

- Melhorar a relação entre a AAE e a tomada de decisão: Esta questão requer a apresentação de informações aos tomadores de decisões que sejam oportunas, curtas, concisas, relevantes e focadas. Para abordar esta questão é imprescindível entender como o processo de decisão funciona, quais informações e quando são necessárias;
- Melhorar os mecanismos e habilidades de comunicação na AAE: Esta questão aborda muitas barreiras diferentes para a comunicação efetiva como, por exemplo, nomenclaturas obscuras e diversas e fronteiras artificiais que separam setores, disciplinas ou regiões. Comunicação entre a rede de atores é vista como uma condição fundamental para a efetividade de AAE. Parte da solução desta questão é desenvolver uma linguagem simples, uniforme e comum para a AAE;
- Tornar a AAE atrativa e aumentar as oportunidades “win-win”: Esta é uma questão de *marketing* e requer a documentação e a disseminação

de estórias de sucesso que demonstram benefícios reais e/ou custos reduzidos a partir de um esforço modesto.

Outra explicação para as inconsistências observadas pode estar relacionada a sugestão de João (2007), de que abusos sobre a definição das escalas das informações trabalhadas pela AAE podem ocorrer potencialmente para que os resultados da AAE levem a uma resposta preferida ao invés de resolver o problema necessário.

12. Conclusões – Implicações para uma abordagem mais estratégica de AAE

Os resultados relacionados a análise de qualidade permitiram indicar que o principal desafio para a aplicação satisfatória das AAEs analisadas estavam relacionados ao desenvolvimento de opções alternativas estratégicas. Esta situação ficou evidenciada de uma maneira mais clara pelos relatórios do Reino Unido do que pelos relatórios do Brasil, que apresentaram uma prática muito inconsistente de maneira generalizada.

Em contraste aos relatórios do Reino Unido, os relatórios do Brasil realizaram apenas algumas tarefas para o atendimento parcial da maioria dos critérios analisados. Apesar da diferença acentuada entre a prática brasileira e a prática do Reino Unido, as notas obtidas para a avaliação geral de quase todos os relatórios do Reino Unido foi “insatisfatória”.

Os procedimentos que evidenciaram inconsistências para a maioria dos relatórios analisados no contexto dos dois países foram:

- Descrição do contexto;
- Descrição da forma como a ação estratégica foi integrada ao processo de AAE;
- Estabelecimento de *tiering*;
- Descrição da forma como alternativas razoáveis foram desenvolvidas e identificadas;
- Fornecimento de informações sobre os efeitos significantes de diferentes opções;
- Apresentação de um resumo das justificativas para a seleção de diferentes alternativas;
- Demonstração da forma como o estado da arte e os métodos de avaliação foram utilizados;
- A seção inteira de determinação de significância de uma maneira generalizada;
- Descrição de procedimentos de consulta;

- Fornecimento de informações sobre medidas mitigadoras e compensatórias;
- Descrição de procedimentos relacionados a identificação, realização e correção de medidas de monitoramento.

O relatório 3 (*Wales Transport Strategy*) se destacou de todos os demais e garantiu o atendimento de maneira satisfatória dos principais desafios encontrados. O relatório 9 (*Programa Intermodal e Logístico Porto Sul*) se destacou completamente dos casos do Brasil e do Reino Unido e, apesar de ter apresentado inconsistências cruciais que lhe renderam uma nota geral insatisfatória, apresentou as metodologias mais adequadas entre todos os relatórios analisados para a prática de uma abordagem mais estratégica de AAE.

Entre os principais resultados deste trabalho é possível afirmar que nenhum dos processos de AAE brasileiros analisados apresentou procedimentos e mecanismos que observassem o *timing* dos problemas de decisões estratégicos. Desta maneira, nenhum dos relatórios brasileiros analisados definiu objetos de AAE que fossem relevantes para os processos decisórios, perdendo qualquer oportunidade de influenciar a tomada de decisão estratégica e fazendo com que todos estes processos se tornassem um procedimento adicional caro e sem necessidade.

Neste contexto, a análise das principais razões dos problemas de decisão que motivaram a formulação das ações estratégicas somada à análise realizada pela estrutura de revisão baseada na metodologia de Fischer (2007; 2010; 2012) adicionou muito valor para a discussão dos problemas encontrados. No entanto, ao mesmo tempo foi observado que a estrutura de revisão apresentada por Fischer não está adaptada para o questionamento de importantes questões relacionadas a prática de uma AAE mais estratégica.

O fato de a metodologia aplicada ser baseada na Diretiva Europeia de AAE pode ter relação com esta situação, já que os requerimentos da diretiva não sugerem procedimentos para abordar algumas questões relacionadas a prática de uma AAE mais estratégica, da forma como observadas neste trabalho.

A identificação desta situação chama a atenção para a importância da consideração de questões e princípios relacionados a prática de uma abordagem mais estratégica de AAE nas regulamentações existentes, como a Diretiva Europeia

de AAE, e nas que estão por vir, como os diversos projetos de lei existentes para a regulamentação da prática de AAE brasileira.

Um ponto importante identificado pelas análises realizadas sugere que o principal desafio para uma prática satisfatória, de desenvolvimento de opções alternativas estratégicas relevantes (tanto para o Brasil quanto para o Reino Unido), é fortemente relacionado ao entendimento de um contexto “mais amplo” que influencia todas as decisões tomadas dentro da escala de decisão e geográfica do problema de decisão que motiva a formulação da ação estratégica.

Em relação a questão abordada pelas escalas de decisão e geográfica das principais razões do problema de decisão que motivou a formulação das ações estratégicas analisadas, é possível afirmar que nenhum dos relatórios brasileiros conseguiu abordar adequadamente os problemas de decisão que motivaram a formulação das ações estratégicas, trazendo diversas consequências sérias para a prática das AAEs realizadas.

No caso dos relatórios 7 (Programa Rodoanel Mário Covas) e 8 (Dimensão Portuária Industrial Naval e Offshore no Litoral Paulista), é possível afirmar que a abordagem inadequada do problema de decisão serviu para descaracterizar completamente qualquer processo de avaliação que tenha como objetivo avaliar ações estratégicas, mesmo as que sejam realizadas para níveis menos estratégicos.

Neste contexto, os resultados encontrados apoiam as recomendações de Partidário (2006) para situações onde não há possibilidade de discussão sobre opções e decisões políticas seja recomendada a aplicação de uma AIA de projetos, nos mesmos moldes como regulamentado pela legislação brasileira.

Em certas situações, uma AIA de projetos bem estruturada e somada a ferramentas para a avaliação de alguns efeitos cumulativos (caso ainda não tenha sido realizada uma AAE abordando o real problema de decisão) e voltada para a mesma região (afetada pela implementação do projeto) abordada pelos relatórios seria suficiente para abordar as questões consideradas e poderia ter contribuído muito mais do que os processos de avaliação realizados.

No caso do relatório 9 (Programa Intermodal e Logístico Porto Sul), é possível afirmar que a abordagem inadequada do problema de decisão que motivou a formulação do Programa Porto Sul e direcionada para outro problema de decisão voltado para a uma ação estratégica de desenvolvimento para a área diretamente

afetada pelo empreendimento prejudicou completamente a adequação dos procedimentos práticos utilizados.

Uma forte evidência está relacionada a falha no enquadramento de opções alternativas estratégicas que fossem relevantes tanto para abordar problema de decisão que motivou a formulação da ação estratégica Programa Intermodal e Logístico Porto Sul quanto para abordar os objetivos de longo prazo estabelecidos pela AAE, em um momento tardio, para um problema de decisão vinculado a uma ação estratégica de desenvolvimento direcionado para a área diretamente afetada pela implementação do Complexo Portuário.

A partir dos resultados encontrados pode ser sugerido que as falhas identificadas em relação a abordagem adequada do problema de decisão estão relacionadas a necessidade de capacitação dos praticantes brasileiros em relação aos seguintes problemas que exercem influencia direta sobre a efetividade prática neste contexto:

- Falta de entendimento sobre as diferenças que definem o que é uma ação estratégica e o que é um projeto;
- Falta de entendimento sobre qual é o objeto de uma AAE;
- Falta de entendimento sobre quais são as questões que auxiliam a definir o objeto de uma AAE, de uma maneira que seja relevante para as tomadas de decisões estratégicas de desenvolvimento.

Além das questões associadas à capacitação, também pode ser indicado que o contexto no qual a prática de AAE se aventura pelas terras brasileiras ainda sofre bastante influencia da existência de uma cultura de formulação política ou de planejamento que não realiza avaliações em níveis mais estratégicos ou que, simplesmente, realiza avaliações voltadas apenas para a implementação de projetos.

Questões relacionadas à cultura de formulação política e de planejamento também podem estar relacionadas a natureza das ações encontradas nestas situações, permitindo sugerir que, neste contexto, as decisões mais estratégicas parecem “inexistentes” porque são fechadas e informais e que as decisões menos estratégicas parecem “não apresentar origem” porque emergem e se formalizam apenas no momento em que os interesses associados ao curto prazo estão alinhados à existência de soluções que são consideradas interessantes e são aceitas politicamente.

Desta forma, recomenda-se que quando houver situações em que os projetos tenham sido definidos previamente, da mesma maneira como observado em todos os casos brasileiros, que um novo objeto de AAE seja definido a partir do problema de decisão estratégico e inclua o projeto previamente decidido como uma de suas iniciativas, compondo o conteúdo da ação estratégica.

Assim, caso a instalação de um projeto estruturante e de grande porte (como os projetos abordados pelos casos brasileiros) ainda não tenha sido atestada pelo processo de Licenciamento Ambiental, sugere-se que uma nova AAE (que aborde apropriadamente o problema de decisão estratégico vinculado a este projeto) inclua a construção deste projeto como uma de suas iniciativas em, pelo menos, mais que uma das diferentes opções alternativas estratégicas (que não sejam apenas cenários).

Desta maneira, este trabalho sugere que, caso venha a ser erroneamente proposto um projeto como objeto de AAE (da mesma maneira como os casos brasileiros analisados), seja imediatamente substituído o processo de avaliação por uma AIA de projetos e proposto o “engatilhamento” atrelado de uma perspectiva mais estratégica de AAE, abordando apropriadamente o problema de decisão estratégico para a definição de um “legítimo” objeto de AAE.

A proposição de um novo processo de AAE, seguindo uma perspectiva mais estratégica, não diminuiria a sua efetividade em influenciar a ação estratégica que está por trás do projeto proposto e poderia abrir oportunidade para a discussão política de questões críticas para a ação estratégica (provavelmente indefinida) em um *timing* em que todas as atenções estão focadas para a importância de desfrutar dos resultados entregues pela implementação do projeto em foco e pela solução do problema de decisão que embasou a formulação da ação estratégica.

Este *timing* também poderia servir para oferecer oportunidades de envolvimento em um momento crucial para que o público entendesse o impacto da ação estratégica envolvida, já que os impactos de um grande projeto são observados de maneira mais fácil do que os impactos de uma ação estratégica. Além disso, parte dos atores (como, por exemplo, a autoridade proponente do grande projeto e responsável pela ação estratégica, atores afetados pelo projeto e ONGs) já estaria envolvida, faltando envolver os atores afetados pela escalas abrangidas pelo problema de decisão estratégico.

O mecanismo de “engatilhamento” de uma nova AAE, atrelada à um projeto decidido previamente, poderia oferecer a oportunidade de discussão política sobre a escolha de opções alternativas estratégicas relevantes e sugerir novos pontos de vista e oportunidades relacionadas, inclusive, a questões de níveis mais estratégicos que podem ser tornar úteis para projetos ou ações de escalas inferiores (como o próprio projeto que motivou a abordagem do problema de decisão pela AAE).

Desta forma, mesmo que o projeto não seja alterado como resultado da AAE ele estará amparado por uma análise efetivamente mais estratégica que considerou questões críticas sobre o problema de decisão que pode até resultar em opções estratégicas que ofereça soluções mais sustentáveis para a sua implementação. Assim, poderia ser garantido que possíveis incertezas durante o Licenciamento Ambiental seriam sanadas, facilitando a implementação do projeto em um tempo mais curto e oferecendo uma condição certamente mais sustentável do que a verificada pelos resultados dos casos brasileiros analisados.

Os resultados deste trabalho permitiram identificar que o maior, talvez o único, benefício resultante das inconsistências observadas em relação a prática brasileira de AAE foi a inclusão da questão relacionada a definição do objeto de AAE, e do seu vínculo estreito com os problemas de decisões que motivam a formulação de uma ação estratégica, sobre a pauta de discussão em relação a implementação de AAEs no Brasil em um momento prévio a sua regulamentação.

Este importante momento do cenário nacional ressalta a necessidade de capacitação e conscientização dos atores participantes deste processo para que os mecanismos de uma abordagem mais estratégica de AAE sejam adaptados aos desafios relacionados a cultura de formação e formulação de ações estratégicas no Brasil, oferecendo oportunidade de escolha sobre opções e decisões políticas.

Como oportunidades resultantes para pesquisas futuras podem ser incluídas a análise dos mecanismos e das questões que influenciaram o “engatilhamento” das AAEs realizadas no Brasil e não foram suficientes para abordar o objeto de AAE a partir das razões dos problemas de decisão que motivaram a formulação das ações estratégicas avaliadas. Esta pesquisa apresentaria uma grande contribuição para a aplicação de uma abordagem mais estratégica de AAE no Brasil.

Os resultados encontrados indicaram que tanto a prática madura de AAE, dos relatórios recomendados como boas práticas e analisados para o Reino Unido, quanto a prática imatura dos relatórios dos processos voluntários realizados para o

Brasil apoiam a afirmação de Bina et al. (2011) de que a AAE precisa de uma orientação sobre como adaptar a sua abordagem de aplicação (sua *estratégia* para alcançar seus objetivos) e os métodos de operacionalização desta abordagem para as necessidades do contexto ou da situação específica.

Os casos avaliados ressaltaram na prática os desafios apresentados de que:

- A necessidade de uma maior atenção e adaptação dos procedimentos de AAE para o contexto é uma condição crítica para a promoção da integração das preocupações ambientais e de sustentabilidade dentro da corrente dominante do planejamento (Hilding-Rydevik e Bjarnadóttir, 2007);
- A necessidade de tornar a AAE mais estratégica (garantindo com que seja focada na decisão e orientada para os resultados, ao invés de ser orientada para o processo) e de melhorar o seu papel estratégico e impacto na tomada de decisão, de uma maneira que a AAE se adapte a tomada de decisão e, possivelmente, possa alterá-la (Partidário e Wilson, 2011).

Desta maneira, recomenda-se que a operacionalização de uma perspectiva mais estratégica da prática de AAE deve auxiliar a entender o contexto de desenvolvimento da ação estratégica que está sendo avaliada e estimular qualquer reflexão crítica sobre, ou desafiar, o problema de decisão pré-determinado com o objetivo de oferecer oportunidade de discussão política sobre opções e decisões relevantes para que seja criado um contexto de desenvolvimento que oriente a ação estratégica para a sustentabilidade.

Mesmo assim, ainda que tenham sido levantadas muitas questões e desafios pelo presente trabalho, um uso mais estratégico de AAE, como afirmado por Bina et al. (2011) e Wallington et al. (2007), envolve diversas outras discussões amplas sobre implicações práticas que extrapolam a simples melhoria de uma ação estratégica particular e incluem a melhoria dos sistemas e organizações que determinam o contexto de desenvolvimento das decisões sobre ações estratégicas e AAEs.

13. Referência Bibliográfica

ABERDEEN CITY COUNCIL. **Final Draft Local Transport Strategy 2008 to 2012: Environmental Report**. Aberdeen: [s.n.].

ABERDEENSHIRE COUNCIL. **Aberdeenshire Local Transport Strategy Strategic Environmental Assessment - Environmental Report**. [s.l: s.n.].

ANDRADE, A. R. DE. **Planejamento Estratégico: formulação, implementação e controle**. São Paulo: Atlas, 2012. p. 182

ARCADIS TETRAPLAN. **Avaliação Ambiental Estratégica - Dimensão Portuária, Industrial, Naval e Offshore no Litoral Paulista - Relatório Ambiental (Volume 1 Frente 1)**. [s.l: s.n.].

BARLETT, R. V.; BABER, W. F. Bureaucracy or analysis: implications of impact assessment for public administration. In: BARLETT, R. V. (Ed.). **Policy through impact assessment — institutionalized analysis as a policy strategy**. London: Greenwood Press, 1989. p. 143–53.

BINA, O. A critical review of the dominant lines of argumentation on the need for strategic environmental assessment. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 27, n. 7, p. 585–606, out. 2007.

BINA, O.; WALLINGTON, T.; THISSEN, W. SEA Theory and Research: An Analysis of the Early Discourse. In: SADLER, B. et al. (Eds.). **Handbook of Strategic Environmental Assessment**. London, UK: Earthscan, 2011. p. 621.

BOND, A. J. et al. Learning How to Deal with Values, Frames and Governance in Sustainability Appraisal. **Regional Studies**, v. 45, n. 8, p. 1157–1170, set. 2011.

C4S. **Buckinghamshire Local Transport Plan 2006 - 2011 Strategic Environmental Assessment: Full Environmental Report**. [s.l: s.n.].

C4S. **Wales Transport Strategy Strategic Environmental Assessment: Final Environmental Report**. [s.l: s.n.].

CHERP, A.; WATT, A.; VINICHENKO, V. SEA and strategy formation theories: From three Ps to five Ps. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 27, n. 7, p. 624–644, out. 2007.

CIDA. **Strategic Environmental Assessment of Policy, Plan, and Program Proposals: CIDA Handbook** Canadian International Development Agency, , 2004.

DALAL-CLAYTON, B.; SADLER, B. **Strategic Environmental Assessment - A Sourcebook and Reference Guide to International Experience**. London, UK: Earthscan, 2005.

DESMOND, M. Decision criteria for the identification of alternatives in strategic environmental assessment. **Impact Assessment and Project Appraisal**, v. 25, n. 4, p. 259–269, 1 dez. 2007.

DESMOND, M. Identification and development of waste management alternatives for Strategic Environmental Assessment (SEA). **Environmental Impact Assessment Review**, v. 29, n. 1, p. 51–59, jan. 2009.

DURHAM COUNTY COUNCIL. **Strategic Environmental Assessment of the County Durham Local Transport Plan 2011-2021: Final Environmental Report**. [s.l.: s.n.].

EUROPEAN COMMISSION. **Directive 2001/42/EC of the European Parliament and the Council of 27 June 2001, on the assessment of the effects of certain plans and programmes on the environment** Official Journal of the European Community, , 2001.

EUROPEAN COMMISSION. **Study concerning the Report on the Application and Effectiveness of the SEA Directive (2001/42/EC)**. [s.l.: s.n.].

EUROPEAN COMMISSION. **Strategic Environmental Assessment - SEA**. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/environment/eia/sea-legalcontext.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

FISCHER, T. Strategic environmental assessment in post-modern times. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 23, n. 2, p. 155–170, mar. 2003.

FISCHER, T. B. **Theory and practice of strategic environmental assessment: towards a more systematic approach**. London, UK: Earthscan, 2007. p. 186

FISCHER, T. B. Reviewing the quality of strategic environmental assessment reports for English spatial plan core strategies. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 30, n. 1, p. 62–69, jan. 2010.

FISCHER, T. B. identifying shortcomings in SEA practice. **Town & Country Planning**, n. June, p. 281–286, 2012.

FORTES WESTIN, F.; SANTOS, M. A. DOS; DURAN MARTINS, I. Hydropower expansion and analysis of the use of strategic and integrated environmental assessment tools in Brazil. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**, v. 37, p. 750–761, set. 2014.

FUNDINGSLAND TETLOW, M.; HANUSCH, M. Strategic environmental assessment: the state of the art. **Impact Assessment and Project Appraisal**, v. 30, n. 1, p. 15–24, mar. 2012.

GAZZOLA, P. WHAT APPEARS TO MAKE SEA EFFECTIVE IN DIFFERENT PLANNING SYSTEMS. **Journal of Environmental Assessment Policy and Management**, v. 10, n. 1, p. 1–24, 2008.

GIBSON, R. B. **SUSTAINABILITY ASSESSMENT: Criteria and Processes**. [s.l.] Earthscan, 2005. p. 254

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4 edição ed. [s.l.] Editora Atlas S.A., 2002. p. 175

GUNN, J.; NOBLE, B. F. Conceptual and methodological challenges to integrating SEA and cumulative effects assessment. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 31, n. 2, p. 154–160, mar. 2011.

HANNA, P. et al. Improving the effectiveness of impact assessment pertaining to Indigenous peoples in the Brazilian environmental licensing procedure. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 46, n. 2014, p. 58–67, abr. 2014.

HANSEN, A. M. et al. The significance of structural power in Strategic Environmental Assessment. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 39, n. 2013, p. 37–45, fev. 2013.

HANUSCH, M.; GLASSON, J. Much ado about SEA/SA monitoring: The performance of English Regional Spatial Strategies, and some German comparisons. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 28, n. 8, p. 601–617, nov. 2008.

HILDÉN, M.; FURMAN, E.; KALJONEN, M. Views on planning and expectations of SEA: the case of transport planning. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 24, n. 5, p. 519–536, jul. 2004.

HILDING-RYDEVIK, T.; BJARNADÓTTIR, H. Context awareness and sensitivity in SEA implementation. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 27, n. 7, p. 666–684, out. 2007.

IAIA. **STRATEGIC ENVIRONMENTAL ASSESSMENT Performance Criteria** International Association for Impact Assessment, , 2002.

IAIA. **Alternatives in Strategic Environmental Assessment of Plans and Programs: FASTIPS** International Associations for Impact Assessment, , 2014.

ILLSLEY, B.; JACKSON, T.; DEASLEY, N. Spheres of public conversation: Experiences in strategic environmental assessment. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 44, n. 2014, p. 1–10, jan. 2014.

JILIBERTO, R. Recognizing the institutional dimension of strategic environmental assessment. **Impact Assessment and Project Appraisal**, v. 29, n. 2, p. 133–140, jun. 2011.

JOÃO, E. The importance of data and scale issues for Strategic Environmental Assessment (SEA). **Environmental Impact Assessment Review**, v. 27, n. 5, p. 361–364, jul. 2007.

JONES, C. et al. (EDS.). **Strategic Environmental Assessment and land use planning: an international evaluation**. London, UK: Earthscan, 2005a.

JONES, C. et al. United Kingdom. In: JONES, C. et al. (Eds.). **Strategic Environmental Assessment and Land Use Planning: An international evaluation**. London, UK: Earthscan, 2005b. p. 223–241.

KORNOV, L.; DALKMANN, H. Institutional Challenges for SEA Implementation and Decision-making: Search for Appropriate Organizations. In: SADLER, B. et al. (Eds.). **Handbook of Strategic Environmental Assessment**. London, UK: Earthscan, 2011. p. 621.

KORNOV, L.; WEJS, A. SEA screening of voluntary climate change plans: A story of non-compliant discretion. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 41, p. 64–69, 2013.

LEE, N.; COLLEY. **Reviewing the quality of environmental appraisals** Occasional Paper School of Planning and Landscape, University of Manchester, , 1987.

LEE, N.; WALSH, F. Strategic environmental assessment: an overview. **Project Appraisal**, v. 7, n. 3, p. 126–136, set. 1992.

LIMA. **Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Intermodal e Logístico Porto Sul - Complexo Porto Sul: Relatório Executivo**. [s.l: s.n.].

LLOYAZA, F.; VERHEEN, R.; PARTIDÁRIO, M. R. **Preparation of the SEA Theme Forum** 28th Annual Conference of the International Association for Impact Assessment. **Anais...**Perth: 2008

LOBOS, V.; PARTIDARIO, M. Theory versus practice in Strategic Environmental Assessment (SEA). **Environmental Impact Assessment Review**, v. 48, p. 34–46, set. 2014.

LYHNE, I. How strategic dynamics complicate the framing of alternatives in strategic environmental assessment: the case of the Danish natural gas planning. **Impact Assessment and Project Appraisal**, v. 30, n. 3, p. 157–166, set. 2012.

MALVESTIO, A. C.; MONTAÑO, M. Effectiveness of Strategic Environmental Assessment Applied To Renewable Energy in Brazil. **Journal of Environmental Assessment Policy and Management**, v. 15, n. 02, p. 1340007, jun. 2013.

MMA. **Avaliação Ambiental Estratégica** BrasíliaMinistério do Meio Ambiente, , 2002.

NILSSON, M.; DALKMANN, H. DECISION MAKING AND STRATEGIC ENVIRONMENTAL ASSESSMENT. **Journal of Environmental Assessment Policy and Management**, v. 3, n. 3, p. 305–327, 2001.

NOOTEBOOM, S.; TEISMAN, G. Sustainable Development: Impact Assessment in the Age of Networking. **Journal of Environmental Policy & Planning**, v. 5, n. 3, p. 285–308, set. 2003.

OBERLING, D. F.; LA ROVERE, E. L.; DE OLIVEIRA SILVA, H. V. SEA making inroads in land-use planning in Brazil: The case of the Extreme South of Bahia with forestry and biofuels. **Land Use Policy**, v. 35, p. 341–358, nov. 2013.

ODPM. **Sustainability Appraisal of Regional Spatial Strategies and Local Development Documents** London, UK, 2005a.

ODPM. **A Practical Guide to the Strategic Environmental Assessment Directive** London, UK Scottish Executive, Welsh Assembly Government, Department of the Environment, Northern Ireland, ODPM, , 2005b.

ODPM. **A Practical Guide to the Strategic Environmental Assessment Directive** Office of the Deputy Prime Minister, , 2005c.

OECD. **Applying Strategic Environmental Assessment: GOOD PRACTICE GUIDANCE FOR DEVELOPMENT CO-OPERATION** DAC Guidelines and Reference Series, , 2006.

OLIVEIRA, I. S. D. DE; MONTAÑO, M.; SOUZA, M. P. DE. **Avaliação Ambiental Estratégica**. São Carlos: Suprema, 2009. p. 220

OLIVEIRA, I. S. D. DE; MONTAÑO, M.; SOUZA, M. P. DE. Strategic Environmental Assessment to Improve Infrastructure Impact Assessments in Brazil. v. 2013, n. October, p. 1189–1196, 2013.

OWENS, S.; COWELL, R. **Land and Limits - Interpreting Sustainability in the Planning Process**. Second Edi ed. New York: Routledge, 2011. p. 249

OWENS, S.; RAYNER, T.; BINA, O. New agendas for appraisal: reflections on theory, practice, and research. **Environment and Planning A**, v. 36, n. 11, p. 1943–1959, 2004.

PARTIDÁRIO, M. DO R. STRATEGIC ENVIRONMENTAL ASSESSMENT: KEY ISSUES EMERGING FROM RECENT PRACTICE. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 16, n. 95, p. 31–55, 1996.

PARTIDÁRIO, M. DO R. **Seminário Latino-Americano sobre AAE - principais conclusões**. Brasília: [s.n.].

PARTIDÁRIO, M. DO R. **Guia de boas práticas para Avaliação Ambiental Estratégica**. [s.l: s.n.].

PARTIDÁRIO, M. DO R. SEA Process Development and Capacity-building - A Thematic Overview. In: SADLER, B. et al. (Eds.). **Handbook of Strategic Environmental Assessment**. London, UK: Earthscan, 2011. p. 621.

PARTIDÁRIO, M. DO R. **Strategic Environmental Assessment Better Practice Guide - methodological guidance for strategic thinking in SEA** Lisboa, 2012.

PARTIDÁRIO, M. DO R.; WILSON, L. Professional and Institutional Capacity-Building for SEA. In: SADLER, B. et al. (Eds.). **Handbook of Strategic Environmental Assessment**. London, UK: Earthscan, 2011. p. 472–486.

PARTIDÁRIO, M. R. Elements of an SEA framework—improving the added-value of SEA. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 20, n. 6, p. 647–663, dez. 2000.

PARTIDÁRIO, M. R. Scales and associated data — What is enough for SEA needs? **Environmental Impact Assessment Review**, v. 27, p. 460–478, 2007b.

PARTIDARIO, M. R.; SHEATE, W. R. Knowledge brokerage - potential for increased capacities and shared power in impact assessment. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 39, p. 26–36, fev. 2013.

PELLIN, A. et al. Strategic Environmental Assessment in Brazil: debates regarding the role of multilateral development agencies. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, v. 16, n. 1, p. 27–36, 2011.

PIZELLA, D. G.; SOUZA, M. P. DE. Brazilian Gmo Regulation: Does It Have an Environmental Approach? **Journal of Environmental Assessment Policy and Management**, v. 14, n. 02, p. 1250013, jun. 2012.

POPE, J. et al. Advancing the theory and practice of impact assessment: Setting the research agenda. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 41, p. 1–9, jul. 2013.

RETIEF, F. A performance evaluation of strategic environmental assessment (SEA) processes within the South African context. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 27, n. 1, p. 84–100, jan. 2007.

RISSE, N. et al. Implementing the European SEA Directive: the Member States' margin of discretion. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 23, n. 4, p. 453–470, jul. 2003.

RUNHAAR, H.; DRIESSEN, P. P. J. What makes strategic environmental assessment successful environmental assessment? The role of context in the contribution of SEA to decision-making. **Impact Assessment and Project Appraisal**, v. 25, n. 1, p. 2–14, mar. 2007.

SADLER, B. **Strategic Environmental Assessment: Institutional Arrangements, Practical Experience and Future Directions** International Workshop on Strategic Environmental Assessment. **Anais...** Tokyo: 1998

SADLER, B.; JURKEVICIUTE, A. SEA in the European Union. In: SADLER, B. et al. (Eds.). **Handbook of Strategic Environmental Assessment**. London, UK: Earthscan, 2011. p. 121–150.

SÁNCHEZ, L. E.; SILVA-SÁNCHEZ, S. S. Tiering strategic environmental assessment and project environmental impact assessment in highway planning in

São Paulo, Brazil. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 28, n. 7, p. 515–522, out. 2008.

SHEATE, W. R. et al. **The relationship between the EIA and SEA Directives**. London, UK: [s.n.].

SILVA, A. W. L. DA et al. Strategic environmental assessment: one concept, multiple definitions. **International Journal Innovation and Sustainable Development**, v. 8, n. 1, p. 53–76, 2014a.

SILVA, H. V. O. et al. Key Recent Experiences in the application of SEA in Brazil. **Journal of Environmental Assessment Policy and Management**, v. 16, n. 02, p. 1450009, 8 jun. 2014b.

ST/DERSA. **Avaliação Ambiental Estratégica Programa Rodoanel Mario Covas: Capítulo 1 do Relatório Ambiental**. São Paulo: [s.n.].

THERIVEL, R. **Strategic Environmental Assessment in Action**. Second Edi ed. London, UK: Earthscan, 2010. p. 366

THERIVEL, R.; ROSS, B. Cumulative effects assessment: Does scale matter? **Environmental Impact Assessment Review**, v. 27, p. 365–385, 2007.

TOMLINSON, P. SEA and Transport Planning. In: SADLER, B. et al. (Eds.). **Handbook of Strategic Environmental Assessment**. [s.l.] Earthscan, 2011. p. 177–189.

UNECE. **PROTOCOL ON STRATEGIC ENVIRONMENTAL ASSESSMENT TO THE CONVENTION ON ENVIRONMENTAL IMPACT ASSESSMENT IN A TRANSBOUNDARY CONTEXT** UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE, , 2011.

URS/SCOTT WILSON. **Nottinghamshire Local Transport Plan Strategic Environmental Assessment: Environmental Report**. [s.l.: s.n.].

VAN STIGT, R.; DRIESSEN, P. P. J.; SPIT, T. J. M. A window on urban sustainability. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 42, p. 18–24, set. 2013.

VICENTE, G.; PARTIDARIO, M. SEA – Enhancing communication for better environmental decisions. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 26, n. 8, p. 696–706, nov. 2006.

WALLINGTON, T.; BINA, O.; THISSEN, W. Theorising strategic environmental assessment: Fresh perspectives and future challenges. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 27, n. 7, p. 569–584, out. 2007.

WHITE, L. N.; NOBLE, B. F. Strategic Environmental Assessment Best Practice Process Elements and Outcomes in the International Electricity Sector. **Journal of**

Environmental Assessment Policy and Management, v. 15, n. 02, p. 1340001, jun. 2013.

WOOD, C.; DJEDDOUR, M. Strategic Environmental Assessment: EA of policies, plans and programmes. **The Impact Assessment Bulletin**, v. 10, n. 1, p. 3–22, 1991.

ZHANG, J.; CHRISTENSEN, P.; KØRNØV, L. Review of critical factors for SEA implementation. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 38, p. 88–98, jan. 2013.